

GABRIEL EDUARDO VITULLO

**Além da transitologia e da consolidologia:
um estudo da democracia argentina realmente existente**

Porto Alegre, RS

Agosto de 2005

GABRIEL EDUARDO VITULLO

**Além da transitologia e da consolidologia:
um estudo da democracia argentina realmente existente**

Tese de doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Orientador: Prof. Dr. Hélgio Trindade

Porto Alegre, RS

Agosto de 2005

Catálogo na fonte:

VITULLO, Gabriel Eduardo.

Além da transitologia e da consolidologia: um estudo da democracia argentina realmente existente. -- Porto Alegre, 2005. 343 p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Hélgio Trindade, Orient.

1. Democracia – América Latina 2. Democracia – Argentina
3. Teoria democrática 4. Teorias da transição 5. Movimentos sociais
6. Comportamento eleitoral 7. Pesquisas de opinião pública

RESUMO

O primeiro objetivo deste estudo consiste em examinar, de uma perspectiva crítica, os fundamentos conceituais das teorias da transição e da consolidação com as quais tem se buscado explicar os processos de mudança de regime político na América Latina nestes últimos lustros. O segundo objetivo é o de efetuar, a partir de tal exame, uma análise das democracias “realmente existentes” no continente, concentrando a atenção no caso argentino. Assim são revisadas, em primeiro lugar, as categorias e os conceitos centrais das correntes teóricas hegemônicas e, principalmente, os modos de apreender e definir o fenômeno democrático com que trabalham, buscando observar os problemas que tais modos trazem atrelados e as dificuldades que surgem quando se utilizam tais categorias – ainda hoje predominantes na ciência política – para o estudo da situação em que se encontram as democracias contemporâneas do continente. Posteriormente, em prol do segundo objetivo são observados e estudados, partindo do caso argentino, os desafios que lançam a opinião pública, os novos movimentos sociais e o eleitorado às democracias representativas na América Latina, assim como os questionamentos que, destes três ângulos, se formulam ao funcionamento das suas instituições. Mediante o exame de pesquisas de opinião, a elucidação do papel que desempenham os movimentos de desempregados na cena pública e a análise das modalidades “contestatárias” ou “disruptivas” de comportamento eleitoral verificadas nas eleições levadas a cabo nos últimos anos na Argentina, pretende-se deixar em evidência o forte descontentamento que existe com as instituições democrático-representativas no país e, ao mesmo tempo, o importante grau de adesão que continua concitando a democracia como projeto, como ideário ou aspiração a uma vida melhor.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; América Latina; Argentina; Teoria democrática; Teorias da transição; Teorias da consolidação; Movimentos sociais; Comportamento eleitoral; Pesquisas de opinião pública.

RESUMEN

El primer objetivo de este estudio consiste en examinar, desde una perspectiva crítica, los fundamentos conceptuales de las teorías de la transición y consolidación con las que se ha buscado explicar los procesos de cambio de régimen político en América Latina en los últimos lustros. El segundo objetivo es el de efectuar, a partir de tal examen, un análisis de las democracias “realmente existentes” en el continente, concentrando la atención en el caso argentino. Así son revisadas, en primer lugar, las categorías y los conceptos centrales de las corrientes teóricas hegemónicas y, principalmente, los modos de aprehender y definir el fenómeno democrático con que ellas trabajan, buscando observar los problemas que tales modos traen aparejados y las dificultades que surgen cuando se utilizan esas categorías - aún hoy predominantes en la ciencia política - para el estudio de la situación en que se encuentran las democracias contemporáneas del continente. Luego, en pos del segundo objetivo, se trata de observar y estudiar, partiendo del caso argentino, los desafíos que la opinión pública, los nuevos movimientos sociales y el electorado lanzan a las democracias representativas en América Latina, así como los cuestionamientos que, desde esos tres ángulos, se plantean al funcionamiento de sus instituciones. Mediante el examen de encuestas de opinión, la elucidación del papel que juegan los movimientos de desempleados en la escena pública y el análisis de modalidades “contestatarias” o “disruptivas” de comportamiento electoral verificadas en las elecciones llevadas a cabo en los últimos años en la Argentina, se pretende dejar en evidencia el fuerte descontento que existe con las instituciones democrático representativas en ese país y, al mismo tiempo, el importante grado de adhesión que sigue concitando la democracia como proyecto, como ideario o aspiración a una vida mejor.

PALABRAS CLAVE: Democracia; América Latina; Argentina; Teoría democrática; Teorías de la transición; Teorías de la consolidación; Movimientos sociales; Comportamiento electoral; Encuestas de opinión pública.

ABSTRACT

The first purpose of this study is to examine, from a critical perspective, the conceptual groundwork of the theories of transition and consolidation that have tried to explain the processes of changes in political regimes in Latin America for the last decades. From there, the second goal is to develop an analysis of “real existing democracies” in the continent, focusing on the Argentine case. In order to achieve the first goal, this study will question the fundamental categories and concepts of hegemonic theories of democratization. The idea is to take a look at the problems that those ways of apprehending and defining democracy convey and the difficulties that arise when these categories – dominant in political science today – are used to study the contemporary situation of democracies in the region. As far as the second goal, this research examines, from the Argentine case, the challenges that public opinion, new social movements and the body of voters offer to representative democracies in Latin America, as well as the inquiries that are posed, from these three angles, to the performance of institutions. Through the examination of opinion surveys, the elucidation of the role played by the movements of unemployed people in the public scene and the analysis of “contesting” and “disrupting” manifestations of electoral behavior (manifestations that were observed in the last few elections in Argentina), this study shows that there is a deep dissatisfaction with the democratic representative institutions in this country and, at the same time, that democracy continues to bear a great extent of adherence as a project, as a common ideal and as an aspiration to a better life.

KEY WORDS: Democracy; Latin America; Argentina; Democratic Theory; Transitions Theories; Consolidation Theories; Social Movements; Electoral Behaviour; Public Opinion Surveys.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - UMA RELEITURA DAS ANÁLISES CLÁSSICAS DA TRANSIÇÃO E DA CONSOLIDAÇÃO	15
Uma interpretação crítica	24
A teoria hegemônica da democracia e a noção de legitimidade	49
Para um novo conceito de democracia e um outro tipo de lectura dos regimes políticos do continente	69
CAPÍTULO 2 – PERCEPÇÕES CIDADÃS SOBRE A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E SUAS INSTITUIÇÕES	83
A democracia e seus significados	105
A democracia representativa e suas instituições	115
CAPÍTULO 3 - DESAFIOS DOS NOVOS ATORES SÓCIO-POLÍTICOS ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICO-REPRESENTATIVAS NA ARGENTINA	131
Os antecedentes	134
Generalização dos piquetes	144
Principais características do movimento piqueteiro	150
Diferenças internas: um percurso pelas disparidades nos projetos políticos e nos modos de construção	179
Breve resenha histórica das diferentes agrupações	185
Experiências autonomistas: novas formas de conceber a política e a organização dos setores populares	198
O papel dos movimentos sociais na revitalização da democracia	214
CAPÍTULO 4 – NOVOS COMPORTAMENTOS DO ELEITORADO ARGENTINO	221
Explicações sobre a participação e a abstenção eleitoral	225
Explicações para o voto em branco e o voto nulo	241
As eleições legislativas de 2001: explosão do “voto bronca”	247
As eleições de 2003: entre a fragmentação e a abstenção	280
Análise do pleito presidencial	281
Análise das eleições provinciais	295
A democracia frente aos novos usos da instância eleitoral	311
CONCLUSÃO	315
REFERÊNCIAS	324

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Apoio à democracia por país – América Latina – 1996-2004 (%)	86
Quadro 2 – Satisfação com o funcionamento da democracia – Argentina – 1995-2004 (%)	96
Quadro 3 – Satisfação com o funcionamento da democracia – América Latina – 1996-2004 (%)	98
Quadro 4 – Avaliação da democracia entre os que apóiam este regime – América Latina – 2004 (%)	100
Quadro 5 – As características mais importantes da democracia – América Latina – 2001-2002 (%)	108
Quadro 6 – As características mais importantes da democracia – Argentina – 2001-2002 (%)	109
Gráfico 1 – Cortes de estradas (1997-2003)	147
Quadro 7 – Evolução dos cortes de estradas e vias públicas, por distrito (1997-2003)	148
Quadro 8 – Filiação partidária e orientação ideológica das agrupações piqueteiras	194
Quadro 9 – Eleições para legisladores nacionais – 14 de outubro de 2001 – Votos em branco e nulos como proporção do total de votos emitidos	247
Quadro 10 – Eleições para legisladores nacionais – 14 de outubro de 2001 – Votos em branco, votos nulos e abstenção como proporção do eleitorado habilitado para sufragar	247

INTRODUÇÃO

Esta investigação procura alcançar basicamente dois objetivos. O primeiro deles consiste em examinar, desde uma perspectiva crítica, as teorias com as que, ao longo dos últimos lustros, tem se tentado explicar os processos de mudança de regime político no continente latino-americano, ou seja, os dispositivos conceituais que têm sido utilizados na análise dos processos de transição e consolidação democrática nos nossos países. Buscaremos, portanto, na primeira parte de nosso trabalho, discutir as teorias da transição e da consolidação democrática, hegemônicas nas décadas dos 80 e 90. E nesta discussão, o que nos interessa é analisar certas categorias, conceitos e enfoques que resultaram centrais para ditas correntes teóricas e que desembocaram numa definição de democracia que se converteu na definição dominante na ciência política de nossos tempos.

Para alcançar este objetivo, faremos uma releitura de alguns dos textos mais amplamente difundidos e citados ao analisar a queda dos regimes autoritários e a recuperação ou reconstrução das instituições democráticas, tratando de observar as insuficiências de que adolecem estas abordagens e as dificuldades que ocasionam àqueles que buscam utilizar suas categorias para o estudo dos contraditórios processos vividos na América Latina e a situação em que se encontram as democracias contemporâneas do continente. Procuraremos examinar as conseqüências que trazem atreladas estas análises quando definem como principal objeto empírico a conduta, o acionar e as estratégias seguidas pelas elites dirigentes, relegando a um segundo plano, ou até deixando de lado, outros elementos explicativos de inegável importância. Concentraremos a nossa crítica no viés fortemente politicista que caracterizou trabalhos como os de Garretón (1987) ou estudos já clássicos da transitologia democrática como o organizado por O'Donnell, Schmitter & Whitehead (1988), que levou estes autores a descuidar os componentes sócio-econômicos dos processos políticos em curso e as características ou a

natureza dos novos regimes em termos de qualidade, desempenho e legitimidade popular.

Vale dizer que nesta primeira etapa, de cunho teórico, tentaremos examinar e sistematizar os traços mais relevantes das explicações que predominam na ciência política contemporânea a respeito da queda dos autoritarismos, da mudança de regime e da re-emergência das instituições democráticas para, depois de tal sistematização, nos dedicarmos a uma análise crítica, nos internando na busca de explicações alternativas. Apontaremos para raciocínios que dêem maior espaço aos componentes sociais e econômicos da democracia, que prestem maior atenção às percepções cidadãos sobre a realidade política e que relativizem o peso que, em detrimento da conduta e dos sentimentos de outros atores coletivos e das grandes massas populares, costuma-se outorgar às elites dirigentes. Coincidindo com Nancy Powers (2001), estimamos que é conveniente observar com mais detenimento as não elites para tentar compreender a visão que têm do mundo político aqueles que não fazem parte dos grupos dirigentes. As opiniões e atitudes dos setores sociais hoje excluídos de uma cidadania plena, do mercado de consumo e do mundo do trabalho podem nos revelar muito sobre a qualidade e legitimidade da própria democracia e seus múltiplos significados, ajudando a expandir a compreensão e alargar as fronteiras do que se entende habitualmente como campo do político.

E esta releitura crítica nos servirá, ademais, de ponto de partida para o desenvolvimento do segundo objetivo que queremos alcançar com esta investigação, que é o de realizar um exame das democracias “realmente existentes” no continente latino-americano, concentrando nossa atenção no caso argentino. Procuraremos estudar a situação em que se encontra a democracia no país vizinho no que se refere a questões tais como a legitimidade popular que ostenta o regime político e sua evolução ou involução ao longo do tempo, assim como a qualidade e densidade social que exibem suas instituições. Em outras palavras, nos capítulos 2, 3 e 4 de nossa pesquisa discutiremos, a partir do caso argentino, os desafios que a

opinião pública, os novos movimentos sociais e o eleitorado lançam às democracias representativas na América Latina, assim como os questionamentos que desde esses três ângulos são direcionados ao funcionamento concreto de suas instituições.

Seguindo estes objetivos, uma das duas hipóteses que orientará o nosso trabalho, e que pretendemos demonstrar, é que a incapacidade dos estudos clássicos da transição e da consolidação democrática para fazer uma adequada interpretação e previsão de crises sócio-políticas – como as que vêm sofrendo a Argentina, a Bolívia, o Equador e tantos outros países latino-americanos na atualidade – provem das insuficiências deste tipo de enfoques e os problemas que traz atrelada a concepção democrática dominante na ciência política que estes pressupõem. Suas ferramentas conceituais e seus métodos teórico-analíticos, ao se centrarem quase que exclusivamente no estudo das elites dirigentes e seus comportamentos estratégicos, não têm deixado lugar para o tratamento de uma série de dimensões de natureza política, econômica e social de enorme importância. Precisamente sustentaremos que resulta crucial o resgate destas dimensões, não contempladas nos trabalhos pertencentes ao paradigma hegemônico, para começar a entender melhor o processo de crise estrutural que sofrem as instituições da democracia representativa nos vários países da região e tentar imaginar, nos valendo de novos enfoques e perspectivas, os possíveis caminhos e horizontes que aguardam a estes regimes políticos.

Em que pese não buscarmos estudar detalhadamente a realidade política e social do conjunto dos países do continente, estimamos que um exame dos avanços e retrocessos que tem mostrado a democracia argentina desde sua recuperação institucional – em 1983 – até os dias de hoje, pode servir de exemplo e ilustrar as situações semelhantes pelas quais estão passando outros países latino-americanos. O estudo da singularidade do caso argentino não nos impedirá, de qualquer modo, de observar algumas grandes linhas convergentes e elementos gerais compartilhados por boa parte dos países da região. As experiências de liberalização política e

simultânea implementação de (contra)reformas econômicas pelas que passaram estes países nas últimas duas décadas, ainda que com diferentes ritmos e graus de extensão, configuram um marco ou uma plataforma comum a serem levados em conta no estudo de qualquer caso nacional.

A revisão crítica das reflexões acadêmicas sobre as transições e consolidações democráticas e do conceito de democracia que ainda hoje prevalece na ciência política do continente nos levará, insistimos, a destacar a necessidade de prestar maior atenção aos elementos econômicos, sociais e políticos que fazem parte do ambiente em que nasce e se desenvolve um determinado regime; nos levará, também, a rejeitar a idéia de que a democracia pode ser concebida como uma simples questão de procedimentos e seleção de lideranças, e nos permitirá explorar quais novas noções deveriam ser incorporadas numa abordagem mais completa e adequada dos processos de redemocratização. Em tal exploração, daremos um espaço destacado à análise e à discussão de questões vinculadas com a legitimidade e a adesão popular que suscita o regime democrático, com a densidade social de suas instituições, com as tendências a ressignificar a instância eleitoral por parte de amplos setores da cidadania e com o exame do papel que desempenham os novos movimentos sociais nos processos de reapropriação crítica do ideário democrático.

Indubitavelmente não escapará a um estudioso atento destes temas o fato de que as investigações sobre a transição e consolidação democrática já não estão no seu momento de maior esplendor, já não concitam o entusiasmo nem gozam do prestígio de outrora. Entretanto, consideramos que é nelas que devemos concentrar os primeiros passos do nosso trabalho, pois foi a partir destas investigações que se estabeleceram os fundamentos conceituais e os modos de apreender o fenômeno democrático que seguem constituindo a linha de pensamento dominante nos âmbitos acadêmicos latino-americanos e nos centros de investigação dedicados a estudar os processos políticos do continente. Os analistas da transição e da consolidação têm desempenhado um papel crucial na ciência política dos nossos

países, dado que eles tornaram onipresentes e praticamente obrigatórias certas categorias, certos temas, certos olhares acerca do que se deve entender por democracia, quem deve ser considerado como seus protagonistas, a quem se deve prestar atenção ao analisar o trânsito de um regime político a outro e como devem ser avaliadas a viabilidade ou as chances de sobrevivência que apresentam os regimes democráticos. Precisamente é isto que nos motiva a levar adiante uma releitura crítica de tais análises. É neste *corpus* teórico e no instrumental metodológico ou operacional com que eles encararam a investigação empírica onde encontraremos os elementos utilizados desde então, de modo praticamente excludente, pelos politólogos dedicados a entender ou explicar a realidade política dos países da região.

Nos apoiando no trabalho teórico-conceitual que será exposto no primeiro capítulo desta tese, procuraremos empreender uma avaliação do tipo de regime político que tem se construído na Argentina, detendo-nos especialmente na observação das bases sócio-econômicas da democracia e na legitimidade que ostentam suas instituições, tentando aportar indícios que ajudem a descobrir quais são os elementos distintivos de regimes políticos como o construído nesta parte do mundo nos últimos anos. Nossa preocupação central girará não em torno das possibilidades de sobrevivência ou durabilidade formal do regime democrático na Argentina, mas em torno das práticas reais que assume a democracia neste país, dos graus de adesão popular que concita, do formato de seu arcabouço institucional e dos modos concretos em que a democracia é vivenciada e sentida pela cidadania. Pretendemos relevar algumas características que nos permitam refletir a respeito de que tipo de democracia existe na Argentina contemporânea. Deixando para trás a dicotomia democracia/autoritarismo – tão cara aos analistas das transições e consolidações – e a preocupação pela sobrevivência formal do regime, tentaremos observar e interpretar alguns sinais que, de maneira bastante eloqüente, estão refletindo aquilo que Collier e Levitsky (1998) denominam o hibridismo latino-americano. Queremos avaliar os fenômenos de decomposição política, perda de

substância e crescente insuficiência de conteúdos que a democracia está sofrendo na Argentina nestes últimos tempos.

Pensamos que o caso argentino é suficientemente ilustrativo das conseqüências políticas produzidas pela deterioração acelerada dos padrões de vida das grandes maiorias nacionais. O agravamento da crise econômica e social operada recentemente neste país levou a uma acentuada queda dos níveis de confiança nas instituições democrático-representativas e no seu funcionamento, assim como a uma rejeição crescente face aos partidos políticos e aos seus principais dirigentes. Acreditamos que é possível estabelecer uma relação bastante estreita entre um fenômeno e outro e verificar como na Argentina os ajustes neoliberais têm comprometido a consistência interna do regime democrático representativo, abalando seriamente as bases de apoio social de suas principais instituições. Podemos comprovar que, contrariamente ao que prognosticavam Jorge Domínguez (1998) e tantos outros politólogos inscritos na corrente hegemônica acerca dos efeitos benéficos para a consolidação da democracia das políticas econômicas levadas adiante nos anos 90 nos países da América Latina, tais políticas não têm feito mais do que tornar cada vez mais frágeis os consensos que vinham sendo construídos ao longo de todos estes anos em torno das instituições democrático-representativas.

Neste sentido, Oxhorn & Starr (1999) advertem que com freqüência se desatam tensões entre os processos de liberalização econômica e liberalização política, tensões que podem socavar – e de fato consideramos que é o que está acontecendo na Argentina, no Peru, no Equador, na Bolívia e em tantos outros exemplos nacionais – os próprios fundamentos do sistema democrático em seu formato contemporâneo. Estes autores assinalam que as (contra)reformas econômicas levadas adiante na América Latina nos 90 têm originado uma fragmentação excessiva da sociedade e uma incapacidade do regime político e do aparelho estatal de responder às demandas populares, o que leva a uma maior

desconfiança e descrença nas instituições da democracia realmente existente por parte dos setores mais afetados pelas políticas de ajuste. Os efeitos sociais regressivos resultantes dos processos de reestruturação econômica têm, sem dúvida, um forte impacto na avaliação e na consideração pública do regime democrático e das instituições de representação. Haggard & Kaufman (1995), na mesma linha, argumentam que a instabilidade econômica e a recessão prolongada ameaçam a consolidação da democracia. E coincidimos com Atilio Boron (1998) quando afirma que as (contra)reformas econômicas neoliberais têm se convertido num dos maiores obstáculos para o fortalecimento ou a consolidação democrática nos países latino-americanos. Não é necessário ser um devoto do paradigma estruturalista para perceber que as medidas econômicas adotadas na América Latina na última década exercem e exercerão, por muito tempo, um forte impacto sobre a própria democracia, sobre sua qualidade e sobre sua legitimidade popular. Resulta pertinente perguntar, também juntamente com Boron (1999), quanta pobreza e exclusão a democracia pode resistir. Como bem sustenta este autor, a democracia, enquanto sistema de organização sócio-política, não pode ser cindida da estrutura econômico-social sobre a qual repousa. Dificilmente pode se pensar que um regime democrático que deva seguir sendo considerado como tal possa se sustentar no médio e longo prazo numa sociedade cada vez mais injusta e desigual, onde as brechas não cessam de se agigantar. Uma democracia com algum conteúdo exige certas condições básicas de possibilidade, um certo *mínimum* de igualdade e inclusividade.

Carlos Vilas (1998) aponta, com acerto, que o agravamento das desigualdades sociais tensiona a estabilidade das instituições democráticas de maneira crescente e mantém viva a tentação autoritária. Existem países no continente latino-americano onde tal tentação tem sido mais visível, como no Peru, no Paraguai e na Venezuela, e outros onde, em que pese a institucionalidade macro se manter dentro de parâmetros “normais”, o retrocesso em termos de cidadania é bastante evidente. Em muitos países, a ameaça maior residiria já não no retorno ao

regime autoritário, mas numa regressão ou decomposição paulatina, que leva a que o regime democrático se converta num conjunto de rituais sem maior conteúdo. Situações de crise semelhantes ou ainda menos graves que as que se vivem atualmente na América Latina teriam bastado, em outras épocas, para desencadear um golpe militar e o colapso dos regimes democráticos. Como sustentam Hélgio Trindade (1991), Boron (1994) e Felipe Agüero (1998), o problema atualmente não consiste tanto numa intervenção direta das Forças Armadas, mas no crescente déficit de legitimidade popular da democracia representativa causado pela pobre qualidade de seus resultados, pela falta de transparência na gestão dos assuntos públicos e pela incapacidade manifesta que demonstram os regimes inaugurados nos anos 80 para melhorar as condições de vida das grandes maiorias nacionais.

O grande desafio é hoje o de evitar o progressivo esvaziamento de conteúdos e finalidades das democracias realmente existentes no continente, assim como o de neutralizar o risco de cair em ditaduras de novo tipo, ditaduras plebiscitárias que se alcem com o poder aproveitando um certo apoio popular inicial. Conforme o que prognosticou Giorgio Alberti (1991) alguns anos atrás, resulta oportuno insistir em que o agravamento da crise econômica tende a gerar uma situação de anomia social que bloqueia qualquer processo de fortalecimento das instituições democráticas, a ponto de deixar as portas abertas para novas aventuras autoritárias; aventuras – agregaríamos – que poderiam apresentar-se também sob novas formas, algumas inclusive sob a aparente preservação de certas formalidades democráticas cada vez mais carentes de conteúdo ou de substância.

Neste trabalho, portanto, buscaremos observar o que sucede no mundo social e especialmente quais são as atitudes e opiniões que predominam entre os setores populares de nossos países frente à democracia realmente existente e às suas instituições, que sentidos lhe atribuem e que tipo de reação e de diálogo estabelecem tais setores com o ideário democrático. Ao prestarmos atenção aos pontos de vista dos “de baixo”, dos que não pertencem às elites estabelecidas,

poderemos entender melhor a multidimensionalidade que encerra o fenômeno democrático, apreendendo mais adequadamente suas marchas e contramarchas, suas deficiências e insuficiências e a enorme carga de frustrações que as instituições representativas têm gerado no seio de nossas sociedades em suas duas décadas de existência.

O triplo enfoque escolhido para a parte empírica da investigação – exame de pesquisas de opinião pública, elucidação do papel que desempenham os novos movimentos sociais na cena pública e análise de modalidades “contestatárias” ou “disruptivas” de comportamento eleitoral – nos permitirá escapar da interpretação absolutamente limitada que tem predominado ao longo de todos estes anos nas correntes hegemônicas da ciência política, assim como escapar também do viés fortemente elitista que permeia as análises clássicas dedicadas a explicar os processos de democratização. Este triplo enfoque nos possibilitará, ademais, alargar o campo de análise e compreender, desde uma visão alternativa, o que vem acontecendo em países como a Argentina, países nos quais as instituições da democracia representativa vêm sendo submetidas a constantes desafios. E nos permitirá também apresentar nossa segunda hipótese, que consiste em sustentar que essas impugnações e críticas por parte de amplos setores da população não implicam uma abdicação do projeto ou da utopia democrática, mas sim uma luta tenaz em prol da concreção de suas principais promessas e conteúdos, uma luta por uma democracia mais vinculada às vivências e às preocupações quotidianas das grandes massas populares hoje excluídas do consumo e da condição de cidadania.

Estes sentimentos poderão ser interpretados à luz da evolução (ou involução) dos índices de apoio às instituições do regime democrático que vem expressando a opinião pública em pesquisas levadas a cabo nos últimos anos. A análise dos números resultantes das medições efetuadas pelo Latino-barômetro desde 1995, tanto em termos globais como de forma desagregada, nos permitirá observar quais são as percepções sociais acerca das principais instituições democráticas e do seu

funcionamento. Os dados oferecidos pelo Latino-barômetro, além disto, pelo caráter continental que revestem, nos proporcionarão a possibilidade de investigar o caso nacional escolhido num marco mais amplo, no qual se possam extrair algumas conclusões sumárias resultantes da comparação do caso argentino com o que está acontecendo nos demais países da região. Cabe esclarecer que a análise não será tão somente quantitativa, mas que ao interpretar estes dados buscaremos captar também as aspirações, significados e sentidos que encerra a palavra “democracia” para os diferentes setores sociais hoje em geral descontentes com o seu desempenho e com os seus resultados.

No caso dos movimentos sociais, nos concentraremos num universo que tem ganhado enorme notoriedade nos últimos tempos e que bem pode ser tomado como ilustrativo do que está acontecendo não só na sociedade argentina mas também em muitas outras sociedades da região. Concretamente, escolhemos o movimento de trabalhadores desempregados, o movimento dos *piqueteiros*, para ver desde aí quais são os sentimentos e as reações de partes importantes da cidadania dos nossos países frente ao deficiente funcionamento do regime político democrático. A análise deste movimento nos permitirá ver quais são as conseqüências da crise econômica, política e social deflagrada no continente latino-americano e como esta crise tem minado as bases sobre as quais se apoiavam as instituições democráticas, esvaziando-as de conteúdo e incidindo de modo negativo nos seus índices de legitimidade ou de adesão popular.

Por último, o outro ângulo a partir do qual trataremos de interpretar estes sentimentos e estas atitudes populares frente ao deficiente funcionamento do regime democrático-representativo na Argentina, é o do comportamento eleitoral, nos concentrando especialmente nas modalidades “contestatárias”, “atípicas” ou “disruptivas” que assume o exercício (ou o não exercício) do direito ao sufrágio. Buscaremos observar fundamentalmente qual é a trajetória experimentada pelos votos em branco, pelos votos nulos e pelos índices de abstenção nos pleitos

eleitorais desenvolvidos na Argentina desde 1983 até hoje, com especial ênfase naqueles levados a cabo nos últimos anos. A análise e a interpretação deste tipo de comportamentos nos brindarão novos elementos que nos aproximem um pouco mais da compreensão de como a democracia é sentida e de como as suas principais instituições são avaliadas pelas diferentes camadas da sociedade argentina. Por sua vez, nos permitirá ver de que modo o modo eleitoral é reapropriado e ressignificado, utilizado muitas vezes já não como uma instância para a seleção dos governantes, mas como uma instância de produção e transmissão de outras mensagens não contempladas nem previstas pelo arcabouço jurídico-formal das instituições.

Podemos sustentar que o triplo enfoque escolhido nos abre outros horizontes, pois nos permite examinar os vínculos que os setores mais contestatários estabelecem com as idéias democráticas – muitas vezes encarnadas em novas formas de auto-organização – e nos determos na análise das aspirações e demandas por uma radical democratização e ressignificação das instituições democráticas que muitos deles defendem. Tudo isto contribuirá, sem dúvida, para uma melhor caracterização da natureza das democracias latino-americanas, para uma mais fácil visualização das perspectivas que esperam a estes regimes no futuro próximo e para uma reflexão que nos indique até que ponto as mobilizações que se produzem à margem do aparelho estatal e dos canais tradicionais de mediação política, quer dizer, à margem de partidos e sindicatos, podem eventualmente gerar oportunidades de revitalização do tecido democrático e de repolitização dos espaços sociais em que desenvolvem sua vida os setores subalternos.

Tentaremos incorporar “outras” formas de ver, de entender, de definir e de viver o fenômeno e as práticas democráticas, formas em geral “esquecidas” pelas correntes transitológicas, consolidológicas, elitistas competitivas, neoinstitucionalistas e demais variantes da tendência hegemônica no campo da ciência política contemporânea, até formas esquecidas não apenas por elas, mas também deixadas de lado por muitos aderentes às correntes que defendem uma

democracia mais participativa e que, entretanto, caem, na prática, numa espécie de neoinstitucionalismo renovado quando fixam seu olhar unicamente nas arenas de participação sócio-política institucionalizadas (estatais ou paraestatais) e nas entidades oficialmente reconhecidas da chamada “sociedade civil” ou do “terceiro setor”, as ONG. Esta incorporação das “outras” formas de apreender a democracia, de participar, de articular o acionar coletivo e de protestar por fora dos canais representativos tradicionais – ou em oposição aos sentidos convencionalmente atribuídos a estes – nos levará a conquistar um panorama mais claro dos problemas, dos dilemas, dos desafios que enfrentam na atualidade os regimes políticos do continente. E por sua vez nos livrará de incorrer na falácia eleitoralista, gerada por transitólogos e consolidólogos quando reduzem a democracia meramente ao institucional e definem a participação cidadã como um fenômeno exclusivamente circunscrito à instância eleitoral.

Acreditamos que a incorporação da análise de outras vozes, de outras perspectivas, de outro tipo de acionar não contemplado nem previsto pelo jogo das instituições pode estimular também o olhar crítico de uma preocupante tendência que vem crescendo nos últimos anos entre aqueles que aspiram a uma democracia mais participativa e menos representativa. Referimo-nos à questão apontada no parágrafo anterior: a tendência a observar exclusivamente certos ambientes institucionais específicos, que como bem diz Adrián Gurza Lavalle (2003), têm ganhado espaço entre os que se dedicam a estudar os movimentos sociais e as perspectivas abertas com o ressurgimento da chamada “sociedade civil”. De uma ciência política radicalmente crítica resulta imperativo, como buscaremos demonstrar nesta tese, dar maior atenção à participação que se produz no mundo social. E por isto esperamos que essa participação, protagonizada por movimentos como o MST no Brasil, os zapatistas no sudeste mexicano, os movimentos camponeses e indígenas nos países andinos, os piqueteiros na Argentina, sejam objeto de estudos mais aprofundados. Trata-se de movimentos autônomos que atuam por fora das instituições, que as transbordam, as desafiam e as modificam,

que lutam por alterar as relações de força existentes na sociedade. Movimentos que, cada um a seu modo, procuram fazer ouvir sua voz e dar novos significados à democracia. Movimentos que não apenas não se desenvolvem dentro do âmbito das instituições políticas convencionais, mas que ao mesmo tempo são também muitas vezes alheios aos espaços institucionalizados da “sociedade civil” e seus protagonistas “oficiais”, as ONGs.

Neste sentido, também deveria ser contestado um discurso que tem certo grau de responsabilidade pelos processos de descrença em que estão submersos os partidos e os dirigentes políticos. Estamos fazendo alusão a um discurso acadêmico que efetua uma chamativa exaltação das ONGs, como pertencentes a um mundo diferente do mundo institucional da política. Como bem diz Lavallo (2003), nos anos 90 numerosos autores construíram uma questionável diferenciação entre a esfera da política institucional, supostamente povoada por atores, práticas e interesses mesquinhos e particularistas, e uma esfera social que, ao se organizar e se mobilizar, conseguiria lutar pela realização do bem-estar geral sem se corromper, encontrando soluções consensuais que compreenderiam o conjunto da sociedade. De esta perspectiva, majoritária entre os estudiosos da “sociedade civil” e do “terceiro setor”, o mundo da política responderia a seus próprios interesses ou aos do mercado, já o mundo das associações e ONGs representaria as verdadeiras demandas e necessidades da sociedade. Evidentemente, isto constitui uma grave distorção, que deveria ser objeto de uma análise minuciosa. Consideramos importante a crítica já que um discurso de tal natureza, em nome de uma maior democratização social, paradoxalmente contribui para um desprestígio ainda maior da atividade política, ao apresentar as organizações não governamentais como “apolíticas” – como se tal coisa fosse possível – e legítimas portadoras do “interesse geral”.

Podemos terminar estas páginas introdutórias concordando com Ramón Máiz (2003), para quem resulta crucial repensar o poder político de uma maneira

diferente, “atendendo à articulação de suas duas irrenunciáveis dimensões: o poder institucional (caracterizado pela sua transitividade, centrado na autoridade, na agregação e na representação, pela decisão, pelo direito, pela esfera pública) e o poder que emerge da *ação coletiva* (caracterizado por sua intransitividade, a mobilização, a contestação, o conflito e a sociedade civil)”¹. Esta reformulação dos modos de abordar a questão democrática, com a inclusão das mobilizações disruptivas, das ações de protesto, dos momentos de conflito e dos atos de desobediência civil, nos permitirá ficar afastados dos conceitos de ordem e estabilidade. Nos permitirá o afastamento das visões da política que restringem esta ao meramente institucional, que em muitos casos perseguem a preservação do *status quo* e que estão tão intimamente associadas à teoria democrática dominante e tão presentes nas explicações que, a partir desse marco teórico, têm se desenvolvido em torno dos processos de redemocratização nos países do continente.

¹ A tradução para o português desta e demais citações em outras línguas foi realizada pelo autor desta tese.

CAPÍTULO 1

UMA RELEITURA DAS ANÁLISES CLÁSSICAS DA TRANSIÇÃO E DA CONSOLIDAÇÃO

No curso das duas últimas décadas, tem se produzido uma abundante literatura sobre os processos de democratização no mundo, que parte de uma série de pressupostos, postulados, conceitos e hipóteses que abriram a possibilidade de comparações internacionais, mesmo entre países a primeira vista muito diferentes. A transitologia tentou assim articular uma sistematização teórica que, a partir das experiências de mudança de regime político acontecidas desde 1974 no sul da Europa, com a derrocada do *salazarismo* em Portugal, e desde 1979 na América Latina, com o retorno da democracia no Equador, oferecesse as ferramentas necessárias para estudar posteriormente situações distantes do âmbito de aplicação inicial. Essas primeiras experiências foram as que inauguraram, em cada um desses continentes, o que Huntington (1991) catalogou como a “terceira onda” de democratização e autores como Schmitter e Santiso (1998) computaram como a “quarta onda” democratizadora².

A importante quantidade de livros, artigos e *papers* escritos sobre o tema tem dado lugar a esta nova subdisciplina que ganhou cada vez maior espaço dentro da ciência política contemporânea. Como afirmam Guilhot e Schmitter (2000), estes esforços acabaram constituindo um ramo dedicado aos estudos da democratização ou ainda, sempre segundo estes autores, teriam dado origem a duas novas

² Estes últimos entendem que a que Huntington define como a “primeira onda”, com uma duração de quase um século (1828-1926), poderia ser considerada, na verdade, como duas ondas de menor extensão temporal. Schmitter e Santiso (1998) adotam, conseqüentemente, a seguinte divisão: a primeira onda iria de 1848 a 1852, a segunda de 1914 a 1922, a terceira de 1945 a meados da década de 1960 – correspondendo à segunda na classificação de Huntington – e a quarta onda – terceira no esquema analítico huntingtoniano – teria se iniciado em 1974, com a queda do regime autoritário em Portugal, e se estenderia até a atualidade.

subdisciplinas estreitamente inter-relacionadas: a ‘transitologia’ e a ‘consolidologia’³. Estas subdisciplinas, por sua vez, têm proporcionado continuidade lógica à seqüência iniciada pelos estudos sobre os regimes autoritários e sua decomposição. Elas também têm convertido a restauração e a estabilização das instituições democráticas num dos principais objetos da investigação politológica em e sobre a América Latina nos últimos tempos.

Nesta literatura, a transição é definida exclusivamente na sua acepção temporal ou cronológica. Por transição se entende o período, de duração extremamente variável e de conteúdo altamente incerto, que transcorre entre a queda de um regime político e a completa tomada do controle das rédeas do poder por parte do regime que vem substituí-lo. Segundo o expressado por O’Donnell e Schmitter (1988:22-23) numa das obras mais citadas e reconhecidas nos estudos sobre os processos de democratização – “*Transições do regime autoritário*”⁴ –, a transição consiste no intervalo entre um regime político e outro; intervalo delimitado pelo início do processo de dissolução de um regime autoritário e a investidura de um novo regime político, que tanto pode ser alguma forma de democracia como um novo tipo de regime autoritário ou um regime de caráter revolucionário. Essa fase transicional se caracterizaria, segundo estes autores, por uma indefinição e uma permanente mudança nos procedimentos ou nas regras do jogo que são, por sua vez, objeto de questionamento e de luta política.

No caso concreto da transição democrática, eles consideram que esta se inicia com a aparição dos primeiros sintomas do processo que pode levar à extinção

³ Estes termos foram utilizados por primeira vez pelo próprio Schmitter (1993) e aqui são empregados com uma conotação eminentemente crítica, o que não implica nenhum viés ou intenção irônica.

⁴ Guillermo O’Donnell (2002), num artigo recente onde responde às críticas feitas a esta obra, manifesta-se reticente a se reconhecer como um dos precursores do paradigma transitológico. Entretanto, e a despeito do desconforto expressado por O’Donnell e de sua negativa em assumir a paternidade deste enfoque – ainda hegemônico nas investigações sobre os processos de democratização –, cabe destacar que a exaltação desta obra como um dos mais prestigiosos e influentes estudos é uma constante na literatura sobre o tema.

do regime autoritário e finaliza quando o novo regime democrático consegue instituições regulares e uma constituição majoritariamente acatada e quando as novas autoridades conseguem impor sua supremacia aos militares ou às nomenclaturas que anteriormente detinham o controle do aparelho estatal. Segundo O'Donnell e Schmitter (1988:107), “a transição se encerra quando a ‘anormalidade’ já não constitui a característica principal da vida política” e quando os atores estabelecem e respeitam o conjunto de procedimentos que determinam o acesso aos cargos governamentais e que regulam o processo de tomada de decisões do Estado.

Como primeiro rasgo geral compartilhado pelos trabalhos que tratam destes temas, cabe mencionar que se desenvolvem a partir de um diálogo com a literatura dedicada a abordar a natureza dos regimes autoritários precedentes. Vale destacar, também, que surgem, em boa medida, como reação ao estruturalismo predominante na academia em décadas anteriores. Esta postura teórico-metodológica apontava a debilidade da burguesia nacional, a pobre estruturação das classes sociais, o predomínio de uma cultura política autoritária e a dependência dos grandes centros econômicos e financeiros internacionais como fatores responsáveis pela ruptura dos regimes democráticos no passado. A nova vertente mudou o foco e decidiu concentrar sua atenção nas elites políticas e nas suas decisões, opções e estratégias. A democracia passou a ser vista, a partir de então, como o resultado das habilidades, tomadas de decisões e estratégias racionais seguidas pelos grupos dirigentes e atores políticos mais relevantes. Desta nova ótica, os diversos quadros e situações políticas dependerão, fundamentalmente, das ‘jogadas’ levadas a cabo por um número limitado de participantes e de suas interações contingentes. Como aduz Javier Santiso (1993), o espaço qualitativo fundamental, em cujo interior podem se dar os processos de democratização, fica assim definido pelos atores e pelas ações e os caminhos que eles escolham e já não mais pelas grandes questões econômicas ou sociais.

A disposição das elites, seus cálculos, suas negociações e os pactos que celebrem determinarão, segundo esta perspectiva, as probabilidades de uma abertura para a democracia e as características mais marcantes que esta irá assumir. Os líderes político-partidários mais destacados e as decisões por eles adotadas passam a ser a matéria prima principal com que terão de trabalhar os investigadores dedicados a explicar os processos de mudança de regime, abandonando – ou deixando num segundo plano, segundo a perspectiva particular do investigador – a preocupação existente em outras épocas pelas condições e os pré-requisitos econômicos e sociais necessários para o nascimento de uma democracia estável. O ressurgimento ou a catalisação das instituições democráticas já não derivaria principalmente – segundo esta nova ótica – de fatores macro-estruturais, mas essencialmente das habilidades, dos gestos, das atitudes e das condutas de certos indivíduos chave. Nestas análises, as distinções substanciais entre um sistema político e outro se explicam pelo tipo de funcionamento das elites dirigentes e pelos graus de compromisso, de cooperação e de confiança que manifestem, assim como pelo nível de diferenciação e de unidade que demonstrem. Estes atributos seriam cruciais para a compreensão da estabilidade ou instabilidade política de um sistema e para poder prever o tipo de saída – autoritária ou democrática – que terá uma determinada crise.

A necessidade de selar compromissos e a desejabilidade da celebração de pactos entre os encarregados do regime autoritário e os líderes do regime político nascente ocupam, portanto, um importante espaço nestes trabalhos. O'Donnell e Schmitter (1988:67) utilizam com freqüência o conceito de pacto, concebendo-o como “um acordo explícito, mas nem sempre publicamente explicado ou justificado, entre um conjunto de atores, na busca de definir (ou redefinir) regras cujo sentido orienta seu comportamento político com base em garantias mútuas relativas aos ‘interesses vitais’ dos participantes no pacto”. Consideram – do mesmo modo que a maioria dos autores pertencentes à transitologia clássica – que o pacto desempenharia um papel destacado em qualquer mudança gradual de regime

político, aumentando sensivelmente as probabilidades de uma transição democrática bem sucedida. Segundo este enfoque, tal instrumento facilitaria o êxito da fase transicional na construção ou reconstrução do regime democrático, apesar de fazê-lo, paradoxalmente – como admitem os mesmos autores recém citados (O’Donnell e Schmitter, 1988) – por meios não democráticos, já que os pactos normalmente são negociados por um pequeno número de participantes, reduzindo a responsabilidade desses atores frente a públicos mais amplos, limitando o leque de opções na discussão da agenda política e excluindo os não integrantes do pacto da tomada de decisões.

Como forma de justificar essa mudança epistemológica, sobretudo por parte daqueles que no passado eram partidários do estruturalismo – como é o caso, para mencionar só um exemplo, do próprio O’Donnell –, esta corrente alega a necessidade de um excepcionalismo metodológico, o que configura outro dos seus elementos característicos. Os autores que aderem a este paradigma justificam-no pelo excepcional das próprias situações estudadas; consideram que as ciências sociais normais têm sido pensadas para períodos de estabilidade política, razão pela qual não serviriam para analisar mudanças de regime, transições ou etapas de crise agudas; momentos, todos estes, marcados pelo predomínio de uma grande incerteza. Segundo Di Palma (1990) e O’Donnell e Schmitter (1988), nestas circunstâncias as explicações estruturais tradicionais deveriam ficar em suspenso e ceder seu lugar a outro tipo de instrumentos conceituais mais adequados para estas novas realidades. Desta abordagem, as transições são apresentadas como situações políticas extremamente imprevisíveis, momentos históricos abertos, períodos com alto grau de indeterminação, nos quais a direção que assumirá a mudança dependerá, essencialmente, das eleições e estratégias adotadas pelos principais agentes políticos.

Em tais circunstâncias, para a transitologia e de acordo com o que expressa Dobry (2000), não existem determinismos nem causalidades estruturais. Ou ainda

quando tais causalidades persistem – como de fato acontece nas análises de alguns autores, pois os que aqui chamamos de transitólogos estão longe de constituir um grupo uniforme ou um bloco monolítico – ficam, de qualquer modo, bastante debilitadas se comparadas com os novos fatores escolhidos. Guilhot e Schmitter (2000) – evidentes protagonistas deste tipo de investigações – têm assinalado que o fato de suspender temporariamente as limitações estruturais seria uma manifestação do caráter histórico que se encontra no nascimento das teorias da transição, já que um de seus principais objetivos consistiria na produção de uma série de hipóteses e ferramentas práticas suscetíveis de ser utilizadas pelos agentes e atores políticos concretos nos processos de democratização.

Esta opção epistemológica traz atrelado um elemento que se repete assiduamente nos textos da transitologia: a invocação de uma terminologia lúdica para tentar explicar as diversas situações que se abrem nos processos de mudança de regime político. Mais uma vez “*Transições do regime autoritário*”, de O’Donnell e Schmitter (1988), constitui um claro exemplo desta propensão, típica das teorias da *rational choice*. No quarto volume da obra (“*Primeiras conclusões*”), os autores recorrem ao uso de expressões tais como “jogo”, “jogadores”, “lances”, “movimentos de peças”, “tabuleiro”, “rodada de jogos”, “partida de pôquer”, para demonstrar o caráter estratégico que encerra toda relação entre os encarregados do regime autoritário e as figuras mais notáveis da oposição política. Neste sentido, nos parece ilustrativo reproduzir um parágrafo em que O’Donnell e Schmitter (1988:108-109) se referem à transição como uma partida de xadrez: “[...] propomos a metáfora de um jogo de xadrez de níveis múltiplos. Neste jogo, adicionam-se à já grande complexidade do xadrez normal, as quase infinitas permutações e combinações resultantes da habilidade de cada jogador, em toda jogada, de passar de um para outro nível do tabuleiro. Todos que o jogaram terão experimentado a frustração de não saber, praticamente até o fim, quem vai ganhar, por quais razões e com que peça. As vitórias e derrotas costumam acontecer de forma inesperada para ambos os jogadores”.

Além dos já mencionados, outro rasgo definatório destes trabalhos é a concepção sequencial ou gradualista que assumem, seguindo, com frequência, o esquema analítico proposto por Dankwart Rustow (1970) em “*Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model*”, artigo inaugural do que poderíamos chamar de proto-transitologia. Há, numa quantidade significativa destes textos, uma forma persistente de interpretar a realidade que pressupõe a existência de etapas ou estágios diferentes que irão abrindo o caminho para uma paulatina resolução dos problemas e déficits que sofre todo processo de democratização. Por trás desta idéia, está o processo de construção da democracia britânica ou, em versões mais atualizadas, como menciona Dobry (2000), o caso paradigmático da democratização espanhola e o papel conciliador desempenhado por Adolfo Suárez. Não se diz explicitamente que este seja o único caminho possível para levar uma transição a porto seguro, mas se pontifica *urbi et orbi* que a adoção desta via oferece maiores possibilidades de uma implantação firme e consistente da democracia. As distintas situações são comparadas e avaliadas tomando como parâmetros, invariavelmente, estes casos ‘ideais’.

Assim, nesta linha, Giuseppe Di Palma (1990) argumenta que as possibilidades de uma transição bem sucedida guardam direta relação com os ritmos com que opere o processo de restauração das instituições democráticas. A evolução democrática, segundo este autor, se verá fortemente beneficiada pela moderação e o gradualismo que assumirem os principais líderes políticos do regime nascente na hora de negociar a retirada dos dirigentes do regime autoritário. O processo de democratização espanhola e os pactos que levaram a ela são citados insistentemente por Di Palma como bons exemplos do que ‘deve ser feito’ para alcançar uma democracia saudável e duradoura. Do mesmo modo que ele, muitos outros autores, como Maravall e Santamaría (1988) e os próprios O’Donnell e Schmitter (1988) ou Terry Karl (1990), exaltaram as condições que teriam levado à construção de uma democracia ‘viável’ e ‘exitosa’ na Espanha; condições, estas, que estariam pautadas

pela moderação nas demandas dos atores políticos e sociais, pela cautela e pela habilidade dos principais dirigentes e ainda pelo desdobramento paulatino, gradual e ordenado das diversas etapas do desenvolvimento democrático.

A transição espanhola aparece assim na literatura, como bem assinala Hermet (1990), como o protótipo de democratização moderna nas sociedades recentemente industrializadas; como o caminho adequado que, caso venha a ser adotado, permitiria a outros países que tentam recuperar as instituições democráticas quebrar a fatalidade dos ciclos autoritários que pareceu tomar conta deles em décadas anteriores e construir novos regimes políticos estáveis. Este modelo pactuado, gradual, sem ruptura, sem dramas, sem vencidos – claramente contraposto ao processo muito mais conflitivo levado a cabo em Portugal na mesma época – converte-se na panacéia para muitos politólogos, estrategistas, dirigentes e negociadores da transição.

E continuando com a identificação dos principais rasgos que caracterizam este tipo de investigações, cabe mencionar também a tendência a trabalhar com muitos casos nacionais de maneira concomitante. Este casuísmo está presente não apenas na inumerável quantidade de obras coletivas – nas que participam autores das mais variadas origens nacionais e dentre as quais *Democracy in Developing Countries*, editada por Diamond, Linz e Lipset (1989) é um bom exemplo –, mas também em trabalhos como os realizados por Linz e Stepan (1996). Estes autores, na sua ambiciosa obra *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*, efetuam uma análise comparativa caso por caso, tentando com isto deduzir de que maneira distintos caminhos ou processos de democratização levarão a diversos sistemas políticos ou desembocarão, ao longo do tempo, em diferentes resultados. A idéia de considerar a modalidade que assume cada transição para tentar prever ou explicar o tipo de regime que será construído é recorrente nestes estudos.

O interesse pelas modalidades de transição ou pelo estudo das diversas trajetórias nacionais aprofundou-se quando começaram as investigações em torno dos processos de democratização na Europa Central e Oriental. Segundo Dobry (2000), isto teria dado lugar a uma nova vertente na subdisciplina da transitologia, que ele denomina ‘transitologia da *path dependence*’. Apesar de que podem constituir uma variante em relação aos estudos clássicos, não há dúvida de que são muitas mais as semelhanças do que as diferenças entre os primeiros trabalhos e os mais recentes. Ainda quando a ênfase quiçá não seja a mesma, o poder explicativo atribuído às vias ou aos caminhos através dos quais as sociedades têm deixado para trás os regimes autoritários e recuperado suas instituições democráticas está presente tanto nos trabalhos mais antigos quanto nos mais novos. A própria transição torna-se, portanto, nestas análises, uma variável independente.

Um dos autores que mais tem explorado esta via analítica é Terry Karl (1990), quem – também em colaboração com Schmitter (Karl e Schmitter, 1991) – procurou corroborar certas hipóteses que indicariam que pequenas diferenças na primeira etapa da democratização podem produzir efeitos de grande magnitude e longo alcance em etapas posteriores de tal processo. Para Karl, é bastante significativa a influência que determinadas eleições anteriores haverão de ter sobre os resultados futuros dos processos de consolidação democrática. Esta autora preocupa-se em estudar como as variações nos modos de transição repercutirão sobre os eventos posteriores, considerando que as transições ou períodos de mudança de regime são momentos fundadores chave para entender o desenvolvimento político ulterior.

Na mesma linha, muitos outros autores como Morlino (1987), O’Donnell e Schmitter (1988) ou Schmitter (1994) argumentaram que a maneira em que se dá a transição – caso se trate, por exemplo, de transição por colapso do regime autoritário ou de transição como resultado de uma ruptura pactuada – terá relação direta com os problemas e desafios que deverão ser enfrentados durante a fase de

consolidação das instituições democráticas restauradas. Esta diferenciação binária entre transições resultantes de um colapso do regime autoritário precedente e transições negociadas – que em alguns autores dá lugar a subtipos mais específicos dentro destas duas categorias maiores – ocupa um lugar privilegiado nas análises de boa parte dos transitólogos e consolidólogos. A partir disto, se estabelece também uma conexão bastante estreita entre as interações estratégicas desenvolvidas pelos principais líderes políticos, o modo de transição política e o tipo de democracia que haverá de emergir deste processo.

Uma interpretação crítica

Depois desta breve caracterização dos enfoques transitológicos e consolidológicos predominantes na academia dos últimos lustros, podemos nos deter em assinalar algumas objeções e críticas. Estas objeções e críticas apontarão não apenas para os principais elementos que constituem a rede conceitual tecida pelos analistas enquadrados nestas escolas, mas também para a concepção democrática que está por trás de tais estudos e que tem se tornado claramente hegemônica na ciência política contemporânea.

Em primeiro lugar, resulta oportuno questionar a legitimidade de incluir num mesmo conjunto situações tão diversas como as vividas no sul da Europa, na América Latina e nos países do Leste. De acordo com o que assinala José Nun (1994), para tornar viável tal inclusão costuma-se apelar a um denominador comum mínimo baseado numa definição excessivamente restrita e formal do liberalismo democrático, o que pode levar a assemelhar, de maneira falaz ou superficial, situações que pouco têm que ver entre si ou a cair no risco de um reducionismo político que, ao transladar experiências de um contexto a outro, o faça de um modo apriorístico e acrítico.

As analogias e comparações que se estabelecem, por exemplo, entre as realidades latino-americanas e as experiências de mudança de regime político, econômico e social nos antigos países do socialismo real podem ser objeto de importantes reservas. Coincidindo com Bunce (1995), cabe afirmar que não existe uma sólida fundamentação que nos permita assumir a realidade dos países pós-comunistas como uma simples variante do fenômeno maior constituído pelos processos de transição de regimes autoritários a regimes democráticos. É possível formular sérias dúvidas com relação ao tipo de regime sócio-político que se está construindo nos países do Leste europeu nestes últimos anos, assim como também com respeito à possibilidade de compará-los, num pé de igualdade, com os regimes que têm surgido ou ressurgido no continente latino-americano nos anos 80. Como assinala Ben Ross Schneider (1997), muitas das ambiciosas comparações intercontinentais produzem resultados teóricos pobres, principalmente quando insistem na busca de convergências.

Consideramos que a obstinada busca de generalizações e padrões comuns nos processos de transição política, assim como a excessiva preocupação pela criação de tipologias e classificações onicompreensivas, impediram uma observação e análise mais aguçada das singularidades de cada caso nacional e dificultaram, também, uma melhor avaliação do tipo de democracia que ia se configurando em cada um deles. As explicações politicistas, ao formalizarem e simplificarem de maneira exagerada, não têm deixado suficiente lugar para a história de cada país. Bunce (1995), neste sentido, se pergunta onde ficou o contexto histórico dos processos políticos, contexto que fora contemplado por Rustow (1970) no artigo já mencionado. Para Bunce, os transitólogos tenderiam a se concentrar no presente, apagando o adjetivo 'histórico' de suas argumentações e análises.

Outra crítica importante que cabe fazer à perspectiva dominante nos estudos sobre a transição e a consolidação dos novos regimes políticos refere-se à

concepção democrática minimalista subjacente. As conceitualizações desenvolvidas sob essa perspectiva implicam pressupostos normativos, nem sempre explicitados, acerca dos atributos que deve reunir uma democracia para ser considerada estável e consolidada. Autores como Huntington, Di Palma, Morlino, Flisfisch ou Valenzuela – para citar só alguns casos bem representativos – limitam-se a definir a consolidação democrática como o estabelecimento de regras e procedimentos que garantam a alternância rotineira do poder entre rivais eleitorais. Nos trabalhos destes autores, de clara impronta *webero-schumpeteriana*, a democratização se reduz à mera normalização das instituições formais; a democracia é vista exclusivamente sob o prisma da institucionalização política, passando por alto as relações entre democratização político-institucional e democratização social.

A tendência a considerar o político como variável autônoma reforça o isolamento deste campo e sua separação de todo âmbito extra-institucional. Este discurso consagra a limitação da democracia exclusivamente à esfera das instituições oficiais, legitimando uma noção de democracia que não guarda relação com os necessários e impostergáveis processos de transformação social, com os anelos de emancipação e justiça substantiva e com as vivências quotidianas das grandes majorias populares. Isto sem considerar o nocivo papel que tal tipo de discurso representa, ao neutralizar ou tirar legitimidade às lutas travadas no mundo social pela redefinição do espaço democrático. Se por um lado não é possível negar o avanço que implica a incorporação da dimensão política e da dimensão mais especificamente institucional à análise do fenômeno democrático, por outro lado não há como não impugnar – como bem questiona Brandão (2002) – o “esquecimento” das dimensões econômica e social.

Recorrendo novamente a Nun (1994), é importante reafirmar que um conjunto de regras de seleção de autoridades de modo algum pode ser suficiente para explicar práticas sociais concretas. A democracia, como diz Atilio Boron (1994), não pode ser condenada a uma mera e fria gramática do poder. Pensamos

que não há como justificar a hegemonia das definições minimalistas e procedimentais da democracia num lugar como a América Latina, onde os condicionantes sócio-econômicos são mais do que evidentes. Não há maneira de justificar uma concepção da democracia que implique somente um mecanismo de redefinição institucional e de procedimento, sem levar em consideração fatores econômicos, sociais e culturais. Não existem argumentos convincentes que levem a aceitar o reducionismo formalista desta perspectiva, que esvazia a democracia de todo conteúdo substantivo e a transforma numa simples alternativa ‘civilizada’ frente ao terror dos regimes autoritários precedentes; alternativa em que o único que parece contar é a interação estratégica levada a cabo por aqueles que esta literatura define como “atores relevantes”. Não podemos concordar com os que sustentam que a democracia é só um jogo formal, um jogo que aconteceria, como bem diz Vouga (2002), nas nuvens etéreas da ciência política dominante⁵.

Insistimos neste último ponto: como aceitar que a democracia possa ser considerada em abstrato, ‘filosoficamente’, sem prestar atenção aos problemas, às contradições, aos conflitos de classe, às articulações e às correlações de forças que se estabelecem no mundo real?⁶ Como diz Agustín Cueva (1988), sem pensar nos ‘adjetivos’ – e aqui discrepamos absolutamente da argumentação que expõe Enrique Krauze (1986) no seu livro *Por uma democracia sem adjetivos* – e sem levar em consideração as ‘condições’ e a situação em que a democracia nasce e se

⁵ Conforme Atilio Boron (2003a: 317), “Caso houvesse uma teoria ‘política’ marxista – tal como se pode falar de uma teoria política weberiana, ou da escola da ‘eleição racional’, ou neo-institucionalista, porque obedecem a outros pressupostos epistemológicos – isto significaria nada menos do que ter que aceitar o inaceitável, isto é, a reificação da política e o bárbaro reducionismo segundo o qual aquela se explica mediante um conjunto de ‘variáveis políticas’ tal e como se vê na ciência política conservadora. Obviamente, os analistas mais perceptivos desta corrente ocasionalmente admitem que existem elementos ‘extra-políticos’ que podem incidir sobre a política. Mas estas ‘interferências’ são consideradas do mesmo modo que as variáveis ‘exôgenas’ nos modelos econométricos da teoria neoclássica: como incômodos fatores residuais cuja pertinaz influência obriga a levá-los em consideração apesar de não se saber ao certo onde situá-los, como operam e ainda se duvide acerca de quão importantes sejam. Na realidade, como bem observara Noam Chomsky, tais variáveis ‘exôgenas’ são a medida da ignorância contida nas interpretações ortodoxas das ciências sociais”.

⁶ Esta crítica vale também para correntes muito em voga na teoria democrática contemporânea, como a Escola da Democracia Radical, que tem Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como dois de seus principais expoentes.

desenvolve, dificilmente poderíamos refletir sobre o tipo de regime sócio-político que vem se construindo nos países da América Latina nestes últimos anos. E vale destacar que não estamos propugnando um retorno à busca de relações causa-efeito entre fatores ou pré-requisitos econômico-sociais e a aparição de certos regimes políticos, busca típica das teorias da modernização. Não estamos defendendo o restabelecimento de fenômenos de causalidade entre estas duas classes de variáveis nem argumentando em favor da inclusão de fatores ou condições de natureza meramente “contextual” na análise. O que estamos ressaltando é a necessidade de incorporar tais elementos à própria definição do regime democrático, tornando esta definição ou conceitualização mais rica, complexa e útil para apreender a realidade que vivem os países do continente⁷.

No que diz respeito ao postulado metodológico central da transitologia, podemos aderir ao próprio reconhecimento – e autocrítica, talvez? – realizado por um dos autores que mais tem trabalhado com esta perspectiva: Philippe Schmitter. Ele admite que em muitas investigações se realiza uma seleção arbitrária dos atores que haverão de ser considerados na determinação do grau de consolidação alcançado por uma democracia. Em geral, levar-se-iam em consideração, exclusivamente, os partidos políticos e seus líderes mais destacados, em prejuízo de movimentos sociais, associações, comunidades locais e outros atores (Guilhot e Schmitter, 2000). Não seria oportuno examinar a democracia também segundo a

⁷ Dieter Nohlen (1995), por exemplo, sustenta que se está culpando a democracia de maneira irresponsável por toda a miséria do subdesenvolvimento econômico e social e que uma avaliação negativa da mesma não parece justa nem funcional para sua consolidação. Acreditamos que Nohlen estaria realizando uma interpretação equivocada das análises críticas como a que aqui propomos, análises que buscam estudar os componentes sociais e econômicos da democracia e seus efeitos sobre o plano mais estritamente político. O politólogo alemão assinala que, ao criticar a democracia realmente existente na América Latina, se está querendo estabelecer uma relação de causalidade entre este regime e as precárias situações sociais em que se encontra a maioria dos países do continente. Longe de ser este o objetivo, nossa pretensão é a de destacar o lado negativo dos processos de desenvolvimento sócio-político que tiveram lugar nestes anos e aportar evidências que ajudem a compreender melhor os graves problemas que afligem a democracias como a argentina e contribuam, também, para entender mais cabalmente os crescentes déficits de legitimidade que vêm suportando suas instituições.

ótica das grandes massas, relativizando o tipo de análise que coloca o foco principal nos profissionais da alta política?

O fato de dedicar atenção e responsabilizar especialmente pelos processos de transição e democratização as ações ou projeções estratégicas, as condutas racionais, os talentos e a habilidade negociadora de certos indivíduos, traz atrelado um poderoso viés elitista. A necessidade de resgatar e de dar maior atenção às variáveis estritamente políticas – antes não levadas em consideração – não pode autorizar que a democratização seja vista apenas como o resultado de uma eleição, decisão ou rede de opções estratégicas das elites dirigentes nem como um fenômeno de mera negociação do afastamento dos atores autoritários do centro do cenário político. A positiva recuperação destas variáveis não deveria autorizar a omissão ou a subordinação, na análise, das atitudes ou do papel desenvolvido pelo restante da sociedade, e em especial pelos setores populares, nem o desconhecimento da própria história.

Esta tendência aparece de maneira eloqüente nos trabalhos que integram a coletânea de Higley e Gunther (1992), onde o objetivo primordial parece ser a adoção do compromisso das elites como precondição fundamental para uma transição democrática bem sucedida. Tal orientação fica expressa também (embora de modo mais atenuado) na obra clássica de O'Donnell e Schmitter (1988). Nela, os autores postulam que o processo de democratização acabará sendo controlado, inevitavelmente, por um número reduzido de indivíduos: “[...] por mais confuso e múltiplo o número de jogadores iniciais e de suas clagues, o jogo se consolidará nas mãos de um grupo menor de atores melhor organizado com seguidores mais confiáveis – essencialmente, partidos políticos e associações de classe reconhecidos” (p.114). Valerie Bunce (2000), ao comentar de modo genérico este tipo de abordagens, argumenta com bom critério que ficar neste único plano de análise implica dizer que são as elites – e não a sociedade –, a política – com

exclusão da economia –, os processos internos – com exclusão das influências internacionais – os que constituem os fatores cruciais da democratização. Permanecer nessa linha nos levaria a pensar, erroneamente, que a democracia pode ser simplesmente confeccionada ou desmontada de acordo com as opções ou decisões tomadas por um reduzido grupo de dirigentes políticos que atuam num ambiente praticamente dominado pela indeterminação e pela incerteza.

Superestimar a racionalidade destes atores envolvidos no processo político, omitindo as motivações sociais que levam a suas opções individuais, não gerará boas análises. De fato, tal superestimação desencadeia uma visão voluntarista da história das sociedades, uma ‘ilusão heróica’ – segundo a expressão de Dobry (2000) – que, ao desconsiderar os fatores estruturais, impede a compreensão da situação sócio-política em toda sua complexidade. Coincidindo com Santiso (1993), podemos dizer que, ao outorgar um lugar excessivo à habilidade, ao heroísmo e às qualidades pessoais dos líderes, e ao subestimar os condicionantes macro, ofusca-se a compreensão da própria realidade política. Sequer o argumento de que isto só vale para períodos anormais encontra maior sustentação. Por que em épocas de transição as estruturas deveriam ficar num segundo plano ou diretamente não contariam? Em que se baseia o tão alegado excepcionalismo metodológico? Por que a compreensão das transições deveria se concentrar quase que exclusivamente nos cálculos, nas eleições, nos dilemas táticos, na habilidade e na predisposição ou reticência de certos atores para selar compromissos com outros atores políticos ou na capacidade de todos eles para oferecer garantias recíprocas?

Seguindo nesta linha de questionamentos, como justificar a centralidade que adquire o pacto democrático nos trabalhos clássicos da transitologia? Quais são as razões políticas, os argumentos teórico-analíticos e as evidências empíricas que habilitam o lugar destacado que se outorga ao acordo e ao estabelecimento de regras procedimentais e arcabouços institucionais entre os principais líderes políticos? Por que, para O’Donnell e Schmitter (1988), os pactos aumentariam as probabilidades

de uma democracia política viável e gerariam condições mais propícias para a instalação e a consolidação deste regime político? Em que se baseia este último autor (Schmitter 1994) para afirmar que uma transição acordada ou pactuada entre as elites do regime autoritário e os líderes da oposição que garanta os interesses de ambas as partes constitui o cenário mais favorável para o desenvolvimento e ulterior consolidação da democracia? Qual é o fundamento dos argumentos expostos por Karl (1990) ou por Burton *et al.* (1992) em favor da celebração de acordos inter-elites como a melhor forma de estabelecer uma democracia saudável?

Saín (2000) indica acertadamente que o fato de elevar a figura do pacto democrático à categoria de elemento fundamental ou condição necessária para a instauração e posterior consolidação bem sucedida da democracia não deixa de constituir uma modalidade de determinismo análoga às formas de determinismo sócio-econômico rejeitadas pelos referentes do que aqui chamamos de “transitologia”. Consideramos que é um verdadeiro contra-senso impugnar, por um lado, os determinismos outrora hegemônicos nas ciências sociais e, por outro, defender a necessidade de um “pacto democrático” entre os principais líderes e dirigentes políticos como se este fosse um passo iniludível para conseguir um adequado processamento do conflito e das incertezas de uma sociedade complexa e moderna e fosse, também, um requisito indispensável para alcançar a institucionalização do novo regime político.

Barbara Geddes (2001) também questiona a desmedida importância que a maioria dos transitólogos atribui ao pacto. Esta autora, depois de realizar uma exaustiva investigação e ter examinado 163 transições de regimes autoritários produzidas nas últimas três décadas, afirma que existe pouco respaldo empírico para a hipótese de que os pactos aumentariam as probabilidades de uma democratização bem sucedida. Ela considera que a desproporcionada atenção outorgada à figura do pacto é a resultante de uma seleção enviesada dos casos nacionais; seleção que deu

origem a que se acreditasse numa generalização de transições formalmente pactuadas difícil de defender à luz dos fatos históricos concretos. Pactos como os celebrados na Venezuela e na Colômbia em 1958 e na Espanha em 1977, como bem sublinha Geddes (2001), tendem a ser geralmente, numa perspectiva internacional comparada, acontecimentos excepcionais. Conseqüentemente, e contestando o enfoque dominante na literatura, esta autora defende uma interpretação diversa, segundo a qual as poucas tentativas de pacto efetivamente concretizadas teriam sido mais o reflexo de uma série de condições políticas e sociais subjacentes – por exemplo, a presença de partidos enraizados socialmente, bem organizados e disciplinados e com capacidade de assumir e manter compromissos – do que um fator causal independente capaz de explicar a estabilidade política posterior.

Pode-se agregar, portanto, que a inclinação a olhar os pactos bem sucedidos e omitir a observação dos acordos políticos que finalmente não se concretizam leva a exagerar sua importância e seu peso como fator preditivo, sendo que, na prática, muitas democracias – senão a maioria delas – têm-se construído a despeito de que não hajam mediado acordos ou pactos políticos entre os grupos dirigentes do regime autoritário e as elites que posteriormente passaram a deter o controle do aparelho governamental. Em vários casos nacionais (Portugal, a própria Argentina, África do Sul, Polônia ou a antiga Tchecoslováquia, para citar alguns exemplos), a pressão de setores populares mobilizados tem pesado muito mais do que a tentativa de qualquer pacto ou acordo entre as elites como fator gerador dos processos de democratização. Entretanto, e infelizmente – como já assinalamos em parágrafos anteriores –, a literatura sobre os processos de mudança de regime político tem-se caracterizado por não prestar, a este fator, a atenção que realmente merece.

Neste ponto, resulta oportuno um esclarecimento. Somos conscientes de que entre o estruturalismo imperante nos âmbitos acadêmicos em décadas passadas e os estudos que estamos analisando, existiram outras perspectivas intermediárias que

combinavam, em proporções ou doses diversas, elementos de ambos os enfoques. Este é o caso, por exemplo, dos estudos sobre o surgimento e a expansão dos novos regimes autoritários – especialmente sobre os chamados regimes burocrático-autoritários dos anos 60 e 70. Sabemos que nestes estudos, realizados por muitos dos autores que posteriormente se converteriam em grandes nomes da transitologia e da consolidologia, coexistiam elementos claramente políticos junto a outros de caráter mais “duro” ou estrutural depois deixados de lado. Assim, obras de grande alento, que se tornaram clássicos da ciência política das últimas décadas, como *“The Breakdown of Democratic Regimes”*, organizada por Linz e Stepan (1978) ou *“The New Authoritarianism in Latin America”*, editada por David Collier (1979), estabeleceram uma ponte entre ambos os enfoques, constituindo uma espécie de estágio intermediário entre a perspectiva estruturalista outrora hegemônica e o enfoque transitológico, ainda hoje dominante.

“The Breakdown of Democratic Regimes” já se encontraria, talvez, mais próximo da transitologia que do enfoque anterior, diferentemente do que acontece com a maioria dos textos incluídos no livro *“The New Authoritarianism in Latin America”* que mantêm ainda muitos laços com o paradigma estruturalista. De qualquer maneira, as duas obras podem ser situadas nessa área intermediária. Estimamos que constituem dois bons exemplos da transformação epistemológica que começaram a experimentar muitos renomados politólogos durante este período; transformação que os levou a relegar a um plano secundário fatores antes considerados fundamentais para explicar os processos de mudança de regime político e os induziu a abraçar outra classe de variáveis em suas investigações e análises.

Justamente Juan Linz é um dos primeiros autores que, já no volume teórico da obra por ele co-organizada, incorpora o interesse pelo comportamento de certos indivíduos particulares e a observação da habilidade dos principais líderes políticos

como elementos necessários para a explicação do colapso dos regimes democráticos e o nascimento dos regimes autoritários posteriores (Linz e Stepan, 1978). Sem deixar ainda totalmente de lado os fatores de caráter estrutural, Linz passa a enfatizar a influência que exercem os talentos individuais, assim como as virtudes e as capacidades específicas de certos líderes sobre as mudanças e as perspectivas dos regimes políticos. Concretamente nesse estudo, Linz destacou a importância analítica que adquire a observação do papel desempenhado pelos líderes políticos e sua incidência sobre as sombrias perspectivas que tiveram de enfrentar os regimes democráticos da época e que deram lugar ao seu colapso e ao surgimento dos regimes autoritários, configurando processos de transição prévios e inversos aos que a transitologia haveria de estudar anos mais tarde.

De qualquer maneira, e retomando nossa linha argumentativa, vale insistir: resulta difícil aceitar a idéia de que a recuperação da democracia seja consequência principalmente da capacidade, determinação e vontade política de um pequeno grupo de dirigentes que pareceriam atuar praticamente no vazio, com alto grau de autonomia e sem maiores limitações ou condicionantes estruturais. Mais difícil ainda resulta admitir a insistência com que muitos autores continuam recomendando o gradualismo nos processos de democratização, sobretudo considerando o que aconteceu com os regimes políticos latino-americanos nestas duas décadas. O louvável resgate das variáveis políticas não pode abrir o caminho para o total desinteresse a respeito dos elementos de caráter macro-estrutural. Os protagonistas das negociações que conduzem à fase transicional atuam e orientam suas estratégias condicionados por uma série de fatores históricos de mais longo alcance e não apenas por questões conjunturais desprovidas de raízes no passado da própria sociedade, no tipo de conformação estatal, na sua estrutura econômica, social e cultural e no contexto internacional.

Os estudos sobre os processos de democratização costumam se centrar em fatores de natureza interna, não dando suficiente importância aos elementos de

caráter internacional. Salvo exceções, como as investigações realizadas por Huntington ou Whitehead, que analisam o efeito demonstrativo dos casos bem sucedidos de democratização, o efeito de emulação e a influência das potências dominantes nos processos de mudança de regime político, em geral os textos mais relevantes da transitologia se preocupam basicamente por questões ligadas aos principais líderes, a seus juízos políticos e aos reiterados processos de inter-relação que estabelecem. Na maioria das análises o cenário e os atores internacionais e sua importância na mudança de regime são quase completamente deixados de lado. O texto de O'Donnell e Schmitter (1988) é bastante ilustrativo a este respeito: nele, os fatores de ordem internacional são relegados a um plano muito secundário. Para estes autores, as influências dominantes nos processos de transição teriam sido, em todos os casos incluídos no projeto "*Transições do regime autoritário*", fundamentalmente de origem doméstico ou nacional; os fatores internacionais quase não são mencionados.

Todavia, como destaca Peter H. Smith (1991), é absolutamente necessário incluir na análise a influência externa, já que esta pode ser decisiva na hora de avaliar as possibilidades concretas da transição de um regime autoritário para um regime democrático. Ainda quando esta influência, como nos lembra o próprio Smith, consista, na prática, na omissão ou na não intervenção aberta da potência hegemônica nos assuntos internos, contrastando com o que acontecia em outras épocas, quando justamente tal intervenção operava no sentido de apoiar a derrubada dos regimes democráticos por parte do poder militar. E aqui vale citar o recente exemplo da Venezuela e a tentativa de derrubar o Presidente Hugo Chávez em abril de 2002, na qual convergiram, claramente, fatores de natureza interna com fatores de caráter internacional.

Em outro plano, certos autores (Remmer 1995 ou Geddes 2001, por exemplo) afirmam que os estudos sobre a transição não costumam atingir uma adequada síntese teórica nem formular conceitos verdadeiramente valiosos. Muitos

dos esforços realizados desembocariam em grandes tautologias, como a de indicar que a divisão que se dá no seio dos regimes autoritários é que explica o início da transição (Remmer, 1995) ou como a que deriva de sustentar que a consolidação é o processo mediante o qual um regime democrático consegue a força suficiente para persistir no tempo, mostrando-se, em conseqüência, preparado para prevenir ou resistir eventuais crises futuras. Em repetidas ocasiões, as construções teóricas e formulações indutivas efetuadas a partir dos estudos de caso se tornam bastante triviais, a ponto de não justificar plenamente as desmedidas tarefas empíricas realizadas para chegar a elas. Coincidindo com Geddes (2001), podemos dizer que as argumentações presentes na literatura costumam ser insatisfatórias, muitas delas inconsistentes, rara vez conseguindo ir além de um caráter meramente descritivo para alcançar um certo poder de explicação.

Acabamos de mencionar a divisão que se dá no interior de um regime autoritário como um dos elementos aos quais a literatura atribui a capacidade de desencadear um processo de transição. Ademais do caráter freqüentemente tautológico que encerra, esta relação de causalidade nem sempre condiz com a forma em que efetivamente ocorrem as mudanças de regime político nas diversas regiões do mundo. Recorrendo mais uma vez a Geddes (2001), assinalamos que esta autora destaca a necessidade de incorporar um elemento fundamental na análise das transições que não costuma ser considerado: as diferenças que podem ser encontradas ao estudar os regimes autoritários precedentes. A variação no tipo de regime autoritário – variação que passa pelos grupos e líderes que ocupam o governo, pelos setores sociais que lhes dão apoio ou sustentação e pelos procedimentos utilizados para tomar decisões e regular a sucessão – incidiria fortemente sobre as características e a forma em que se produz a transição para o novo regime.

Tentando cobrir esta lacuna, Geddes propõe então uma classificação que compreende três tipos puros de autoritarismo – regimes militares, regimes

personalistas e regimes de partido único – com suas diversas combinações. Resgatamos aqui este elemento para lembrar que a divisão interna do regime como promotora de uma fase transicional tende a acontecer, predominantemente e como bem assinala esta autora, nos regimes autoritários de tipo militar, não sendo freqüente nos outros dois regimes citados. Isto permite entender por que a afirmação de que a divisão interna do regime estimularia a abertura política, além de trivial, não resulta pertinente para explicar os motivos que levaram ao colapso de diversos regimes políticos nos últimos lustros. Na Europa Central e Oriental ou no continente africano, por exemplo, não se produziram divisões internas significativas nas elites que controlavam o aparelho estatal, pelo menos não a ponto de poder configurar motivos explicativos de seu colapso; em geral os fatores desencadeantes do processo de transição nestas regiões têm sido outros. Conseqüentemente, pensamos que deveriam ser relativizadas – ou até abandonadas – as generalizações acerca desta característica, do tipo daquelas efetuadas por O’Donnell e Schmitter (1988:41-42) quando sustentam que “não há transição cujo início não seja conseqüência – direta ou indireta – de importantes divisões no próprio regime autoritário, principalmente ao longo da fronteira flutuante que separa os duros dos brandos”.

Entre esses outros fatores fundamentais que podem ajudar a explicar o fim de um determinado regime político, deveria ser enfatizada a importância da legitimidade ou da ilegitimidade popular com que este regime conte, a importância do apoio ou repúdio popular que suscite. Ao destacar esta variável, escapamos do elitismo inerente a abordagens como as citadas, que só concentram sua atenção no papel dos grupos a cargo do controle do aparelho estatal e nas suas eventuais disputas internas, rupturas ou divisões. Com a observação dos níveis ou graus de legitimidade que ostenta um regime político e a evolução deste indicador ao longo do tempo, damos espaço, na análise, ao papel desempenhado pelas massas populares na conformação desse regime, às características que assume e às perspectivas futuras que se abrem para a sua continuidade, decadência ou transformação.

E nos parece conveniente mencionar também aqui as dificuldades derivadas da própria noção de ‘consolidação democrática’; noção reiteradamente utilizada pelos estudiosos dos processos de democratização no mundo. Podemos assinalar que este conceito vem sofrendo, ao longo dos anos, uma prodigiosa inflação semântica. Seguindo a argumentação de Andreas Schedler (1998), percebe-se que, conforme foi crescendo e se acumulando a produção acadêmica sobre os processos de democratização, aumentou também o número de definições que são atribuídas ao termo consolidação; definições que, em muitos casos, sequer são compatíveis entre si ou até resultam, às vezes, diretamente contraditórias.

De acordo com certas interpretações, a democracia alcança a fase de consolidação quando consegue ficar resguardada de uma regressão autoritária ou quando consegue afastar o risco de uma ruptura institucional (o que indica uma preocupação a respeito da persistência ou continuidade formal do regime político). Para outras correntes, só estaríamos frente a uma democracia consolidada quando ficam suprimidos os perigos de uma erosão ou de uma corrosão de seus fundamentos (preocupação orientada para a natureza e as características que assume o novo regime). Também têm sido incluídas na caracterização deste conceito, como expressa o autor citado acima, questões tão diferentes quanto a legitimidade popular alcançada pelo regime, a difusão de valores democráticos, a neutralização de atores anti-sistema, a supremacia do poder civil sobre as Forças Armadas, a eliminação dos enclaves autoritários, o fortalecimento do sistema de partidos, a descentralização do poder estatal, a diminuição da pobreza ou a estabilização econômica.

Esta ambigüidade e total flexibilidade no uso do termo faz com que cada um possa definir a consolidação de forma diversa. A polissemia reinante obstaculiza sobremaneira o diálogo e o avanço da disciplina. A nebulosa gerada em torno da

idéia de ‘consolidação’ constitui, portanto, outro problema teórico de grande relevância e com indubitáveis conseqüências a serem enfrentadas na hora de empreender uma investigação de caráter empírico. Para Schedler (1998), a solução para esta encruzilhada conceitual passaria pelo restabelecimento do que seria o significado original da ‘consolidação’: o atributo dos regimes políticos que, segundo observadores qualificados, terão condições de sobreviver; o estado alcançado por aqueles regimes que continuarão existindo no futuro, que prometem longevidade. Ao escolher esta opção, Schedler descarta os outros usos ou significados do termo, os referidos ao grau de organização, ao nível de institucionalização ou ao aprofundamento democrático do regime que esteja sendo analisado.

Discrepamos desta última opção e consideramos, por outra parte, que são poucas as probabilidades de alcançar êxito na tentativa de gerar um consenso sobre a utilização de um termo tão invocado e que reúne sentidos tão diversos. Nos parece bastante polêmica a idéia de equiparar – como pretende Schedler – a consolidação com questões referidas à longevidade ou à capacidade de persistência que consegue um determinado regime político. Também estimamos que seria bastante dificultosa a tarefa de determinar *a priori* quando um regime político conseguiria reunir condições de persistência. Na verdade, resultaria mais fácil a observação *ex post* da evolução que tem experimentado um regime político concreto. Tal observação permitiria determinar se o regime sob análise estava consolidado – em caso de que tenha perdurado no tempo – ou se não estava – em caso de que tenha colapsado – conclusões, estas, absolutamente pueris e tautológicas. Na nossa opinião, e este será o caminho que haveremos de seguir na investigação proposta, resultaria mais produtivo deixar de lado a noção de ‘consolidação’ e tentar enriquecer o debate teórico e multiplicar as possibilidades de análises empíricas recorrendo a outros conceitos menos vagos e mais específicos; conceitos que permitam entender melhor os tipos de democracia que estão sendo construídos nos últimos lustros nos países latino-americanos.

Neste sentido, pensamos também que não há maneira de resolver a evidente contradição entre a idéia de ‘consolidação’ entendida como ponto de chegada e a habitual tendência de transitólogos e consolidólogos a entender a democracia como um processo e não como um resultado final. Como bem questiona Bunce (1995), se a democracia é um processo e não um resultado e se o projeto democrático nunca poderá ser desenvolvido em toda sua plenitude, como entender, então, o termo ‘consolidação’ e o que este implica enquanto uma democracia vista como estado final? Isto sem aprofundar aqui na análise de outra contradição que traria atrelada esta noção: a utilização que muitos autores fazem do seu antônimo, a ‘desconsolidação’. Como aceitar que possa haver democracias que entrem numa fase de ‘desconsolidação’? A consolidação não implicaria, para os cultores do termo, a aquisição de uma força tal que impediria eventuais retrocessos repentinos? É concebível pensar que certas democracias, como a Argentina pouco antes de dezembro de 2001, pudessem estar consolidadas e repentinamente nesse mês e os meses subsequentes passassem a estar à beira do colapso? Repetimos, em conseqüência, que nos parece mais útil e interessante abandonar a própria noção de consolidação democrática e aprofundar no descobrimento e na construção de outras ferramentas teórico-analíticas que permitam alcançar melhores resultados, que abarquem as dimensões mencionadas na introdução da presente investigação e que apontem para questões tais como a densidade social do regime político e a qualidade e legitimidade popular de suas instituições.

Outro assunto que vale a pena assinalar é o que se refere à visão ‘etapista’ ou ‘gradualista’ da democratização que impregna estes estudos, visão consubstanciada com a própria idéia de processo citada acima. Não há motivo aparente que leve a concordar com os transitólogos quando sustentam que primeiro devem ser consolidadas as instituições democrático-liberais para depois, num momento posterior, assumir os desafios que implica uma democratização social e econômica mais substantiva – fase, esta última, definida por O’Donnell e Schmitter (1988) como uma “segunda transição”. À luz do acontecido com os regimes políticos

latino-americanos desde a transição democrática dos anos 80 até os dias de hoje, resulta difícil aceitar as recomendações que, na época, faziam estes autores quando declaravam que o melhor caminho para o sucesso consistia num processo de mudança gradual.

Concordando mais uma vez com Nun (1994), pode-se argumentar que esse etapismo ou essa leitura seqüencial da realidade acaba consumando uma profecia auto-realizada, segundo a qual a política se institucionaliza mediante modos que desvalorizam, sistematicamente, a dimensão participativa da democracia, o que depois é utilizado para justificar os mecanismos que, em boa medida, provocam essa apatia, esse desinteresse e essa desinformação que afetam o cidadão médio. Aqui novamente encontramos indícios da marca elitista que caracteriza as análises de boa parte dos transitólogos e consolidólogos que, ao longo de todos estes anos, dedicaram-se ao estudo dos processos de democratização no continente latino-americano. Ao lermos ditas análises, não podemos deixar de lembrar autores como Milbrath (1965), Sartori (1989; 1997), Almond e Verba (1963) e o próprio Schumpeter (1961) na sua defesa de uma participação limitada das massas populares na tomada de decisões governamentais, alentando a persistência de um eleitorado passivo e apático, que se limite a votar a cada quatro anos e se abstenha de se manifestar de outras formas que vão além do plano estritamente eleitoral.

Nas análises mais representativas realizadas sobre os processos de transição democrática na América Latina encontramos fortes sinais que nos remetem àqueles que, em nome do realismo, mudaram substancialmente as bases sobre as quais se assentava a teoria democrática clássica, construindo uma concepção de democracia que deposita o sucesso deste regime político nas mãos de pequenos grupos dirigentes e desconfia de uma participação maior das grandes massas, já que esta poderia pôr em risco a estabilidade do sistema. E isto, logicamente, traz consigo uma direção profundamente conservadora, uma clara manifestação em favor do

status quo, contraditória a qualquer tipo de aspiração de transformação social mais ou menos relevante.

Constitui um tema fundamental do nosso trabalho a crítica a esta concepção da democracia implícita nas teorizações de transitólogos e consolidólogos, que mantém plena vigência na ciência política contemporânea. Em que pese ser verdade que os estudos da transição e da consolidação democrática cederam terreno e já não têm a centralidade de anos atrás, não há como negar a permanência e a força de que goza a matriz conceitual que eles ajudaram a instalar nos círculos acadêmicos. Em países como os latino-americanos isto é absolutamente evidente. Existem suficientes evidências que corroboram a nossa afirmação na produção científica mais recente. Os enfoques institucionalistas, procedimentais e elitistas são os que predominam nos mais variados estudos dedicados a investigar as democracias da América Latina, sua dinâmica política e as perspectivas futuras que esperam a tais regimes. A sombra de Mosca e sua divisão entre governantes e governados, as marcas de Pareto e sua teoria da circulação das elites, os sinais de Michels e sua lei de ferro da oligarquia, os rastros de Schumpeter e sua definição de democracia restrita a um simples método de seleção de governantes estão maciçamente presentes nos diferentes trabalhos e investigações que abordam a realidade política da região.

E voltando à concepção etapista, podemos dizer que diretamente relacionada com ela está a marcada preocupação pelo estudo dos modos de transição. A conexão, já mencionada, entre a modalidade que assume o passo do regime autoritário ao regime democrático e os resultados que esse regime possa alcançar no futuro não chega a ser realmente convincente. O inconveniente radica em que, nesta literatura, tal como assinalam Munck e Leff (1997), não é perceptível de que maneira as modalidades de transição afetarão as trajetórias políticas subsequentes, podendo, em última instância, chegar-se a duvidar se em certos casos concretos – como bem apontam estes autores – tais modos efetivamente incidem sobre esses

processos. Segundo a opinião de Adam Przeworski (1994), uma atenta leitura da copiosa literatura produzida sobre o assunto revelaria que estes estudos trazem poucos resultados. Para ele, seria difícil encontrar fatores comuns entre os diversos casos nacionais, seria mais fácil conseguir explicar *a posteriori* por que um regime fracassa do que prever tal fracasso com antecipação.

Por outra parte, cabe esclarecer que tal análise dos modos de transição, conjugado com a concepção etapista dos processos sócio-políticos já resenhada, desemboca numa questionável lista de prescrições acerca das seqüências e dinâmicas ideais que levariam a uma transição ‘bem sucedida’. Pode-se objetar legitimamente esse excesso prescritivista, esse peso exagerado que costumam ter, na obra dos transitólogos, as receitas sobre os melhores caminhos, estratégias e desenhos institucionais que deveriam ser adotados para que uma transição chegue a ‘bom porto’. Sobretudo se pensarmos que as seqüências ideais sugeridas compartilham, indefectivelmente e como já foi apontado, um mesmo e poderoso viés conservador, que veda qualquer possibilidade de imaginar uma luta por uma democracia mais avançada e elimina, também, as chances de produzir uma análise verdadeiramente crítica das realidades estudadas.

Um caso que serve para ilustrar o que vimos dizendo é o tipo de leitura e o lugar marginal que os estudos politológicos têm reservado à transição portuguesa iniciada em 1974. Não são nada freqüentes as análises que se dediquem a explicar de maneira pormenorizada o período sem precedentes que se abriu na história do povo português com a Revolução dos Cravos, depois da queda da ditadura mais longa do continente europeu no século XX. É difícil encontrar trabalhos dentro da ciência política em que se dê atenção ao que João Arriscado Nunes e Nuno Serra (2003) definem como ricas e inovadoras experiências de participação política, de intervenção popular e de mobilização de massas levadas a cabo a partir da derrubada do regime autoritário. Os agitados meses que sucederam ao 25 de abril de

1974 foram desqualificados pela história oficial como um intervalo anômalo no caminho “normal” que conduziria à implantação da democracia representativa e parlamentar e assim foram interpretados e registrados, também, pelos analistas da transição. Pouco é o que encontramos na literatura internacional sobre os fatos acontecidos entre abril de 1974 e novembro de 1975, mês em que uma nova ação militar, desta vez liderada pelos setores moderados e conservadores, pôs fim ao curto mas intenso período em que a sociedade portuguesa foi protagonista de inéditas experiências de democratização, de participação popular e de autogestão.

Citamos o caso português já que resulta evidente o contraste entre o pouco interesse que este suscita nas análises dos processos de transição democrática e a generosa atenção dada pela maioria dos transitólogos ao caso espanhol e a sua modalidade pactuada. Este fato não tem nada de casual. Mais uma vez depende de opções muito conscientes na hora de escolher os exemplos e de assinalar os casos nacionais que devem se converter em modelos paradigmáticos. Não são aleatórias as persistentes tentativas de apagar da memória coletiva os exercícios de autogoverno, as dinâmicas de mobilização e organização popular, as formas alternativas de sociabilidade e os processos de invenção de outros modos de apreender a democracia, encabeçados por estudantes, trabalhadores e militares naqueles meses que sucederam à derrocada do salazarismo. Não é fortuito que se busque a qualquer custo eliminar das efemérides transitológicas um processo em que amplos setores sociais participaram de um acalorado debate em torno da necessidade de estender a noção de política, de tal sorte que passasse a compreender esferas e áreas da vida social habitualmente consideradas como alheias ao mundo político e às instituições oficialmente definidas como legítimas. E tudo isto em nome do consenso, do equilíbrio, do realismo, da moderação, da persistente necessidade de eliminar qualquer conflito, qualquer posição crítica, qualquer modo alternativo de entender e exercer a democracia. Tudo em prol do imperativo de neutralizar os fatores que, para a concepção dominante, poderiam constituir

ameaças à estabilidade do sistema político e à viabilidade das instituições da democracia representativa liberal.

Insistimos, então, nas ramificações políticas da mensagem tática que transmitem os estudiosos das transições democráticas, as que podem ser altamente questionáveis. Como bem assinala Nancy Bermeo (1990), a recomendação que dimana da grande maioria dos textos sobre a transição democrática sugere que os opositores do regime autoritário não façam jogadas arriscadas, que moderem suas demandas e sigam a via do gradualismo e da cooperação com a linha branda do regime autoritário saínte. Com frequência há uma marcada exaltação, nestes escritos, da necessidade de cautela, de prudência, de moderação e de celebração de compromissos e das vantagens de fazer sentir aos brandos do regime que ainda contam com capacidade de iniciativa política. Tudo o que comporta, segundo nosso ponto de vista, uma inadmissível claudicação. Que tipo de democracia há de levantar sobre pilares tão débeis? Caso coincidamos, por um momento e hipoteticamente, com os investigadores que adjudicam aos modos de transição uma importância decisiva para os resultados posteriores da democracia, cabe perguntarmo-nos se, dessa maneira, não se estaria propiciando ou alentando uma democracia com gravíssimos defeitos congênitos, com severas malformações de nascimento.

Um autor que persiste em percorrer este caminho é Giuseppe Di Palma (1990), quem defende abertamente a idéia de que a transição, para poder se desenvolver com ‘normalidade’, deverá deixar um importante espaço de decisão aos líderes do regime autoritário em decomposição, tomando como exemplo para isto o caso da transição espanhola. Mas não contente com a defesa dos responsáveis pelo terrorismo de Estado, Di Palma também argumenta em favor de manter os privilégios obtidos durante o regime autoritário pelas camadas e grupos empresariais. O viés elitista e conservador, neste caso, não pode ser mais explícito. Di Palma sugere que os trabalhadores deverão ser ‘realistas’ e se contentarem com

recompensas simbólicas e com a restauração do direito ao voto, já que a melhoria ou recuperação de seus padrões de vida e a satisfação de suas reivindicações materiais poderiam colocar em risco a sobrevivência das instituições democráticas recentemente restauradas. No seu discurso a chantagem fica em evidência: ou as massas populares aceitam as pobres democracias realmente existentes tal como são ou deverão assumir a responsabilidade por um retorno aos regimes autoritários do passado, com toda a repressão e morte que estes trazem atrelados⁸.

Esta chantagem aos setores populares por parte dos grupos dirigentes e as classes dominantes tem sido uma constante nos países latino-americanos desde a restauração das instituições democráticas até os dias de hoje. Infelizmente esta atitude também tem encontrado eco e amplificação nos círculos acadêmicos, os que, como podemos ver, não têm feito senão legitimar “cientificamente” esta postura política de inegável cunho conservador. A atribuição de todo tipo de responsabilidade pelo eventual colapso das instituições da democracia ao excesso de mobilização ou à exagerada formulação de demandas por parte da população – na linha da obra clássica de Huntington (1968), do informe da Comissão Trilateral (Crozier; Huntington e Watanuki, 1975) e mais recentemente nos textos de Fareed Zakaria (1997, 2003) – configura um evidente esvaziamento da própria democracia e uma adulteração dos significados e das promessas que esta encerra aos olhos da cidadania. Como veremos mais adiante, o caso da Argentina é sumamente ilustrativo deste tipo de comportamentos e das atitudes extorsivas por parte das elites dirigentes e dos setores dominantes ao longo de todos estes anos.

Ainda de uma forma um pouco menos “extrema”, esta postura aparece também na obra de O’Donnell e Schmitter (1988) já várias vezes mencionada. Em diversas passagens do texto, os autores defendem a conveniência de avançar

⁸ Esta classe de argumento nos lembra as teses reativo-reacionárias tão bem analisadas por Albert Hirschman (1991) na sua obra “Retóricas da intransigência”. Especialmente vemos uma coincidência com a tese do risco, segundo a qual o custo político e social de uma reforma pode ser muito alto, colocando em perigo os triunfos já conquistados.

lentamente, de não ir “longe demais” no processo democratizador e de ajudar às forças da direita associadas ao regime autoritário a reter quotas relevantes de poder no novo regime, fazendo-lhes sentir que seguem contando com a iniciativa política. Em mais de uma oportunidade sugerem que é importante que os setores conservadores mantenham espaços de poder para evitar que acabem optando por sair do jogo, a ponto de imaginarem como cenário ideal aquele em que a direita, e não os setores progressistas, ganhe a primeira eleição pós-autoritária. São freqüentes também as alusões à necessidade de ser “realistas”, à conveniência de não confrontar com os grupos econômicos nem ameaçar às Forças Armadas com qualquer tipo de punição, tudo para evitar o risco de uma regressão autoritária. Mais uma vez perfila-se, pelo que observamos neste exemplo, a tomada de posição das principais cabeças da transitologia em favor do *status quo* e as grandes ressalvas que fazem ante qualquer possibilidade de uma democratização mais profunda e substantiva, que leve em consideração as esperanças e os anelos populares gerados a partir da queda do regime autoritário precedente.

Outro autor que compartilha estas idéias é Leonardo Morlino (1987). Ele considera desejável um acordo entre os brandos do regime autoritário e os setores moderados da oposição; acordo que, na medida do possível, não deixe só nas mãos destes últimos o controle do processo de transição. Segundo Morlino, a participação dos dirigentes do regime autoritário em retirada na condução do processo constituiria um fator positivo para o progresso do novo regime democrático. Os pactos e as coalizões amplas também são citados como elementos que ajudariam a reduzir a intensidade da concorrência e do conflito, contribuindo para o definitivo estabelecimento das instituições democráticas. Nos textos mencionados – sobretudo nos de Di Palma (1990) e Morlino (1987) –, a noção de estabilidade e a preocupação por ela está muito presente: qualquer elemento, movimento ou modificação que venha alterar a relação de forças e a distribuição de poder no seio do aparelho estatal e no conjunto social poriam em dúvida o futuro do próprio regime democrático.

Insistimos: não costuma haver, nestes trabalhos, considerações acerca dos necessários processos de aprofundamento da democracia e da sua extensão às esferas econômica e social. Toda proposta em favor de mudanças mais radicais tende a ser vista, desta perspectiva, como uma ameaça à estabilidade e à consolidação das instituições democráticas. Como reconhecem Guilhot e Schmitter (2000), e reforçando o já assinalado, os que aderem a este enfoque têm a tendência a interpretar as pressões em favor de mudanças ulteriores como fatores de desconsolidação. Efetivamente, pode-se afirmar que há, nas análises sobre a transição e a consolidação democrática, uma exagerada ênfase nas idéias de ordem e estabilidade; ênfase muito presente em *Civic Culture* de Almond e Verba (1963), em *Political Order in Changing Societies* de Samuel Huntington (1968) ou em *Political Man* de Seymour Lipset (1981), entre tantas outras obras já clássicas que fazem parte do paradigma hegemônico da ciência política e da sociologia política contemporâneas. Em todas elas é defendida incisivamente a idéia de que a estabilidade exige um relativo isolamento das estruturas políticas perante as pressões da sociedade e, em especial, dos setores populares.

E aqui reaparece o nome de Max Weber, a quem não podemos deixar de recordar quando buscamos elucidar os antecedentes desta concepção de democracia limitada, conservadora, auto-complacente e elitista que tanta força tem adquirido na ciência política do século XX. A Weber devemos atribuir também grande responsabilidade, sem dúvida, na consagração da concepção de legitimidade predominante nos estudos políticos contemporâneos. Consideramos importante determo-nos sobre esta última questão e dedicar as próximas páginas a refletir sobre ela, assim como a desvendar as conexões que existem entre as diferentes formas de abordar a legitimidade e o que viemos dizendo até aqui a respeito das teorias da transição e da consolidação democrática e a noção de democracia com a que estas teorias trabalham.

A teoria hegemônica da democracia e a noção de legitimidade

O conceito de legitimidade tem suscitado discussões fundamentais dentro da teoria política moderna e contemporânea. É um conceito que tem sido objeto de importantes análises no seio de campos disciplinares como a ciência política, a filosofia, a sociologia e a antropologia políticas. Tem sido analisado dos mais diversos ângulos e enfoques, constituindo portanto uma peça chave nas leituras e interpretações mais variadas a respeito dos fenômenos centrais do mundo político. Falar deste conceito implica referir-se à faculdade de juízo no âmbito da política, assim como à possibilidade que têm os governados de avaliar os dirigentes, seus atos e decisões. Remete também à possibilidade de emitir opiniões a respeito do funcionamento das instituições e até de se interrogar sobre as condições do direito a governar e suas variações ao longo da história.

Porém, em que pese a centralidade assinalada, a legitimidade não configura uma variável crucial nas análises dos processos de transição e de consolidação democrática. Pelo menos não assume este caráter nas principais obras que abordam os processos de democratização no continente latino-americano. A legitimidade é uma noção sobre a qual não é habitual aprofundar nas investigações referentes aos processos de restabelecimento das instituições democráticas nos nossos países. Apesar de aparecer mencionada com frequência nos diferentes textos, não está incluída na “caixa de ferramentas” de transitólogos e consolidólogos. Não é uma categoria que desperte interesse entre os autores enquadrados nas principais correntes dedicadas ao estudo das mudanças de regime político.

E esta ausência do papel que tem o consentimento dos indivíduos e da instância da vida social na que se elabora e expressa a idéia de justiça não é casual. Como tentaremos demonstrar nas próximas páginas, a omissão da legitimidade como categoria analítica central responde à lógica da trama conceitual elaborada por

estes autores e à concepção de democracia subjacente nas interpretações que realizam dos regimes políticos democráticos. Tentaremos, portanto, recuperar de maneira sintética os pontos mais importantes que atravessam a discussão do conceito no plano teórico e revisar as abordagens produzidas pela filosofia política e pela sociologia a respeito deste tema, dando especial atenção à obra de Max Weber. A partir desta revisão, poderemos compreender melhor os principais motivos que contribuem para explicar esta chamativa ausência conceitual nos estudos transitológicos e consolidológicos, ressaltando, na linha do que vínhamos dizendo até aqui, quais são suas conseqüências concretas no tipo de leitura que os autores enquadrados nestas escolas fazem das democracias do continente.

Como acabamos de mencionar, quando tratamos de legitimidade nos referimos aos juízos e opiniões que têm os cidadãos a respeito das instituições governamentais e a respeito do direito a governar que têm os que ocupam os principais cargos da vida pública. Por legitimidade entendemos também o consentimento, a adesão e o compromisso que expressam os governados frente ao regime político em geral e frente a uma situação política concreta que lhes toca viver. Conforme o grau de adesão ou de rejeição que estes manifestem, mudará o índice de legitimidade ou de ilegitimidade que ostente um determinado regime político e o índice de apoio de que gozem suas instituições e suas principais figuras políticas. A partir da convicção de que um regime é correto, a partir da crença na bondade de uma determinada ordem, a legitimidade vem justificar o poder político e a obediência, a relação entre governantes e governados, entre representantes e representados, sublinhando as condições que os vínculos políticos e de poder devem reunir para conseguir internalizar na sociedade um caráter de justiça e de direito.

Este conceito tem uma história que abrange vários séculos e compreende um longo e complexo processo de construção. Entretanto, se consolida recém nos séculos XIII e XIV, a partir das elaborações produzidas por autores como Santo

Tomás de Aquino (c. 1225-1274), Marcílio de Padua (c. 1275–1342), Guilherme de Occam (1285-1349) ou Bartolo de Sassoferrato (1314-1357). Antes deles, não existia no vocabulário um termo específico que permitisse diferenciar os conceitos de legitimidade e de legalidade. Ambos, no latim clássico, remetiam à expressão ‘legitimus’, entendendo por tal um regime, autoridade ou um ato de acordo com as leis. Tampouco os filósofos clássicos do mundo grego contavam com um termo diferenciado que lhes permitisse estabelecer o grau de aceitação ou de aproximação ao ideal de justiça de um certo e determinado regime. Platão, por exemplo, nos seus diálogos a respeito da justiça, não dispunha de um conceito que lhe permitisse definir um regime político em função da maior ou menor realização desse ideal.

Como bem explica José Guilherme Merquior (1990), Santo Tomás e Sassoferrato são dois dos primeiros autores que começam a trabalhar a distinção conceitual entre o legal e o legítimo e seus respectivos antônimos: tirania *ex parte exercitii* passa a expressar a ilegalidade de uma autoridade ou regime político, enquanto que *tiranía ex defectu tituli* remete à ilegitimidade da autoridade política. Antes deles, e voltando ao mundo greco-latino, Merquior assinala que Cícero apelava para as expressões *legitimum imperium* e *potestas legitima* para aludir ao poder e aos magistrados constituídos legalmente. O intelectual brasileiro, na sua arqueologia do conceito, também faz referência a um diálogo entre Sócrates e Hípias sobre a diferença entre o legal e o legítimo e menciona as dificuldades enfrentadas pelo primeiro – segundo Jenofonte em Memorabilia IV, 4 – para convencer seu interlocutor de que aquilo que estava em conformidade com as leis (*nominon*) não necessariamente era justo (*dikaion*) ou legítimo.

É, conseqüentemente, recém com Santo Tomás, Marcílio de Padua, Guilherme de Occam e Sassoferrato que o conceito realmente começa a ganhar identidade e a ocupar um lugar próprio na história das idéias políticas e no debate entre aqueles que buscavam formas de justificar os novos modos de articulação do

poder e as novas relações de dominação social. Depois deles, muitos outros grandes mestres da filosofia política têm teorizado a respeito da legitimidade. Em uma linha temporal que de modo algum esgota tão vasto tema, podemos mencionar os nomes que inauguram o pensamento político moderno: Maquiavel, Bodin, Grotius, Puffendorf, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau. Todos eles, uns de modo mais direto, outros de forma mais indireta, dedicaram consideráveis esforços para elucidar a fonte que valida a autoridade constituída, a descobrir os fundamentos sociais dos padrões de autoridade política e a refletir sobre os princípios racionais que explicam ou justificam a obediência ao poder político e sua própria existência.

Desde então, discutir a idéia de legitimidade implica refletir a respeito da importância dos valores na vida política, da importância da dimensão axiológica ou normativa neste campo. Não obstante, e como bem destaca Coigaud (2000) em sua obra “Legitimidade e política: contribuições ao estudo do direito e da responsabilidade política”, a estrita separação positivista entre fatos e valores tem colaborado para o esvaziamento da noção de legitimidade e a negação da importância do consentimento dos indivíduos no desenvolvimento das relações políticas. A abordagem positivista pretendeu eliminar valores e conteúdos de natureza axiológica da análise política, quando na realidade eles são parte constitutiva dos próprios fatos políticos.

Max Weber, autor de citação obrigatória quando se fala em legitimidade, é um dos responsáveis por esta radical diferenciação entre fatos e valores. A ele pode-se atribuir, também, a difusão de um conceito de legitimidade que muitas vezes corre o risco de simplesmente se identificar ou se equiparar à noção de legalidade, a tal ponto que com frequência o cumprimento dos procedimentos formais pareceria ser fonte suficiente de legitimação política⁹. Foi Weber quem, com seu tipo ideal de

⁹ Escapa ao objetivo deste trabalho uma análise mais aprofundada deste ponto. Sabemos que, de fato, existem múltiplas interpretações em torno do conceito de legitimidade elaborado por Max Weber. Segundo Joseph Bensman (*apud* Monedero 2004), poderiam ser encontradas cinco

dominação burocrático racional, favoreceu a tendência a reduzir o conceito de legitimidade, subsumindo-o nos critérios de validade legal¹⁰. E a ele também devemos a tendência a conceber e analisar a democracia em termos exclusivamente procedimentais. Esta coincidência não é aleatória. A mesma raiz epistemológica é a que explica o fato de defender, por um lado, uma visão “legalista” da legitimidade e, por outro, advogar por uma concepção procedimental do fenômeno democrático. Ambas interpretações convergem e fusionam-se numa visão instrumentalista da política democrática e dos pilares que fundamentam sua existência.

Mas antes de avançar no desenvolvimento desta questão, também central para o nosso trabalho, julgamos importante mencionar outros elementos que definem a concepção weberiana da legitimidade. O pensador alemão, na sua já clássica tricotomia dos tipos de dominação, oferece uma série de pautas que devem ser levadas em consideração ao estudar o fenômeno da legitimidade, e que ainda hoje orientam os que se dedicam a investigar este tema. Em sua classificação tripartite, Weber destaca o sentimento do dever frente à validade de uma determinada ordem social e política como a essência da legitimidade. Este sentimento pode derivar de diversas fontes, resumidas por Weber em seus amplamente difundidos tipos ideais de dominação: o tradicional, o carismático e o racional-legal. Estes tipos são classificados a partir dos princípios últimos sobre os que se apóia a validade ou legitimidade de uma forma de domínio, princípios que fundamentam a obediência

acepções diferentes do conceito de legitimidade na obra weberiana: 1) crença na bondade de uma ordem social ou política; 2) reclamação realizada pelo poder político, militar ou religioso; 3) sinônimo de justificação de um regime; 4) promessa de um futuro melhor e 5) autojustificação elaborada pelos governantes. Em tais definições se produz uma combinação de aspectos subjetivos e objetivos, elementos normativos e simplesmente descritivos, todo o qual contribui para dificuldades que se apresentam na hora de decifrar qual era realmente para o sociólogo alemão o conceito central de legitimidade. Consideramos que faltam na obra de Weber parâmetros substantivos mais explícitos que permitam julgar uma lei ou a decisão de uma autoridade, já que a ênfase está colocada na racionalidade de caráter instrumental e na auto-suficiência do princípio de legalidade. Para maiores argumentos sobre este tema pode-se consultar: Mommsen (1959); Passerin d'Entrevères (1967); Grafstein (1981); Merquior (1990); Levi (1997); Coigaud (2000) e Monedero (2004).

¹⁰ É importante recordar que a equiparação entre legitimidade e legalidade será levada até as últimas conseqüências pelo teórico do nazismo Carl Schmitt para fundamentar sua teoria decisionista da política.

da ordem estabelecida por parte dos dominados e que, na prática, se combinam de diversas maneiras e dão lugar a diferentes estruturas empíricas de dominação (Weber, 1992).

No que diz respeito à importância do conceito aqui discutido para a manutenção de toda e qualquer estrutura de dominação, Weber (1992) argumenta que uma ordem apoiada só em motivos racionais é mais frágil do que outra que conte com o prestígio de ser obrigatória e exemplar, com o prestígio da legitimidade. E agrega que cabe atribuir validade legítima a uma ordem determinada em virtude da tradição, da crença afetiva, da crença racional num conjunto de valores ou em mérito ao estatuído positivamente, em cuja legalidade acredita-se. Esta última é a que mais nos interessa na nossa análise. Weber refere-se aqui à obediência a preceitos jurídicos positivos, estabelecidos segundo procedimentos usuais e formalmente corretos. O centro da legitimidade, nas sociedades modernas, seria o ordenamento jurídico garantido pelo poder político.

Este princípio de legitimação legal implica a obediência às normas, e não à pessoa que exerce uma determinada função de mando ou de governo. Nas palavras de Weber (1992:706) “a autoridade de um poder de mando pode ser expressada em um sistema de normas racionais estabelecidas, as quais encontram obediência sempre que sejam normas geralmente obrigatórias quando invocadas por ‘quem pode fazê-lo’ em virtude dessas normas. Assim este sistema de normas racionais legitima a quem dispõe do mandato, e seu poder é legítimo enquanto for exercido segundo tais normas”¹¹.

Na análise weberiana, a dominação apóia-se, em última instância e fora de motivações de natureza afetiva, tradicional ou racional, na crença em sua

¹¹ Esta interpretação legalista e formalista da legitimidade é aprofundada por Hans Kelsen e demais defensores das correntes positivistas no campo da Teoria do Direito. Para uma boa crítica a tais posicionamentos consultar por exemplo: Warat (1994); Lyra Filho (1999); Marques Neto (2001).

legitimidade. É o que lhe confere bases mais sólidas para sua continuidade. “A obediência significa que a ação de quem obedece transcorre como se o conteúdo do mandato tivesse se convertido, por si mesmo, em máxima de sua conduta; e isto unicamente por mérito à relação formal de obediência, sem levar em consideração a própria opinião sobre o valor ou desvalor do mandato enquanto tal” (Weber, 1992:172).

Pelo assinalado até aqui, podemos observar como na obra de Max Weber o que mais conta na definição dos fundamentos sociais dos padrões de autoridade política é o conteúdo de auto-justificação por parte dos governantes frente aos governados. Como bem observa Merquior (1990), Weber concentra-se exclusivamente nas alegações dos governantes, deixando sem resposta a indagação que poderia ser formulada do outro lado da experiência da legitimidade: a perspectiva de baixo para cima, a perspectiva dos governados, dos que obedecem aos mandatos dos governantes. E o que é ainda mais destacável, Weber – sempre conforme o autor recém citado – nem mesmo se ocupa das motivações dos governantes. “[Weber] preocupava-se exclusivamente com o significado objetivo de suas justificativas para a legitimidade e com o tipo de crença que suscitam da parte dos governados” (Merquior, 1990:116).

Em outras palavras, o sociólogo alemão não leva em consideração os fatores de índole sócio-psicológica que explicam a adesão das massas a um determinado regime político ou às condições subjetivas das quais deriva o acatamento a um certo sistema de dominação – aquilo que posteriormente Gramsci definiria como a obtenção do consenso e a construção da hegemonia. E tampouco presta atenção aos motivos que levam os setores dominantes a optar por um certo discurso legitimante e não por outro. A perspectiva weberiana concentra-se somente no dispositivo ideológico, coisificando-o e deixando num segundo plano a dinâmica implícita em qualquer processo de legitimação.

Como consequência do recém expressado, cabe enfatizar que Weber, na sua construção sociológica, inclina-se sistematicamente para o lado do poder, fazendo uma evidente opção pela estabilidade dos regimes políticos, às custas das possibilidades de transformação ativa das massas populares na esfera política. A opção pelo poder e a preferência pela estabilidade deixam sua marca indelével na definição que o autor elabora do conceito de legitimidade, já que ao se centrar no consentimento dos governados frente à autoridade estabelecida e na crença na validade do lugar que esta ocupa, se constitui em fonte estabilizadora da ordem política e social. Estas opções, como analisaremos a seguir, estão presentes, também, e como derivação direta do anterior, na sua concepção do fenômeno democrático, manifestada no caráter claramente elitista de sua interpretação.

Outra dificuldade que enfrentamos ao analisar o conceito weberiano de legitimidade tem a ver – e nisto coincidimos com as observações de Grafstein (1981) –, com a tendência a defini-la em termos circulares: o governo legítimo seria aquele que os governados acreditam que é legítimo. Esta circularidade vem se somar a sua própria noção de legitimidade e a sua interpretação auto-referencial na hora de vinculá-la com a formalidade e correção das normas jurídicas, como foi dito anteriormente. Neste sentido, cabe lembrar junto a Coigaud (2000) que foi Weber um dos autores que mais contribuiu, nas análises dos sistemas políticos racionais e burocratizados da modernidade, com a redução da idéia de legitimidade à de dominação legal. Isto constitui um dos grandes paradoxos – agregaríamos – na trajetória do conceito: a noção de legitimidade demorou vários séculos em conquistar autonomia face à noção latina de legalidade (*legitimus*) para, no século XX, retornar de certa forma ao ponto de partida, em que legitimidade e legalidade são praticamente sinônimos, nada mais e nada menos que pela própria mão de Max Weber, o cientista social mais lembrado quando se fala deste tema.

E, como já foi dito acima, estas definições e posições com relação à abordagem “legalista” da legitimidade, a preferência por uma análise centrada nos governantes e no poder e a opção valorativa pela estabilidade mantêm total coerência com a perspectiva elitista de Max Weber quando se refere à democracia. Cabe destacar que na sua obra o regime democrático não alcança sequer o *status* de tipo ideal de dominação, nem a legitimidade democrática aparece como um tipo especial de fonte justificatória do poder político. A democracia fica subsumida ou compreendida, em vários trechos da sua obra, no tipo de dominação legal. Em outros, fica absorvida na idéia de uma combinação, em doses variáveis, de dominação legal e dominação carismática.

Neste último sentido, podemos voltar a Merquior (1990) e concordar que a democracia weberiana não é mais do que a “parteira do carisma” em contextos de sociedades altamente burocratizadas e dominadas por critérios de racionalidade legal. “Weber não concebeu a democracia representativa, da cidadania de massa, como se poderia acaso esperar – isto é, como uma (talvez como *a*) forma natural de dominação legal. Pelo contrário, preferiu pensar nela apenas como instrumento para líderes com falta de criatividade carismática num universo crescentemente ‘racionalizado’, ou seja ‘gerido pela burocracia’” (Merquior, 1990:112). Dito de outro modo, a democracia, com seus componentes plebiscitários, seria um elemento de hibridação dentro do tipo racional-legal de dominação, atuando como esperança de contenção do irreversível processo de burocratização nas sociedades contemporâneas. Isto, entretanto, não a habilitaria, na perspectiva weberiana, a ganhar o *status* de tipo ideal de dominação, não passando de uma simples fórmula política utilizada pelos governantes para manter o sistema de dominação.

A definição que Weber oferece de democracia é assim muito limitada. As poucas passagens dedicadas especificamente a este tema, estão impregnadas por uma visão francamente pessimista. A democracia aparece como um regime em que

impera a passividade cidadã, um regime dominado pelas burocracias partidárias. A possibilidade de uma democracia mais atuante, mais participativa, que permita um maior compromisso dos governados no processo de tomada de decisões, só é imaginada, por Weber, em circunstâncias muito particulares: limitação espacial, limite no número de participantes, pouca diferenciação na posição social destes, tarefas relativamente simples e estáveis e uma escassa instrução e prática na determinação objetiva dos meios e fins mais apropriados (Weber, 1992). Só nessas circunstâncias, seriam possíveis dispositivos institucionais próprios da democracia direta dos antigos, como os turnos, o sorteio ou a eleição por mandatos reduzidos.

Já sob um governo de massas, o sociólogo alemão sustenta que o conceito de democracia altera-se profundamente. Neste contexto, o saber técnico, a especialização e o corpo estável de funcionários são os que verdadeiramente exercem o domínio. E junto com estes, são os chefes partidários os que protagonizam também a dominação. Na definição democrática weberiana, as massas populares devem se limitar somente a aclamar os novos líderes, escolhidos de acordo com os ritos eleitorais e demais disposições de caráter constitucional e legal; líderes legitimados, precisamente, em virtude do cumprimento formal de tais normas no ato de sua eleição. Lendo a biografia de Max Weber escrita pela sua esposa poucos anos depois da sua morte, encontramos a transcrição de um diálogo que serve muito bem para ilustrar o que vimos dizendo. Em 1919, conversando com o General Ludendorff e ante a pergunta deste a respeito do que entendia por democracia, Weber respondeu que “na democracia o povo escolhe seu dirigente, em quem confia” e depois o escolhido diz: “Agora fechem a boca e obedeçam!”, declaração que concitou a aprovação do general, quem afirmou “esse tipo de democracia pode ser do meu agrado” (Weber, Marianne 1988)¹².

¹² Ao ler esta declaração de Weber encontramos uma semelhança notável com o conceito de democracia delegativa ideado por Guillermo O’Donnell (1991) sete décadas mais tarde. Isto deveria nos levar a refletir até que ponto o caráter delegativo constitui uma desviação ou patologia do sistema democrático representativo hegemônico ou se, em lugar disto, tal traço na verdade faz parte de sua própria essência, se tornando mais evidente em situações de crise.

Deste modo, comprovamos como a definição schumpeteriana, tão difundida nos círculos acadêmicos ao longo das últimas décadas, é, na realidade, herdeira e fiel continuadora da concepção weberiana da democracia. E esta herança é aceita sem “benefício de inventário”: junto com a visão procedimental da democracia, Schumpeter (1961) absorve, também, a noção formalista de legitimidade, noção que deixa no caminho todo conteúdo de justiça, todo conteúdo de caráter mais substantivo. O observador que queira definir o caráter legítimo ou ilegítimo de um determinado regime deveria se limitar, seguindo estes critérios, a uma mera verificação do cumprimento dos dispositivos legais por parte das autoridades, tanto na aquisição quanto no exercício concreto do poder político.

Neste tipo de interpretações, uma relação de autoridade se diferencia de uma simples relação de força pela presença do cumprimento dos enunciados legais, pela validade abstrata das normas, e não pela existência de um grau de consentimento suficiente frente às relações da sociedade com o poder estatal por parte dos governados, como queriam os clássicos da filosofia política. Consideramos, entretanto, que se não escaparmos de uma análise exclusivamente instrumental e legalista da legitimidade, dificilmente poderemos compreender a própria essência do conceito, fundamental para compreender, por sua vez, a natureza dos regimes políticos democráticos contemporâneos. Sem um conceito mais rico de legitimidade, que recupere as idéias de justiça e razoabilidade, que recupere os mecanismos em virtude dos quais – como diz Lucio Levi (1997) – a obediência converte-se em adesão, em reconhecimento social, em sentimentos de identificação, fidelidade ou lealdade, não poderemos contar com ferramentas suficientes para avaliar adequadamente a situação em que se encontram as democracias “realmente existentes”. Isto implica a observação não apenas da forma de constituição de um determinado regime político, mas também, conforme indica Saward (1992), a observação e a análise dos seus resultados.

E aqui nos parece oportuno realizar algumas reflexões em torno do próprio conceito de democracia defendido por Weber (1992) e Schumpeter (1961), em torno da história do tipo de regime político que eles imaginam quando abordam a questão democrática. Neste rápido *excursus* devemos destacar que os dois autores retomam, de alguma maneira, a distinção defendida por Sieyès (1989) e os Federalistas norte-americanos (Hamilton *et al.*, 1985) entre regime político representativo e regime político democrático. Recordemos que os Federalistas, em seus artigos já clássicos concebidos para promover a aprovação da carta constitucional que haveria de unir as ex-colônias anglo-americanas fundando um novo país, diferenciavam de modo explícito um governo democrático de um governo de tipo representativo ou republicano, optando decididamente por este último. No Federalista X, Madison defende a idéia de que a Constituição deve fornecer as ferramentas que impeçam ou desestimulem a articulação, reunião e expressão da maioria popular no sistema político, maioria que, na sua opinião, só pode ser fonte de turbulências, paixões, sectarismo e opressão contra as minorias. Desta ótica, a Constituição deveria rejeitar o modelo democrático de governo e, no seu lugar, alentar a conformação de um governo republicano ou representativo que, além de ser mais adequado em contextos de um grande número de cidadãos e de grande extensão territorial, possibilitaria o desenvolvimento de uma opinião pública mais qualificada (Hamilton *et al.*, 1985).

Em efeito, ao observarmos as palavras utilizadas por Madison em sua prédica anti-democrática e em favor de um governo representativo, comprovamos o caráter fortemente elitista da proposta dos pais fundadores da República do Norte e o evidente ar de família com que nos encontramos quando analisamos o conceito de democracia procedimental defendido por Max Weber (1992), Joseph Schumpeter (1961), Anthony Downs (1999) ou Giovanni Sartori (1989; 1997) entre um século e meio e dois séculos mais tarde. Concretamente, Madison dizia que uma república, diferente do que acontece com a democracia, “[...] depura e aumenta o espírito

público, fazendo-o passar para um corpo escolhido de cidadãos, cuja prudência saberá distinguir o verdadeiro interesse da sua pátria e que, pelo seu patriotismo e amor da justiça, estarão mais longe de o sacrificar a considerações momentâneas ou parciais. Num tal governo é mais possível que a vontade pública, expressa pelos representantes do povo, esteja em harmonia com o interesse público do que no caso de ser ela expressa pelo povo mesmo, reunido para este fim” (Hamilton *et al.*, 1985:98).

Que diferença relevante existe entre tal caracterização do governo representativo e a definição “realista” ou procedimental que oferecem Weber ou Schumpeter do regime democrático? Podemos encontrar claras analogias nos termos constitutivos das diferentes díades elaboradas acerca deste tema na teoria política dos últimos dois séculos: governo representativo vs. governo democrático (Sieyès e os Federalistas), democracia de massas vs. democracia direta (Weber) e teoria “realista” vs. teoria “clássica” da democracia (Schumpeter). Independente dos nomes, é bastante transparente a coincidência no que se refere à concepção e características do regime político incluídas nos primeiros componentes de cada par, assim como a semelhança que podemos encontrar entre os termos que se opõem a eles e que configuram o segundo componente de cada antítese.

Não há só diferença de grau dentro de um *continuum*, como pretende Norberto Bobbio (1987) nos ensaios que compõem “O futuro da democracia”. Há um antagonismo entre regime representativo e regime democrático. Neste sentido, Giovanni Sartori declara abertamente que cabe uma clara distinção entre democracia representativa e democracia direta, como regimes essencialmente diferentes. Ele considera que “Independentemente de como for julgada a intensidade do autogoverno na *polis*, a diferença entre a democracia direta e a indireta é em qualquer caso radical. Na democracia direta o povo participa de maneira contínua no *exercício* direto do poder, enquanto que a democracia indireta

equivale basicamente a um sistema de *limitação* e de *controle* do poder. Nas democracias atuais existem os governantes e os governados; de uma parte, o Estado, e de outra, os cidadãos; os profissionais da política e os que se esquecem dela, exceto em raras ocasiões. Estas distinções têm escasso sentido nas democracias antigas” (Sartori, 1997:346).

Isto coincide plenamente com a análise realizada por Ferran Requejo (1994), quem ao observar o regime político que definimos como “democracia representativa” ou “democracia indireta” considera que pouco ou nada tem a ver com a “democracia direta”. São dois regimes que diferem notoriamente e não variações de um mesmo tipo de organização política. De fato, Requejo diz que o núcleo das organizações políticas ocidentais ao longo dos últimos dois séculos não tem sido democrático, mas liberal. O governo representativo não constitui uma forma “indireta” ou “imperfeita” do autogoverno do povo, mas um regime fundado em bases diferentes. Na opinião deste autor, Madison foi quem melhor expressou esta diferenciação radical entre ambos regimes no citado livro X do Federalista.

Ellen Meiksins Wood (2003) também trabalhou sobre este tema, deixando bem estabelecida a antítese que existe entre os dois tipos de regimes e negando assim qualquer relação ou fundo comum entre ambos. Em seu magistral ensaio “*O demos versus ‘nós, o povo: das antigas às modernas concepções da cidadania*”, a autora explica que na democracia antiga as classes subordinadas gozavam de um status civil único, uma cidadania ativa, que contrasta agudamente com a cidadania passiva com a que devem se conformar os setores subalternos nas sociedades capitalistas contemporâneas. Segundo Wood, na antigüidade a participação política conseguia fixar limites ao domínio econômico, fenômeno que não se verifica nas modernas “democracias”, as que carecem da substância que tinham as primeiras. A autora traz à luz com grande sabedoria as raízes das instituições da moderna democracia representativa, raízes que deixam em evidência a origem e a natureza

pouco ou nada democrática dos regimes políticos que costumamos definir como democráticos.

Ao repassar a trajetória da democracia representativa liberal, Ellen Wood identifica uma série de movimentos e de processos históricos que explicariam por que a versão triunfante é tão limitada, tão vazia, tão carente de conteúdos. A democracia moderna encontra suas origens na República e Império romanos, na Carta Magna britânica (1215), na Revolução Gloriosa (1688), na Petição de Direitos (*Bill of Rights* 1689) e na Constituição dos Estados Unidos da América (1787). Estes antecedentes nada têm a ver com a árvore genealógica da tradição democrática derrotada, da tradição igualitarista e popular, que remonta à antiga *polis* ateniense, recuperada posteriormente por movimentos radicais como o dos *levellers* (entre 1642 e 1652), os *diggers* (1648), o *luddismo* (primeiras décadas do século XIX), o cartismo (1832-1848) e os movimentos socialistas e sindicais ao longo dos séculos XIX e XX.

A versão democrática dominante é produto da ascensão e consolidação das classes proprietárias, primeiro frente à coroa, depois frente às multidões populares. Os valores medulares desta concepção “democrática” são os mesmos que deram forma ao constitucionalismo moderno: governo limitado, divisão e equilíbrio de poderes, representação política e liberdades civis. Tais princípios objetivavam e objetivam garantir a mais ampla liberdade para as classes capitalistas e a subordinação política das classes produtoras. Isto leva a que de modo paralelo ao paulatino processo de extensão ou universalização dos direitos de cidadania, tais direitos tornem-se cada vez mais limitados, mais restringidos, dando lugar a um corpo de cidadãos ampliado, porém passivo e sem poder. Concordando com Wood, poderíamos dizer que nos últimos dois séculos tem se dado a construção de um regime que, em nome da democracia, busca na verdade garantir a coexistência de certos níveis muito reduzidos de igualdade política junto a crescentes desigualdades no plano econômico e social e se afasta assim, completamente, da noção clássica de

democracia, da democracia entendida como sinônimo de auto-organização e autogoverno popular.

Esta redefinição da democracia tem conseguido se impor na política e na ciência que se dedica ao seu estudo. Uma redefinição que permite a subsistência de um crescente poder oligárquico e estimula ao mesmo tempo a dissolução do poder popular, aquele que – insistimos, junto a Wood – constituía o núcleo fundamental do conceito clássico de democracia. E que possibilita, também, a permanência da divisão elites-massas, tão cara aos ideólogos da democracia elitista-competitiva contemporânea. Em outras palavras, a redefinição da democracia acompanha o processo de desvalorização do conceito de cidadania, impulsionada pelo desenvolvimento do sistema econômico capitalista e a promoção de um arcabouço institucional que formalmente corporifica o poder popular, mas que na prática atua em prol de sua limitação e controle. A representação opera como um meio de esquivar – e não de implantar – a democracia, de expropriar o poder político dos setores populares, de manter a estes longe dos centros em que são tomadas as grandes decisões que haverão de afetar suas vidas. Como diz Cornelius Castoriadis (1996), a representação política veio esvaziar de sentido a idéia de nação ou de soberania popular.

Esta concepção democrática carente de todo conteúdo social, esta noção despolitizada de povo e esta definição passiva de cidadania são as que se têm imposto, deixando atrás a associação que outrora existia entre um regime democrático e a iniludível presença de uma comunidade ativa de cidadãos, preocupada pela discussão e gestão coletiva dos assuntos públicos. E o grande paradoxo é que tal imposição, tal triunfo político-ideológico, levou-se a cabo, como bem diz a nossa autora, em nome da democracia: o processo de esvaziamento do projeto democrático consumou-se mediante uma engenhosa operação que diluiu seu conteúdo social e eliminou qualquer menção ao autogoverno popular, para instalar no seu lugar a idéia de um regime de governo que de fato garante os interesses das

minorias proprietárias, operação que permitiu às classes dominantes passar da oposição frontal, que esgrimiam em outras épocas frente à idéia de governo popular, à naturalização da retórica democrática, trazendo atrelado o confinamento da democracia ao âmbito exclusivamente político – numa acepção muito limitada da palavra política –, longe da esfera econômica, longe do âmbito da produção, de modo que a igualdade política formal tivesse incidência mínima nas relações de desigualdade ou nas relações de exploração e dominação estabelecidas nas esferas que não pertenciam de maneira direta ao âmbito político-institucional.

A juízo de Wood, assistimos nestes dois séculos a um evidente processo contra-revolucionário de ressignificação da democracia, cujo principal objetivo foi o de conter o avanço popular e converter os cidadãos num conjunto desagregado de indivíduos passivos e orientados à satisfação de seus interesses privados ou particulares. Em outras palavras, um processo que transformou a proposta de exercício ativo do poder popular no simples gozo passivo de uma série de garantias e direitos de caráter constitucional, legal e processual – por certo importantíssimos, mas que de modo algum esgotam o sentido mais profundo da utopia democrática. Isto viria a explicar por que hoje estamos tão acostumados a definir a democracia como sinônimo de liberdades civis e políticas e não mais como sinônimo de poder popular.

Deste modo, a partir das confissões do próprio Sartori, a partir da análise efetuada por Requejo (1991) e a partir das excelentes percepções e observações de Wood, das quais oferecemos aqui uma condensada síntese, podemos confirmar o caráter pouco ou nada democrático da concepção *webero-schumpeteriana* da democracia à que o primeiro e a grande maioria de transitólogos e consolidólogos aderem. E podemos ir ainda mais longe. Caso compararmos os escritos dos Federalistas e as definições elaboradas por Weber, Schumpeter ou Sartori sobre a questão democrática, observaremos como inclusive os pais fundadores da república norte-americana tinham uma visão menos elitista do que a de seus homólogos do

século XX. Dois elementos chamam de imediato a nossa atenção ao efetuarmos tal comparação: a defesa que efetuam os Federalistas da ratificação popular do texto constitucional e o reconhecimento do direito à resistência popular. Explicitamente, no último parágrafo do livro XXII, de autoria de Hamilton, argumenta-se em favor do consentimento popular como fonte de toda autoridade legítima (Hamilton *et al.*, 1985). No que se refere ao segundo ponto, encontramos um trecho de sumo interesse no livro XXVIII, onde há uma menção ao reconhecimento do direito à resistência popular como último recurso de auto-defesa, quando exista uma traição dos representantes contra os representados ou qualquer tipo de usurpação dos poderes constituídos (Hamilton *et al.*, 1985). Declarações como esta são impossíveis de encontrar na obra dos “elitistas procedimentalistas” de duas centúrias mais tarde. Para terminar de ilustrar este exemplo, basta comparar a noção de legitimação popular reconhecida pelos Federalistas, baseada em última instância – e ainda a contragosto de tais autores – no consentimento dos governados, com o enfoque formalista da legitimidade política defendida por Max Weber ou por Joseph Schumpeter e adotada pela ampla maioria dos analistas dos processos de transição e consolidação democrática.

É este, precisamente, um dos principais problemas que deve enfrentar quem busca analisar os processos de transição e consolidação democrática. Os transitólogos e consolidólogos não conseguiram efetuar uma análise adequada do tipo de regime político que se foi construindo durante a Terceira Onda de democratização. E não conseguiram realizar uma análise satisfatória, entre outros motivos, pela ausência de um conceito mais robusto de legitimidade em suas interpretações. Consideramos que esta ausência é um fator explicativo chave que nos permite compreender melhor a incapacidade de muitos destes analistas para definir as características dos regimes que estavam nascendo nos últimos lustros em continentes como o latino-americano. A falta de uma dimensão que aborde o grau de compromisso da cidadania com o novo regime político, o nível de satisfação que esta expressa frente a ele e o grau de apoio que concitam suas instituições entre as

grandes massas populares é o que permite entender as atuais dificuldades quando se busca caracterizar as democracias contemporâneas na América Latina. Esta falta de uma dimensão que aborde não só os aspectos formais do consenso mas também seus conteúdos é o que explica, também, os sérios equívocos que se produzem quando se trata de entender os fatores que motivam as crises pelas quais estes regimes estão atravessando na atualidade.

Efetivamente, ao não haver no estudo das democracias construídas a partir dos processos de decomposição dos regimes autoritários um interesse específico pela dimensão referente à legitimidade, o instrumental metodológico disponível se reduz dramaticamente. E isto encontra suas raízes no próprio quadro teórico-conceitual ao que adere a grande maioria de transitólogos e consolidólogos. Podemos constatar que as poucas vezes em que a questão da legitimidade aparece, o faz de uma forma secundária e extremamente formalista. O que, por sua vez, relaciona-se com a desafortunada concepção democrática adotada por boa parte destes analistas: uma concepção herdeira, como já foi dito, das definições de Weber e Schumpeter, com fortes conotações procedimentais e elitistas.

Mais uma vez destacamos este ponto: existe uma clara vinculação entre a ausência da legitimidade como variável fundamental nas análises das transições e consolidações democráticas do continente e a noção democrática escolhida, conexão que nada tem de casual. A opção teórica que fundamenta a não inclusão da democracia entre os tipos weberianos de dominação, explica também a concepção minimalista do regime democrático que Weber defende, a promoção que ele faz de uma análise que eventualmente leva a reduzir a legitimidade ao cumprimento dos formalismos legais e o tipo de investigação desenvolvido pelos analistas da transição, consolidação e processos de democratização nestas últimas décadas.

Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003), num brilhante trabalho que serve de introdução à obra coletiva “Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa”, sustentam que Schumpeter teria introduzido de contrabando a concepção elitista na teoria procedimental da democracia, dado que o motivo pelo qual a participação popular é excluída desse processo não faz parte da argumentação procedimental e sim de uma teoria da sociedade de massas que não é o suficientemente explicada nem fundamentada pelo economista e sociólogo austríaco. De igual modo teria atuado Norberto Bobbio quem, ainda a seu modo, acabou reduzindo a questão democrática a um simples método eleitoral, introduzindo sub-repticiamente ao mesmo tempo um postulado que limitava este método à seleção de elites por parte de um eleitorado passivo e apático. Na opinião de Santos e Avritzer, este é um postulado *ad hoc* incapaz de explicar de maneira convincente por que o procedimentalismo não admite formas de democracia mais amplas e a intervenção popular nas instâncias de tomada de decisões.

Segundo o exposto nestas últimas páginas, consideramos que não existe tal contrabando nem infiltração. Ao contrário do que opinam Santos e Avritzer, poderíamos dizer que a convergência entre a concepção procedimental e a preferência elitista é uma consequência lógica e perfeitamente esperável. Há congruência na opção exercida por Schumpeter e seus epígonos – pelo menos da forma em que esse matrimônio procedimental-elitista tem sido consumado historicamente no seio da teoria e da ciência política –, pois considerar a democracia como um simples método implica por si só abjurar da dimensão social e de todo conteúdo mais substantivo, precisamente daqueles elementos que deveriam constituir os marcos de uma definição contra-hegemônica que nos levasse a entender a democracia, agora sim em total concordância com Santos e Avritzer, como sinônimo de emancipação humana, como aspiração de liberdade, como anelo de autogoverno e auto-organização popular.

Somente a inclusão destas dimensões e do papel das massas nas investigações sobre os processos de construção dos novos regimes democráticos latino-americanos pode auxiliar na tarefa de uma melhor abordagem destes processos. Tal inclusão exige, logicamente, uma mudança na própria forma de conceber e entender a democracia e uma reorientação substancial no modo de compreender a noção de legitimidade. Nos referimos a uma democracia e uma legitimidade muito menos institucionalistas e “governocêntricas” e muito mais ancoradas no que acontece nas bases sociais, prestando especial atenção às aspirações, ambições, opiniões, movimentos e atitudes dos setores populares e à relação que estes estabelecem com as instituições de representação e com o universo da política num sentido mais amplo, mais rico, mais abrangente.

Para um novo conceito de democracia e outro tipo de leitura
dos regimes políticos do continente

Tal como se desprende do exposto neste capítulo, acreditamos ser imperativo voltar aos clássicos da teoria política, voltar a ler pensadores como Alexis de Tocqueville, quem ainda com todas as suas ambigüidades e temores soube perceber na expansão democrática a irrefreável tendência ou aspiração à igualdade que acompanhava e acompanha o desenvolvimento das sociedades modernas. Necessitamos enriquecer e revitalizar nossa definição de democracia, recuperando os muitos e diversos autores que estudaram a estreita associação existente entre a democracia e a idéia de justiça, entre a democracia e a luta pela não dominação. Só assim poderemos entender por que quando os schumpeterianos buscam persuadir a cidadania de que a democracia é uma questão de procedimentos que nada têm a ver com a justiça, fracassam uma e outra vez, não conseguindo convencê-la de tamanho disparate. Só assim poderemos compreender por que as sociedades continuam exigindo da democracia resultados que vão muito além de uma mera regra eleitoral,

que avançam sobre questões de caráter substantivo, sobre conteúdos que não escapam ao estreito vínculo que existe entre a democracia e a noção do bom governo. Só assim poderemos construir uma plataforma mais sólida da qual analisar e avaliar – observando e ouvindo a própria cidadania – em que situação se encontram os regimes políticos do continente e por que muitos deles enfrentam hoje formidáveis desafios que põem em risco sua consistência e continuidade.

O modelo democrático de equilíbrio, tão bem esmiuçado por Macpherson (1978) ao se referir ao paradigma elitista competitivo, não se sustenta frente à realidade que sofrem os nossos países, nos quais, como bem lembra Vouga (2002), a distância entre os que mandam e os de baixo não cessou de aumentar. As sociedades latino-americanas pedem – ou melhor exigem aos berros – ser escutadas por “seus” representantes. O grito dos esquecidos por estas democracias vazias, crescentemente ritualísticas e injustas se faz ouvir cada vez com maior intensidade. Se por um lado presenciamos nos círculos acadêmicos a introdução ou reintrodução de termos como o de governabilidade, tão caro aos neoconservadores que redigiram o famoso documento da Comissão Trilateral nos anos 70, por outro observamos a indignação popular expressada nas ruas, nas urnas e nas pesquisas de opinião, motivada por uma profunda insatisfação com o funcionamento das instituições da democracia representativa realmente existente, exigindo, no seu lugar, uma democracia com conteúdos, uma democracia que responda às necessidades, às demandas, aos sonhos e aos anelos da sociedade.

Mencionamos o termo “governabilidade”. Não se deve ignorar o que está por trás desta expressão e como tem mudado seu uso ao longo das últimas três décadas. Em 1975, quando saiu à luz o Informe da Comissão Trilateral, declarava-se explicitamente que governabilidade e democracia eram antitéticas. Crozier, Huntington e Watanuki (1975) consideravam que havia um conflito entre governabilidade e democracia, devido à sobrecarga de demandas que esta trazia

atrelada, e que tal conflito devia ser resolvido em favor da governabilidade e em detrimento da democracia. Três décadas depois, nos textos acadêmicos, a relação entre ambos os termos é outra, a ponto que em ambientes científicos, políticos e jornalísticos a nova palavra de ordem é “governabilidade democrática”, obviando a contradição que encerraria a união destes termos na lógica de procedimentalistas de hoje e de antanho. Na atualidade, a governabilidade democrática volta a implicar, sem sombra de dúvidas, uma diminuição do potencial democrático, uma limitação ainda maior da capacidade de manifestação e organização popular. Falar em governabilidade equivale a pensar em como controlar os protestos massivos, em quais podem ser os melhores modos de apagar as expressões do conflito social, na forma mais eficiente de neutralizar a capacidade de mobilização dos setores populares. Não apenas não existe a preocupação por indagar acerca das percepções cidadãs e se perguntar pelo grau de adesão popular ao regime político, aos governos e a suas ações, mas além disto o próprio conceito de legitimidade – já de fato bastante desvalorizado – se vê deslocado por esta outra noção. Hoje a principal inquietude dos grupos dirigentes e dos próprios analistas radica em encontrar as melhores vias de assegurar a governabilidade. Não há indício mais claro do tipo de orientação que predomina na ciência política e na teoria democrática que a esmagadora presença desta expressão no discurso acadêmico, centrada, como diz Monedero (2004), na resolução das necessidades sistêmicas que tem a ordem social e política para garantir sua sobrevivência e reprodução¹³.

O mesmo ocorre com outros termos, tão em voga em nossos dias. Cabe lembrar as afirmações realizadas por Atilio Boron no Seminário Pós-Neoliberalismo

¹³ Fareed Zakaria (2003), editor e colunista da revista *Newsweek* e autor muito lido no *establishment* da ciência política estadunidense, é um dos que mais insiste em utilizar o conceito de governabilidade democrática. Zakaria aponta para o que considera uma exagerada permeabilidade da democracia às pressões populares, o que na sua opinião abre espaço para a demagogia e o populismo. Na ótica do intelectual indio-estadunidense, haveria um excesso de democracia que deveria ser neutralizado, restaurando o poder das elites, o que permitiria recuperar o equilíbrio entre a democracia e a liberdade. No caso dos países subdesenvolvidos, sua prédica antidemocrática é ainda mais direta: ele sugere que para estes a melhor forma de preservar a governabilidade é mediante a implantação de autocracias liberais, e não de regimes democráticos.

III, no Rio de Janeiro em 2002, quando com acerto assinalava que estamos frente a uma profunda ressignificação do léxico político. Para Boron (2002a), hoje se usa o termo reforma para expressar aquilo que anos atrás ninguém duvidaria em qualificar como contra-reforma: “a palavra ‘reforma’, que na tradição do pensamento político ocidental teve sempre um sentido progressista, que apontava para uma maior igualdade e potencialmente para um conteúdo democrático, foi ressignificada e hoje é o que o Banco Mundial diz que é. Hoje ‘reforma’ é privatizar a saúde, privatizar a educação, privatizar o sistema previdenciário, quando isto na verdade é contra-reforma” (Boron, 2002a). Uma reflexão semelhante vale também para vocábulos que foram eliminados do discurso político e acadêmico. A palavra povo, por exemplo. Em países como a Argentina, assistimos nos anos 90 à substituição de “o povo” por “a gente”, não só na fala cotidiana de políticos, funcionários e jornalistas, mas inclusive nas análises acadêmicas. Como diz Eduardo Rinesi (2001), “a gente” não remete a um sujeito coletivo, mas a uma categoria universal e tranqüilizadora, fortemente passiva, sem conotação de classe (a gente são os que respondem as pesquisas de opinião ou os tele-espectadores). Beatriz Sarlo (2001), em igual sentido, sustenta que durante boa parte do século XX o povo foi uma substância quase material, uma entidade consolidada que tinha uma história e um futuro. Esta categoria político-cultural viu-se debilitada, nos últimos anos, no marco de uma sociedade severamente fragmentada, sendo substituída por “a gente”, termo que além de ocultar a desigualdade de classe e os conflitos sociais, é politicamente desmobilizador¹⁴. Outro termo muito usado atualmente é responsabilidade. Perante os protestos sociais, os dirigentes políticos argumentam que não podem atender as demandas populares pois devem ser responsáveis. Responsáveis ante quem? Responsáveis perante os mercados. Que manifestação mais eloqüente da hegemonia ideológica conquistada pelo grande capital? Que indício mais claro da desvalorização que sofrem os regimes democráticos?

¹⁴ Sobre o significado político da substituição da categoria “povo” por “a gente”, também pode-se consultar o artigo de José Pablo Feimann (2000) “Del ‘pueblo’ a ‘a gente’” e um pequeno texto de Pablo Alabarces (2003) onde este autor analisa como, a partir da crise argentina de 2001, produziu-se o retorno de certos termos até então inomináveis.

Continuando esta tendência incorre-se num risco muito concreto de congelar as democracias realmente existentes no ponto em que se encontram, de impossibilitar o desenvolvimento de uma democracia menos delegativa e mais cidadã ou até de abrir a possibilidade de importantes retrocessos. Se, como afirmam Guilhot e Schmitter (2000), toda evolução democrática tende a ser interpretada como uma ameaça à definitiva implantação do regime, os transitólogos e consolidólogos não deixariam espaço para a mudança e a melhoria das pobres e incompletas democracias surgidas na região. Indubitavelmente os avanços democráticos exigem terminar com a aliança entre as noções de consolidação, ordem e estabilidade, pois só assim se poderá inaugurar um caminho para a superação.

Fora as quiçá legítimas motivações políticas, acadêmicas e pessoais que possam ter levado muitos investigadores comprometidos com a transformação vivenciada em seus países nos anos da transição a se postularem como ‘conselheiros do príncipe’, cabe insistir na perda de capacidade crítica resultante das teorias da transitologia e da democratização dominantes na ciência política. Muitas análises saídas destes moldes teóricos realmente deixaram de ser tais, para se converterem em prescrições para a ação e para o desenho de políticas governamentais. Tal tendência pode ser verificada, pelo menos parcialmente, na obra de O’Donnell e Schmitter (1988) várias vezes citada, quando estes reconhecem de modo explícito sua aspiração prática a “provermos um instrumento útil [...] para a aventura, de hoje e de amanhã, dos que seguem o caminho incerto a conduzir à construção de formas democráticas de organização política” (21). Como diz Greskovits (2000), muitos transitólogos optaram por assessorar os novos tomadores de decisões acerca do que ‘devia ser feito’ e sugerir os passos a seguir para alcançar uma transição bem sucedida, o que afetou seriamente o rigor, a profundidade e a qualidade dos estudos realizados.

E esta perda de capacidade crítica configura um problema teórico e político de primeira magnitude. Como bem assinala Boron (1994), realizando uma imprescindível revalorização da democracia, muitos intelectuais têm capitulado ideologicamente, a ponto de aderir, de maneira irrestrita, a uma visão minimalista da mesma. O louvável resgate dos procedimentos democráticos e a clausura da perigosa antinomia ‘democracia real’ vs. ‘democracia formal’ se vê absolutamente ofuscado por esta inclinação a deixar de lado questões fundamentais contidas em noções como as de conflito social, luta de classes, capitalismo e desigualdade, deslocando o foco de atenção quase que exclusivamente para a manutenção de uma nova ordem democrática viável e estável. A viabilidade, estabilidade e governabilidade mascaram, dessa maneira, uma resignada aceitação da aparente imodificabilidade das pobres e incompletas democracias existentes no continente latino-americano.

Citando Robert Barros (1986), podemos argumentar que, ao se dedicarem de modo excludente à introdução ou consolidação das instituições representativas, muitos intelectuais parecem renunciar à utopia e abdicar, inclusive, da possibilidade de redefini-la. Os que seguem este caminho não explicam por que a democracia é um valor e como se relaciona com as políticas emancipatórias que defendiam no passado. Muitos parecem não ver – ou não quererem ver – as limitações estruturais que sofrem as democracias da região. Seguindo com Barros (1986), pode-se dizer que o debate tem se concentrado na recolocação ou re-hierarquização da ‘democracia’ dentro do discurso da esquerda, mais do que na análise da democratização e suas limitações e compromissos pós-ditaduras, gerando uma posição de total indulgência face o capitalismo democrático contemporâneo.

Nas obras e investigações mais representativas da transitologia, da consolidologia e dos estudos dedicados a observar a situação que enfrentam as democracias latino-americanas não é freqüente encontrar uma articulação entre o radicalismo ou a crítica social de antanho e a revalorizada democracia política. Pareceria que a

democracia fosse uma simples alternativa às ditaduras militares, um simples método dissociado, como agudamente assinala Boron (1994), dos fins, valores e interesses que seguem animando a luta dos atores coletivos. A democracia esgota-se assim, nestes casos, numa mera ‘normalização’ das instituições políticas, o que nos leva a destacar a imperiosa necessidade de abandonar a simplificadora dicotomia entre regimes autoritários e regimes democráticos e empreender a impostergável tarefa de examinar e avaliar que tipo de democracia vem se construindo nos países da região nestes últimos anos.

Estimamos que tal exame e avaliação devem ser empreendidos à luz desta nova noção de democracia que a assuma como um projeto histórico de construção coletiva, resultado de lutas, disputas e permanentes interações substantivas entre os mais diversos grupos e atores políticos, econômicos e sociais ao longo do tempo, uma noção que se diferencie da que concebe a democracia como a simples consequência de um acordo ou série de acordos estratégicos de caráter instrumental selados pelas elites dirigentes num condensado intervalo de tempo para desembocar em estados finais ou estágios de “consolidação”. Como dizemos em páginas anteriores, pensamos que os próprios conceitos de “consolidação” e seu antônimo, “desconsolidação”, deveriam ser abandonados em prol da construção de novas ferramentas de análise que permitam uma melhor aproximação à realidade das democracias contemporâneas no continente latino-americano.

Levando em conta estas observações, torna-se imprescindível deixar de lado a leitura dicotômica autoritarismo/democracia – que ainda hoje aparece em tantas análises – e resgatar a importância dos componentes sócio-econômicos. Ademais haverá de se prestar maior atenção às percepções, aos sentimentos, às atitudes e à orientação da cidadania frente à realidade política, relativizando o peso que, em detrimento de outros atores coletivos e das grandes massas populares, costuma-se outorgar às elites dirigentes. Esta mudança de enfoque permitirá começar a percorrer novos caminhos teórico metodológicos que abram horizontes e habilitem

um melhor entendimento de como funcionam as democracias realmente existentes por estas latitudes, abandonando a preocupação por uma mera sobrevivência formal das instituições, para internar-se no exame de sua qualidade, de sua densidade social e de sua legitimidade popular.

Estes novos caminhos implicam, por exemplo, submeter a escrutínio a noção de pacto para trazer à superfície a relação que existe entre um processo de democratização negociado e a desmobilização popular, quais são os efeitos negativos que – como bem ressalta Sakhela Buhlungu (2003) – exercem os pactos sobre a democracia ao destruírem os esforços de auto-organização dos setores populares e ao desestimularem a participação dos movimentos de massa na esfera política. O abandono do pacto como categoria central, o questionamento das idéias de ordem, estabilidade e equilíbrio, nos levam necessariamente a resgatar o conflito como elemento constitutivo da democracia. Este conceito é fundamental, apesar de em geral ser negado pelos teóricos da corrente dominante. Um novo marco interpretativo para o fenômeno democrático deve deixar claramente estabelecido o caráter potencialmente positivo do conflito. Como bem diz Moses I. Finley (1988:86), no seu clássico “Democracia antiga e moderna”, “[...] o conflito não só é inevitável mas também é uma virtude na política democrática, porque é o conflito junto com o consentimento, e não o consentimento isolado, o que evita o desgaste da democracia e que ela se transforme em oligarquia”.

Neste ponto seguimos também a Marilena Chauí (1989; 1990; 2002; 2003), quem com sua habitual lucidez argumenta que o conflito é o eixo central ou o coração do regime democrático. Para a filósofa brasileira, o traço principal que caracteriza a política, e em especial a política democrática, é precisamente a legitimidade e a necessidade do conflito. A democracia implica a incorporação de novas vozes, a constituição de novos atores e novos poderes ou contra-poderes, os quais muitas vezes surgem como desafio às instituições vigentes, dando lugar a novos e mais variados conflitos. Inclusive, Chauí sustenta que a democracia é o

único regime político que tem o conflito como sua própria essência, como seu modo de ser, como seu princípio de funcionamento, dado que o antagonismo é a expressão da vida democrática. “O conflito não é obstáculo, é a constituição do processo democrático, sendo esta, talvez, uma das maiores originalidades da democracia” (1989). Agregariamos que o conflito constitui um sinal inequívoco da densidade social conquistada por um regime democrático, o que configura uma visão absolutamente oposta àquela defendida pelos teóricos da ciência política dominante, para os quais o conflito é sinônimo de ilegitimidade, de ilegalidade, de perigo, de instabilidade, e para os quais a democracia deve ser sinônimo de lei e de ordem.

Uma observação e indagação mais profundas acerca do estado, trajetória e consistência das democracias latino-americanas deve incorporar, de maneira iniludível, os protestos e mobilizações populares que se desenvolvem por fora do espaço institucional. Uma análise mais acabada que nos permita ir mais adiante na caracterização da natureza dos regimes políticos do continente deve prestar atenção, como bem diz Ramón Máiz (2003), aos novos grupos, identidades, demandas e temas que surgem à margem dos mecanismos formais da democracia representativa, a tudo aquilo que configura a dimensão disruptiva, ao variado repertório contemporâneo do protesto, ao poder que emana da ação coletiva. Uma teoria democrática não pode ser alheia à ruptura e ao seu potencial transformador, sob pena de cair numa análise parcial e incompleta das realidades sócio-políticas. Outra vez coincidindo com Máiz, vale ressaltar que a cidadania ativa traz atrelada também uma dimensão de protesto, com suas manifestações, greves, atos simbólicos ou de desobediência civil, com suas novas formas de se fazer ouvir e de se fazer presente na cena pública, incorporando outras perspectivas e combinando representação, participação e deliberação democrática. “Certa capacidade disruptiva resulta necessária, não só para enriquecer o debate na esfera pública, para chamar a atenção da maioria superando o controle midiático, a opacidade e manipulação comunicativa, e um estreito conceito de ordem pública, senão do ponto de vista do

pluralismo, para incluir alternativas excluídas do leque das consideradas possíveis pelo consenso hegemônico” (Máiz, 2003).

A teoria democrática aqui esboçada deve, portanto, dar espaço a outros discursos sobre a política, a outros sentidos e significados, a outras formas de entendê-la e de vivê-la, a outras práticas e experiências sociais que vão além das instituições partidárias e eleitorais. Isto abrirá novos horizontes para melhor compreender os problemas que afligem as democracias do continente e para observar a dinâmica de geração de novas áreas e modalidades contestatárias de intervenção e participação política. Um paradigma mais sensível a tais questões nos permitirá, por exemplo, tentar descobrir quem são os que ocupam os espaços deixados vagos pelas organizações políticas tradicionais, pelos partidos, pelos sindicatos, pelos órgãos legislativos, pelos mecanismos “normais” de concorrência eleitoral, de modo que consigamos romper com a unidimensionalidade reinante no âmbito acadêmico e nas leituras convencionais dos fazeres políticos. Concordando com a socióloga argentina Mabel Thwaites Rey (2001), caberia assinalar que uma nova teoria democrática deve ocupar-se dos espaços alternativos que se abrem para o debate, dos novos modos de controle e de construção democrática e, fundamentalmente, “da irrupção desordenada e enriquecedora do elemento ‘plebeu’”, do popular, da diversidade gerada na realidade quotidiana pelos setores subalternos naquilo que poderíamos classificar como intentos de revitalizar as democracias latino-americanas ou projetos de reinvenção dos regimes políticos do continente.

E tudo isto implica, também, uma mudança significativa no campo de atuação da ciência política, um deslocamento de suas fronteiras e uma expansão de seus espaços de investigação até tal ponto que habilite a construção de um novo quadro conceitual a partir do qual seja possível entender melhor a relação entre democracia e emancipação social, assim como os limites e possibilidades que esperam às democracias do continente. Flacher (2000) nos lembra que por muito

tempo os politólogos se restringiram à análise do comportamento eleitoral, sem se interessar pela ação coletiva – na verdade, diríamos, sem conceder espaço suficiente à ação coletiva protagonizada pelos setores populares. Um novo enfoque deve ceder lugar a novos objetos, ao papel dos movimentos sociais, às manifestações de protesto, aos processos de contestação política, aos modos de participação alheios ao âmbito eleitoral e ao quadro institucional. Claro que isto exigirá uma profunda discussão dentro da disciplina e um decidido desafio à supremacia que ainda detêm as correntes procedimentalistas e elitistas da ciência política, as que por tantas décadas têm concedido legitimação acadêmica ao *status quo* e consagrado o elitismo como suposta essência do regime democrático.

Isto, por sua vez, traz atrelado um forte desafio à trajetória institucional e a boa parte dos pilares ou fundamentos etnocêntricos da disciplina. Neste sentido, torna-se interessante a leitura de um artigo de João Feres Jr (2000), onde o politólogo brasileiro analisa como a historiografia dominante ignora o papel conservador e antidemocrático que tem assumido a ciência política norte-americana e mundial, tendência que se acentuou com a Guerra Fria e o advento da revolução *behaviorista* e que se mantém plenamente vigente em nossos dias. Este fato explicaria por que versões mais críticas têm sido mantidas a margem da disciplina e por que enfrentamos sérias dificuldades quando tentamos estabelecer uma discussão aberta entre pares a respeito dos pressupostos epistemológicos do paradigma dominante¹⁵.

Este fenômeno se manifesta de diversas maneiras. Feres Jr. (2000) menciona, por exemplo, o abandono de questões normativas relacionadas com a situação das democracias contemporâneas, a eliminação dentro do campo de

¹⁵ O *mainstream* acadêmico norte-americano tende a marginalizar e condenar à irrelevância toda produção que não compartilhe os pressupostos básicos e o empirismo acrítico do paradigma dominante. Neste sentido, torna-se difícil falar de um espírito realmente democrático na produção e intercâmbio de idéias dentro da ciência política que se desenvolve nas principais instituições de ensino e investigação dos Estados Unidos e do restante do mundo, com as óbvias diferenças de grau conforme o país.

investigação politológico de questões sócio-políticas controvertidas ou polêmicas, a aversão ao conflito social, a excessiva tecnificação da disciplina – o que Brandão (2002) com sarcasmo chama a metodolatria – e a reprodução de uma comunidade científica complacente, auto-centrada e estanque, sem nenhuma capacidade de crítica nem de comprometimento com a transformação social. Também se expressa na expulsão do campo do conhecimento “verdadeiramente” científico de toda especulação filosófica, de qualquer questão ligada à longa tradição do pensamento político e de toda teoria de caráter normativo mais geral. Tudo isto é fundamental para o que viemos desenvolvendo no nosso trabalho: a corrente hegemônica dentro da ciência política das últimas décadas tem encontrado assim uma solução para blindar a disciplina face a qualquer ameaça de indagação crítica ou preocupação filosófica comprometida com a eliminação das relações de dominação capitalistas.

A decisão tomada pelas principais cabeças da ciência política norte-americana de isolar a teoria política das outras subáreas (análise de política estadunidense – a chamada *american politics* –, política comparada, relações internacionais e políticas públicas) têm lhes permitido proteger a maioria dos que atuam dentro da disciplina do contato e eventual “contaminação” proveniente de correntes mais críticas, as quais encontram só encontram espaço para o seu desenvolvimento dentro da teoria política, não conseguindo penetrar nas demais subáreas. Os debates normativos limitam-se ao campo da teoria política, sem interferir no desenvolvimento do restante da ciência política. Esta separação garante, como bem explica o autor recém citado, que a disciplina continue atuando como legitimadora da ordem estabelecida, que não questione, que não desafie a realidade, mas que meramente se atenha a sua descrição “neutral” e “objetiva”, numa atitude que é consequência direta da revolução condutista ou positivista.

Mencionávamos parágrafos atrás o etnocentrismo, muito bem denunciado por Boaventura de Sousa Santos (2003) no seu chamamento a uma completa renovação das ciências sociais que parta dos países da periferia. Não há dentro das

ciências sociais caso mais eloqüente desta tendência etnocentrista que o que acontece nas correntes dominantes dentro da ciência política. Sabemos que boa parte da ciência política mundial segue os padrões norte-americanos e que é nas universidades e centros de investigação dos Estados Unidos onde se desenvolve a esmagadora maioria dos trabalhos científico-acadêmicos da disciplina. O que nos leva a ver que não há nada de casual no fato de que seja o modelo político norte-americano que se procura impor – pela força militar, quando o caso – como o paradigma da democratização. Feres Jr. sustenta, com razão, que com freqüência a ciência política tem sido veículo de transmissão deste projeto de exaltação do tipo de vida e sistema político dos Estados Unidos, buscando difundir o modelo liberal-democrático norte-americano como protótipo e sinônimo de democracia, reduzindo assim o universal ao particular e o “dever ser” ao “ser”.

E aqui intervém outro fator destacado por Feres Jr (2000), que guarda relação com o financiamento das investigações. Sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, quando a ciência política deu um verdadeiro salto quantitativo, os politólogos tornaram-se fortemente dependentes das fontes de recursos aportadas pelas grandes empresas privadas e pelos órgãos do governo norte-americano. Entre as primeiras destacou-se a Fundação Ford, que teve uma relação direta na promoção dos *behavioristas* e sua consolidação como escola dominante dentro da ciência política norte-americana e mundial. Isto ajuda também a explicar a pouca força que têm as correntes críticas. Como bem diz Feres Jr (2000), “seria ingênuo pensar que as fontes financiadoras investiriam em projetos cujo objetivo seja o de desmascarar os interesses políticos que estão por trás do fomento que elas mesmas implementam”. Esta questão, não menor, explica em boa medida a supremacia de certos temas, e explica também o porquê da hegemonia transitológica e consolidológica nos estudos latino-americanos, discutida neste capítulo, e os motivos que induzem ao espírito conformista, à atitude muito pouco crítica que

predomina nas análises da realidade política de nossas sociedades dentro da ciência política contemporânea¹⁶.

¹⁶ Não há prova mais clara desta atitude acrítica e legitimadora do *status quo* que a conclusão à qual chega Feres Jr. quando, citando uma investigação de Mokhiber e Weissman, afirma que apenas uma ínfima minoria de estudiosos aborda nas suas investigações a influência e o peso do grande capital no desenvolvimento do jogo político. Neste caso, como bem assinala Feres Jr. (2000), seria fundamental, para a elaboração de uma historiografia crítica da disciplina, a observação daquilo que não foi escrito, o estudo dos grandes “vazios” deixados pela ciência política dominante, a análise dos temas tabu.

CAPÍTULO 2

PERCEPÇÕES CIDADÃS SOBRE A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E SUAS INSTITUIÇÕES

Neste capítulo, procuraremos apreender o tipo de relação que estabelecem as sociedades latino-americanas – e especialmente, no nosso caso, a sociedade argentina – com o regime democrático. Buscaremos examinar tanto as opiniões cidadãs sobre o fenômeno democrático e sua materialização ou tradução no terreno sócio-político concreto, como as percepções que têm os distintos sectores sociais a respeito do funcionamento e desempenho que vêm mostrando suas principais instituições ao longo dos últimos anos.

Neste sentido, trabalharemos com a série de pesquisas produzidas pela Corporação Latino-barômetro. Esta entidade, com sede em Santiago de Chile, leva adiante uma medição sistemática das atitudes, opiniões, valores e comportamentos das sociedades latino-americanas frente a temas fundamentais como economia e comercio internacional, integração, democracia, política e instituições, políticas sociais, cultura cívica, participação social, meio ambiente, gênero e discriminação¹⁷. As pesquisas são efetuadas anualmente sobre amostras representativas que chegam a alcançar os 19.000 entrevistados, utilizando um mesmo conjunto de perguntas em todo o continente e uma metodologia uniforme. Inspiradas no Eurobarômetro¹⁸, estas pesquisas de opinião começaram a ser realizadas em 1995 em oito países do continente, para se estender a 17 países no ano seguinte, sendo atualmente 18 os

¹⁷ Latino-barômetro é uma instituição sem fins lucrativos, que conta com o apoio financeiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Agência de Cooperação do Governo Sueco (SIDA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM) e numerosas empresas privadas e governos locais e nacionais.

¹⁸ Com posterioridade surgiram outros Barômetros: o Afrobarômetro em 1998 e o Barômetro Asiático em 2000, os que junto com o Eurobarômetro (1973), o Latino-barômetro e o Barômetro dos países do Leste Europeu Este (a partir de 1991) formam a federação *Global Barometer*.

países latino-americanos contemplados, o que representa uma população total de mais de 400 milhões de habitantes.

Uma das principais perguntas incluídas pelo Latino-barômetro em suas pesquisas de opinião anuais refere-se à preferência que tem a cidadania pelo regime democrático ou o grau de adesão que, em determinadas circunstâncias, poderia suscitar um regime de tipo autoritário. A redação da pergunta é:

Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?

- a) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo;
- b) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível;
- c) Tanto faz um regime democrático como um regime não democrático.

De todas as perguntas incluídas nas sucessivas medições levadas a cabo pelo Latino-barômetro, esta é a que mais difusão alcança nos grandes meios de comunicação. Seus resultados são exibidos, ano após ano, como indicador do tipo de relação que a sociedade estabelece com o regime político e o grau de apoio que a cidadania concede à democracia e a suas instituições. Esta é a pergunta que aparece também mencionada com maior frequência nos trabalhos acadêmicos que, direta ou indiretamente, tratam da questão democrática e da sua legitimidade em países como os latino-americanos. A informação recolhida a partir desta pergunta constitui, sem dúvida, um valioso material para o nosso estudo. Entretanto, consideramos que analisar tal indicador de forma isolada pode levar a conclusões apressadas. Estimamos que resulta fundamental observar essas informações à luz de outras respostas e outras opiniões vertidas pelos entrevistados. As respostas a respeito do tipo de regime político que preferem as sociedades latino-americanas poderão ser melhor apreciadas caso forem interpretadas juntamente com as que suscitam outras indagações sobre o significado atribuído pelos entrevistados à democracia, sobre suas opiniões com relação ao funcionamento do regime democrático, sobre a relação que eles estabelecem entre democracia e desenvolvimento sócio-econômico

e sobre as opiniões a respeito das instituições chave do arcabouço jurídico-político da democracia representativa. Consideramos que só assim poderemos reconstruir, de forma mais acabada, a difícil e complexa relação que a população de nossos países mantém com a idéia democrática e sua cristalização nas instituições políticas concretas.

De qualquer maneira, o dito no parágrafo anterior não é óbice para que tomemos aquela pergunta como um interessante ponto de partida na discussão acerca da trajetória seguida pela relação cidadania-democracia na Argentina e, de modo mais geral, em toda a América Latina. No conjunto dos países latino-americanos incluídos na pesquisa de opinião, na medição realizada entre 21 de maio e 29 de junho de 2004, uma média de 53% dos entrevistados declarou seu apoio ao regime democrático. Este valor é inferior aos 62% alcançados nas medições de 1996 e 1997, porém superior ao índice de 2001, ano em que a proporção de latino-americanos que expressaram sua adesão ao regime democrático situou-se no ponto mais baixo desde que esta pesquisa de opinião começou a ser aplicada, já que então apenas 48% expressaram a sua opção por este regime. Importante é também observar o que aconteceu com aqueles que, ao serem entrevistados, não se inclinaram pelo regime democrático: em 2004, 21% dos entrevistados expressaram sua indiferença frente à alternativa entre um regime democrático e um regime autoritário, escolhendo a resposta “tanto faz um regime democrático como um regime não democrático”; neste mesmo ano, 15% declararam que, em certas circunstâncias, poderiam preferir um regime de tipo autoritário, o que configura um valor auspiciosamente menor do que aquele alcançado por esta resposta em 2001, quando 19% expressaram a possibilidade de aderir a um regime autoritário¹⁹.

¹⁹ Os 11% restantes não responderam ou disseram não saber o quê responder frente a esta pergunta (o valor somado pelas “não resposta” e os “não sabe” situou-se entre 5% e 12% ao longo dos nove anos contemplados pelo Latino-barômetro).

No caso da Argentina, os que declararam seu apoio ao regime democrático somaram, em 2004, 64,5%²⁰. Este valor é superior aos 57,7% de 2001, quando, assim como no restante da América Latina, o grau de adesão ao regime democrático desabou, descendendo ao ponto mais baixo de toda a série, mas não alcança ainda os índices de 1995 e 1997, quando a proporção de entrevistados que expressavam sua preferência por um regime de tipo democrático era de 75,8% e 74,7% respectivamente; é inclusive inferior ao valor alcançado no ano anterior, 2003, quando 69,1% dos consultados respondiam que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. Entre os que em 2004 optaram pelas outras respostas, 20,5% manifestam que “em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível”. Este valor é muito semelhante ao verificado em 2001, quando 20,8% dos entrevistados escolheram essa mesma resposta, ficando ambos os valores a uma preocupante distância dos 10,8% que tinham escolhido esta opção em 1995. Vale assinalar a sensível diminuição, entre os anos 2001 e 2004, na proporção dos que responderam “tanto faz”: passaram de 17,0% para apenas 12,0%. Isto explica o motivo pelo qual na Argentina, em que pese ter aumentado o apoio ao regime democrático, o índice de adesão ao regime autoritário manteve-se invariável.

Cabe insistir em que a trajetória que tem experimentado este indicador não é uma particularidade do país que mais ocupa a nossa atenção neste trabalho. Na maioria dos países incluídos nos relevamentos do Latino-barômetro, é em 2001 quando se observa o percentual de apoio mais baixo de todo o período analisado. Foi precisamente esse o ano em que o neoliberalismo mostrou seus maiores sintomas de esgotamento em boa parte da região e quando fortes movimentos de protesto irromperam na cena pública. Sem contar a República Dominicana, que foi incorporada pelo Latino-barômetro recém nas últimas duas medições, podemos ver como 10 dos 17 países estudados por esta entidade (Paraguai, Guatemala, Colômbia, Panamá, Brasil, Argentina, Equador, El Salvador, Chile e Venezuela)

²⁰ Para este país contamos com o banco de dados completo, o que nos permite exibir os percentuais com um dígito decimal. Já para os demais países, nos baseamos nos relatórios de imprensa do Latino-barômetro, que apresentam os números inteiros, sem fração.

exibem justamente nesse ano um preocupante descenso no grau de adesão ao regime democrático, o menor desde 1996. O ano de 2001 parece ter sido um ano crítico em boa parte do continente no que diz respeito ao apoio ao regime democrático. Também na Bolívia, na Costa Rica e na Nicarágua se produziu nesse ano o ponto de menor apoio registrado até então, sem sequer conseguir depois disto uma recuperação como a verificada nos outros países já citados e chegando a valores ainda menores nas pesquisas de opinião subseqüentes. Até o Uruguai, o país que mostra em toda a série o mais elevado índice de adesão cidadã ao regime democrático, experimentou, a partir desse ano, uma redução de certa magnitude.

No seguinte quadro encontraremos os valores detalhados do que vimos dizendo:

Quadro 1 – Apoio à democracia por país – América Latina – 1996-2004 (%)

País	Ano							
	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004
Nicarágua	59	68	72	64	43	63	51	39
Paraguai	59	44	51	48	35	45	40	39
Bolívia	64	66	55	62	54	56	50	45
Peru	63	60	63	64	62	57	52	45
Guatemala	51	48	54	45	33	45	33	35
Colômbia	60	69	55	50	36	39	46	46
Costa Rica	80	83	69	83	71	77	77	67
Panamá	75	71	71	62	34	55	51	64
Brasil	50	50	48	39	30	37	35	41
Argentina	71	75	73	71	58	65	69	64
Equador	52	41	57	54	40	49	46	46
El Salvador	56	66	79	63	25	40	45	50
Uruguai	80	86	80	84	79	78	78	78
México	53	52	51	45	46	63	53	53

(continua)

	(continuação)							
Chile	54	61	53	57	45	50	51	57
Honduras	42	63	57	64	57	57	55	46
Venezuela	62	64	60	61	57	75	67	74
R.Dominicana	--	--	--	--	--	--	75	65
América Latina	61	62	62	60	48	56	53	53

Fonte: Latino-barômetro 1996-2004.

Notas: *P. Com qual das seguintes frases você concorda? A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível. Tanto faz um regime democrático quanto um regime não democrático.*
**Aqui só 'A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo'*

Tamanho das amostras: n = 18.717 / 17.767 / 17.907 / 18.135 / 18.135 / 18.522 / 18.658 / 19.605

Ao chegarmos a este ponto, resulta importante lembrar rapidamente alguns fatos que marcaram a política do continente nestes últimos anos e que constituem um reflexo da crise que atravessam as democracias representativas na América Latina. Um número significativo de presidentes tem sido destituído ou tem renunciado na última década e meia no continente. A lista é inaugurada pelos processos de impedimento contra Fernando Collor de Mello no Brasil, em 1992, e o venezuelano Carlos Andrés Pérez, em maio de 1993. No Equador, em fevereiro de 1997, cai Abdalá Bucaram só seis meses depois de ter iniciado seu mandato, obrigado a deixar o poder por importantes mobilizações populares. Em março de 1999, é a vez do presidente paraguaio Raúl Cubas, quem deve se demitir depois dos fortes protestos populares derivados do assassinato do vice-presidente, fato em que foi acusado de cumplicidade. Novamente no Equador, em janeiro de 2000, Jamil Mahuad também se vê forçado a renunciar à Presidência depois de decretar a dolarização da economia. A finais desse mesmo ano, no Peru, o presidente questionado é Alberto Fujimori, quem depois de ter ganhado uma segunda reeleição, em aberta violação à Constituição e mediante um processo eleitoral coberto de denúncias de fraude, é destituído pelo Congresso Nacional. Um ano mais

tarde, fatos semelhantes se produzem na Argentina: em dezembro de 2001, a raiz de gigantescas manifestações populares, Fernando De la Rúa vê-se obrigado a renunciar; o mesmo acontece apenas uma semana depois com Adolfo Rodríguez Saá, quem tinha sido designado como presidente interino, e o mesmo ocorre com Eduardo Duhalde que, havendo sido nomeado pelo Congresso para completar o mandato do primeiro, tem que convocar a eleições e entregar o cargo antecipadamente. Em 2002, é o presidente do Peru, Alejandro Toledo, quem enfrenta uma forte crise, originada na massiva rejeição popular às privatizações, ficando no limite da renúncia. Em 2003, uma situação semelhante se produz com o presidente boliviano Gonzalo Sánchez de Lozada, a quatorze meses de ter assumido o cargo, também forçado a renunciar e sair do país. A estes fatos soma-se a expulsão do presidente equatoriano Lúcio Gutiérrez, em abril de 2005, e a recente queda de Carlos Mesa na Bolívia, depois de uma prolongada convulsão social²¹.

Com distintos graus de espontaneidade e de organização, em todos estes acontecimentos o objetivo central das massas mobilizadas consistiu em exigir, mediante protestos realizados à margem das instituições políticas estabelecidas, resultados concretos da democracia, que fossem condizentes em alguma medida com as expectativas e esperanças que amplos setores da população vêm depositando neste regime. Em geral as manifestações de rua buscaram remover os governos quando estes se mostravam insensíveis frente aos reclamos populares e não garantiam minimamente a realização de direitos sociais básicos, sem por isso

²¹ Claro que além destas remoções presidenciais, motorizadas pela pressão popular e as mobilizações de rua, poderíamos agregar outros episódios que também comoveram as democracias da região nestes três lustros. Assim caberia lembrar o que aconteceu no Peru em abril de 1992 quando Alberto Fujimori, com o apoio das Forças Armadas, levou adiante um auto-golpe, fechando o Congresso Nacional e forçando a redação de um novo texto constitucional, as fracassadas tentativas golpistas promovidas por Hugo Chávez nesse mesmo ano na Venezuela, ou o que aconteceu também ali anos mais tarde, em abril de 2002, quando, desta vez com Hugo Chávez na presidência, teve lugar um golpe militar-empresarial fracassado, que levou a uma fugaz detenção do chefe de Estado, quem terminou sendo repostado no seu cargo apenas dois dias depois, devido às gigantescas mobilizações populares que exigiram seu retorno. Não incluímos estes casos em nossa lista porque revestiram características que os assemelham mais às crises institucionais sofridas pelos países latino-americanos em outras épocas, nas quais o ator militar tinha um papel preponderante, do que ao que vem acontecendo na maioria dos nossos países nos últimos tempos, quando são as massas populares as que se tornam protagonistas.

desafiar a continuidade do regime político. Como bem sustenta Vilas (2004), devemos assinalar que as explosões de ira popular em grande escala costumam ser a culminação de uma soma de frustrações, demandas insatisfeitas, experiências institucionais fracassadas, que terminam por confluir e se multiplicar no momento em que certos fatos políticos de alto impacto operam como catalizadores, como foi o caso do *corralito* na Argentina de Fernando De la Rúa, os *vladivideos* no Peru de Fujimori ou a questionada operação de venda de gás aos Estados Unidos por parte do governo boliviano de Gonzalo Sánchez de Lozada. Quando observamos este protagonismo das ruas capaz de destituir presidentes, não nos resta mais do que voltar a insistir na necessidade de que a ciência política reformule – como já foi dito no primeiro capítulo desta tese – a relação entre legitimidade de origem e legitimidade de exercício, obrigando-se a superar as visões meramente eleitoralistas do regime democrático.

Os números da Venezuela resultam de grande interesse, já que este país configura o único caso de todos os examinados pelo Latino-barômetro em que os índices de adesão ao regime democrático têm alcançado os maiores valores de toda a série justamente nos três últimos anos. Depois de ter chegado ao mínimo histórico em 2001, com apenas 57% de entrevistados que optaram pela alternativa “a democracia é preferível a qualquer outro regime de governo”, a democracia venezuelana tem encontrado graus mais elevados de apoio, que chegam a alcançar os 75 e 74 pontos percentuais nas medições de 2002 e 2004. Logicamente para entender o porquê desta tendência, não podemos desconhecer o papel desempenhado pelo governo de Hugo Chávez, que ao impulsionar estendidos processos de mobilização e politização da sociedade, facilitou estes inéditos índices de respaldo ao regime democrático para o país caribenho, colocando-os num patamar mais elevado.

Voltando, porém, às pesquisas de opinião, devemos mencionar que uma das preocupações mais frequentes, em boa parte dos estudos que trabalham com esta

classe de informação, é a que busca relacionar o grau de estabilidade ou de instabilidade de um regime democrático com os níveis de apoio ou adesão com que conta tal regime político entre os diferentes setores da cidadania. Consideramos que tais hipóteses simplificam a questão, não aproveitando suficientemente o potencial explicativo que pode nos oferecer este tipo de pesquisas. Mais uma vez, vale ressaltar, partimos do pressuposto de que a adesão, a rejeição ou a indiferença que concita o regime democrático a partir das perguntas já analisadas devem ser cuidadosamente examinados à luz de outras respostas dadas pelos entrevistados, de modo que nos permitam qualificar melhor a relação entre opinião pública e democracia e entre esta e os eventuais riscos de instabilidade política que possam se apresentar. Em lugar de centrar a nossa preocupação na relação que se costuma estabelecer entre o grau de adesão cidadã às instituições ou o grau de hostilidade de certos setores com relação a estas, por um lado, e, pelo outro, a estabilidade ou instabilidade do regime democrático, consideramos que se deveria centrar o foco de atenção nos problemas que as instituições da democracia representativa exibem e que explicam, em boa medida, as reações cidadãs. Vale dizer, devemos inverter a relação de causalidade que normalmente formulam os estudiosos da cultura política (Almond e Verba 1963; Inglehart, 1990; entre tantos outros), quando fazem recair a responsabilidade pela estabilidade institucional e a sobrevivência do regime democrático nas atitudes, opiniões e comportamentos políticos das massas populares, para passar a observar com mais cuidado a relação causa-efeito que se estabelece entre a qualidade de um determinado regime político e o nível de apoio ou de adesão que este desperta na cidadania.

Nesta linha, cabe examinar qual é a atitude dos entrevistados frente a afirmações como “a democracia é o único sistema com o que [nome do país] pode chegar a ser desenvolvido” ou “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”. Frente a ambas, na medição de 2004, 71% dos latino-americanos consultados concordaram. Esta proporção é sensivelmente superior aos 53% que optaram pela resposta em favor da democracia na pergunta anterior. Fora

as objeções que podem ser feitas à maneira em que foram formuladas as perguntas, já aparece aqui um primeiro indício referente ao elevado apoio que gera a democracia enquanto projeto, idéia ou ideal e a menor adesão que a democracia representativa suscita quando a pergunta descende no grau de abstração e o entrevistado encontra-se frente à possibilidade de poder optar, entre as alternativas oferecidas como resposta, por um regime de tipo autoritário. O que dizemos vale também para o caso argentino: na pesquisa de opinião de 2004, 79,2% concordaram com a afirmação “só um regime democrático pode trazer o desenvolvimento” – proporção superior à que encontramos para esta resposta na pesquisa do ano anterior – e 80,7% concordaram com a afirmação de que “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo” (em 2002 os que estavam de acordo ou muito de acordo com este enunciado eram 72,1%; em 2003, 78,0%). Mais uma vez constatamos a diferença entre o percentual de apoio que consegue o regime democrático quando a pergunta é mais genérica e o que obtém quando é acompanhada por opções que permitem ao entrevistado escolher, ao dar a sua resposta, regimes não democráticos. Revisando rapidamente outros países, veremos que perante a afirmação “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”, mostraram-se de acordo ou muito de acordo 69% dos brasileiros, 83% dos venezuelanos, 75% dos chilenos, 63% dos bolivianos e 57% dos peruanos entrevistados. Até em casos como os do Paraguai ou da Guatemala, países com uma cultura política de fortes raízes autoritárias, houve respectivamente 55% e 54% de entrevistados que se manifestaram de acordo ou muito de acordo com tal afirmação. Todos estes valores são bastante mais elevados do que os índices de apoio conseguidos em tais países quando se pergunta ao entrevistado se concorda com a proposição “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”.

Outra pergunta a partir de cuja análise podem interpretar-se melhor as percepções e atitudes cidadãs ante a questão democrática é a que pede aos entrevistados que assinalem se “apoiariam um governo militar caso as coisas ficassem mais difíceis”. No conjunto dos países incluídos no Latino-barômetro, a

proporção de entrevistados que rejeitou esta hipótese em 2004 foi de 63%, com um máximo de 89% na Costa Rica e um mínimo de 41% no Paraguai. Na Argentina, alentadores 63,5% declararam que “sob nenhuma circunstância apoiaria[m] um governo militar”. Em uma rápida leitura, poderíamos chegar a pensar que este valor reflete o pensamento dos mesmos que haviam defendido que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” (64,5%), pois ambos valores são muito semelhantes. Entretanto, ao processar a informação subministrada pelo Latino-barômetro e cruzar as duas respostas, encontramos que nem todos os que disseram que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo afirmaram também que “sob nenhuma circunstância apoiariam um regime militar”. De fato, um quinto daqueles entrevistados que concordaram que a democracia é preferível opinou que apoiaria um regime militar caso as coisas ficassem muito difíceis. Da amostra total, a proporção dos que exibiram uma posição pró-democrática ao responderem ambas perguntas se reduz, assim, a 51,1%. Esta última conclusão é muito importante, pois nos mostra a aparente inconsistência de certas atitudes, ao mesmo tempo em que reafirma os riscos que traz atrelada a utilização de uma única variável na hora de tentar determinar qual é o grau de adesão democrática que expressa uma sociedade.

Cenário análogo encontramos quando associamos os interrogantes até aqui mencionados com a proporção de rejeições que desperta a afirmação “não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos”. No caso argentino, a rejeição a este enunciado chega, na pesquisa de 2004, a 51,0% em tanto que 61,8% desaprovam a afirmação “não me importaria que as empresas privadas se fizessem cargo do país se pudesse solucionar os problemas econômicos”; porém mais uma vez não há uma total coincidência entre os que rejeitam uma e outra proposição: apenas 39,6% dos entrevistados se mostram em desacordo ou muito em desacordo com ambas. Por outra parte, se cruzarmos as respostas dadas a diferentes questionamentos, para o qual tomamos cinco das

perguntas formuladas²², comprovaremos que não há coincidência entre os entrevistados que dão respostas favoráveis à democracia. Efetivamente, uma intersecção entre as opções escolhidas pelos que compõem a amostra frente a perguntas relacionadas com a questão democrática, nos dá como resultado que apenas 30,1% dos entrevistados adotam uma posição pró-democrática ao responderem essas cinco perguntas, enquanto que 19,9% respondem democraticamente quatro delas, 17,3% apenas três, 12,6% só duas, 12,8% apenas uma e, por último, 7,3% não responderam a favor da democracia em nenhuma das cinco perguntas aqui analisadas.

Logicamente, sabemos que nem todas as perguntas podem ser avaliadas em pé de igualdade e que o fato de agregar num mesmo índice valores provenientes de alternativas diversas poderia nos oferecer um resultado bastante relativo. É preciso fazer uma análise cuidadosa da maneira em que cada interrogante é formulado e suas correspondentes respostas. As opções ante cada pergunta não necessariamente são equivalentes, podem estar expressando intensidades diferentes no que se refere ao compromisso ou adesão democrática. Como apontamos acima, devemos considerar que há perguntas que exigem uma opinião do entrevistado no que diz respeito à democracia em termos mais abstratos e outras que, pelo modo em que são apresentadas, já de início pressupõem um grau de aproximação maior com a situação em que se encontra a democracia realmente existente, aquela cujo bom ou mau funcionamento tem em mente o entrevistado ao responder a pergunta.

²² Para este cálculo foram consideradas aquelas respostas que denotavam uma orientação democrática. Portanto, concentramos a nossa atenção na proporção alcançada pelas seguintes alternativas: de acordo com “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” (64,5%); de acordo com “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo” (80,7%); de acordo com “sob nenhuma circunstância apoiaria um governo militar” (ao perguntar se apoiariam um governo militar caso as coisas ficassem mais difíceis ou não o apoiariam sob nenhuma circunstância) (63,5%); em desacordo com “não me importaria um governo não democrático no poder se resolvesse os problemas econômicos” (51,0%); em desacordo com “não me importaria que as empresas privadas se fizessem cargo do país se pudessem solucionar os problemas econômicos” (61,8%). Em todos os casos, quando as opções incluíam a possibilidade de estar “de acordo” ou “muito de acordo”, ambos resultados foram somados; o mesmo foi feito com as opções “em desacordo” ou “muito em desacordo”.

Do que foi dito, inferimos a necessidade de investigar o que entendem os entrevistados por democracia, qual é o significado que atribuem a esta palavra, pois só a partir da observação detalhada destas respostas poderemos interpretar melhor as aparentes inconsistências e avaliar com maior precisão as percepções, opiniões, comportamentos e atitudes de uma sociedade como a argentina frente à democracia representativa e suas principais instituições. Concordando com autores como Roderic Ai Camp (2001), consideramos que existe uma relação entre o modo em que os cidadãos definem a democracia e as opiniões que expressam a respeito dela. Mas antes de passar ao desenvolvimento deste ponto, central para a nossa argumentação, cabe citar também os resultados da medição do estado de ânimo cidadão frente ao funcionamento real da democracia e ao desempenho de suas instituições. Nas sucessivas pesquisas de opinião do Latino-barômetro, encontramos uma pergunta que serve exatamente para o nosso propósito, na qual se solicita ao entrevistado que expresse qual é o seu grau de satisfação com o funcionamento do regime democrático, numa escala que inclui “muito satisfeito”, “satisfeito”, “não muito satisfeito” e “nada satisfeito”. Esta indagação não apenas é importante pelo fato de subministrar dados sobre as opiniões da cidadania a respeito de como funcionam as instituições, mas é importante, também, porque nos oferece, de maneira implícita, uma comparação entre o que acontece na democracia realmente existente nos diferentes países e o que a cidadania considera que deveria ser o regime político ideal.

Para o caso argentino, as respostas exibem uma direção bastante clara: na pesquisa de 2004, 64,8% dos entrevistados consideraram-se “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com o funcionamento do regime democrático, enquanto que 29,2% declararam-se “satisfeitos” e só 4,8% manifestaram que estavam “muito satisfeitos” com o modo em que este vem funcionando atualmente no país. Aqui, mais uma vez, cabe uma análise retrospectiva que permita observar o que aconteceu em anos anteriores. Assim 2002 aparece como o ano em que se dão os valores mais elevados de insatisfação: a soma de “não muito satisfeitos” e “nada satisfeitos”

chega a 90,8%, contrastando com os 44,9% que haviam optado por estas respostas sete anos antes, na medição realizada pelo Latino-barômetro em 1995. Caso tomemos apenas os que se declararam “nada satisfeitos”, veremos como a proporção que escolheu esta resposta foi, em 2002, de 47,5%, e em 2001 de 36,2%, valores que duplicam ou até triplicam os percentuais alcançados nos demais anos (maiores detalhes no quadro 2). A proporção de “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” foi, em 2002, de apenas 8,3%, ficando no anteúltimo lugar de toda a região, depois do Paraguai, país que apresentou um índice de satisfação de só 7% dos entrevistados e muito abaixo da média latino-americana, que naquela oportunidade foi de 32%. Tais respostas confirmam o que foi dito em parágrafos anteriores, quando observávamos a trajetória dos níveis de apoio ao regime democrático. Se 2001 foi o ano em que este regime político contou com o menor grau de adesão e no qual já houve um alto grau de insatisfação cidadã frente a seu funcionamento, na medição de 2002 podemos considerar que o apoio à democracia recupera-se um pouco e por sua vez acentua-se o nível de insatisfação face à forma em que esta vem operando. Consideramos que os valores de 2002 traduzem o sentimento e a opinião predominantes na sociedade argentina nesse momento, marcando de algum modo um antes e um depois da rebelião popular de dezembro de 2001 que pôs fim à presidência de Fernando De la Rúa, primeiro, e que dias mais tarde contribuiu para terminar com o interinato de Adolfo Rodríguez Saá. A mobilização popular e a efetividade dos protestos seguramente operaram em favor de uma reconciliação de muitos com os ideais democráticos ao sentirem o poder com que contam, quão decisiva pode resultar a intervenção das grandes majorias nos destinos de um governo – e por consequência da própria sociedade – e os espaços para a livre expressão que, ainda com todas suas limitações, ficam habilitados num regime democrático a diferença do que acontece num regime autoritário. Esta tomada de consciência explica também o crescimento nas pesquisas da proporção daqueles que se mostram insatisfeitos já não com a alternativa democrática, mas com o modo em que esta vem funcionando na Argentina.

O que aconteceu em dezembro de 2001 modificou a maneira em que amplos setores sociais avaliam, definem e se relacionam com a democracia e com o mundo político. A experiência vivenciada naquelas jornadas marcou profundamente a forma de abordar o fenômeno democrático, assim como as opiniões e atitudes que haveriam de ter segmentos significativos da cidadania argentina nos anos seguintes. O golpe de 1976, a recuperação das instituições democráticas em 1983, as idas e vindas nas relações entre a corporação militar e os governos civis, a década menemista, tudo isto passa a ser re-analisado e ressignificado à luz dos acontecimentos que puseram fim ao governo de Fernando De la Rúa. A soma de decepções e frustrações serviu para alimentar um rico processo de aprendizado coletivo, provocando importantes modificações no modo em que a cidadania entende a democracia e se relaciona com ela. A partir desse momento, amplos setores da sociedade argentina passam a ver com olhos diferentes a natureza das instituições estatais, dando lugar a uma reconfiguração da eticidade sócio-política.

Quadro 2 – Satisfação com o funcionamento da democracia – Argentina – 1995-2004 (%)

	Ano								
	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004
Muito sat.	16,6	7,2	7,9	14,5	10,9	4,0	1,4	6,0	4,8
Satisfeito	34,1	26,9	33,8	34,2	34,9	16,2	6,9	27,9	29,2
Não muito sat.	42,6	50,3	39,2	36,1	43,0	40,8	43,3	48,8	50,0
Nada satisfeito	2,3	14,4	18,3	13,2	10,4	36,2	47,5	15,2	14,8
NR	0,6	0,3	0,3	0,5	0,3	1,0	0,0	0,5	0,0
NS	3,8	0,9	0,5	1,6	0,4	1,8	0,9	1,5	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Latino-barômetro 1996-2004.

Notas: *P. Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia na [Argentina]?*

Tamanho das amostras: n = 1.196 / 1.199 / 1.196 / 1.200 / 1.200 / 1.200 / 1.200 / 1.200 / 1.200

No conjunto dos países do continente estudados pelo Latino-barômetro, a proporção de entrevistados que se declarou muito satisfeita ou satisfeita com o funcionamento da democracia, na medição de 2004, foi de 29%, longe dos 41% de satisfeitos alcançados em 1997 e ao mesmo tempo algo superior ao mínimo de toda a série, ou seja, aos 25% de latino-americanos que disseram estar muito satisfeitos ou satisfeitos com o modo em que funciona a democracia em nossos países na medição de 2001. Analisando o outro lado do fenômeno, podemos assinalar que em 2004 65% dos entrevistados em toda a América Latina declararam-se nada satisfeitos ou não muito satisfeitos com o modo em que funciona o regime político democrático nos países da região. Este valor é superior ao registrado em 2001, até então máximo histórico, quando 64% haviam manifestado sua insatisfação com a forma em que funcionam os regimes políticos do continente. Estes são números correspondentes à média dos países incluídos nas análises do Latino-barômetro. Quando tomamos casos individuais, os anos em que aparecem os valores de insatisfação mais elevados variam, embora muitos deles exibam em 2001 os índices mais elevados e portanto os menores índices de satisfação. Assim acontece com a Colômbia, com 7% de satisfeitos naquele ano, com o Chile (23%) ou com a Bolívia (16%). Mais uma vez, o Uruguai é o país que, junto com a Costa Rica, mostra nos diferentes anos os valores mais elevados nos índices de satisfação com a maneira em que funciona a democracia. Claro que, também nestes casos, houve uma queda em tais níveis nos últimos anos. No Uruguai verificou-se uma sensível diminuição no grau de satisfação em 2001, que seguiu caindo nos anos posteriores. Outro tanto aconteceu na Costa Rica, onde depois de cair abruptamente em 2001, subiu consideravelmente em 2002 para voltar a cair nos dois anos posteriores e chegar em 2004 ao mínimo histórico no que se refere ao nível de satisfação com o funcionamento do regime político democrático.

Quadro 3 – Satisfação com o funcionamento da democracia –
América Latina – 1996-2004 (%)

País	Ano							
	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003	2004
Peru	28	21	17	24	16	17	11	7
Ecuador	34	31	33	23	15	19	23	14
Paraguai	22	16	24	12	10	7	9	13
Bolívia	25	34	34	22	16	24	25	16
Uruguay	52	64	68	69	55	52	43	45
Costa Rica	51	68	54	61	51	75	47	48
Nicaragua	23	50	27	17	24	59	31	20
Argentina	34	42	49	46	20	8	34	34
Guatemala	16	40	57	36	16	35	21	21
México	11	45	21	36	26	17	18	17
Panamá	28	39	34	47	21	44	24	35
Brasil	20	23	27	18	21	21	28	28
Honduras	20	50	37	43	35	62	37	30
El Salvador	26	48	48	27	21	38	33	37
Venezuela	30	35	35	55	41	40	38	42
Colômbia	16	40	24	27	7	12	22	30
Chile	27	37	32	35	23	37	33	40
R.Dominicana	--	--	--	--	--	42	--	36
A.Latina	27	41	37	37	25	32	28	29

Fonte: Latino-barômetro 1996-2004.

Notas: P. *Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou insatisfeito com o modo como a democracia funciona em (país)?*

**Aqui apenas “Muito satisfeito” mais “Satisfeito”.*

Tamanho das amostras: n = 18.717 / 17.767 / 17.907 / 18.135 / 18.135 / 18.522 / 18.658 / 19.605

Na hora de realizar uma avaliação da democracia e do seu funcionamento, em cada um dos países pesa indubitavelmente a situação sócio-política concreta e a conjuntura específica, assim como conta também o desempenho dos respectivos governos. Há uma relação bastante direta entre as políticas que os diferentes governos adotam frente aos graves problemas sociais e econômicos que afligem à região e os índices de satisfação com o regime democrático que exibem nossas sociedades. Isto fica visível ao comparar as curvas de satisfação com o funcionamento da democracia em cada país com aquelas que representam os níveis de aprovação que ostentam os diferentes presidentes. Este último indicador oferece uma enorme dispersão entre países e entre os diferentes anos incluídos na série do Latino-barômetro. Assim na última medição, a de 2004, o Peru mostra um índice de aprovação à gestão presidencial de apenas 8% e o Uruguai de apenas 12% dos entrevistados, enquanto que na Colômbia Álvaro Uribe mostra um grau de aprovação muito superior, da ordem dos 75%, escoltado pelos altos índices de aprovação que suscitam também os primeiros mandatários da Argentina (73%) e do Chile (64%) nesse ano.

Outra pergunta do Latino-barômetro, que complementa o que temos dito até aqui a respeito do grau de satisfação da cidadania com o modo em que funciona o regime político democrático, é a que indaga sobre a qualificação dada pelos entrevistados à democracia existente no país. Deixando de lado aqueles que optam por manifestar que “não entendem o que é uma democracia” ou que diretamente não respondem, as opções oferecidas na pesquisa de opinião são as seguintes: “uma democracia plena”, “uma democracia com pequenos problemas”, “uma democracia com grandes problemas”, “não é uma democracia”. A Argentina e a Venezuela são dois dos países que em 2004 têm mostrado os maiores índices de adesão democrática – junto ao Uruguai, a Costa Rica e a República Dominicana – e, ao mesmo tempo, configuram os dois casos nacionais que exibem a maior proporção de entrevistados que acreditam que o regime vigente no seu país tem grandes problemas ou, inclusive, que não é uma democracia (ver quadro 4). Em ambos, 46%

da respectiva amostra disseram por sua vez que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” e que o regime político de seu país “tem graves problemas” ou que “não é uma democracia”. Dito de outro modo, na Argentina, apenas 1% escolheu a alternativa “a democracia argentina é uma democracia plena” e só 22% qualificaram-na como “uma democracia com pequenos problemas”, enquanto esmagadores 66% do universo total de consultados consideraram que é “uma democracia com grandes problemas” e 7% diretamente afirmaram que “não é uma democracia”. Infelizmente esta pergunta só foi realizada nesse ano, não tendo sido incluída nas pesquisas anteriores. De qualquer maneira, podemos tomar os resultados recolhidos com outra pergunta que, mesmo não tendo a mesma formulação, pode nos servir para uma comparação, embora conceitualmente menos rigorosa. Frente à disjuntiva de optar por “a democracia está plenamente estabelecida” ou “restam coisas a fazer para que haja democracia”, uma média de 83,7% dos entrevistados – nas quatro medições realizadas entre 1996 e 2000 –, escolheu a segunda afirmação.

Quadro 4 – Avaliação da democracia entre os que apóiam este regime – América Latina – 2004 (%)

País	Apoia a Democracia Total População	Apoia a Democracia e NS/NR/Não sabe o que é uma democracia	Apoia a Democracia e acredita que é plena ou com pequenos problemas	Apoia a Democracia e acredita que tem grandes problemas ou não é uma democracia
Uruguai	78	3	41	34
Venezuela	74	3	26	46
Costa Rica	67	3	33	31
R.Dominicana	65	3	23	38
Argentina	65	1	18	46
Panamá	64	2	17	45
Chile	57	2	30	25
México	53	2	15	36
El Salvador	50	4	15	31
Colômbia	46	4	13	29
Equador	46	2	9	35

(continua)

(continuação)

Honduras	46	2	11	33
Bolívia	45	3	7	35
Peru	45	4	7	34
Brasil	41	4	14	23
Paraguai	39	2	10	27
Nicarágua	39	3	6	29
Guatemala	35	4	6	25

Fonte: Latino-barômetro 2004.

Notas: *P. Com qual das seguintes frases você concorda? A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível. Tanto faz um regime democrático como um não democrático” e P. Como você diria que é a democracia no seu país?*

Tamanho da amostra: n = 19.605

E aqui também nos parece interessante fazer um rápido cruzamento de variáveis, para ver em que medida as respostas guardam uma certa coerência com o que se esperaria desde um ponto de vista teórico-conceitual. 95% dos que se declararam “nada satisfeitos” com o funcionamento da democracia argentina e 93% dos que disseram estar “não muito satisfeitos” na média das quatro pesquisas de opinião levadas a cabo entre 1996 e 2000 consideraram que “ficam coisas a fazer para que haja democracia”, o qual em aparência segue uma linha lógica. O problema se apresenta quando observamos aqueles que se declararam muito satisfeitos com o funcionamento da democracia mas que, ao mesmo tempo, responderam que “restam coisas a fazer para que haja democracia”. Na pesquisa de opinião de 1996, 59% dos “muito satisfeitos” disseram que “restam coisas a fazer para que haja democracia”. Em 1997, 64% dos “muito satisfeitos” optaram por “restam coisas a fazer”. Em 2000, houve um resultado análogo (65%). Somente numa das medições, a de 1998, a maioria dos que expressou estar “muito satisfeito” com o funcionamento da democracia na Argentina escolheu também a alternativa “a democracia está plenamente estabelecida” (62%). Tudo isto chama bastante a atenção: o que é que leva a proporções tão significativas da amostra selecionada a se declararem, por um lado, muito satisfeitos com o modo em que funciona a

democracia no país e, ao mesmo tempo, considerarem que a democracia não está plenamente estabelecida?

Embora de maneira menos acentuada, o aparente paradoxo se repete em 2004. Quando cruzamos as variáveis “satisfação com a democracia” e “qualificação da democracia no seu país”, de acordo com a redação dada a esta última questão na pesquisa desse ano, as respostas também resultam em alguns casos surpreendentes. Assim, por exemplo, só 5% dos “muito satisfeitos” com o funcionamento da democracia indicaram que a da Argentina é uma “democracia plena” e 50% consideraram que a Argentina tem “uma democracia com pequenos problemas”. Nadas desprezíveis 40% dentro desse grupo de “muito satisfeitos” consideraram que a Argentina é “uma democracia com grandes problemas” (entre os “satisfeitos”, “não muito satisfeitos” e “nada satisfeitos” as proporções que obteve cada uma das alternativas referentes à qualificação da democracia estão mais de acordo com o que se poderia esperar). Vale assinalar que ao cruzar aos que assim responderam com variáveis demográficas tais como nível educativo alcançado pelo entrevistado, nível sócio-econômico, sexo ou idade, não encontramos nenhuma característica distintiva que diferencie este grupo da média geral das amostras entrevistadas em cada ano.

Agora bem, o baixo grau de satisfação com o funcionamento do regime democrático em países como a Argentina e em geral nos demais casos latino-americanos poderia ser explicado também mediante a observação das respostas dadas à pergunta “O país é governado por uns poucos interesses em benefício próprio ou para o bem de todo o povo?”. Apesar das críticas que pode gerar a formulação de uma pergunta como esta, ao induzir um determinado tipo de resposta²³, a leitura dos percentuais obtidos a partir deste interrogante reforça o que

²³ Certas perguntas, dependendo de como são formuladas, podem predeterminar as respostas, ao incluir falsas simetrias e alternativas com aparente igualdade de oportunidades de expressão, mas que na prática contam com probabilidades muito diferentes de serem escolhidas. Indo ainda mais longe e nos apoiando em Pierre Bourdieu, em certos casos e frente a certas perguntas poderíamos chegar a questionar a própria idéia de noção pessoal, pressuposto subjacente à realização de pesquisas estandarizadas, como se realmente toda pessoa tivesse uma opinião prévia sobre todo assunto e pudesse expressá-la de forma espontânea ao ser abordada pelo pesquisador: “[muitas

vimos dizendo a respeito dos fortes questionamentos populares ao modo em que operam as democracias da região. Na Argentina, na medição de 2004, 71,3% dos entrevistados consideraram que o país é governado em benefício de poderosos interesses e apenas 23,5% aderiram ao enunciado “o país é governado para o bem de todo o povo”. Ao cruzar estas opiniões com os graus de satisfação expressados por esses mesmos entrevistados, comprovamos que entre os insatisfeitos há uma propensão maior a afirmar que o país é governado em benefício de poderosos interesses, enquanto que entre os satisfeitos há uma proporção maior de entrevistados que consideram que o país é governado no interesse de todo o povo.

Em geral estes números repetem-se nos demais países do continente. Em dez dos casos estudados pelo Latino-barômetro há uma cifra superior aos 70% dos entrevistados que opinam que se governa para o benefício de poderosos interesses e em outros seis também entre 60% e 70% compartilham esta impressão. Um caso nacional que desperta a nossa atenção, entretanto, é o da Venezuela. Neste país não apenas verificamos um crescimento nos índices de adesão ao regime democrático, mas também comprovamos que os valores de apoio a este regime político alcançaram nos últimos anos os máximos de toda a série. Pois bem, este é o país, também, em que a proporção daqueles que consideram que se governa em benefício de poucos é mais reduzida (51%) e conseqüentemente o percentual daqueles que opinam que o país é governado no interesse de todo o povo é o mais alto do conjunto de países estudados pelo Latino-barômetro.

vezes] com uma pesquisa se cria um artefato, se fazem existir opiniões que não eram pré-existentes à pergunta, ou que teriam sido expressadas de outra maneira, por meio de porta-vozes autorizados, opiniões que tinham poucas probabilidades de serem manifestadas de maneira espontânea...” (Bourdieu 1991:423-424). “Fazendo desaparecer a exigência de uma tarefa de enunciação, pressupõe tacitamente que a pessoa interrogada seria capaz de produzir ou até de reproduzir a proposição que constitui o enunciado da pergunta...” (ibid.470). E não apenas isto, as respostas podem parecer idênticas e, entretanto, estar refletindo proposições substancialmente diferentes ou até opostas, pois com uma pesquisa uniformizada não se costuma captar as formas em que têm sido expressadas as opiniões, a linguagem, a ênfase, os gestos que acompanharam as respostas.

A democracia e seus significados

Mencionávamos antes a iniludível necessidade de discutir que entendem os povos latino-americanos por democracia, que idéias costumam associar a este conceito. O Latino-barômetro incluiu, nas pesquisas de opinião de 2001 e 2002, duas perguntas que apontam nesta direção. A primeira delas é uma pergunta aberta na qual se solicita aos entrevistados que digam o que significa para eles a democracia. O que primeiro chama a atenção é a magnitude das “não resposta” ou “não sabe”. Em alguns dos países latino-americanos um percentual muito elevado dos entrevistados não respondeu ou não soube dizer qual é o significado que atribuiria à democracia. Há quatro casos nacionais em que proporção dos que não responderam ou não souberam situa-se em valores superiores a 40% nas duas medições: Brasil, El Salvador, Colômbia e Guatemala. No primeiro destes países, os que não atribuíram um significado à democracia somaram, em 2002, alarmantes 63% (em 2001 os “não sabe” e “não responde”, juntos, haviam chegado a 56% dos brasileiros). Isto pode nos ajudar a entender o porquê dos baixos índices de apoio ao regime democrático em certos países, como de fato acontece no caso do Brasil: se ali para muitos a democracia não significa algo que possa ser expressado espontaneamente em palavras, resulta bastante lógico esperar que os níveis de apoio ao regime democrático não sejam muito elevados. Assim como tampouco é aleatório que, no outro extremo, os países nos quais os índices de “não resposta” são mais baixos sejam justamente aqueles onde os percentuais de apoio ao regime democrático costumam ser mais elevados ao longo de toda a série, como é o caso do Uruguai (só 18% de não sabe ou não responde em 2002) ou, embora com um grau de associação menor entre ambas as variáveis, o da Venezuela (13%) e da Argentina (11%). É importante esclarecer que esta associação não se verifica em todos os países medidos pelo Latino-barômetro, pois no Paraguai, por exemplo, o índice de não sabe / não responde frente à pergunta referente ao significado da democracia situou-se num nível razoavelmente baixo em 2002 (21%) e, entretanto, o grau de apoio ao regime democrático não resulta para nada expressivo. Outro

tanto acontece com o caso mexicano. O que nos leva a afirmar, então, que quanto maior é o índice de não respostas, mais provável resulta um baixo grau de apoio ao regime democrático, não sendo verdadeira, já, a relação inversa; embora a correlação entre ambas variáveis resulte, de qualquer modo, bastante significativa: um coeficiente de correlação de - 0.782 em 2001 e um coeficiente de - 0.795 em 2002²⁴.

Agora bem, se tomarmos os que sim deram uma resposta e atribuíram um significado à democracia na pesquisa de opinião de 2002, observaremos que, para a média dos 17 países incluídos na medição do Latino-barômetro, houve 35% dos entrevistados que associaram a democracia à liberdade, 10% à igualdade e à justiça, 6% ao direito a voto e 5% à idéia de “governo de, por e para o povo”. Ao analisar especificamente o caso argentino, observamos que 43,0% dos entrevistados relacionaram a democracia com as idéias de liberdades civis e individuais, 12,3% a associaram à noção de “governo de, por e para o povo”, 7,3% relacionaram a democracia com as idéias de igualdade e justiça e 3,7% com o direito ao voto. Os demais se distribuíram em outras respostas, em geral de cunho positivo, tais como “paz e unidade”, “desenvolvimento”, “bom governo” ou “estado de direito”.

Na medição do ano anterior, as respostas dos argentinos tinham sido semelhantes. Em primeiro lugar estiveram aqueles que associaram a democracia às liberdades civis e individuais (47,2%), depois os que identificaram a democracia com a noção de “governo de, por e para o povo” (9,3%), com a igualdade e justiça (6,3%) e com o direito ao voto (5,7%). Naquela oportunidade os “não sabe” ou “não responde” somaram 10,7%. Nas duas pesquisas de opinião, as de 2001 e 2002, os que relacionaram a democracia com atributos negativos, como corrupção e abuso de poder, penúrias sociais e econômicas ou mau governo alcançaram percentuais reduzidos. De maneira agregada, estes e outros significados negativos chegaram a apenas 7,1% do total de entrevistados na amostra de 2001 e 7,9% na de 2002.

²⁴ Estes são coeficientes de correlação não paramétricos (coeficiente de correlação de Spearman), para cujo cálculo utilizamos a posição no ranking das observações.

E aqui podemos aproveitar para cruzar estas últimas respostas com as opções dos entrevistados frente a outras perguntas já analisadas neste capítulo. Assim, por exemplo, vejamos qual foi a atitude dos entrevistados que atribuíram uma característica negativa à democracia quando lhes foi solicitado que dissessem se consideravam que sempre é preferível um regime democrático, se em certas circunstâncias poderia ser melhor um regime de tipo autoritário ou se, para eles, tanto faz um regime democrático ou um de tipo autoritário. No caso argentino, a maioria (62,1%) dos que na pesquisa de opinião de 2002 atribuíram características negativas à democracia, associando esta com a corrupção, o mau governo ou outros traços negativos, afirmou que em certas circunstâncias pode ser melhor um regime autoritário ou que para eles tanto faz um regime democrático ou autoritário. Este é um valor alto, apesar de nem tanto quanto poderíamos esperar. Dizemos isto porque 34,7% dos que atribuíram características negativas à democracia, consideraram, ao mesmo tempo, que a democracia sempre é preferível a qualquer outro regime de governo. Cabem duas leituras possíveis: ou sustentamos que os que respondem desta forma têm opiniões inconsistentes, ou buscamos outra explicação que não responsabilize os entrevistados por estas aparentes contradições. Nos inclinamos por esta última, pois acreditamos que em tais situações há dois níveis de resposta: por um lado os entrevistados defendem num plano ideal que a democracia sempre é preferível a qualquer outra forma de governo, e, por outro, consideram que a democracia realmente existente está contaminada por vícios que distorcem sua própria essência (opinião refletida nas respostas dadas frente à pergunta referente ao significado da democracia). Esta hipótese se veria confirmada ao observarmos que 73,5% dos que atribuíram um significado negativo à democracia mas que ao mesmo tempo disseram que a democracia sempre é preferível a qualquer outro sistema de governo também concordaram com outra afirmação submetida à opinião dos entrevistados em outra pergunta: “a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”, e também ao comprovar que 81,8% desse grupo estiveram de acordo ou muito de acordo com o enunciado “a solução dos problemas sociais e

econômicos do país não é responsabilidade da democracia, mas daqueles que dirigem o país” (para a amostra total, a proporção de argentinos que estiveram de acordo ou muito de acordo com esta afirmação foi de 85,4%).

A segunda pergunta que nos interessa ao abordar o tema do significado da democracia é aquela em que se solicita aos entrevistados que escolham, de uma lista fechada, qual seria, na sua opinião, a característica mais importante da democracia. Concretamente são oferecidas oito opções aos entrevistados: “eleições regulares, limpas e transparentes”, “uma economia que assegure uma renda digna”, “um sistema judiciário que trate a todos por igual”, “liberdade de expressão”, “respeito às minorias”, “governo da maioria”, “um sistema de partidos que concorram entre si”, “membros do parlamento que representem seus eleitores”. De todas elas, as que mais adesões conquistaram foram as quatro primeiras, as que juntas somaram em média 73% no conjunto dos 17 países incluídos na medição de 2002 do Latino-barômetro e 75,9% no caso específico da Argentina. Na medição anterior, na de 2001, os resultados não foram muito diferentes. Nessa oportunidade, e perante as mesmas alternativas, 26% dos latino-americanos optaram por “eleições regulares, limpas e transparentes”, 19% por “uma economia que assegure uma renda digna”, 16% por “um sistema judiciário que trate a todos por igual” e 14% por “liberdade de expressão”. Na Argentina, na pesquisa de opinião de 2001, 75,3% dos entrevistados optaram também por alguma destas quatro respostas (24,5% por “eleições regulares, limpas e transparentes”, 23,0% por “uma economia que assegure uma renda digna”, 16,8% por “um sistema judiciário que trate a todos por igual” e 11,0% pela opção “liberdade de expressão”).

Quadro 5 – As características mais importantes da democracia – América Latina – 2001-2002 (%)

	2001	2002
Eleições regulares, limpas e transparentes	26	27
Uma economia que assegure uma renda digna	19	16
Um sistema judiciário que trate a todos por igual	16	15
Liberdade de expressão	14	15
Respeito às minorias	5	5
Governo da maioria	4	5
Um sistema de partidos que concorram entre si	4	4
Membros do parlamento que representem seus eleitores	3	4

Fonte: Latino-barômetro 2001-2002.

Notas: *P. As pessoas com frequência diferem em seus pontos de vista sobre as características mais importantes da democracia. Escolha uma característica que para você seja essencial numa democracia: Eleições regulares, limpas e transparentes / Um sistema de partidos que concorram entre si / Uma economia que assegure uma renda digna / Um sistema judiciário que trate a todos por igual / Respeito às minorias / Governo da maioria / Liberdade de expressão para criticar abertamente / Membros do Parlamento que representem seus eleitores.*

**Aqui só exibimos as seis opções mais escolhidas pelos entrevistados.*

Tamanho das amostras: n = 18.135 / 18.522

Resulta relevante examinar minuciosamente o significado destas opções realizadas pelos entrevistados. Se por um lado a dimensão eleitoral e aquela relacionada com liberdades civis básicas como a de expressão são resgatadas por uma proporção muito elevada dos entrevistados, por outro há um importante percentual que opta por uma dimensão social e econômica da democracia. Vale repetir, em 2001 19% dos latino-americanos consideraram que a característica mais importante da democracia é a de “uma economia que assegure uma renda digna”, em 2002 os que escolheram esta resposta foram 16%, ficando em ambas as

medições como a segunda opção mais votada pelos entrevistados. Situação análoga se verifica para o caso argentino: em 2001, 23,0% optaram por esta resposta, em segundo lugar depois daqueles que preferiram a alternativa “eleições regulares, limpas e transparentes”, enquanto que em 2002 este índice aumentou, chegando a 26,2% e se situando como a alternativa mais votada pelos entrevistados.

Quadro 6 – As características mais importantes da democracia –
Argentina – 2001-2002 (%)

	2001	2002
Eleições regulares, limpas e transparentes	24,5	26,2
Uma economia que assegure uma renda digna	23,0	22,1
Um sistema judiciário que trate a todos por igual	16,8	15,9
Liberdade de expressão	11,0	11,8
Respeito às minorias	4,3	5,1
Governo da maioria	4,8	4,8
Um sistema de partidos que concorram entre si	2,9	1,5
Membros do parlamento que representem seus eleitores	8,4	9,6

Fonte: Latino-barômetro 2001-2002.

Notas: *P. As pessoas com frequência diferem em seus pontos de vista sobre as características mais importantes da democracia. Escolha uma característica que para você seja essencial numa democracia: Eleições regulares, limpas e transparentes / Um sistema de partidos que concorram entre si / Uma economia que assegure a renda digna / Um sistema judiciário que trate a todos por igual / Respeito às minorias / Governo da maioria / Liberdade de expressão para criticar abertamente / Membros do Parlamento que representem seus eleitores.*

**Aqui só exibimos as seis opções mais escolhidas pelos entrevistados.*

Tamanho das amostras: n = 1.200 / 1.200

Podemos extrair uma conclusão bastante clara dos números que examinamos até aqui: a democracia não é associada tão somente às liberdades civis ou à vigência de direitos políticos, há também entre os entrevistados um setor que relaciona a democracia com garantias mínimas de bem-estar social e econômico para o conjunto da população. A democracia, para um número importante dos entrevistados – tanto no grupo de países estudados pelo Latino-barômetro, como no caso mais específico da Argentina – remete não apenas a procedimentos, mas também a conteúdos substantivos; remete a uma demanda por respostas concretas frente aos graves problemas que afligem às grandes majorias na nossa região. Isto confirma o que outros estudiosos (Camp, 2001; Moreno, 2001) já têm observado a respeito deste assunto, quando apontaram que o entendimento em torno do significado da democracia e as formas de materializar ou levar à prática o conceito não são homogêneos, variam conforme os países ou regiões. Os modos de ver, de entender e de se relacionar com a democracia dependem não só de uma série de fatores vinculados à cultura política de cada sociedade, mas também estão vinculados às condições materiais de existência, o que deixa em evidência a necessidade de estudar a democracia como um complexo processo de construção sócio-cultural e não meramente como um conjunto de regras formais e instituições políticas.

Referindo-se aos povos latino-americanos, os autores recém citados destacaram que estes em geral não definem a democracia da mesma forma em que o fazem, por exemplo, os estadunidenses, nem têm as mesmas expectativas com relação a ela quando os comparamos com seus semelhantes do país do norte. No caso dos primeiros, há uma ênfase mais forte nas idéias de igualdade social e de progresso econômico do que entre os cidadãos dos Estados Unidos, para os quais a ênfase está colocada na dimensão mais estritamente política e na idéia de liberdade. É bastante lógico que assim seja, pois fora as grandes diferenças históricas que separam estes povos, também há enormes diferenças no que se refere aos graus de bem-estar geral alcançados pelas respectivas sociedades. A importância que os

latino-americanos atribuem às dimensões social e econômica na hora de definir o que entendem por democracia está fortemente influenciada por um contexto em que predominam aberrantes situações de desigualdade e sérias privações materiais que afligem as nossas sociedades.

A leitura que os cidadãos fazem do regime sócio-político realmente existente em seus países incide na noção de democracia que elaboram e sobre as expectativas futuras e os juízos de valor que emitem em torno desta idéia e em torno de sua materialização político-institucional concreta. Neste marco, podemos entender por que muitos latino-americanos, frente à disjuntiva de ter de optar entre desenvolvimento econômico e democracia, acabam escolhendo o primeiro. Na pesquisa de opinião levada a cabo pelo Latino-barômetro em 2001, 51% dos latino-americanos entrevistados opinaram que, em caso de ter de optar por uma ou outra alternativa, preferiria o desenvolvimento econômico, enquanto que só 25% consideraram que a democracia era mais importante e 18% assinalaram que ambos eram igualmente importantes. Em 2002 a proporção não foi muito diferente: 52% optaram pelo desenvolvimento econômico, 24% pela democracia e 17% responderam que o desenvolvimento e a democracia eram igualmente importantes. No caso da Argentina, na medição de 2001, 50,1% dos entrevistados consideraram que o desenvolvimento econômico era mais importante que a democracia, 25,6% opinaram o contrário e 20,8% equipararam ambas opções. Na medição seguinte, a de 2002, a proporção de argentinos que deu prioridade ao desenvolvimento econômico foi de 47,3%, enquanto que 28,7% disseram que a democracia era mais importante e 20,1% consideraram que ambos eram igualmente importantes.

Ao perguntar-lhes se sempre seria preferível um regime democrático ou se em determinadas circunstâncias seria melhor um regime autoritário, os argentinos que haviam opinado que o desenvolvimento econômico é mais importante que a democracia aderem ao regime democrático numa proporção sensivelmente menor que os que haviam privilegiado a democracia ao invés do desenvolvimento ou os

que haviam considerado que democracia e desenvolvimento são igualmente importantes. No primeiro grupo, o nível de apoio ao regime democrático situou-se em 39,9%, enquanto que nos outros dois os índices foram 82,1% e 74,4% respectivamente. Também verificamos diferenças importantes quando cruzamos a pergunta sobre desenvolvimento econômico vs. democracia com aquela que mede o grau de satisfação cidadã com o funcionamento da democracia: entre os que preferem o desenvolvimento econômico, os índices de satisfação com o funcionamento da democracia são inferiores aos que encontramos entre aqueles que optaram por considerar a democracia como mais importante que o desenvolvimento e aqueles que atribuíram igual importância a ambos. Concretamente 15,5% de muito satisfeitos ou satisfeitos entre os primeiros, contra 30,5% entre os segundos e 22,0% entre os últimos.

E tudo isto guarda relação, também, com outras respostas que mostram o sentimento de insatisfação generalizado que atormenta a boa parte das sociedades da região. Por exemplo, em 2002, 82% dos latino-americanos consideraram que a distribuição da renda em seus respectivos países era injusta ou muito injusta. Nesse mesmo ano, 56% dos latino-americanos consideraram que a situação econômica de seus países era ruim ou muito ruim. No caso argentino, estes números foram ainda mais contundentes: 96,3% de todos os entrevistados neste país afirmaram que a distribuição da renda era injusta ou muito injusta. Por sua vez, 94,5% dos argentinos afirmaram que a situação econômica do país era ruim ou muito ruim. Não é por acaso que nessa pesquisa de opinião 28,9% dos argentinos opinaram que o principal problema nacional era o desemprego, tema que ocupou o primeiro lugar entre as preocupações dos entrevistados. Se a este percentual somarmos a proporção daqueles que assinalaram a pobreza (10,3%) ou os baixos salários (8,5%) – temas que conquistaram respectivamente a terceira e quarta posição no *ranking* de preocupação dos argentinos –, chegamos a 47,7% dos entrevistados que escolheram um assunto estritamente social como o principal problema que atribulava ao país nesse ano. Nas duas medições posteriores do Latino-barômetro, o desemprego

voltou a aparecer como a principal preocupação dos argentinos (em 2003 com 34,0%, em 2004 com 31,8%) e temas como a pobreza ou os baixos salários continuaram sendo mencionados como a preocupação mais importante para uma parte significativa dos entrevistados, embora na última consulta a pobreza e os baixos salários tenham perdido as primeiras posições, relegados por questões como a insegurança (14,5%), a corrupção (12,1%) e a inflação (14,9%).

As considerações que temos feito até aqui e os diferentes números já examinados nos levam a entender, de modo ainda mais cabal, o porquê dos altos índices de insatisfação com o funcionamento do regime democrático em nossos países e especialmente os altíssimos percentuais de “não muito satisfeitos” ou “nada satisfeitos” que encontramos num país como a Argentina, sobretudo nos anos 2001 e 2002. E estes dados contribuem também para decifrar melhor as razões que levam a importantes setores da população de nossos países a exigir da democracia algo mais do que liberdade de expressão ou livre jogo político-partidário e eleições regulares, transparentes e limpas. Em países onde as brechas sociais são tão profundas, onde as carências materiais são tão gigantescas, é plenamente lógico que abundem estes comportamentos. Estas respostas são, na verdade, mais uma evidência das graves falências de que adolecem os regimes democráticos do continente e dos graves problemas que existem no seio de suas principais instituições. O que não cabe é culpar as próprias vítimas destas democracias cada vez mais vazias de conteúdo pelas suas opiniões e atitudes políticas supostamente “antidemocráticas” e respostas catalogadas por alguns analistas como “inconsistentes” ou “ambíguas”. Relembremos, senão, as críticas que fizemos no primeiro capítulo ao Informe da Trilateral ou aos escritos de Giuseppe Di Palma, quem com desfaçatez aconselhava aos setores subalternos que moderassem suas expectativas, para não correr o risco de uma regressão autoritária. O perigo de rupturas institucionais não pode ser atribuído a um “excesso” de demandas por parte dos setores populares, mas a um tipo de lógica sócio-política cada vez mais

excludente e perversa, que torna nossas democracias verdadeiras cascas vazias aos olhos de um crescente número da população.

A democracia representativa e suas instituições

Na esmagadora maioria das sociedades latino-americanas, os partidos políticos e as principais instituições da democracia representativa não gozam de um grau apreciável de aceitação cidadã. Este é um dado que deve ser considerado na hora de analisar a situação em que se encontram as democracias realmente existentes nos nossos países. Como já foi assinalado anteriormente, o fato de que na média dos casos nacionais estudados pelo Latino-barômetro haja um nível razoável de adesão ao regime democrático e de modo simultâneo um baixo grau de satisfação com seu funcionamento constitui um claro indício dos graves problemas que sofrem os regimes políticos da região. Se a isto somarmos os elevadíssimos índices de rejeição que geram os partidos, o Congresso Nacional e de um modo geral os dirigentes políticos, atingiremos um panorama ainda mais nítido da fragilidade em termos de legitimidade popular que afeta aos regimes democrático-representativos da região.

Nesta seção, buscaremos, portanto, examinar a magnitude da rejeição que têm concitado e continuam concitando os partidos, os órgãos legislativos e os dirigentes políticos nos países latino-americanos, com especial atenção ao caso da Argentina, país que vem registrando nos últimos anos índices de repúdio e desaprovação popular que se situam entre os mais altos do continente. Em um *ranking* das diversas instituições, as que costumam aparecer em todos os países gozando de maior confiança são a Igreja Católica e a Televisão. Nos últimos lugares, aparecem sistematicamente o Congresso Nacional e as agremiações político partidárias.

A Igreja Católica conquistou, em média nos 17 países medidos pelo Latino-barômetro, em quase todos os anos da série, índices superiores a 70% somando aqueles que declararam que sentiam muita ou alguma confiança na instituição eclesiástica. No caso da Televisão, esta tem experimentado mais oscilações nos níveis de confiança cidadã que desperta, conquistando um máximo de 50% em 1996 e um mínimo de 30 pontos percentuais na medição de 2003. A terceira instituição que mais confiança gera na média latino-americana é a castrense: as Forças Armadas são mencionadas como muito confiáveis ou algo confiáveis por um mínimo de 30% dos entrevistados em 2003 e um máximo de 42% em 1997. Desde já em todos os casos há grandes diferenças conforme os países que consideramos para a análise. Para citar alguns exemplos, no Uruguai, na Argentina e no México os índices de confiança na Igreja tem sido, em 2001, de 57%, 56% e 55% respectivamente, contrastando com o que aconteceu com países como o Brasil, o Paraguai e a Bolívia, nos quais o grau de apoio foi muito mais alto, superando nos três casos os 80 pontos percentuais. Outro tanto acontece com a Televisão: enquanto que nesse ano no Chile e na Bolívia os graus de confiança superavam a marca dos 60%, na Argentina, no Brasil e em vários países centro-americanos o índice de confiança era inferior a 40%. No caso das Forças Armadas, há países como o Equador, a Venezuela e o Brasil, onde em geral a corporação castrense obtém graus de confiabilidade superiores a 50% dos entrevistados. Já na Bolívia, em Honduras, na Nicarágua, na Guatemala e na Costa Rica, os índices conquistados por esta instituição na pesquisa de opinião de 2001 foram muito inferiores, não chegando a 30% em nenhum dos países recém citados. Na Argentina, a instituição militar conseguiu, em média, ao longo de toda a série de pesquisas de opinião levadas adiante pelo Latino-barômetro, um grau de confiança de 32,3%, com os picos mais positivos em 1995 e 2004 (37,4% e 37,1%) e o menor valor em 1998 (24,0%).

As instituições chave do aparelho político estatal ou da representação democrática sofrem, contrariamente, quotas elevadíssimas de descrença em boa parte dos países da região. Deixando de lado a Presidência da República, que em alguns casos nacionais e em certas circunstâncias alcançou níveis mais ou menos

altos de confiança pública, os poderes legislativo e judicial e os partidos políticos tendem a se situar nos últimos lugares da lista. Assim as agrupações partidárias gozam de apenas 19% de confiança popular, tomando a média dos dados para o conjunto dos países medidos pelo Latino-barômetro e a média de dados de toda a série de pesquisas de opinião realizadas desde 1996 e somando as proporções de “muita confiança” e “alguma confiança” expressados pelos entrevistados. Se considerarmos ano a ano, veremos como em 2002 os partidos tiveram um índice de confiança de apenas 14% e em 2003 um índice ainda menor, de só 11% de confiança popular. O Congresso Nacional é visto, também, como uma instituição muito pouco confiável pela cidadania dos nossos países: apenas numa medição conseguiu superar os 30 pontos percentuais (36% em 1997), nas demais obteve índices bastante inferiores, como em 2002, quando este foi de 23%, e em 2003, quando o grau de confiança depositada na instituição legislativa foi de apenas 17%. Situação não muito diferente encontramos ao observarmos os níveis de confiança pública de que gozam os órgãos judiciários: em média só 30% dos latino-americanos declararam ter “muita” ou “alguma confiança” neles nas oito pesquisas de opinião realizadas entre 1996 e 2004.

No caso argentino, a situação se repete, embora de maneira ainda mais acentuada. Os partidos políticos, por exemplo, na pesquisa de opinião de 2004 recolhiam 1,3% de “muita confiança” e 11,2% de “alguma confiança”. Entretanto, estes valores tinham sido ainda inferiores no pior momento da crise, quando de acordo com os dados colhidos na pesquisa de opinião de 2002 do Latino-barômetro, os índices de confiança dos argentinos nos partidos políticos descenderam a irrisórios 4,7% (0,4% de “muita confiança” e 4,3% de “alguma confiança”), no Congresso a 8,8% e no Poder Judiciário a 8,6%. Somente os bancos e sindicatos registravam índices igualmente tão baixos de credibilidade. Enquanto isso, a Igreja conseguia manter um índice de 53,2% de confiança pública. Vendo o outro lado do fenômeno: em 2002 esmagadores 89,6% dos entrevistados declararam ter pouca ou

nenhuma confiança no Congresso argentino, 90,4% pouca ou nenhuma confiança no Poder Judiciário e 94,4% pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos.

Uma das formas em que na Argentina se manifestou este fenômeno de profundo mal-estar e rejeição face os partidos e os políticos foi o da generalização do *escrache*. O *escrache* foi um interessante mecanismo idealizado pela agrupação H.I.J.O.S. (*Hijos por la Identidad y la Justicia, contra el Olvido y el Silencio*) – que reúne filhos de desaparecidos – no final de 1995 para expressar sua condena social aos autores intelectuais e materiais do plano sistemático de seqüestro, tortura e desaparecimento levado adiante neste país durante a última ditadura militar. Consistia basicamente no apontamento público dos torturadores e assassinos, os que graças às leis de Ponto Final e Obediência Devida não tinham sido condenados judicialmente, denunciando-os e desmascarando-os frente aos seus vizinhos e perante o conjunto da sociedade. A intenção desta modalidade de ação era isolar os genocidas, de modo que sua vida cotidiana não fosse mais a mesma²⁵. Tal prática foi adotada e ressignificada nos últimos meses de 2001 apontando para outro alvo, o dos políticos, que passaram então a ser o novo objeto da fúria popular. Teatros, bares, restaurantes, ruas e avenidas, imediações do Congresso Nacional e de outros corpos legislativos, qualquer lugar pelo qual passasse um político conhecido tornou-se cenário em que a cidadania expressava com insultos de grosso teor sua indignação, desprezo e rejeição face o conjunto dos dirigentes partidários. Um dos graves inconvenientes deste tipo de protesto, entretanto, foi que se tornou indiscriminado. Bastava ser um político conhecido para ser *escrachado*, independentemente de qual fosse seu grau de responsabilidade pela situação em que se encontrava o país. De

²⁵ Um dos casos emblemáticos e primeiro *escrache* formal foi contra o médico torturador Jorge Magnasco, encarregado dos partos das seqüestradas na Escola de Mecânica da Armada – a tristemente célebre ESMA – na época da ditadura. Depois de *escrachá-lo* durante quatro sextas-feiras consecutivas e de fazer passeatas desde o hospital onde trabalhava até a sua casa, H.I.J.O.S. conseguiu que fosse demitido do seu emprego e expulso do prédio onde morava. Com o tempo, esta prática foi adquirindo maior sistematicidade, a ponto de ser criada a *Mesa de Escrache Popular*, entidade que passou a coordenar o trabalho coletivo e a reunir informação, somando esforços de diferentes organizações e agrupações de direitos humanos, de vizinhos, sociais, etc. Mais detalhes sobre este e outros *escraches* podem ser encontrados no sítio de informação alternativa www.lahaine.org.

certa forma, houve uma distorção desta ferramenta, a ponto que depois dos insultos, em certos casos, chegou-se à agressão e violência física, quase a um linchamento popular. Estes fatos em geral foram condenados pelos organismos de Direitos Humanos que protagonizaram e protagonizam os *escraches* no seu formato original.

O da Argentina não foi o único caso em que a rejeição popular aos políticos alcançou estas novas modalidades. Também podemos mencionar o que aconteceu no Equador, no Peru ou na Bolívia nesta mesma época. Nestes dois últimos países, o grau de violência chegou ao extremo de instaurar tribunais comunais que sumariamente executaram dois prefeitos de pequenas localidades indígenas, acusados do cargo de corrupção, e obrigaram outros doze a abandonar as aldeias antes de serem justificados²⁶. Mas vale destacar, de qualquer modo, que em nenhum país latino-americano a rejeição e o açoitamento público chegaram ao grau de generalização alcançado na Argentina daqueles meses. As passeatas, painéis, assembleias e piquetes – aos que dedicaremos o capítulo 3 – da mesma forma que os *escraches* foram também demonstração da absoluta inaptidão por parte das agrupações políticas tradicionais de representarem os interesses das grandes maiorias nacionais e de congregarem, em torno de si, as demandas dos setores populares. Tais manifestações são, por outra parte, uma clara evidência da auto-referencialidade em que incorreram as organizações partidárias, incapazes de estabelecerem um diálogo com os vastos e empobrecidos setores da sociedade.

Interessante nos parece também analisar as respostas que os entrevistados pelo Latino-barômetro escolhem frente à pergunta “Quem você acha que tem mais poder na Argentina?”. Em primeiro lugar aparecem as grandes empresas, as que foram citadas por 67,7% dos argentinos. Em geral a ordem de importância que a

²⁶ No dia 15 de junho de 2004, os habitantes da pequena localidade de Ayo Ayo, no altiplano boliviano, aplicando a lei aimara queimaram vivo seu prefeito, acusado de um contínuo roubo de fundos públicos apesar das reiteradas denúncias que os vizinhos tinham feito contra ele perante diferentes organismos oficiais. Dois meses antes, num fato de características semelhantes, os aimaras do sul do Peru também lincharam um prefeito, na localidade de Ilave. Mais informações sobre este acontecimento podem ser consultados em www.mapuche.info/indgen/clarin_040620.html

cidadania atribui às diferentes instituições se mantém estável ao longo de toda a série. As grandes empresas ocupam, em todas as medições, sempre o primeiro lugar. Em segundo lugar, muito mais atrás, são citados os sindicatos (7,7% das menções em 2004), os partidos políticos (com 5,8% nesse ano), os meios de comunicação (5,4%) e os militares (5,5%). O Governo e o Congresso Nacional foram mencionados como primeira resposta, em 2004, apenas por 3,1% e 0,6% dos entrevistados²⁷. Este dado reveste fundamental importância, pois mostra de que maneira o desprestígio de instituições chave da democracia representativa como o Congresso Nacional se combina com uma altíssima proporção de cidadãos que sentem este órgão como irrelevante. São poucos os que citam o Poder Legislativo como um ator de peso no cenário político argentino. A situação dos outros países latino-americanos não é, neste ponto em particular, comparável ao que acontece na Argentina. Diferentemente do que sucede nesta última, na maioria dos outros países estudados pelo Latino-barômetro o Governo costuma preceder no ranking às grandes empresas, como instituição à qual a maioria dos entrevistados atribui grande poder no país. Na média regional, 56% dos latino-americanos dizem que quem tem mais poder é o Governo, as grandes empresas ficam relegadas a um segundo lugar, com 50% das menções.

Mas voltando à imagem de instituições como o Congresso e os partidos políticos, há duas perguntas nas pesquisas do Latino-barômetro cujas respostas traduzem muito bem a adesão cidadã à democracia como ideal e a simultânea rejeição que concitam aquelas que habitualmente são consideradas como suas principais instituições. Nos referimos à pergunta na qual se solicita aos entrevistados que digam se consideram que pode haver ou não democracia sem Congresso Nacional e na que se lhes pede que expressem se pode haver democracia sem partidos políticos. Na média latino-americana observamos uma proporção cada vez maior de entrevistados que sustentam que é possível uma democracia sem Congresso nem partidos. Enquanto na medição de 1997 63% diziam que não pode

²⁷ Esta pergunta previa respostas múltiplas. Aqui tomamos apenas a primeira alternativa indicada por cada entrevistado.

haver democracia sem Congresso e 62% que não pode haver democracia sem partidos e na de 2000 57% se posicionavam contrários a ambas possibilidades, na pesquisa de 2001 estes índices caíram a 50% e 49% respectivamente, para se recuperarem levemente em 2002, quando em ambos os casos a rejeição a esta alternativa foi de 52%.

Na Argentina, nas medições de 1997 e 2000, proporções superiores ou muito próximas a 70% dos entrevistados consideraram que não podia haver democracia sem partidos políticos nem Congresso Nacional²⁸. Entretanto, estes índices caíram drasticamente nas pesquisas de opinião de 2001 e 2002. Na de 2001, os que opinaram que sem Congresso Nacional não pode haver democracia somaram só 55,9% e os que consideraram que não pode haver democracia sem agremiações políticas alcançaram escassos 58,2%. Na medição de 2002, 53,5% opinaram que a democracia não pode funcionar sem Congresso e 52,3% manifestaram que não pode haver democracia sem partidos. Nesta última pesquisa, 34,8% dos argentinos opinaram que a democracia pode sim funcionar sem Congresso Nacional e 39,2% disseram que a democracia pode sim operar sem partidos políticos.

Quando um percentual significativo dos entrevistados responde que a democracia pode funcionar sem Congresso Nacional ou sem partidos, o que está querendo indicar? A forma mais fácil de interpretar tal aparente paradoxo seria catalogar àqueles que assim respondem como ambivalentes, como pessoas que não mantêm uma orientação clara e firme de apoio ao regime democrático. Esta é a leitura que predomina entre os diversos estudiosos que analisam o significado destes resultados, a primeira vista contraditórios. Acreditamos, porém, que deveriam se ensaiar outras hipóteses a respeito do sentido profundo de tais respostas que, mais

²⁸ Na pesquisa de 1995, o Latino-barómetro só incluiu a pergunta referente aos partidos políticos. Nas medições de 1997, 2000 e 2002 foram incluídas as duas perguntas. Frente à possibilidade de uma democracia sem partidos, as rejeições somaram 71,0% em 1995, 75,4% em 1997 e 71,7% em 2000. O enunciado a respeito de uma eventual democracia sem Congresso Nacional em 1997 concitou a rejeição de 74,5% dos argentinos e na pesquisa de 2000, um desacordo de 69,8% dos consultados.

do que expressarem aparentes paradoxos, mais uma vez nos mostram a complexidade que reveste o fenômeno democrático, a multiplicidade de significados que encerra a palavra “democracia” em nossas sociedades e deixam em evidência, também, quão longe está a democracia de se limitar a uma dimensão pura e exclusivamente institucional.

Entre o elevado percentual de latino-americanos que respondem deste modo, há sintomas de um mal-estar muito profundo frente aos resultados concretos produzidos pelo regime democrático em todos estes anos. Este tipo de posturas, nas que por um lado se expressa um apoio ao regime democrático mas, ao mesmo tempo, se deixa assentada a rejeição a instituições como o Congresso Nacional ou as agremiações político-partidárias, vendo, por exemplo, com bons olhos a possibilidade de presidentes que governem por decreto, refletem a estendida frustração que aflige a crescentes setores sociais em nossos países quanto aos pobres resultados oferecidos pelos regimes democráticos. De tal sorte, consideramos sumamente discutível o fato de pretender atribuir este tipo de respostas à falta de formação política dos entrevistados, ou de modo mais geral, à deficiente cultura cívica do universo estudado. Podemos realmente afirmar que o problema reside nos que respondem o questionário ou que o problema encontra-se no eleitorado? Ou o problema radica num deficiente funcionamento da democracia representativa realmente existente e suas instituições, as quais despertam cada vez menor entusiasmo e maior rejeição na cidadania? Nos inclinamos por esta última alternativa, pois aqui reside um elemento chave que nos permite apreender melhor a relação que estabelecem as sociedades com o ideário democrático e com as principais instituições que buscam traduzir no terreno político estatal a democracia representativa.

Anteriormente mencionamos a imagem da Presidência da República e dissemos que os índices de confiança têm oscilado bastante na região ao longo dos últimos anos, conforme as circunstâncias políticas, econômicas e sociais que se

verificam em cada momento e em cada país. No caso argentino, os níveis de confiança pública que inspirava esta instituição chegaram a valores extremamente baixos em 2001 e 2002, para se recuperarem, de um modo extraordinário, nos anos posteriores. Em 2002, por exemplo, ante a pergunta a respeito de se aprovava ou não a gestão do governo que encabeçava o Presidente, quando o senador Eduardo Duhalde era quem ocupava interinamente esse cargo, extraordinários 78,0% disseram não aprová-la. Já em 2003, a partir da assunção de Néstor Kirchner como novo Presidente da República, os índices se inverteram, já que os que não avaliavam positivamente a gestão presidencial somaram magros 8,0%, enquanto que impressionantes 86,1% declararam que aprovavam o modo em que o Presidente argentino governava o país²⁹. Em 2004, embora com um índice algo menor (72,9%), a proporção de entrevistados que concordaram com a gestão presidencial continuou sendo muito elevada, e portanto muito superior à de medições anteriores, quando Fernando De la Rúa ou Eduardo Duhalde exerciam a presidência. Com seu particular estilo de governo e havendo sabido recolher e dar resposta a algumas das enérgicas demandas populares expressadas com força crescente ao grito de “*¡Que se vayan todos!*” desde finais de 2001 nas praças e ruas do país – saída da recessão econômica, diminuição dos índices de desemprego, fortaleza na negociação da dívida externa, depuração da Suprema Corte de Justiça, fim da política de privatizações –, Kirchner conseguiu relegitimar a instituição presidencial.

Tudo isto reforça o que temos dito até aqui. Em que sentido? Pois bem, reforça-o na medida em que não obstante o alto apoio dado à democracia, acompanhado agora também por uma maciça identificação popular com quem exerce a Presidência da República, as demais instituições políticas continuam sumamente desprestigiadas no seio da opinião pública. O que se produziu nestes últimos tempos foi uma reconciliação da sociedade com a figura presidencial, desde o momento em que Kirchner soube se apresentar como porta-voz das principais

²⁹ A redação desta pergunta em 2003 e 2004 foi levemente diferente: Você aprova ou desaprova a forma em que o Presidente está dirigindo o país?

aspirações populares e de várias das demandas das grandes maiorias nacionais, não acontecendo o mesmo com o parlamento, com os partidos ou com os tribunais, os quais continuam sofrendo elevadíssimas taxas de desconfiança e de falta de respaldo popular.

A forma de governar do novo presidente reservou um lugar especial aos temas que têm se convertido em recorrentes cenários de confrontação com as corporações militar, judiciária e eclesiástica e com o Fundo Monetário Internacional, assim como a uma grandiloquente impugnação – pelo menos no plano da retórica – ao modelo econômico neoliberal cruentamente implementado na Argentina nos anos 90. Kirchner, nos seus discursos, costuma atribuir às políticas neoliberais – que como sabemos têm se aplicado não apenas na Argentina, mas em boa parte dos países do continente – a principal responsabilidade pelo acelerado empobrecimento que têm sofrido amplas faixas da sociedade, e que constitui um dos poucos exemplos mundiais de um retrocesso tão brutal na qualidade de vida de um povo em tão poucos anos. Assim se faz eco do sentimento coletivo de boa parte dos argentinos, os que com razão consideram que as políticas de privatização, de transferência de patrimônio público a gigantescos conglomerados econômicos internacionais e a abertura comercial irrestrita têm sido em grande medida causadores dos males que afligem atualmente o país. Os próprios números do Latino-barômetro ilustram a opinião dos argentinos a respeito disto. Em 1998, por exemplo, 39,4% dos entrevistados estavam de acordo ou muito de acordo com a afirmação de que as privatizações foram benéficas para o país. Este valor caiu ano após ano nas medições posteriores, para chegar a exíguos 11,7% em 2003. Situação análoga verificamos quando observamos o percentual dos que se declararam satisfeitos com o funcionamento da economia de mercado no país: em 2003, apenas 14,7% disseram estar muito satisfeitos ou satisfeitos com o modo em que vem operando este tipo de economia; em 2004, o índice foi novamente muito baixo, de 16,0%. Por outra parte, na pesquisa de opinião de 2002, contundentes 74,6% consideraram que o Estado deveria se fazer cargo de setores como saúde, educação,

água ou fornecimento de energia elétrica, contra 16,9% que preferiram que fosse o setor privado quem oferecesse tais serviços.

Estas opiniões se inscrevem numa crescente onda de descontentamento frente às políticas de cunho neoliberal, onda que vem se expandindo, com distintos graus de intensidade, pelo conjunto do continente nestes últimos anos. Basta lembrar o que aconteceu no Peru, em junho de 2002, quando ruidosas manifestações populares puseram em xeque o Presidente Alejandro Toledo, obrigando-o a recuar em sua tentativa de privatizar o setor elétrico no sul do país. Ou o que aconteceu na Bolívia com a enérgica reação das massas populares frente à iniciativa do governo de Hugo Banzer, em abril de 2000, de privatizar o sistema de águas de Cochabamba, no que se conheceu como a “Guerra da Água”. Ou o que vem acontecendo também nesse país andino com a massiva oposição ao manejo da política energética, que provocou a chamada “Guerra do Gás”, pondo fim ao governo do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em outubro de 2003 e ao governo de Carlos Mesa, em junho de 2005. Tampouco podemos deixar de mencionar o interessante processo de oposição às privatizações que foi se desdobrando no Uruguai, onde mediante uma série de iniciativas populares e plebiscitos, a sociedade conseguiu pôr um freio às políticas neoliberais. Não por acaso este último país exhibe, nas diferentes medições do Latino-barômetro, um dos índices mais baixos de apoio à economia de mercado e às políticas de privatização de empresas públicas.

E claro que aqui cabe destacar, também, um elemento ao que a grande maioria dos latino-americanos caracteriza como uma das principais causas dos males sociais e econômicos que assolam a região, situando-o antes, até, que o próprio neoliberalismo. Nos referimos à corrupção. Observando apenas os números do Latino-barômetro, já apreciamos a importância que os entrevistados costumam atribuir a este fator, considerado por muitos como um formidável obstáculo para a realização de uma maior equidade social e para um desenvolvimento econômico

sustentado e mais harmônico dos nossos países. De fato, a luta contra a corrupção tem se convertido numa das grandes bandeiras levantadas nos protestos populares que deixaram inacabado o mandato dos vários presidentes já citados nas páginas que compõem este capítulo. Nas pesquisas de opinião os índices se repetem. No caso argentino, em 1998, por exemplo, 90,1% opinaram que a corrupção havia aumentado muito nos doze meses anteriores e 85,5% estimaram que o problema da corrupção era muito sério. Na medição de 2000, a percepção de 87,1% dos entrevistados foi que a corrupção havia aumentado muito no país e para 90,1% o problema era muito sério. Em 2001, mais uma vez, 87,1% estimaram que a corrupção havia crescido muito nos 12 meses prévios e 94,1% disseram que o problema era muito sério para o país. Nessa medição incluiu-se também uma pergunta a respeito de em que instituições haveria mais corrupção: a resposta majoritária assinalou o Congresso, os deputados e senadores da Nação. Na pesquisa de 2002, 89,9% voltaram a opinar que a corrupção havia aumentado muito. E no ranking dos problemas mais importantes que enfrentava este país, a corrupção apareceu sempre nos primeiros lugares: em segunda posição como o problema mais importante nas medições de 2002 e 2003, e no quarto lugar na pesquisa de 2004, quando a agenda pública dos argentinos sofreu variações bastante relevantes e este tema descendeu na escala de prioridades, ficando atrás de questões como a crise econômica, a inflação e a insegurança, embora ainda assim permanecendo como um dos principais temas de preocupação.

Esta percepção generalizada e esta automática identificação entre políticos e apropriação indevida de recursos públicos é o que abriu as portas a certas propostas que sugeriam um mundo sem políticos, governado por técnicos ou empresários; propostas motorizadas por vários meios de comunicação que tinham interesses concretos em tornar os políticos os bodes expiatórios e que, em outras épocas, teriam concitado uma estendida rejeição popular. A título ilustrativo, vale citar aqui o que responderam os entrevistados argentinos frente a uma pergunta realizada em 2003 pelo Latino-barômetro a respeito de se acreditavam que os dirigentes das

grandes companhias poderiam oferecer melhor liderança para o futuro do que os líderes políticos: esta possibilidade recebeu uma boa acolhida por parte de 43% dos consultados, empatando com os que se manifestaram contrários a esta idéia, que somaram 42%. Além de alarmantes, estes números agregam mais um elemento que deixa em evidência a profunda crise na qual se encontram submersos os partidos políticos e seus dirigentes em países como a Argentina. E não apenas isto, mostram, também, a desorientação que se apodera de muitos cidadãos na hora de encontrar uma saída para os gravíssimos problemas sociais e econômicos que afetam os países da região: rejeitam, por um lado, as principais políticas neoliberais e se declaram profundamente insatisfeitos com o funcionamento da economia de mercado, entretanto, por outro lado, se mostram favoráveis – em proporções bastante elevadas – a uma substituição dos políticos por técnicos ou, segundo a formulação da pergunta mencionada, à substituição dos políticos por dirigentes empresariais.

Mas retomemos o fio da nossa argumentação. Voltando a Kirchner, podemos dizer que este presidente, com sua audaz forma de construção política, conseguiu morigerar temporariamente o profundo sentimento de frustração que envolve a boa parte da sociedade, sentimento que deriva, de acordo com o que já foi dito, do enorme hiato ou distância que tem se produzido entre o regime democrático ideal – ou as maneiras em que este é imaginado pela maioria da população – e o regime democrático realmente existente. Esta distância é a que explica, sem dúvida, o alto grau de hostilidade que amplos setores sociais expressam nas ruas, nas urnas e nas pesquisas de opinião frente a instituições chave do sistema democrático representativo, e é o marco no qual se pode entender melhor o entusiasmo de porções significativas da população argentina com o rumo adotado pelo atual governo. Claro que não sabemos quanto haverá de durar este idílio das massas populares e de amplos setores médios com a figura presidencial. De fato, este não é um tema que busquemos discutir nestas páginas, mas é um elemento que não pode deixar de ser mencionado, sob pena de se cair numa análise estática, que não contemple o que vem acontecendo no país ao longo dos últimos dois anos. Uma

leitura apressada não nos autoriza a pensar que possa ter acontecido uma mudança radical na relação entre Estado e sociedade no país, se a compararmos com o modo em que tal relação se dava apenas dois anos atrás. A democracia representativa continua em crise na Argentina. As principais instituições de representação política e a ampla maioria da classe dirigente continuam absolutamente desprestigiadas. O estado de mobilização em que se encontra a sociedade argentina, mesmo havendo cedido na sua extensão e intensidade, continua em plena vigência, pelo menos de um modo latente³⁰.

Portanto, nos atrevemos a tomar a alta e inesperada popularidade de Kirchner como mais um sintoma desta profunda crise pela qual atravessam a democracia representativa e suas instituições na Argentina. Claro que é verdade que, em comparação com governos anteriores, o atual presidente tem sabido manter altos índices de aprovação, mesmo depois do usual desgaste que implicam já dois anos de governo. Depois das terríveis frustrações derivadas do não cumprimento de suas principais promessas de campanha por parte de Menem e De la Rúa, ou da sucessão de presidentes interinos não legitimados nas urnas que seguiram a este último, a atuação de Néstor Kirchner no seu papel de novo presidente introduziu uma boa dose de ar fresco no rarefeito clima político argentino. Devemos recordar que na época da eleição presidencial, Kirchner, por então governador da província patagônica de Santa Cruz, era um candidato muito pouco conhecido para o público nacional, que chegou ao poder com o auxílio da máquina do peronismo da província de Buenos Aires, depois de ficar segundo na disputa eleitoral (com escassos 22,2% dos votos) e que foi declarado triunfador diante da desistência de Carlos Menem de se apresentar no segundo turno.

³⁰ As mobilizações sociais continuam fazendo parte da paisagem cotidiana na Argentina, com as mais variadas reivindicações e as mais diversas tendências. Além do fenômeno piqueteiro, que analisaremos no próximo capítulo, não podemos esquecer as gigantescas manifestações convocadas em 2004 por Juan Carlos Blumberg – pai de um jovem, vítima de um seqüestro extorsivo e assassinado –, nas quais houve forte presença de setores médios e um claro predomínio de forças conservadoras, exigindo maior segurança e um endurecimento da legislação penal.

Tal frágil legitimidade de origem levou a que muitos acreditassem que este seria outro efêmero presidente ou que, na melhor das hipóteses, seria uma marionete em mãos do caudilho bonaerense Eduardo Duhalde. Entretanto, como já mencionamos, Kirchner iniciou seu mandato com sucessivas e agradáveis surpresas, que lhe permitiram alcançar rapidamente altos níveis de aprovação e popularidade. Cabe destacar, entre outras medidas e gestos políticos enérgicos, o apoio à derrogação pelo Congresso das leis de Ponto Final e Obediência Devida, a profunda depuração dos altos mandos das Forças Armadas (na primeira semana de governo foram para reserva 52 chefes militares) e das instituições de segurança, a criação – em homenagem aos 30.000 desaparecidos – do Museu da Memória na ESMA, que fora o principal campo de concentração da ditadura militar, o impulso ao juízo político aos membros mais questionados da Suprema Corte de Justiça e a posterior nomeação de novos integrantes com irrepreensíveis antecedentes morais e acadêmicos, a revisão de contratos com as companhias privatizadas, a negativa a autorizar o aumento das tarifas dos serviços públicos ou a renegociação com os credores internacionais desde uma inédita posição de força. Estes fatos políticos concretos, embora muitas vezes simbólicos e sem uma relação direta com o necessário desmantelamento da lógica neoliberal que primou no país ao longo dos últimos lustros, foram fundamentais para a reconstrução da noção de autoridade presidencial, tão desvalorizada pelos anteriores ocupantes do cargo, sobretudo pela paralisia que caracterizou o governo de Fernando De la Rúa e o curso dubitativo com que Eduardo Duhalde exerceu o poder depois deste.

Entretanto, insistimos, as principais instituições de representação não têm conseguido recuperar a estima cidadã. Permanece a enorme distância aberta entre o homem comum e os políticos, a política oficial e suas instituições. O estado de suspeita contra os dirigentes partidários continua. O Congresso Nacional continua sendo alvo de uma contundente rejeição social. Como veremos no capítulo 4, os indicadores eleitorais, trás a explosão do voto raiva em outubro de 2001 – prenúncio da queda de De la Rúa –, continuam expressando o franco deterioro em termos de

credibilidade que sofrem os dirigentes partidários argentinos e os mecanismos de representação política tradicional. Nem o anelo democrático que perdura entre a maioria dos argentinos, nem as ânsias de mudança que expressa Kirchner, nem o grande respaldo popular que este reúne cristalizam-se em novos desenhos institucionais ou na relegitimação dos já existentes. Em outras palavras, poderia se afirmar que a cidadania manifesta um aceitável índice de apoio à idéia democrática, entendendo como tal um regime que traga maior inclusividade social e maior cidadania para todos, mas que ao mesmo tempo expressa uma profunda rejeição pela tradução institucional do ideário democrático e uma forte repulsa frente ao divórcio crescente entre idéias, projetos e princípios constitutivos da democracia, por um lado, e, pelo outro, o que acontece quando tais idéias se materializam na prática sócio-política e institucional concretas. Isto nos leva a reafirmar um ponto já tratado no capítulo precedente: o que está em crise não é a democracia como utopia, como aspiração a uma vida melhor. O que está em questão, sem sombra de dúvidas, é sua tradução político-institucional. O caso argentino resulta por isto interessante, porque põe de manifesto uma tendência que – ainda em menor grau e com as particularidades próprias de cada trajetória nacional – se repete na maioria dos países do continente: uma adesão ao ideário democrático, junto à demanda por um líder forte e uma simultânea rejeição pelas principais instituições de representação.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS DOS NOVOS ATORES SÓCIO-POLÍTICOS ÀS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICO-REPRESENTATIVAS NA ARGENTINA

Nestes últimos anos, no marco de um evidente aumento da conflitividade social, surgiram novas formas de organização e de resistência popular que reúnem setores não representados nem contemplados pelos partidos políticos até agora majoritários nem pelas entidades e estruturas sindicais tradicionais. Estas novas formas apontaram para uma recomposição política e social das classes e setores mais agredidos pelo modelo econômico neoliberal e substituem, de modo crescente, as modalidades convencionais que assumiam os protestos sociais na Argentina. Fizeram-no a uma velocidade diretamente vinculada ao aprofundamento da crise econômica e ao processo de dessalarização que suportam as massas trabalhadoras, dando lugar a uma alteração não apenas quantitativa mas também qualitativa dos protestos populares, com novos modos de luta e de resistência e mudanças em sua natureza, a qual tornou-se menos demonstrativa e cada vez mais abertamente confrontativa.

Em dito processo, ganha importância significativa a discussão que se produz em torno da trajetória seguida pelas instituições democráticas argentinas desde sua recuperação até hoje. E para o nosso trabalho tem particular relevância o debate travado no interior das novas organizações e movimentos sociais acerca do esvaziamento das instituições representativas tradicionais, assim como as tentativas de elaboração de alternativas políticas e institucionais que permitam ressignificar a idéia de democracia, dotando-a de novos conteúdos, novas práticas e novos valores.

Nas próximas páginas, buscaremos traçar um panorama que sirva para explicar o surgimento das novas formas de protesto e de resistência popular.

Também procuraremos aportar alguns elementos que permitam uma caracterização dos novos movimentos e das novas agrupações nascidas no calor destas lutas, tanto em termos de sua composição social quanto no que se refere a seus projetos políticos e a questões ligadas a suas diferenciações internas. Na descrição e análise, sempre tentaremos identificar e destacar aquilo que guarde relação com o tema central do nosso trabalho: a crise e a perda de legitimidade das instituições democráticas representativas, a forma em que isto se expressa no plano social e os intentos que se produzem, a partir dali, de reapropriação do ideário democrático sobre novas bases.

Uma dessas novas formas assumidas pelo protesto popular no cenário político e social argentino, a partir da segunda metade dos anos 90, é a constituição das agrupações de piqueteiros, que buscam auto-organizar e mobilizar os trabalhadores desempregados e os setores mais empobrecidos da sociedade na sua resistência contra os efeitos desintegradores das políticas neoliberais e das medidas de ajuste estrutural impulsionadas pelos sucessivos governos nacionais. A denominação deste novo ator social provém de uma das modalidades de luta que implementaram estes movimentos com sucesso notável e visibilidade pública crescente: a dos piquetes, com corte de ruas e bloqueio de estradas.

As agrupações de piqueteiros adquiriram um papel protagônico na convulsionada sociedade argentina atual. Os métodos de resistência popular e intensa mobilização que elas desenvolvem também ocupam um lugar destacado na política nacional, a ponto de se entronizarem, como bem assinala Klachko (2002), como meios privilegiados de luta ao longo do país. Atualmente, para muitos setores marginalizados, o corte de estrada, o piquete, o bloqueio de ruas e avenidas têm se convertido no único modo com que contam para interpelarem os poderes constituídos, para conseguirem ser vistos pelas distintas instâncias governamentais. A recuperação e readaptação desta ferramenta, tão cara às tradições de luta sindical

do movimento popular argentino em décadas passadas³¹, permite aos setores excluídos ingressar na cena pública, obrigando o governo nacional e as administrações provinciais e municipais, assim como ao conjunto da sociedade, a ouvir suas demandas e reivindicações.

A dinâmica de experimentação de novas metodologias de luta e a recuperação de velhos métodos adaptados às novas circunstâncias conseguiram deixar para trás os efeitos desmobilizadores impostos pelo terrorismo de Estado durante o último regime militar e pelas hiperinflações de 1989/90, já durante a etapa constitucional. Depois de uma prolongada passividade, a sociedade argentina começou a reagir e, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 90, voltou a sair às ruas. Os primeiros em fazê-lo em grande escala, os que inauguram esta nova fase de protestos e reivindicações populares articuladas em outras práticas e linguagens são os piqueteiros, que, como veremos, foram ganhando ao longo dos anos cada vez maior força, organização e experiência. De certa forma, são eles os que primeiro saem a disputar o espaço público em defesa dos direitos conculcados, conseguindo superar a ameaça desmobilizadora encerrada no que se apresenta como uma antinomia iniludível “democracia ou ditadura”, latente desde 1983 na Argentina.

Em geral, as análises realizadas sobre este novo ator social, sobre esta nova dinâmica de luta, sobre esta forma de reativação de uma política de rua, sobre estas modalidades de negociação e conflito entre os setores sociais excluídos e o poder político, em torno de novos eixos, coincidem em apontar como antecedentes chave os protestos levados adiante na província de Neuquén em 1996 e em Neuquén e Salta em 1997. Assim, por exemplo, Svampa e Pereyra (2003:23), ao se referirem ao longo processo de configuração identitária do movimento piqueteiro, sustentam a

³¹ Entre tantos fatos relevantes em que se apelou ao corte de estrada e aos piquetes na história argentina, podemos mencionar o Grito de Alcorta, protagonizado por agricultores santafesinos em 1912, o Cordobazo e as sucessivas explosões em distintas cidades do país (Rosario, Tucumán, Chocoma, Mendoza, etc.) nos finais dos anos 60 e princípios dos 70. Logicamente, cabe lembrar também os piquetes de greve, que fazem parte das tradicionais lutas operárias argentinas. Tais piquetes, montados por trabalhadores sindicalizados frente à porta das fábricas, buscavam garantir o êxito das paralisações e medidas de força.

idéia de que são justamente os lendários cortes e *puebladas* de Neuquén, Salta e Jujuy entre 1996 e 1997 os que “[...] representam o ponto inicial no qual uma nova identidade – os piqueteiros –, um novo formato de protesto – o corte de estrada –, uma nova modalidade organizativa – a assembléia – e um novo tipo de demanda – o trabalho – ficam definitivamente associados, originando uma importante transformação nos repertórios de mobilização da sociedade argentina”. Dedicaremos os próximos parágrafos a oferecer algumas informações sobre tais acontecimentos.

Os antecedentes

Foi primeiro na província patagônica de Neuquén, mais precisamente em Cutral-Có e Plaza Huincul – localidades dramaticamente afetadas pela privatização da empresa petrolífera estatal YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*) – onde tiveram lugar, na segunda metade dos anos 90, fatos que aglutinaram as forças populares no seu enfrentamento contra as derivações socialmente regressivas do modelo econômico imposto pelo governo nacional de Carlos Menem e por seu equivalente no plano provincial. Os ex-trabalhadores de YPF, demitidos como consequência do processo de reestruturação e posterior privatização da empresa, levado a cabo entre 1991 e 1993, tentaram diversas atividades como autônomos e buscaram desenvolver pequenos empreendimentos como prestadores de serviços à própria companhia petrolífera ou abriram pequenos comércios com o dinheiro recebido em conceito de indenização. Entretanto, já em 1996, todos estes projetos tinham fracassado, a maioria dos comércios e pequenas oficinas tinham ido à falência, levando os trabalhadores ao desemprego aberto e à impossibilidade de obterem ingressos com os quais sustentar suas famílias³². Foi assim que, em junho

³² Em 1990 YPF contava com uma dotação de 51.000 trabalhadores. Depois da privatização e reestruturação da empresa e em virtude das demissões voluntárias e das demissões em massa, o número de funcionários viu-se reduzido a apenas 5.600 (Neuman, 2001). No marco de um discurso que exaltava a cultura empresarial, surgiram na região de Tartagal e Mosconi 30 projetos e micro-empresendimentos impulsionados pelos ex-trabalhadores de YPF. Em 1996 só subsistiam quatro (Lodola 2001 *apud* Pereyra 2003). O fracasso de tais projetos se explica pela falta de qualificação técnica e administrativa prévia, pela total falta de apoio oficial em matéria financeira e por um

desse ano, os trabalhadores demitidos da petrolífera estatal resolveram convocar a seus grupos familiares, os vizinhos e os distintos setores sociais que faziam parte da vida destas localidades para cortar a estrada nacional 22, artéria chave na economia da região.

Houve então importantes manifestações multisetoriais nas quais confluíram trabalhadores ocupados e desempregados, setores camponeses, estudantes, associações de vizinhos, pequenos comerciantes e produtores rurais, representantes religiosos e alguns políticos opositores e nas que se exteriorizaram importantes mostras de solidariedade comunitária. Estas manifestações, combinadas com greves gerais locais e ocupação das cidades, alcançaram tais proporções que chegaram a reunir boa parte dos habitantes da zona naquilo que muitos observadores definiram como verdadeiras “*puebladas*”. Em vários momentos, durante as jornadas de junho de 1996, a quantidade de participantes dos cortes, piquetes e assembléias alcançou a cifra de 20.000 pessoas (em localidades que, somadas, chegam a uma população de pouco mais de 40.000 habitantes). O número de piquetes chegou a ser de 18 de maneira simultânea, compreendendo todas as estradas, caminhos e sendas que conectavam estas localidades com o mundo exterior. Estes atos de desobediência civil ou levantes populares protagonizados por massivos conglomerados sociais tinham amplas pautas reivindicativas, que giravam em torno da satisfação das necessidades básicas dos setores mais afetados pela crise e o desemprego e apontavam à criação de fontes genuínas de trabalho na região. Depois de vários dias de conflito e algumas escaramuças com as forças da repressão estatal, as massas populares mobilizadas lograram selar uma série de acordos com o governo provincial e nacional mediante os quais as autoridades se comprometiam a satisfazer as necessidades mais prementes e a realizar gestões para a criação de novos empregos, dando lugar assim ao fim dos protestos.

clima econômico adverso para o desenvolvimento de pequenas empresas e cooperativas. Para maiores detalhes sobre este tema consultar também Pereyra (2003) e Beracochea (1998).

No ano seguinte, em abril de 1997, estas mobilizações se repetiram à raiz do chamado do grêmio provincial de professores de Neuquén a um plano de luta contra a Lei Federal de Educação, contra o processo de reestruturação dos plantéis docentes que esta trazia atrelada e contra a iminência de demissões em massa no setor educativo. Em vários lugares da província produziram-se importantes passeatas, concentrações e atos de protesto em adesão à comunidade docente, e a estes atos somaram-se os habitantes de Cutral-Có e Plaza Huinul. Entretanto, o que começou como um apoio à luta dos docentes, logo ganhou uma dinâmica própria e se converteu, nestas localidades, numa segunda “*pueblada*”, que reeditou os acontecimentos protagonizados pelos seus habitantes no ano anterior, chegando-se a tomar como reféns, por algumas horas, a autoridades municipais e provinciais. As reivindicações locais passaram a ocupar o centro do protesto e setores piqueteiros mais duros ou radicalizados – chamados também naquelas jornadas de “*fogoneros*”³³ – assumiram a liderança das demandas populares, exigindo o cumprimento dos acordos celebrados em junho de 1996, acordos que não tinham sido respeitados pelos governos nacional e provincial. Novamente foram montados piquetes e barricadas para impedir o passo de veículos, contando com arsenais de paus, troncos, arames farpados, pneus em chamas e entulho, em cortes que foram mantidos ao longo de três dias consecutivos.

Outra vez os piquetes apareciam como a modalidade privilegiada de expressão do protesto e como a forma primordial de luta e enfrentamento contra os poderes constituídos e contra as forças repressivas do Estado. Outra vez eram os piqueteiros ou fogoneiros os que se colocavam à frente do protesto e assumiam a direção política da mobilização popular, mobilização que transbordava as próprias instituições democrático-representativas, seriamente deslegitimadas aos olhos da

³³ Os protagonistas do segundo corte consideraram que a comissão de 17 piqueteiros que negociou com as autoridades provinciais, no ano anterior, havia traído o mandato popular. Por tal motivo, o termo “*piqueteiro*”, nesse lugar e naquelas jornadas, passou a ter uma conotação negativa, sendo substituído pelo de “*fogoneiro*”, nome com que se designava os jovens que ficavam a noite toda na estrada alimentando as fogueiras (Svampa e Pereyra 2003:30). Apesar disto, na prática, o termo que acabou se impondo e generalizando em todo o país foi o de piqueteiro.

cidadania. Enquanto isso, a política repressiva se intensificou, do mesmo modo que a capacidade de auto-organização e resistência dos setores populares adquirida mercê à experiência acumulada nos cortes e protestos anteriores. A radicalização do conflito e dos enfrentamentos entre manifestantes e forças policiais e da *Gendarmería* (uma espécie de polícia de fronteiras) teve como resultado numerosos feridos e o assassinato de Teresa Rodríguez, uma professora de jardim de infância de 25 anos de idade, mãe de três crianças, que trabalhava como doméstica. A estes fatos seguiram-se ataques a delegacias, novos enfrentamentos entre as forças do Estado e os setores populares e importantes passeatas e mobilizações em todo o país em solidariedade com os povos patagônicos em luta.

Nesse mesmo ano, processos de mobilização social semelhantes aos das localidades neuquinas produziram-se em General Mosconi e em Tartagal (Salta), em Libertador General San Martín (Jujuy), em Trelew (Chubut), em Cruz del Eje (Córdoba), em Capitán Bermúdez (Santa Fe), em Catriel (Río Negro) e na Banda del Río Salí (Tucumán). Também houve um importante protesto que apelou para o corte de estradas em San Lorenzo, província de Santa Fe, assim como uma significativa greve nacional ativa contra as políticas de flexibilização trabalhista do governo nacional, no mês de agosto de 1997. Esta greve nacional, convocada pelas principais centrais sindicais opositoras (MTA, CTA e CCC)³⁴, foi a oitava contra a administração de Carlos Menem. Contou com um alto índice de adesão e,

³⁴ O MTA (*Movimiento de Trabajadores Argentinos*), também conhecido como CGT dissidente, surgiu em 1994, produto de uma cisão da Confederação General do Trabalho. A articulação desta corrente produziu-se a raiz de fortes divergências dentro do sindicalismo peronista com relação à postura que este devia adotar frente ao governo de Carlos Menem. Reúne grêmios do transporte (caminhoneiros e motoristas de ônibus urbanos), a outrora importantíssima *Unión Obrera Metalúrgica* e SMATA (Sindicato de Mecânicos Automotores e Afins).

A CTA (Central de Trabajadores Argentinos) foi fundada um ano depois, em 1995, por sindicatos também contrários à política econômica do governo nacional. Está conformada fundamentalmente por grêmios estatais, entre os que a CTERA (*Central de Trabajadores de la Educación de la República Argentina*) tem um peso destacado.

A CCC (*Corriente Clasista y Combativa*) encontra suas raízes nos sindicatos classistas dos anos 60 e 70, com um ativo papel nos processos de resistência popular contra a ditadura de Onganía e nos processos de rebelião de massas que ocorreram naqueles anos. Autodefine-se como uma corrente político-sindical e não como uma central e tem, como veremos mais adiante, um braço de trabalhadores ocupados, outro de desempregados e ainda outro de aposentados e pensionistas. Politicamente identifica-se com o Partido Comunista Revolucionário (PCR), de orientação maoísta.

diferentemente de greves gerais anteriores, esteve acompanhada de mais de cem cortes de estradas, pontes e avenidas em vários pontos do país, especialmente na Capital Federal, no Gran Buenos Aires e na província de Neuquén, em geral ferozmente reprimidos pelas forças policiais.

Destes protestos, o já mencionado de General Mosconi e Tartagal, em maio de 1997, representou um verdadeiro marco neste ciclo de protestos devido à repercussão massiva que alcançou. Também foi motivado pelo desemprego massivo, conseqüência, mais uma vez, da privatização e “racionalização” da companhia de petróleo estatal, que tem na área uma importante jazida, motor econômico da região. A poucos dias da segunda “*pueblada*” das localidades patagônicas de Cutral-Có e Plaza Huinul, os habitantes de Tartagal e General Mosconi, no outro extremo do território argentino, levaram a cabo greves de fome, assembléias multitudinárias – poderosas ferramentas às quais voltaremos a nos referir mais adiante no texto –, cortes de luz generalizados e o bloqueio da estrada nacional 34 com piquetes e barricadas que paralisaram o trânsito para Bolívia durante 8 dias consecutivos. Graças à repercussão que este corte alcançou nos meios de comunicação, os piqueteiros conseguiram instalar momentaneamente os problemas locais na agenda nacional. A utilização deste tipo de ação permitiu a seus protagonistas alcançarem uma ampla visibilidade, o que por sua vez fez possível que, pelo menos por uns dias, os problemas da zona fossem incluídos na discussão pública nacional, tornando viável a satisfação parcial de algumas das demandas mais urgentes. O êxito alcançado levou a que a assembléia e o piquete rapidamente se estendessem a localidades vizinhas, como Araguay, Pocitos, Embarcación e Orán, também seriamente afetadas pelas políticas de privatização e desmonte do aparelho estatal. Mosconi e Tartagal converteram-se, de tal forma, em verdadeiras “escolas de piqueteiros”, não só para tais localidades mas para todo o país, que as tomou como exemplos a seguir na luta e resistência contra as políticas neoliberais e contra o crescente esvaziamento e perda de conteúdos sofrido pelas instituições democráticas.

Em Salta, assim como em Neuquén, a privatização da principal empresa nacional de hidrocarbonetos tinha deixado a milhares de trabalhadores sem emprego; destes trabalhadores demitidos, alguns puderam encontrar formas de sobrevivência em atividades autônomas, outros em empresas subcontratadas por YPF em condições de crescente precarização e a maioria acabou vivendo de pequenos “bicos” e trabalhos eventuais, passando a engrossar, em definitivo, as alarmantes cifras de desemprego, que chegou a superar 50% – algumas análises dão conta de índices próximos a 65% – da população economicamente ativa de Tartagal³⁵.

Com anterioridade aos fatos mencionados, houve outros protestos sociais relevantes em distintos pontos do interior do país, os quais, entretanto, não adotaram como método de luta predominante o piquete ou, quando sim o fizeram, não conseguiram a transcendência, duração e impacto na mídia alcançado pelas mobilizações recém mencionadas. Foi somente a partir dos acontecimentos relatados que as organizações piqueteiras deram um salto à massividade e consolidaram, como afirmam Svampa & Pereyra (2003), um novo repertório de ações coletivas³⁶. Mais do que uma substituição das mobilizações sindicais tradicionais, este novo repertório constitui uma nova aliança e articulação entre sindicatos dissidentes, partidos de esquerda e desempregados, paulatinamente reunidos sob a nova simbologia piqueteira.

³⁵ Maiores detalhes sobre o caso saltenho podem ser encontrados em Barbeta & Lapegna (2001).

³⁶ Ao utilizar a expressão “repertórios de ação coletiva”, estes autores retomam o conceito cunhado por Charles Tilly, quem com tal expressão aludia ao conjunto de meios com que conta um grupo ou um movimento social para levar adiante suas reclamações e protestos públicos. Encontramos uma boa síntese do conceito em Farinetti (1999). Ali se indica que “a vigência de um repertório implica os seguintes fatores: 1) rotinas quotidianas e redes de organização da população; 2) experiência acumulada de ação coletiva, uma memória e um saber; 3) estândares predominantes de direitos e justiça; 4) padrões de expressão”. Tudo isto faz com que um repertório costume ser estável, servindo como um marco de interação social que é apreendido pelos participantes em termos tanto estratégicos quanto culturais e que passa a pautar o comportamento e expectativa dos diferentes atores envolvidos.

De qualquer maneira, é justo lembrar entre outros antecedentes, o acontecido na província de Jujuy em 1990, em Sierra Grande província de Río Negro, em 1991, os fatos desatados na capital da província de Santiago del Estero no final de 1993, o exitoso desenvolvimento da *Marcha Federal* em 1994, os gigantescos protestos cívicos que ocorreram em Catamarca, entre 1990 e 1991, exigindo o esclarecimento do crime de uma adolescente atribuído a obscuras personagens ligadas ao governo provincial ou os protestos promovidos no centro do país pelo *Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha*³⁷. Também podemos lembrar aqui o original protesto levado a cabo pelos docentes de todo o país quando, em 1997, montaram a chamada “*Carpa Blanca*” frente ao Congresso Nacional. Dita barraca permaneceu naquele lugar durante 1003 dias, o que configura uma das primeiras experiências de articulação nacional que logra transcender as reivindicações exclusivamente gremiais dos trabalhadores e instala a situação crítica do sistema educativo como problema que afeta o conjunto da sociedade.

Em geral, e salvo exceções como a do protesto organizado pelos grêmios docentes, estas mobilizações não conseguiram alcançar um caráter verdadeiramente nacional. A maioria guardou um perfil localista. E isto é resultado das próprias políticas de descentralização implementadas pelo governo nacional em áreas como saúde, educação ou outros serviços públicos. No marco do processo de desresponsabilização do Estado via privatização, desregulamentação e descentralização dos diferentes serviços e prestações oferecidas até então pelo governo nacional, teve lugar também uma descentralização e fragmentação da conflictividade social³⁸. As diferentes realidades provinciais ou municipais, os

³⁷ Uma boa análise sobre o *Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha* pode encontrar-se em Giarracca e Teubal (1997)

³⁸ Logicamente as políticas de descentralização podem assumir um caráter progressista e democratizador. Porém, tanto pelo contexto quanto pelo modo em que se deu a transferência e delegação de importantes competências e atividades até esse momento a cargo do Estado nacional, a descentralização que ocorreu na Argentina nos anos 90 configurou um verdadeiro processo de desresponsabilização dos poderes públicos na prestação de serviços essenciais para a população. A descentralização foi vista como uma forma de transferir problemas e não soluções, de delegar competências a províncias e municípios sem as verbas financeiras necessárias para assumir as novas tarefas. Tudo o que contribuiu para deixar ainda mais desamparados vastos setores da

diferentes ritmos e intensidades com que se produzia a crise dos diversos setores, dificultavam enormemente a realização de alianças que transcendessem os limites do âmbito local ou provincial. Como bem apontam Svampa e Pereyra (2003) ao se debruçarem sobre este tema, devemos levar em consideração que a soma de instâncias de intermediação e negociação erigia-se num poderoso obstáculo para a nacionalização do protesto, produzindo maior desgaste, dilatando os conflitos e acentuando assim as assincronias entre os diversos âmbitos geográficos do protesto. Recém na segunda metade dos 90, começa a ser superada esta atomização e se dão as primeiras confluências espaciais e setoriais que, mais tarde, desembocarão na grande rebelião popular que poria fim ao governo da Aliança UCR-Frepaso, em dezembro de 2001.

Mas, para não nos adiantarmos aos fatos, voltemos à década anterior. No ano de 1990, na província de Jujuy, produziu-se um forte movimento de protesto, liderado pela Frente de Grêmios Estatais, que agrupava quatorze sindicatos ligados a funcionários públicos e da saúde. Este movimento recorreu a greves parciais e gerais, concentrações, manifestações multitudinárias, greves de fome, cortes de estradas e ocupação de prédios públicos. O resultado mais palpável da luta foi a renúncia do governador da província, o justicialista Ricardo De Aparici, no que constituiu a primeira de uma série de demissões e episódios de descontinuidade institucional que ocorreriam nesta e em outras províncias a partir de então. Com posterioridade ao abandono prematuro do cargo por parte do primeiro mandatário jujenho, produziram-se as renúncias – ou afastamentos forçados do cargo – de dois governadores em Santiago del Estero, em 1993, de outros três governadores em Jujuy, em 1993, 1994 e 1998, a intervenção federal da província de Catamarca e a remoção do governador Ramón Saadi, em 1991, assim como a intervenção federal de Tucumán nesse mesmo ano e houve também repetidas intervenções federais na província de Corrientes entre 1991 e 1993 e entre 1999 e 2001. Tais fatos foram

população que, frente ao avanço do desemprego e a piora das condições de vida, necessitavam cada vez com mais urgência algum tipo de auxílio por parte das instâncias estatais, fossem estas de caráter nacional, provincial ou municipal.

consequência mais o menos direta da acentuação da conflitividade social no interior do país e se viram coroados, como é sabido, com sucessivos abandonos da primeira magistratura da República: Fernando De la Rúa em 20 de dezembro de 2001, Rodríguez Saá depois de exercer a Presidência do país durante apenas uma semana e, meses mais tarde, o adiamento do processo eleitoral e a transferência antecipada do governo por parte do presidente provisional Eduardo Duhalde.

Cabe assinalar que em 1991 – um ano depois dos conflitos acontecidos em Jujuy – em Sierra Grande, província de Río Negro, se produz o fechamento da empresa estatal de extração de ferro Hipasam por Medida Provisória do governo nacional. Assiste-se então a um processo de mobilização social de proporções também consideráveis, mas apesar da tenaz luta levada adiante pelos trabalhadores, suas famílias e os moradores para reabrirem a principal fonte de rendas da região, em torno da qual girava toda a economia da cidade e de sua área de influência, a mina não foi reativada. Os trabalhadores e em geral os habitantes de Sierra Grande, depois de semanas de atos públicos, massivas manifestações na província de Río Negro, caravanas à cidade de Buenos Aires e enfrentamentos com o governo nacional, foram derrotados, não restando a eles outra saída a não ser a de tentar pequenas iniciativas de sobrevivência na sua própria localidade ou empreender o êxodo massivo em busca de novos horizontes em outras regiões do país, com o que uma cidade que tinha em torno de 14.000 habitantes viu reduzida sua população a pouco mais de 4.000 pessoas num curto lapso. Este quadro de situação está claramente refletido no documentário “Fantasmas de la Patagonia” do cineasta Claudio Remedi (1996), que mostra com eloquência os devastadores efeitos sociais acarretados pelo fim da atividade mineira na região. Nesse documentário fica patente a sensação de tristeza e desolação frente ao fechamento da empresa que explorava a maior jazida de ferro do país. Os testemunhos de muitos trabalhadores dão conta do processo de degradação social e familiar experimentado a partir da perda da principal fonte geradora de renda na região.

O caso de Santiago del Estero, de 16 de dezembro de 1993, conhecido como “Santiagazo”, também tem importância pela violenta reação popular frente à tentativa das autoridades provinciais de dispersar os manifestantes reunidos frente à Casa de Governo na capital. Já desde o dia anterior, importantes contingentes de trabalhadores estatais vinham se mobilizando em protesto pelos salários atrasados e contra as políticas de ajuste impulsionadas pelo governo provincial. Porém, foi no dia 16 quando os enfrentamentos se acentuaram, chegando a níveis de conflitividade inéditos na história provincial: frente à feroz repressão policial – que incluiu granadas de gases lacrimogêneos, balas de borracha e até munições de chumbo –, os setores populares responderam com a queima de veículos oficiais, apedrejamento contra prédios públicos e finalmente a tomada e incêndio da Casa de Governo, do Palácio de Justiça, da sede da Legislatura Provincial e da residência de 12 destacados políticos locais. Os choques entre as forças repressivas e os manifestantes deixaram um saldo de quatro mortos e mais de cem feridos e uma forte impressão no restante da sociedade argentina, que, através da televisão, assistia azoada a estes fatos. Além deste saldo e como consequência da mobilização popular, o justicialista Fernando Lobo, governador da província em substituição de Carlos Mujica – quem tinha deixado o cargo escassos 50 dias antes sem sequer alcançar a metade do seu mandato devido a uma forte crise política –, também viu-se obrigado a renunciar, o que acabou precipitando o já assinalado processo de intervenção federal à província.

Independentemente do seu caráter mais o menos local, todos estes fatos, todos estes protestos, mobilizações e atos de beligerância popular constituem marcos importantes que ajudam a entender melhor o longo e complexo processo coletivo de construção de novas formas de luta e de resistência. São passos relevantes para o desenvolvimento de modos alternativos de apreensão e reapropriação do ideário democrático, do qual, na opinião da cidadania, cada vez se afastam mais os grupos dirigentes e as instituições que atuam no seu nome. São instâncias importantes na elaboração de outras formas sócio-culturais de entender e

exercer a democracia e enriquecer seus significados, formas mais estreitamente vinculadas à história, às tradições e às lutas protagonizadas pelos setores populares.

Generalização dos piquetes

O fenômeno dos piquetes foi se estendendo, a partir dos fatos de Cutral-Có, Plaza Huincul e General Mosconi/Tartagal, de maneira cada vez mais intensa, também a outras localidades do país. Em que pese, vale esclarecer, só conseguiu alcançar uma escala realmente nacional e um caráter mais permanente quando estas manifestações e cortes de estrada se afirmaram, no ano 2000, no Conurbano Bonaerense, onde os primeiros piquetes importantes surgiram em Florencio Varela e La Matanza, multiplicando-se depois pelos outros municípios da região, a mais densamente povoada do país. Foi então quando verdadeiramente os cortes de estrada e demais ações dos piqueteiros deixaram de ser explosões localizadas e foram se constituindo numa impugnação global ao modelo econômico levado adiante pelo governo nacional. Foi ali que este autêntico “movimento de movimentos”, na definição do MTD de Solano e o Coletivo Situações (2002), consolidou-se como um novo ator sócio-político no plano nacional.

Em La Matanza – município vizinho à Capital da República, com algo mais de 1.250.000 habitantes, população numericamente superior à de 18 das 23 províncias argentinas –, ocorreu em novembro de 2000 um piquete convocado por duas agrupações com certo predicamento nos bairros mais empobrecidos e miseráveis do município, a Federação pelo Trabalho e a Moradia (*Federación por el Trabajo y la Vivienda*, FTV) e a *Corriente Clasista y Combativa* (CCC). Este piquete estendeu-se de maneira ininterrupta durante 18 dias, obrigando o governo de Fernando De la Rúa – a menos de um ano de ter começado sua gestão – a reconhecer estas agrupações como interlocutores válidos e a abrir canais de diálogo

na hora de discutir as políticas sociais nacionais e as medidas concretas tendentes a paliar as consequências do desemprego e do modelo econômico vigente³⁹.

Os acontecimentos da história piqueteira de 1996 e 1997 foram reconhecidos pelas distintas agrupações como etapas fundacionais deste movimento que, lembremos, nos primeiros anos revestia um caráter instável e fragmentário: as lutas costumavam ser parciais e dispersas, as mobilizações eram por reivindicações de setores específicos, davam-se de maneira descontínua e, sobretudo, não conseguiam se cristalizar ou se traduzir em organizações permanentes e de caráter nacional. O reconhecimento às “*puebladas*” de Cutral-Có, Plaza Huincul e Mosconi/Tartagal vê-se refletido também nos nomes de muitas das agrupações piqueteiras. Mais de uma resolveu adotar como denominação o nome de alguma das vítimas da repressão estatal desatada contra aqueles primeiros piquetes. Assim por exemplo, o nome de Teresa Rodríguez, morta, como disséramos, pelas balas da *Gendarmería Nacional* na localidade neuquina de Cutral-Có em abril de 1997, passou a ser usado na denominação do *Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive* (MST Teresa Vive) e do *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR). Por sua vez, os denominados *Movimientos de Trabajadores Desocupados* “Aníbal Verón” (os MTD Aníbal Verón) e a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados* (CTD Aníbal Verón) fazem um reconhecimento à memória desse trabalhador de 37 anos e com cinco filhos, morto pela brutal repressão desatada em Tartagal, província de Salta, em novembro de 2000.

Como dizíamos, os cortes conseguiram envergadura definitivamente nacional quando chegaram ao Gran Buenos Aires, espaço no qual em outras épocas concentrava-se um dos parques industriais mais importantes da América Latina e

³⁹ Este é um típico caso em que se pode aplicar o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, de Sidney Tarrow (1998). A generalização ou nacionalização dos piquetes produziu-se como resultado não apenas da deterioração das condições sociais, mas também como consequência do contexto político que se foi configurando a partir do débil governo da Aliança, com Fernando De la Rúa como Presidente da República e um peronismo na oposição; contexto que para alguns setores sociais reduziu o custo da ação coletiva de tipo disruptivo ou contestatário.

uma das classes trabalhadoras fabris mais numerosas do continente. Depois do prolongado corte em La Matanza, de novembro de 2000, que inaugurou a instância de negociações diretas entre piqueteiros e autoridades governamentais, numerosos piquetes foram montados nas estradas mais importantes do populoso e terrivelmente empobrecido cinturão urbano que rodeia a cidade de Buenos Aires. Meses mais tarde, em julho de 2001, realizou-se um multitudinário corte nacional de estradas, sendo interrompidas simultaneamente 145 vias públicas em todo o país com a presença de várias dezenas de milhares de manifestantes. Prévio a esta grande convergência nacional de piquetes, produziram-se cortes importantes em diferentes pontos do país (Jujuy, Córdoba, Cruz del Eje, Mar del Plata, La Matanza, Florencio Varela, Quilmes, etc.). Na região de Tartagal e Mosconi, por exemplo, sucederam-se vários cortes de longa duração com intervalos de poucos meses entre um e outro. Com posterioridade ao corte de abril de 1997 já citado, montaram-se outros piquetes no norte saltenho em dezembro de 1999, em maio de 2000, em novembro desse mesmo ano e em junho de 2001. O de novembro de 2000 foi um dos mais conflituos, pois após o assassinato de Aníbal Verón pelas forças repressivas, desatou-se uma feroz resistência popular que incluiu a ocupação das delegacias da Polícia Provincial e a tomada de fardados dessa força como reféns. Também foi altamente conflituoso o de junho de 2001, algumas notícias aparecidas naqueles dias nos meios de comunicação davam conta dos feridos nos choques com os piqueteiros: 27 homens da *Gendarmería* e uma quantidade não definida entre as massas mobilizadas.

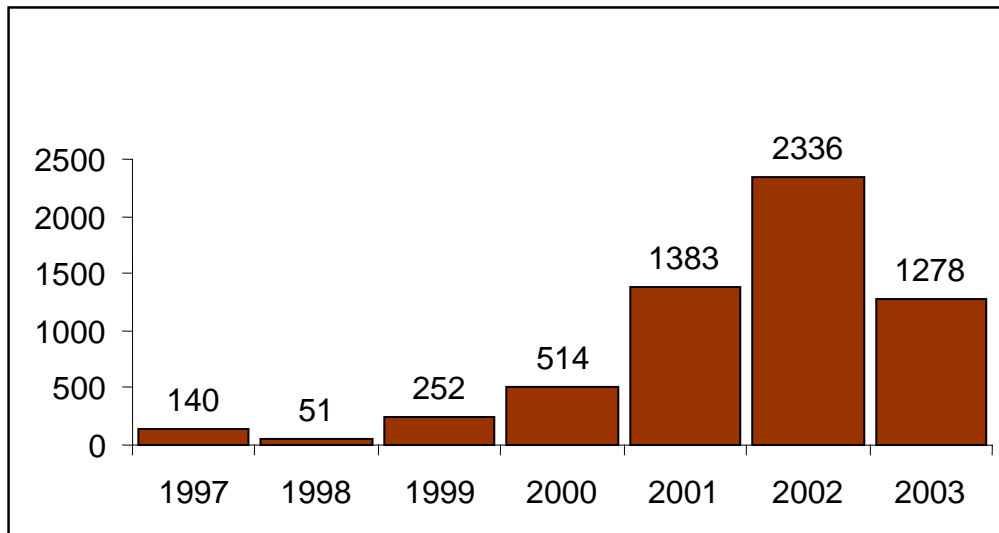
Outro fato importante que se produziu em dezembro de 1999, na primeira semana de governo de De la Rúa, foi o violento choque entre manifestantes e forças repressivas na província de Corrientes. Neste caso, a desocupação da ponte que une a capital da província mesopotâmica com a cidade de Resistência, capital do Chaco, que tinha sido tomada pelos setores populares em luta, custou a morte de dois manifestantes e dezenas de homens e mulheres feridos. E assim como em outros acontecimentos já resenhados, este protesto e a descontrolada repressão que lhe

sucedeu, também desembocou no afastamento do governador (Pedro Braillard Pocard, do *Partido Nuevo*, desprendimento do *Pacto Autonomista Liberal* de Corrientes) e na intervenção federal da província por parte do Executivo Nacional.

Este avanço ou “nacionalização” dos protestos piqueteiros e das massivas mobilizações de rua – avanço inversamente proporcional à decadência das estruturas partidárias tradicionais e ao esvaziamento das instituições democráticas, assim como diretamente vinculado ao aprofundamento da fome e da miséria ao longo e largo da república – vê-se refletido em diversas comparações estatísticas publicadas nos principais meios de comunicação do país. Assim, segundo um estudo realizado pela consultora *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2004a) divulgado pelo jornal *La Nación*, os cortes de estrada realizados em todo o território nacional foram 140 em 1997, 51 em 1998, 252 em 1999, 514 em 2000, 1383 em 2001, e 2336 em 2002 (o que representa uma média superior aos 6 bloqueios diários, sendo este o ano recorde em matéria de cortes) e, em 2003, verificaram-se 1278 interrupções à circulação de veículos e mercadorias (gráfico 1). Se somarmos a quantidade de cortes de estrada que se produziram nestes anos, chegaremos a um total de quase 6000 no período compreendido entre 1997 e 2003⁴⁰. É evidente que estamos na presença de uma curva fortemente ascendente no que se refere à utilização desta modalidade de protesto, que só inverte sua tendência em 2003, ano de troca presidencial. E aqui, obviamente, pesa com especial importância a aceleração da conflitividade social e a potencialização da luta popular a partir da insurreição do 19 e 20 de dezembro de 2001.

⁴⁰ Maiores detalhes desta investigação podem ser consultados na página do *Centro de Estudios Nueva Mayoría* disponível na Internet (www.nuevamayoria.com) e nas edições de 15.02.2004, 02.12.2003, 09.12.2002 e 23.11.2002 do jornal *La Nación*.

Gráfico 1: Cortes de estradas (1997-2003)



Fonte: *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2004a).

Quando a análise translada-se ao exame dos distritos que, desde 1997, concentram o maior número de cortes de estrada, surgem alguns números que corroboram a importância de certos âmbitos dentro do contexto nacional. Os distritos que encabeçam a lista, praticamente em todos estes anos, são a província de Buenos Aires, a Capital Federal, e as províncias de Jujuy e Salta (que se apresentam nesta ordem quando a leitura é feita sobre os totais de cortes acumulados em todos estes anos e podem mudar de posições se levamos em consideração algum ano em particular). Juntos, estes distritos superam 60% dos bloqueios de estrada realizados em todo o país. No caso da província de Buenos Aires, cabe mencionar que, entre janeiro de 1997 e dezembro de 2003, produziram-se no seu território 1712 ações que adotaram esta modalidade, o que equivale a 29% dos cortes realizados em todo o país durante esse período. Entre as mesmas datas houve 904 bloqueios na Capital Federal (15% do total nacional), 789 cortes na província de Jujuy (13% do total) e 374 (6%) na província de Salta. Caso quisermos medir a conflitividade social pelas vezes em que tem se apelado aos cortes de estrada como forma de protesto e

levando em consideração a população provincial em proporção ao total de população nacional, Jujuy é, de longe, o distrito em que mais se manifesta esta conflitividade.

Maiores detalhes e informação referente a outras províncias podem ser observados no seguinte quadro:

Quadro 7: Evolução dos cortes de estradas e vias públicas, por distrito (1997-2003)

Distrito	População	% sobre total país	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total	%
Buenos Aires	14.381.806	38	23	9	82	119	452	587	440	1.712	29%
Cap. Federal	3.049.941	8	11	9	58	51	170	299	306	904	15%
Jujuy	613.983	2	37	13	1	79	136	414	109	789	13%
Salta	1.090.047	3	4	0	2	41	59	212	56	374	6%
Santa Fe	3.128.696	8	9	4	13	21	39	129	95	310	5%
Tucumán	1.308.414	3	7	0	23	48	55	122	43	298	5%
Córdoba	3.122.302	8	22	1	4	11	34	158	32	262	4%
Neuquén	581.539	2	10	7	10	52	66	42	51	238	4%
Chaco	962.601	3	2	0	4	24	75	60	16	181	3%
Mendoza	1.627.108	4	0	2	2	8	48	69	14	143	2%
Río Negro	630.548	2	1	0	21	2	78	14	12	128	2%
Catamarca	324.086	1	0	0	1	7	40	53	19	120	2%
Misiones	1.018.263	3	1	2	0	3	29	36	21	92	2%
Entre Ríos	1.121.970	3	3	0	4	16	14	30	7	74	1%
San Juan	582.931	2	1	0	0	9	8	41	12	71	1%
Corrientes	934.637	2	1	0	18	4	14	7	7	51	1%
Santa Cruz	212.234	1	2	1	3	3	5	17	8	39	1%
Chubut	457.856	1	5	0	2	6	10	10	5	38	1%
Formosa	516.017	1	0	0	0	4	13	10	4	31	1%
La Rioja	287.045	1	0	3	0	1	20	6	0	30	1%
S.del Estero	730.977	2	0	0	0	0	6	12	9	27	0%
T. del Fuego	121.405	0	1	0	1	3	5	4	8	22	0%
La Pampa	310.725	1	0	0	2	1	2	0	0	5	0%
San Luis	371.798	1	0	0	1	1	5	4	0	11	0%
Total	37.486.929	100	140	51	252	514	1.383	2.336	1.274	5.950	100%

Nota: as cifras de 2003 somam os cortes realizados até 24 de dezembro.

Fonte: *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2004b)

Principais características do movimento piqueteiro

É importante assinalar que os piquetes são apenas uma das ferramentas de protesto e reivindicação social às que apelam estas novas agrupações e que de modo algum constituem a totalidade da luta, já que as agrupações piqueteiras têm levado a cabo, assim mesmo, um importante trabalho de desenvolvimento e autogestão de empreendimentos produtivos nos bairros ou vilas populares. Isto dá lugar ao desdobramento de um rico tecido social que articula os marginalizados da sociedade com novas pautas de organização e disciplina interna. Entre os empreendimentos ou projetos produtivos mais frequentes encontram-se os fornos de pão comunitários, os hortos ou projetos de frutihorticultivo, as pequenas oficinas de marcenaria, as granjas coletivas, as oficinas de calçado e artesanato e as oficinas de confecção de roupas e as fábricas de blocos de cimento para a construção de moradias (“*roperos*” e “*bloqueras*” na linguagem piqueteira). Também têm se formado restaurantes populares, grupos de docentes e estudantes voluntários que oferecem apoio escolar e colaboram em processos de alfabetização, creches comunitárias, núcleos de prestação de serviços diversos, centros de produção de medicamentos básicos, algumas bibliotecas, pequenas salas de atendimento médico ou de enfermagem e até rudimentares laboratórios de análises clínicas e farmácias⁴¹.

Tais projetos e empreendimentos autogeridos nos fazem lembrar de certa forma – e salvando as óbvias diferenças de contexto histórico, político, econômico e social – o papel desempenhado pelas associações, sociedades de socorros mútuos, grêmios, clubes, sindicatos e sociedades políticas que se foram tecendo na Grã-Bretanha nos finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, tão bem retratadas pelo historiador Edward P. Thompson (1997) em seu magnífico “*The Making of the English Working Class*”. Encontramos um ar de família entre o papel

⁴¹ Para um panorama mais completo sobre o tipo de empreendimentos realizados pelos movimentos de desempregados nos últimos anos e sua situação atual consultar Vales (2002c) e Vales (2004).

fundamental que desempenharam essas instituições no processo sócio-político e cultural de auto-constituição da nova classe trabalhadora inglesa e européia, surgida das entranhas da sociedade industrial, e os processos de reconstituição de uma identidade de classe que protagonizam, na Argentina destes últimos anos, parte dos setores populares empobrecidos. Esta semelhança cristaliza-se, entre outras coisas, na geração de formas alternativas de inter-relação social e nas tentativas de inaugurar novas modalidades de vida comunitária, a margem das instituições estatais e dos canais tradicionais de mediação política e social.

A brilhante descrição feita por Thompson do movimento de autoconstrução da classe operária britânica pode servir ademais de ponto de referência para calibrar melhor a importância que tem, para uma parcela dos setores populares argentinos, o movimento piqueteiro e para captar com maior propriedade seu processo de radicalização democrática, mesmo apesar de certas ostensivas contradições e ambivalências. Tanto no caso estudado por Edward P. Thompson, quanto no fenômeno que aqui estamos analisando, verificamos que as experiências compartilhadas, as medidas de ação direta levadas adiante de maneira coletiva e os empreendimentos comunitários, servem para que tais setores possam se refazer como classe, como sujeito ou como coletivo social, assumindo uma série de pressupostos e valores comuns.

Mas a analogia invocada nos dois parágrafos precedentes não deve, certamente, nos fazer esquecer o precoce desenvolvimento de uma consciência de classe entre os setores trabalhadores argentinos, que os colocou numa posição de vanguarda dentro do continente latino-americano. A riqueza do tecido associativo que deu suporte simbólico e material aos enormes contingentes de imigrantes que chegavam ao solo argentino nos finais do século XIX e princípios do século XX, que incluía a anarquistas, socialistas, comunistas e sindicalistas *sorelianos*, não pode ser descuidada, como tampouco o rol gerador de uma identidade de classe que teve, décadas mais tarde, o peronismo. Os fenômenos que estamos analisando não

constituem pois uma novidade na historia argentina. A novidade, em todo caso, está dada pelo fato do surgimento de instâncias de socialização e repolitização que não se produzem já entre camadas populares que se incorporam ao mercado de trabalho e à cidadania num contexto de rápida ascensão social, mas, contrariamente, entre setores que outrora pertenceram ao mundo do trabalho e que, na atualidade, sofrem um selvagem processo de desproletarização e marginalização social. O associativismo piqueteiro tem lugar numa época de evidente derrota dos setores populares, num momento em que estes se encontram em posições defensivas frente à piora das condições de trabalho e ante a liquidação de importantes direitos sociais que haviam sido conquistados depois de prolongados combates ao longo do século XX. Enquanto os socialistas e sindicalistas de inícios do século passado lutavam por conquistar novos direitos e melhorar suas posições dentro do mundo do trabalho formal, os piqueteiros lutam por organizar a sobrevivência fora desse mundo. É importante insistir nesta última questão: a novidade que trazem os piqueteiros, não só na história argentina mas num marco maior, é que vêm desafiar as clássicas análises sobre o exército industrial de reserva, as teorias sobre a marginalidade e sobre a incapacidade dos excluídos da esfera do trabalho formal para se fazerem ouvir e exigir a concretização dos seus direitos.

Em geral, ao apelarem a estas novas formas de construção, os piqueteiros apontam para a geração de novos âmbitos de experimentação democrática e novos valores e relações de sociabilidade, nas quais se destacam a solidariedade, o companheirismo, a cooperação, o espírito coletivo, a autodisciplina, o respeito mútuo e a ausência de lucro; todos valores que procuram ser expressados na vivência quotidiana de seus militantes nos distintos bairros e localidades nos que atuam. Por citar um exemplo, que ilustra este dispositivo discursivo, o *Movimiento Teresa Rodríguez/MTR* (2001), no Livro Celeste – espécie de carta de apresentação da agrupação –, enfatiza o valor da solidariedade como princípio reitor do comportamento dentro do movimento e como objetivo a ser alcançado no conjunto social. Também ali aparece com insistência a importância que o movimento lhe

outorga ao desenvolvimento de novos e diferentes laços de sociabilidade, única forma de produzir uma mudança profunda no conjunto da estrutura social. No caso de muitas das agrupações piqueteiras, estes valores se deixam transparecer, também, nas formas de organização e ativação política adotadas e nas tentativas de construir um novo imaginário popular.

Sem considerar ainda as diferenças e matizes existentes entre umas e outras agrupações na hora de conceber e levar à prática suas formas de organização – tema a que dedicaremos uma rápida atenção nas próximas páginas –, é importante destacar que boa parte delas reivindica, pelo menos no plano discursivo, um profundo sentido de horizontalidade, uma marcada aspiração de autonomia frente ao aparelho estatal e um forte compromisso com uma democratização radical das formas de construção política. Há, nestas agrupações, uma vigorosa declaração de princípios que confluem para uma democracia direta e para o imperativo de diminuir – ou de reduzir sensivelmente – as distâncias entre os que assumem o papel de referentes ou representantes e o restante dos indivíduos que compõem estes coletivos sociais. Em efeito, presenciamos no seio do movimento piqueteiro um generalizado questionamento às instituições da democracia representativa e à própria idéia de representação política – assim como o que acontece nos discursos encarnados pelos outros atores, como as assembléias de vizinhos e os trabalhadores de empresas recuperadas. E este fenômeno se expressa não só nas posturas críticas frente ao regime democrático realmente existente, mas, em muitos casos, aparece também nas modalidades de construção interna de várias agrupações que compõem este amplo “movimento de movimentos”, na medida em que buscam abordar uma linha de coerência entre os questionamentos ao regime e as alternativas políticas exercidas na prática militante concreta.

Vale destacar, também, que a busca por maior horizontalidade e democracia na organização interna dos movimentos inscreve-se num marco mais geral e que não é algo exclusivo do caso argentino, pois, como bem apontam Seoane e Taddei

(2003), este constitui hoje um dos elementos centrais do debate em outros numerosos movimentos sociais no continente latino-americano. E devemos chamar duplamente a atenção sobre esta questão: a insistência na horizontalidade e na democratização interna das agrupações constitui, sem dúvida, mais uma evidência do desprestígio em que têm caído as formas tradicionais, elitistas e oligarquizantes de construção política na Argentina. Este desprestígio e este repúdio popular às formas tradicionais da política e da representação não afetam unicamente os grandes atores do agonizante sistema bipartidário argentino, mas tem se estendido, também, às agremiações da esquerda vernácula, que têm sido obrigadas a reformular seus discursos adotando uma nova linguagem democrático-radical.

Neste sentido, resulta útil passar revista a alguns testemunhos oferecidos por integrantes das agrupações piqueteiras em entrevistas que realizamos ao longo de nossa investigação, a expressões utilizadas no material escrito produzido pelas mesmas e a algumas declarações aparecidas nos principais meios de imprensa de alcance nacional. Nos parece oportuno dedicar certo espaço a esta tarefa não só para ilustrar o que vimos dizendo até aqui, mas também porque isto nos permite voltar a nos assomar – deste novo ângulo – ao tema fundamental que vimos desenvolvendo em nosso trabalho: o da erosão nos níveis de legitimidade que sofrem as instituições democrático-representativas na sociedade argentina. A transcrição de algumas citações que dão conta, de alguma maneira, das diferentes formas de apreender a realidade político e social que têm os referentes piqueteiros e suas agrupações nos permitirá ampliar a discussão sobre um dos fenômenos cada vez mais presentes no panorama sócio-político do país e, de modo concomitante, aportar evidências que enriqueçam a reflexão sobre aquilo que completa o eixo central de nossa investigação: uma análise da crise que estão experimentando as democracias representativas latino-americanas, dentre as quais a da Argentina constitui um dos exemplos mais eloqüentes.

Assim, um militante do MTD Aníbal Verón de Solano (Jara, 2003), ao ser entrevistado no verão de 2003 em Porto Alegre, durante o desenvolvimento do Fórum Social Mundial, sustentava que na Argentina há uma autocracia, uma ditadura que se esconde atrás uma fachada democrática. Esta leitura da realidade leva a este militante e à sua agrupação a rejeitar toda participação no processo eleitoral. Dentro do seu movimento consideram que seria ingênuo esperar qualquer tipo de mudança social derivado das urnas. Na opinião deste e na de tantos outros piqueteiros, a mudança, a transformação da sociedade argentina, passa por outros âmbitos e outras metodologias, centradas na ação direta, na resistência popular expressada nas ruas e na tomada de decisões nas assembléias dos distintos bairros. Na mesma direção declara também que “nós nunca acreditamos na democracia grega. Aqui é a mesma coisa. Os pobres não votam, não escolhem. Aqui votam os meios de comunicação, eles são os que põem o voto na urna. Por isto, o voto temos que enfiá-lo ‘no rabo’ dos funcionários”⁴².

Em declarações publicadas pelo jornal Página/12 semanas depois de que mantivéssemos a entrevista em Porto Alegre, este mesmo militante assinalava, respondendo à pergunta sobre por que a democracia não pode dar respostas, que “este sistema democrático está feito para uns poucos. Assenta-se numa Constituição que diz que o povo não delibera nem governa mais do que por meio de seus representantes, com o qual deixamos o nosso destino nas mãos de 500 delinquentes. Quem acede ao governo é dotado por sua vez de imunidade, foros especiais, todo tipo de diplomas pelos quais ninguém pode mexer com ele. Agora nos dizem que o povo pode se enganar, que a solução é votar de novo e desta vez fazê-lo melhor,

⁴² A questão da mídia está muito presente nos discursos dos piqueteiros. Muitos militantes identificam, nos grandes veículos de comunicação, um inimigo a quem devem aprender a combater. Muitos têm plena consciência de que devem encontrar uma estratégia específica para neutralizar a imagem que deles oferecem os meios de comunicação. Neste sentido, Mariana, do MTD de Florencio Varela, conversando sobre a imagem que têm os piqueteiros no seu bairro, respondia: “Eu não sei como nos vem, me parece que os que não participam nos observam com uma contradição interna, porque consomem muita televisão e a televisão nos joga merda. Então escutam Slagel dizendo que somos todos vagabundos mas ao mesmo tempo nos vêem trabalhando no bairro para que a criançada possa ter um almoço e não sabem mais o que pensar” (Vales, 2003c).

mas cada equívoco custa-nos milhões de mortos. É verdade que em 1983 nós ganhamos a democracia, mas esta que dizem que se deve defender não é a nossa, é a deles” (Vales, 2003d).

E inclusive alguns vão ainda mais longe. Por exemplo, quase todos os integrantes dos MTD Aníbal Verón tendem a rejeitar qualquer estratégia que busque a tomada do controle do aparelho estatal, seja pela via que for. A rejeição destes movimentos não é só à “democracia de fachada”, como eles a qualificam, mas há uma profunda oposição à própria existência da entidade estatal. Esta posição – definida por alguns como “autonomista” – vem conquistando numerosos adeptos e seguidores na Argentina nos últimos anos e entretanto não encontra tanto eco em outros países da região. Voltaremos mais adiante sobre o tema para tentar responder à seguinte pergunta: Configura o autonomismo, como deixou entrever Atilio Boron (2002a) numa mesa redonda realizada tempo atrás no Rio de Janeiro, mais uma manifestação da desagregação, fragmentação e extravio ideológico sofridos pela esquerda argentina em épocas de hegemonia neoliberal?

Remetendo-nos a outros depoimentos, poderemos observar como a crítica radical às instituições da democracia representativa realmente existente por estas latitudes é, entre os piqueteiros, quase uma constante. Um referente da agrupação *Barrios de Pie* (2003), também entrevistado durante a realização do Fórum Social Mundial de 2003, sustentava que “através da representação política não vamos a lugar nenhum”. Em *Barrios de Pie* consideram (ou, na verdade, consideravam, já que houve reorientações em seus posicionamentos políticos depois da assunção de Néstor Kirchner como Presidente da República) que não há uma força política que represente às grandes massas populares e que dê suporte às principais demandas sociais. Em sua leitura e análise e se referindo às eleições de mudança presidencial, os integrantes desta agrupação argumentavam que o pleito foi convocado pelos setores dominantes para reproduzir o modelo sócio-econômico vigente. Isto os levava a se oporem frontalmente ao atual regime político e a promoverem, em lugar

deste, uma proposta de democracia altamente participativa, onde o povo, com suas diferentes organizações e expressões, seja quem realmente tome as decisões e protagonize a construção de um novo país. Mas tanto neste caso, como no de muitas outras organizações de trabalhadores de desempregados, fica evidente a falta de um desenvolvimento político mais acabado em termos conceituais e teóricos, um desenvolvimento que permita entender melhor e mais concretamente qual e como seria a institucionalidade que oferecem como alternativa à democracia representativa hoje existente. Se por um lado fica muito claro o desafio e a crítica que estes movimentos realizam à democracia realmente existente e às suas instituições, não encontramos a mesma clareza quando procuramos interpretar quais seriam para eles as bases fundacionais de uma nova institucionalidade democrática.

O que assinalávamos no parágrafo anterior verifica-se em outras declarações, como aquelas dos referentes da *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* (CTD Aníbal Verón), que numa época agrupava os distintos MTD do mesmo nome e que com posterioridade, devido a contradições internas, acabou trilhando um caminho próprio e independente. Gustavo Franquet (2003) da CTD, num diálogo que mantivemos em Buenos Aires em abril do 2003, assinalava que eles ambicionam uma democracia menos formal e mais representativa das aspirações do povo. Na linha interpretativa desta organização percebe-se uma rejeição manifesta ao formato que assume a democracia argentina contemporânea, assim como uma forte preferência por um regime político diferente, com um caráter movimentista.

Diferenciando-se neste ponto da análise que levam adiante os “autonomistas”, na Coordinadora consideram fundamental a luta pelo controle do Estado. Para eles, a disputa pelo poder político estatal é inevitável. Nas palavras de Franquet, “Na Argentina não se pode reconstruir a partir tecido social. Não sei como alguém pode pensar uma coisa destas. O tecido social se reconstrói, basicamente, a partir do poder. Isto historicamente é assim. Temos que formar

ferramentas de poder, pois é em torno delas que se constituem as organizações do movimento popular. Essa é a cultura política de massas que há na Argentina. E é algo que não se pode negar”.

Uma argumentação semelhante encontramos quando conversamos com um integrante do MTD “Resistir e Vencer” (2003), agrupação que reúne desempregados de Avellaneda, Quilmes, Lanús, Florencio Varela, Merlo e Paso del Rey (zona sul e oeste do Gran Buenos Aires) e que vem crescendo também nas províncias de Neuquén e Río Negro. Tanto no que se refere à caracterização da democracia, como à crítica aos autonomistas, constatamos importantes coincidências com a análise realizada pela CTD. Nosso interlocutor do MTD “Resistir e Vencer” ao ser entrevistado durante o desenvolvimento da IV Assembléia Piqueteira Nacional em Lanús (Gran Buenos Aires), a poucas semanas das eleições presidenciais do 27 de abril de 2003, as definia como uma farsa, “uma farsa eleitoral montada por uma classe política que não tomou nota do recado que a Argentina passou em 19 e 20 de dezembro de 2001, quando disse ‘*Basta, que se vayan todos!*’”. Nesta agrupação consideram que há de se exigir novas formas de representação que apontem para uma verdadeira democracia. Para eles, “esta democracia, assim como está formulada, é uma democracia mentirosa, que diz que o único caminho é votar”. Frente a isto, eles propõem o que chamam “uma verdadeira democracia”, “onde o trabalho, a educação, a saúde e a moradia digna sejam direitos adquiridos e conquistas do povo”. Como exemplo de novas formas de representação e de organização política, que dêem suporte a uma nova democracia, mencionam a própria experiência do movimento piqueteiro, com suas modalidades de construção e de tomada de decisões. Uma nova forma de democracia, desta ótica, passaria pela tomada de decisões na rua e em assembléias, com coordenadores e delegados revogáveis. A outra coincidência com a agrupação anterior, como dizíamos, tem a ver com a crítica ao autonomismo, a aqueles que acreditam que é possível “mudar o mundo sem tomar o poder” (título de um livro de John Holloway (2002) ao qual voltaremos a nos referir mais adiante). Estimam que este é um

pensamento perigoso, pois só se pode mudar o mundo tomando o poder político, tomando o controle do Estado, para “transformá-lo num Estado que esteja a serviço dos trabalhadores e deixe de ser um Estado corrupto e a serviço do capitalismo”.

Outras protagonistas, militantes de base do *Polo Obrero* (2003) da cidade de Córdoba, com quem conversamos também em ocasião da realização da IV Assembléia Piqueteira Nacional convocada pelo Bloco Piqueteiro em Lanús, em abril de 2003, ao perguntar-lhes qual era a opinião delas a respeito do atual regime político, manifestavam uma profunda rejeição pelos “políticos” como categoria. Uma delas argumentava que “se esperarmos por eles, não vão nos dar nada”. “Nunca acreditei neles”, diz uma das militantes do *Polo Obrero* em outro momento da conversação. “O verdadeiro caminho é *que se vayan todos* e que entre um governo piqueteiro, que se oriente para o povo que passa fome. E enquanto isso, continuar na luta”. No MTD de La Matanza encontramos expressões semelhantes. Uma de suas figuras mais visíveis, numa conversação que mantivemos nos inícios de 2003, dizia que “na Argentina hoje há uma democracia absolutamente limitada, que não responde às necessidades das massas e que nós não acreditamos que avance mais do que isso, a não ser que haja grandes lutas que joguem por terra todo este sistema, que já não é uma democracia sequer formal, mas que é uma democracia que foi copada pelas máfias” (Flores, 2003). Na análise que esboça esta agrupação, o fundamental seria continuar o processo de conscientização das classes populares para que enfrentem com força todas as instituições do Estado capitalista, entre as que eles incluem o governo, a Corte Suprema, os partidos políticos... Na ótica do grupo *matancero*, o crescimento dos níveis de consciência popular é fundamental para lutar por outro tipo de democracia, uma democracia profundamente participativa e que responda, realmente, às necessidades e aspirações das grandes massas.

A rejeição por toda e qualquer manifestação do mundo político, pelos partidos, pelas formas tradicionais de representação fica evidenciada em diálogos

como este, reproduzido numa investigação especial sobre o fenómeno piqueteiro realizada pelo jornal *Clarín* e publicada em 26.09.2002 (Young *et al.*, 2002):

- *O dia em que vocês entrarem em política eu vou embora* – ameaça a mulher, que acaba de dar um copo de leite a cada uma das 50 crianças.
- *Mas já estás fazendo política...* – tenta convencê-la Lista, de braços cruzados.
- *Será, mas a política que eu gosto é esta* – diz ela, firme, olha para o chão de pó e mexe os ombros, como dizendo “*desta ninguém me tira*”.

Com estas palavras, Bety, mãe de dois filhos, sem militância prévia, que já fazia 6 anos que tinha perdido seu emprego, 3 que perdera a sua casa e que se aproximou ao movimento piqueteiro para tentar paliar a fome de sua família, deixa claramente em evidência a animadversão face à política tradicional e a rejeição pelos políticos profissionais e por tudo o que isto implica e significa.

Esta repulsa frente a tudo o que está relacionado com os partidos políticos – sejam da orientação ideológica que forem – reflete-se também em outros depoimentos, como o de Neka Jara, aguerrida militante do MTD de Solano, quem, numa entrevista que lhe fez a jornalista Laura Vales (2002b), emite opiniões que vão na mesma direção. Jara, ao se referir aos primeiros contatos que tiveram com os partidos, quando começaram a crescer como agrupação, os qualifica como as primeiras experiências negativas pelas que passaram, dado que, segundo ela “o que começou como algo solidário, como um acordo para lutarmos juntos, acabou em oportunismo. Há muitos partidos que com o propósito de levarem alguns militantes não lhes importa romper uma organização popular”. Para tentar resolver tais questões, esta militante piqueteira indica que foram desenhando critérios internos de organização, que permitiam que qualquer um pudesse se somar ao movimento, incluídos os militantes partidários, mas sempre e quando participassem como iguais, sem poder envolver o partido na elaboração das reflexões e análises políticas, os que deveriam continuar surgindo do próprio movimento e de maneira absolutamente autónoma.

Em tais expressões vemos refletido o processo de perda de legitimidade das instituições políticas tradicionais de mediação, o desprestígio em que têm caído as formas convencionais de fazer política, a rotunda erosão à que se vêm expostas as instituições fundamentais da democracia e o insistente questionamento à representatividade de partidos e sindicatos. Entretanto, percebemos também a força com que aparece a democracia como idéia, como um conceito diferente daquele que a identifica de maneira exclusiva com um conjunto de regras de procedimento. Como já foi dito em outra parte deste trabalho, o que está em questão nestas circunstâncias é o formato que assumiram tanto o regime político democrático como suas instituições ao longo destas duas décadas na Argentina. O que está em crise é a tradução político institucional do ideário democrático, e não a idéia democrática em si, que é objeto de processos de agudas disputas discursivas e tentativas de profunda ressignificação e reapropriação por parte de setores que até agora não se sentiram incluídos ou de setores que, havendo estado alguma vez parcialmente contemplados na *polis* democrática, nos últimos anos viram-se violentamente expulsos dela, sofrendo um evidente processo de descidadanização.

O que estes grupos formulam é uma crítica radical ao tipo de democracia que vem se impondo na Argentina contemporânea, uma democracia distorcida, esvaziada de conteúdos, podada dos projetos de liberdade e das aspirações emancipatórias. A contundência com que se dá tal crítica nos faz lembrar mais uma vez as análises de Ellen Meiksins Wood (2003), quando com perspicácia questiona os processos de expropriação de conteúdos que sofreu a ideologia democrática no longo, complexo e contraditório caminho que a levou a sua configuração atual. Ao desentranhar a história da democracia moderna, a autora destaca que nos finais do século XVIII assistiu-se a um forte movimento de oposição ao ideário democrático que conseguiu, em nome da democracia, negar os elementos essenciais e definidores de sua noção clássica. Neste movimento, tiveram um papel destacado os pais fundadores do constitucionalismo estadunidense. Foram eles os primeiros que

conseguiram impor um conceito marcadamente antidemocrático de democracia, conceito que tem ganhado força no transcurso destes dois séculos, chegando a se tornar hegemônico na política contemporânea. Deve-se syndicar aos federalistas norte-americanos como os precursores da profunda redefinição a que se viu submetida a idéia democrática, diluindo o poder da multidão popular a tal grau que forçasse a compatibilidade entre este regime político e o governo dos ricos. Esta redefinição abriu as portas para um projeto que, como aponta a nossa autora, permitiu manter uma oligarquia proprietária com apoio eleitoral das massas e levou a que algo que era antitético da democracia passasse a ser seu elemento central: a renúncia ao poder político por parte dos setores populares, sua transferência a outros, sua completa alienação.

É justamente este conceito elitista, vazio, limitado de democracia que é questionado de maneira decidida pelos movimentos populares. Este questionamento generaliza-se não só na Argentina mas também em muitas outras partes do continente latino-americano a partir da constatação da existência de uma contradição crescente entre as aspirações, os anelos, as demandas e os sonhos populares e o que têm para oferecer as pobres e incompletas democracias realmente existentes. Tudo isto justifica, cabe repetir mais uma vez, a necessidade de examinar a democracia de uma perspectiva histórica, prestando especial atenção aos modos em que os setores populares se relacionam com ela. É relevante insistir neste ponto: serve de muito pouco conceber a democracia como uma abstração socialmente indeterminada, atitude que como vimos em capítulos anteriores é a prevalecente entre os transitólogos e consolidólogos que têm estudado os processos de democratização no continente, pois isto impede uma compreensão mais acabada dos processos sócio-políticos que vêm se abrindo nos nossos países.

Mas voltando ao piqueteirismo e a suas principais características, corresponde ressaltar outros elementos que também são compartilhados pela maioria das agrupações e que definem a natureza, a essência e a especificidade

deste universo. Vamos então mencionar e desenvolver alguns deles nas páginas a seguir.

Em primeiro lugar, todas as agrupações contam com uma base organizativa de caráter territorial: os movimentos de trabalhadores desempregados têm seu epicentro nos distintos bairros, nos lugares de residência de seus aderentes. É ali onde acumulam experiência as diferentes organizações comunitárias de base. Justamente, dado que os piqueteiros não têm uma relação de trabalho estável, o lugar de residência termina substituindo a fábrica como centro de atração, reunião e recrutamento de novos membros. O critério da territorialidade como eixo fundamental da construção piqueteira é reivindicado de maneira enfática por várias agrupações. Porém não por todas, já que estão aquelas que, se bem lhe reconhecem certa importância, não lhe conferem a centralidade que tem para outros grupos.

Entre os que sim consideram o critério territorial como fundamental, podemos citar, por exemplo, o MTL, que já no seu nome reivindica este caráter: “*Movimiento Territorial de Liberación*”. Um de seus militantes, quando o entrevistamos no verão de 2003 no Fórum Social Mundial (MTL, 2003), assinalava que o territorial é o que define o movimento, que está integrado não só por desempregados, mas por todos aqueles que lutam por terra, por alimentos, por educação e por saúde. Estas expressões nos remetem às origens desta agrupação, que precisamente nasceu da união de 62 organizações que, nos anos 80, em Florencio Varela, Berazategui e Lomas de Zamora (sul do conurbano bonaerense) ocupavam terras fiscais e lutavam pela sua titularização.

Como assinalavam Svampa e Pereyra (2003), a dimensão de caráter territorial remete, também, a construir com os que moram no bairro, os que sentem na própria pele os problemas. Este critério implica abandonar uma prática que era muito freqüente entre os partidos da esquerda – e não só neles, mas também em outros partidos com bases populares como o peronismo – e que consistia em

“importar” referentes externos, geralmente provenientes dos setores médios, que eram os que lideravam ou organizavam o trabalho político ou social dos bairros mais pobres. Cabe agregar que esta mudança explica-se principalmente pela decadência sofrida pela sociedade argentina nos últimos anos, fenômeno que levou muitos filhos de famílias de setores médios a um processo de desclassamento e os empurrou, mesmo contando com maiores recursos educativos, simbólicos e culturais, a compartilhar com os setores mais pobres da população o mesmo espaço geográfico e as mesmas condições de miséria. E justamente estas diferenças em matéria de recursos e habilidades simbólicas e educativas dentro de um mesmo âmbito são as que geraram várias das novas lideranças do movimento: os líderes costumam ser jovens que sofrem os mesmos problemas que seus vizinhos em termos de desemprego, falta de atenção médica, falta de espaços de recreação, falta de reconhecimento social, mas que ademais sentem uma profunda frustração derivada da falta de oportunidades para levar adiante uma existência acorde com as aspirações e horizontes sócio-culturais de ascensão que tinham construído nos processos de socialização familiar e escolar.

Voltemos à questão sócio-territorial. Em muitos casos, os piquetes dão visibilidade a um trabalho nos bairros pré-existente, que já contava com um importante desenvolvimento acumulado ao longo de vários anos, mas que até agora não tinha conseguido expressar seu potencial num plano político mais geral nem tinha alcançado espaço para se mostrar nos meios de comunicação de massa. Este antecedente constitui a segunda vertente do que os autores recém citados caracterizam como a dupla filiação do movimento piqueteiro. No seu livro *“Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras”*, Svampa e Pereyra (2003:18) sustentam que podemos ver “por um lado, a vertente que deixa descoberta a brusca separação dos marcos sociais e trabalhistas que configuraram a vida quotidiana de gerações e localidades inteiras; desencastamento violento que, no limite, revela tanto uma relação mais próxima com o mundo do trabalho formal, quanto reflete a opção por um tipo de ação sindical disruptiva, ligada a um modelo

de ação confrontativa; por outro lado, a vertente que assinala a importância da matriz especificamente territorial da ação coletiva, e dá conta tanto de uma distância maior em relação ao mundo do trabalho formal quanto, no extremo, da continuidade de uma relação mais pragmática com os poderes públicos, na luta nada fácil pela sobrevivência”. Em outras palavras, isto implica que os movimentos piqueteiros encontram sua origem não só nas *puebladas* e cortes de estradas do interior do país, mas também se nutrem da experiência territorial levada adiante fundamentalmente no conurbano bonaerense ao longo dos últimos lustros.

Esta forma de construção leva a que não sejam apenas os trabalhadores que perderam seu emprego os que fazem parte destas agrupações. De fato – e esta configura a segunda característica compartilhada pelos diversos grupos – o movimento piqueteiro consegue reunir setores sociais bem diferentes, que vão dos operários industriais desempregados, com maior ou menor experiência de luta sindical acumulada nas jornadas que marcaram a história do movimento operário argentino de outras épocas, a numerosos jovens e donas de casa submersos na pobreza, que não têm vivenciado as instâncias de socialização da fábrica nem das organizações sindicais. Esta heterogeneidade na composição social, geracional e de gênero e estas assimetrias nas experiências de militância e trabalho prévias ajudam a explicar melhor alguns dos novos rasgos que incorporam estes movimentos na sua luta e resistência contra o modelo econômico desenvolvido nestes últimos tempos e contra as instituições do Estado. Dito de outro modo, vemos como nas agrupações piqueteiras se põe de manifesto uma rica amálgama entre, por um lado, a recuperação de um tipo de tradição organizativa dos trabalhadores, em parte associada – como bem assinalam Svampa & Pereyra (2003) – às vertentes mais classistas do movimento operário, cujos representantes resolveram atuar e construir por fora das estruturas sindicais tradicionais ligadas ao Partido Justicialista e, por outro, um conjunto de originais experiências de articulação comunitária derivadas das profundas transformações sofridas pelo mundo popular nos 90 a raiz da desindustrialização e o generalizado empobrecimento que experimentou a sociedade

argentina. Estes traços explicam a enorme complexidade do fenômeno aqui resenhado e seu caráter verdadeiramente inédito.

Fazíamos recém menção às mulheres e aos jovens. As mulheres chefas de família e os jovens sem perspectivas, boa parte deles sem escola, sem experiência de trabalho, sem militância política prévia, ocupam um espaço cada vez mais relevante nas assembléias, nas deliberações internas, nas atividades comunitárias e nos cortes de estrada. É nessas assembléias e piquetes onde se socializam e se envolvem em processos de crescente conscientização e politização, onde se constituem como sujeito coletivo, onde ganham identidade, onde conquistam o reconhecimento por parte de seus pares e vizinhos como oradores ou expoentes do movimento e constroem novas ferramentas de luta social, auto-afirmação popular e exercício da democracia.

Em muitas ocasiões, as primeiras que se aproximam às assembléias e aos piquetes são as mulheres. Os homens demoram mais em se aproximarem, dado que pelos próprios valores culturais hegemônicos na sociedade, costumam sentir vergonha frente a sua situação de desempregados, trancando-se em suas casas e demorando em quebrar o círculo perverso de culpa, apatia e passividade. É assim que a mulher, que sente de forma mais direta a urgência das necessidades básicas, como a de alimentar os seus filhos, passa a se converter na principal provedora e representante do núcleo familiar no mundo exterior. Para o integrante do MTD “Resistir e Vencer” (2003) que citamos páginas atrás, o papel da mulher é fundamental dentro das organizações piqueteiras. Nosso entrevistado reafirma que elas são as primeiras que saíram para brigar na estrada por trabalho e comida, porque os homens demoram mais em admitir que estão desempregados.

Em uma linha semelhante expressou-se o referente do MTL com quem conversamos no verão de 2003. Segundo ele, 70 ou 80% da agrupação está constituída por mulheres. Além disto, nas suas palavras “Quando a companheira

pega a bandeira arrasta a família toda, filhos, homem, todos. O homem, talvez, vai só a uma passeata, e quando consegue levá-lo. Já a mulher não, ela vai com os filhos e tira o marido da cama e o leva ao corte de estrada. E têm muita força. Há companheiras que têm brigado na Ponte Pueyrredón. E nos enfrentamentos com a polícia têm demonstrado uma fortaleza...”. Entretanto, apesar deste entusiasmo, quando lhe perguntamos a respeito de por que é mais difícil encontrar mulheres em lugares de direção ou em posição de porta-vozes do movimento piqueteiro, nosso interlocutor reconhece que estão fazendo uma autocrítica, mas que é um processo lento. Ele considera que os fatores culturais machistas continuam pesando muito na sociedade. E agrega que a mulher sempre esteve relegada, motivo pelo qual aos integrantes da agrupação custa-lhes muito convencer as companheiras dos bairros para que assumam cargos de direção além do papel fundamental que desempenham na condução dos refeitórios escolares e dos micro-empresendimentos.

Uma observação semelhante aparece nas declarações de Florencia, uma piqueteira e artista plástica do MTD de Lanús (2004). Quando o entrevistador lhe pergunta a respeito da atuação das mulheres nos movimentos de desempregados, Florencia destaca que são maioria e que geralmente as primeiras em se aproximar são elas e que, só num segundo momento, aparecem os companheiros. Também ressalta que são as mulheres as que sustentam o trabalho e a organização quotidiana do movimento. Não obstante, assinala que “Hoje estamos começando a realizar encontros de mulheres do movimento e estamos nos questionando algumas coisas, por exemplo que nos falta participação nas instâncias que poderíamos chamar mais ‘políticas’, como as relações com outras organizações e de discussão política e tarefas de imprensa (pôr a cara ante alguma câmara ou microfone). De fato, a maioria dos rostos mais visíveis de quase todas as organizações piqueteiras são homens. Por isso começamos a nos perguntar pelos motivos e a tentar revertê-lo. Porque acreditamos que há muitas companheiras que podem desenvolver esta tarefa com capacidade e representatividade. Neste ponto estamos...”.

Toty Flores (2003), integrante do MTD de La Matanza, a respeito de quem voltaremos logo em seguida, nos dizia numa entrevista que a agrupação é muito heterogênea e que sua composição depende muito de cada momento. Mas considera que sem sombra de dúvida hoje o papel da mulher no seu movimento é muito, muito importante. Ele argumenta que “Se poderia dizer que na composição é majoritária [...] O papel que desempenham [as mulheres] é o de estar na vanguarda da luta e também estar na vanguarda das decisões. Por exemplo, aqui, ao Fórum Social, viemos nove companheiros, dos quais somos três homens e seis mulheres”. Uma dirigente da *Coordinadora de Unidad Barrial* com quem conversamos (CUBa 2003) expressa-se em igual sentido. Ao dialogar especificamente sobre este tema, afirma que “hoje o protagonismo das companheiras é notável, elas são as que levam as rédeas de suas famílias, são as que levam adiante suas casas e isto se nota na rua. Elas terminam arrastando toda sua família ao piquete, por uma necessidade concreta”. Vemos assim que os diferentes depoimentos aqui resenhados apontam na mesma direção: o piqueteirismo possibilita e estimula um processo de democratização sócio-política dos setores populares – com variações de intensidade segundo as agrupações – também no que se refere à questão de gênero⁴³.

Os jovens também têm um lugar destacado nas declarações de nossos entrevistados e nas variadas análises realizadas sobre o fenômeno piqueteiro, o que expressa o papel significativo que eles desenvolvem na dinâmica deste movimento. Na divisão de tarefas efetuada entre os integrantes de cada agrupação, quando são criadas as diferentes comissões que se encarregam da segurança, das relações com a imprensa, da biblioteca, dos refeitórios, das oficinas, de organizar atividades para arrecadar fundos, os mais jovens sempre cumprem alguma função importante.

⁴³ Este fenômeno não é de modo algum exclusivo do caso argentino. Em muitos outros países também se verifica a mesma tendência a questionar a divisão sexual do trabalho quando os papéis que a sociedade atribui ao homem e à mulher se vêem desafiados por uma realidade marcada pela pobreza, a falta de emprego e a crescente precarização das relações de trabalho. João Arriscado Nunes e Nuno Serra (2002), num interessante texto em que abordam o processo de democratização portuguesa dos 70, oferecem uma série de elementos que explicam por que as mulheres encabeçaram os protestos pelo direito à moradia naquele país, levando questões de domínio privado e ligadas às tarefas domésticas à esfera pública.

Muitos optam por militar nas comissões de segurança, onde canalizam seu espírito de rebeldia e alimentam uma nova mística em seus enfrentamentos com as forças repressivas do Estado. Nos cortes, eles podem demonstrar sua coragem e exteriorizar o profundo ódio que sentem pela polícia, única e perversa dimensão para eles visível da estatalidade, à que conhecem a partir das perseguições de que são objeto, levadas a cabo quase que diariamente pelos agentes policiais do “mete bala” (“*gatillo fácil*”), dos fuzilamentos, da tortura e da permanente discriminação por “*portación de cara*”. Mas os adolescentes e vinteaneiros não servem apenas de frente de choque para parar a repressão. Vários deles têm alcançado lugares importantes na direção do movimento, protagonizando as instâncias de debate político e tomada de decisões. São muitas as agrupações encabeçadas por gente com menos de 30 anos, principalmente as independentes, aquelas que rejeitam qualquer relação orgânica com partidos e sindicatos.

Deste modo, com sua participação e protagonismo, os jovens vão conformando uma nova identidade coletiva e gerando outros sentidos de pertencimento. A maioria percebe o movimento piqueteiro como a única alternativa que lhes permite tentar escapar da droga ou do delito comum, dado que as possibilidades de emprego ou de educação para os que moram nos bairros mais marginalizados são praticamente nulas. É na estrada e nas assembléias onde muitos constroem ou reconstroem sua razão de existir, em oposição a policiais e a cabos eleitorais – outros inimigos declarados do movimento piqueteiro com os que disputam o controle do território. Ali é onde adquirem novas habilidades discursivas e capacidade de articulação política e organização. E são eles os que aportam novos elementos à estética do protesto, com seus rostos tapados, com seus lenços, com seus paus e queimando pneus no asfalto.

A nova simbologia vê-se enriquecida, também, por expressões musicais de clara raigambre popular, como a *cumbia villera* ou, mais especificamente, a *cumbia piquetera*, que muitas vezes os acompanha nas manifestações. Grupos como “Santa

Revuelta”, “Las manos de Filippi” ou “El Culebrón Timbal” conseguem interpretar, nas suas letras e nos seus ritmos, a dura e crua realidade que enfrentam os jovens e, em geral, os setores populares, em épocas de profunda regressividade social. Ao mesmo tempo, tais expressões põem em relevo a multidimensionalidade da luta, onde a cultura, conforme a definia Edward P. Thompson (1997), apresenta-se como um espaço fundamental de antagonismos e tensões; como um espaço que, articulado dialeticamente com a dimensão política e econômica, resulta chave no processo de auto-afirmação e de auto-organização das camadas populares e das classes trabalhadoras.

A título de exemplo, transcreveremos as letras de algumas músicas que refletem muito bem a importância da dimensão cultural na constituição das novas identidades, na geração e afirmação do piqueteiro como referente político e social. A música configura um estímulo para a unidade e a ação e expressa, ao mesmo tempo, a profundidade alcançada pela crise social. A primeira das letras escolhidas, “*Los métodos piqueteros*”, é do grupo “Las Manos de Filippi” (2002), grupo que já tem mais de uma década de existência – formou-se em 1992 – mas que alcançou maior notoriedade nos últimos anos, quando lançou-se a acompanhar e animar diversos cortes e piquetes ao longo de todo o país. A letra diz assim:

Los mejores, los únicos, los métodos piqueteros/
[bis]

Se les quema el pantalón, todos se van a quemar/
Cavallo, De la Rúa, y empiezan a desfilar/
La burocracia tira agua/ y no nombra ni la carpita/
La herramienta piquetera no quieren que se repita/
Los mejores, los únicos, los métodos piqueteros/
corte de ruta y asamblea

Los mejores, los únicos, los métodos piqueteros/
[bis]

corte de ruta y asamblea/
[bis]

que en todos lados se vea el poder de la clase obrera
corte de ruta y asamblea/
corte de ruta y asamblea/
que en todos lados se vea el poder de la clase obrera/

Otras letras que consideramos representativas do que vimos diciendo são as do grupo Santa Revuelta, conjunto de música popular nascido em 1999 que costuma misturar *pachanga* e *cumbia* em suas canções. Também se solidariza com as agrupações piqueteiras e costuma acompañá-las em suas lutas, animando os piquetes e colaborando com o som nos atos públicos. É o caso da canção “A la calle”, com letra de Aníbal Kohan e música de Carlos de Hoz (Santa Revuelta 2002a):

A la calle, compañero, este gobierno es un engaño
dice va a ser para el pueblo y es pa'l que sepa comprarlo
a la calle, cacerolas, que aquí todo es de la usura
que me ha hecho de Argentina un puro tacho de basura

[estribillo]

*¡a la calle la familia! ¡con los pibe' y con los viejo'!
que si ganan, ganó el rico, ganó el hambre y el desprecio
¡a la calle y que se vayan! ¡con la bronca y cacerola!
con la vieja y con los pibes, ¡a la calle, estamo'em bolas!*

A la calle, laburante, ni lo espere al sindicato
que el que anda de buche lleno tiene siesta para rato
a la calle, a la asamblea, con el barrio y jubilado
por boludo ahora estoy pobre, y de estar pobre he despertado

La política y partidos me voy a poné' a estudiar
no me empachan más con jingles cuando tenga que votar
y que la tele y que la radio no mientan más lo que soy:
¡cacerola y piquetero y de la calle no me voy!

También vale a pena destacar “Soy piquetero”, outra canção de Santa Revuelta (2002b):

Me trajieron a este mundo tata y mama sin consejo
y ahora quiere de él borrarne este gobierno de pendejos
no hay ministros dendeveras de trabajo o economía
de ministro están curreros ¡te mandan gendarmería!

[estribillo]

*piquetera, piquetero, así me dicen, yo soy
si no hay pan y no hay trabajo de la ruta no me voy
piqueteras, piqueteros somos, venimo´ a peliar
patria te han tira´o al a´ujero y te tenemos que sacar*

Aquí mandan cuatro empresas que los gringos han copado
nos dejaron sin trabajo y el país todo endeudado
vos, gendarme, sos morocho, preguntate dónde estás
si el que te manda es tu socio o es que su forro sos, nomás

Vos, chofer o pasajero que no te dejan pasar
más mejor bajá los cambios y el balero echalo a andar
que es también por tu trabajo, tu salario y dignidad
¡o es gobierno con el gringo o es la lucha popular!

Mas a nova estética do protesto piqueteiro nem sempre contribui para sua aceitação. Recém mencionamos os lenços, os paus e sarrafos. Estes elementos não são só assinalados pelos setores mais conservadores da sociedade para justificar suas críticas ao movimento de desempregados. Muitas vezes também fazem parte das objeções e apreensões até de setores progressistas das classes médias, que vêem com temor e preocupação os rostos tapados e os paus, interpretando-os como sintomas da possibilidade de uma nova espiral de violência. O debate sobre este tema foi longamente abordado por muitas agrupações. Algumas decidiram abandonar o uso de elementos ameaçadores. Já outras reafirmaram sua opção, ao considerarem que os lenços, os passamontanhas e os paus, ademais de contribuir à criação e consolidação de uma nova identidade, constituem um elemento fundamental de auto-defesa e geram maior atenção dos meios de comunicação – como os zapatistas, alegam que ao cobrirem seus rostos, passam a ser vistos pela sociedade. Vários dos entrevistados assinalaram que os rostos tapados são importantíssimos recursos que evitam – ou pelo menos dificultam – sua

identificação por parte dos serviços de inteligência e das forças policiais, os quais depois dos atos públicos vão aos bairros populares para tentar “caçar” um por um àqueles que demonstraram capacidade de resistência e liderança nos protestos e manifestações.

É por tudo o que foi mencionado – e esta seria talvez a terceira característica a destacar, compartilhada pela maioria das agrupações piqueteiras – que estes espaços ganham relevância como instâncias propícias para a experimentação social, para a expressão da rebeldia, para a geração de novos padrões organizativos e novas linguagens, para a elaboração de novas metodologias que tornem mais visíveis e eficazes os protestos contra a política econômica nacional, contra a exclusão social e contra as formas tradicionais de se fazer política. Esta experimentação se reflete também no surgimento de novos cenários e formas de luta: ao corte de ruas e ao bloqueio de estradas e pontes, agregam-se as manifestações na porta das grandes redes de supermercados, os atos frente às companhias de serviços públicos privatizadas, a ocupação de fábricas desativadas, a liberação de postos de pedágio nas estradas administradas pelas concessionárias privadas; todos cenários que se somam às tradicionais concentrações populares nas praças públicas contíguas às sedes das autoridades nacionais, provinciais ou municipais. No caso concreto da cidade de Buenos Aires, agora não só a *Plaza de Mayo* ou a *Plaza de los Dos Congresos* são os espaços para as grandes manifestações políticas e sociais: as pontes de acesso à capital, as grandes avenidas, e as proximidades de bancos estrangeiros e grandes empresas comerciais e de serviços são também lugares para a expressão do protesto e indignação populares.

Como um quarto elemento, deve-se mencionar que estas agrupações servem também como grandes marcos de contenção social e de recuperação da auto-estima perdida, como poderosos geradores de reconhecimento social e de dignidade. Eis um depoimento que ilustra com eloquência este aspecto: “É lindo o piquete, sentimos que existimos, sentimos a liberdade. É que nos bairros há muita raiva

contra os *tiras*. Então isso nos piquetes se reforça. Tens o poder”, diz Neka Jara, militante já citada em parágrafos anteriores, ao ser entrevistada por *Clarín* (Young *et al.*, 2002). A questão da dignidade e a recuperação da autovalorização individual e grupal e a geração de novos laços sociais de pertencimento se vê refletida também em outros depoimentos. Militantes do MTD de Solano, no documentário “*El rostro de la dignidad*” (2002), ao responderem a respeito do que é ser piqueteiro, apontam que “ser piqueteiro é um sinônimo de dignidade, sinônimo de defender aquilo que nos tiraram”. “É estar na estrada fazendo frente a este sistema de morte, a esta forma de nos destruírem como classe trabalhadora. É se sentir orgulhoso”. “É fazer ver à sociedade que somos dignos, sentimos dignidade e orgulho”.

Outro militante piqueteiro, desta vez do MTD de Lanús, conversando com o jornalista López Echagüe (2002a:33), assinalava que, depois do primeiro corte de que participaram, conseguiram restabelecer sua auto-estima. Concretamente o entrevistado sustentava que “a recuperação da auto-estima e a idéia de que é possível dar esse passo faz com que te lances mesmo que haja medo”. O tema dos sentimentos encontrados, dos conflitos e contradições que são gerados dentro de cada um é recorrente nas entrevistas que realizamos e no material analisado. De qualquer modo, os piqueteiros resgatam o triunfo da revalorização como pessoa e como grupo, a recuperação da confiança em si mesmo e em seus semelhantes, o descobrimento da força do coletivo. Aparece também insistentemente a idéia de que só lutando, não baixando os braços, se resgata a qualidade de pessoa e se recupera uma posição de respeito frente aos próprios filhos. Segundo este enfoque, só a luta poria um freio ao processo de degradação social e familiar que sofrem as grandes massas populares na Argentina.

A recuperação da dignidade e o fim da auto-culpabilização é um processo complexo e lento, permite que aquele que de “trabalhador” passou à categoria de “desempregado”, se reconstitua agora sob uma nova identidade, a do “piqueteiro”, que traz atrelada uma carga positiva importante e um descobrimento de novas

habilidades e capacidades, ligadas à luta e à organização. Isto lhe possibilita reconquistar – em novos termos – o caráter de “trabalhador” e iniciar um processo que deixe para trás a categoria estigmatizante de “desempregado”, obtendo por fim a dignidade e auto-estima como pessoa, como ser humano.

Podemos ver uma análise semelhante num livro escrito por um de seus protagonistas e publicado por uma editora comunitária montada pelo próprio grupo a que este autor pertence. Nesta publicação, cujo título é mais do que sugestivo (“*De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*”), o ex-militante metalúrgico Toty Flores (2002) identifica a auto-culpabilização como um dos primeiros grandes obstáculos ou problemas que tiveram de enfrentar os desempregados para se agrupar e constituir o movimento. O desempregado, induzido pelo próprio sistema, assinala Flores (2002), tende a se considerar responsável pela falta de trabalho e a atribuir a si a culpa pelo fato de ser velho ou por ser jovem sem experiência ou por ser estrangeiro ou por ser mulher ou por não ter estudado ou por ser estudante. Neste texto se aponta que é difícil desmontar os clichês de um suposto senso comum, clichês que dizem que o desempregado está nessa situação porque não busca trabalho ou porque não se esforça o suficiente. É difícil conseguir que a questão do desemprego seja percebida como um problema social e não individual e deixar para trás a perversidade de uma argumentação que culpabiliza as vítimas.

E aqui cabe um parêntese: os grandes meios de comunicação não costumam destacar o tema da recuperação da dignidade em suas leituras e interpretações. Pelo contrário, eles privilegiam e alimentam, em suas matérias, reportagens e investigações, os preconceitos das classes médias e também de importantes setores trabalhadores, os quais ao não terem um contato direto com o mundo piqueteiro, acabam aceitando e reproduzindo passivamente os rótulos de “agitadores”, “violentos” e “vagabundos” difundidos nas telas de TV. E isto, obviamente, não é

patrimônio exclusivo do caso argentino. Basta observar os adjetivos utilizados pelos meios de comunicação e por amplos setores da sociedade brasileira quando se referem ao Movimento dos Sem Terra (MST), ou os rótulos atribuídos aos movimentos camponeses na Bolívia, no Peru ou no Equador, para citar apenas alguns exemplos, para ver como os (anti)valores individualistas e os preconceitos de classe, de raça e de posição social estão amplamente difundidos nos países latino-americanos e são sabiamente aproveitados e estimulados pelos principais beneficiários do sistema econômico para bloquear ou dificultar a construção de pontes e de laços solidários de resistência entre os diferentes setores sociais afetados pelas políticas econômicas implementadas no continente ao longo de todos estes anos⁴⁴.

Se bem é certo que estes preconceitos, muito estendidos na sociedade argentina, tenderam a diminuir ou a se fazerem menos explícitos na medida em que a degradação do mercado de trabalho e a generalização do desemprego têm se tornado cada vez mais manifestas, está claro que a organização dos trabalhadores desempregados teria sido sumamente difícil se, previamente, não tivessem realizado algum trabalho capaz de neutralizar o sentimento de culpa e a freqüente incompreensão até por parte dos seres mais próximos. Uma vez desenvolvida a fase inicial, este trabalho viu-se reforçado quando a organização deu os primeiros passos na sua luta, gerando ou reconstituindo, então, aí sim, crescentes sentimentos de dignidade e de auto-estima, o que vem a confirmar a enorme importância que adquire a participação política e social e a intervenção na esfera pública para a reconstrução das identidades individuais e coletivas.

Insistimos, isto valida a hipótese formulada por vários teóricos clássicos da democracia participativa, quando defendem que um dos efeitos benéficos da

⁴⁴ Sobre o tratamento dado pelos meios de comunicação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil pode-se consultar o interessante estudo de Christa Berger (1998), “Campos em confronto: a terra e o texto”.

participação radical, justamente, na elevação da auto-estima, na contribuição para o autodesenvolvimento individual, para o aprendizado consciente, para a auto-exploração e para a construção de um cidadão livre e ativo que lute por compartilhar o poder com os demais. A participação, de acordo com o esperado pelos defensores de uma democracia mais avançada e radical, transformaria a psicologia dos participantes, suas crenças, seus valores, suas atitudes e sensibilidades, criando assim novas possibilidades para o autodesenvolvimento. Peter Bachrach (1973:23-24), por exemplo, afirma no seu livro “Crítica à teoria elitista da democracia”, que “a participação é um meio essencial para o pleno desenvolvimento das aptidões humanas”, vendo este autodesenvolvimento como o caminho para a vida boa, tal como a imaginavam os filósofos clássicos. Na mesma direção encontramos afirmações de Robert Dahl, quem em seus últimos trabalhos passou a aderir com mais força a esta linha argumentativa. Concretamente Dahl (1993:211-212) assinala que “o direito ao autogoverno não é meramente um processo, porque é também uma classe importante de procedimento de justiça distributiva, já que contribui na determinação da distribuição de recursos – decisivos – do poder e da autoridade, influenciando assim na distribuição de todos os demais recursos”.

As declarações emitidas pelos piqueteiros, pareceriam confirmar – mesmo que de maneira incipiente – aquilo que apontavam os teóricos da democracia participativa, no sentido de que o fato de fazer parte de maneira direta do processo de tomada de decisões em assuntos que têm estreita ligação com suas vidas, faria com que as pessoas se vissem estimuladas a estarem mais atentas frente aos assuntos públicos, mais e melhor informadas, motivadas para alcançar um maior grau de responsabilidade pelas suas ações políticas e pelas conseqüências que derivam delas. Ao participarem, os indivíduos incrementam o próprio senso de dignidade como pessoas e o valor moral que têm por si próprias, tomam consciência dos efeitos transformadores de sua intervenção, passando por um processo educativo e de socialização que os preparará para se envolver e comprometer

também em outros âmbitos (Beetham, 1993; Macpherson, 1978; Pateman, 1992; Pennock, 1979; Warren, 1992, 1996; etc.).

Claro que estes aspectos são mais enfatizados por umas agrupações do que por outras. Estão as que, como veremos na próxima seção deste capítulo, colocam a necessidade de gerar esses novos espaços de sociabilidade e de regeneração da autoestima em primeiríssimo lugar. Já outras privilegiam instâncias macro-políticas e processos de formação e conscientização das massas populares em marcos mais gerais, descuidando ou não dando muita importância aos espaços micro enquanto ativadores de modos alternativos de relação social.

Em termos sociológicos, o que foi dito até aqui nos permite confirmar a importância que tem a luta nos processos de constituição ou reconstituição de identidades de classe e na reafirmação da subjetividade dos setores subalternos. Na melhor tradição da história social inaugurada por Thompson, coincidimos plenamente com Ellen Meiksins Wood (2003), quando diz que ao observar as transações diárias da vida social, as práticas concretas que existem fora da política institucionalizada, podemos captar melhor os processos de ruptura com a cultura dominante e a formação de um novo *ethos* entre as camadas inferiores. Neste sentido, observamos alterações significativas motorizadas pelo movimento piqueteiro nas instâncias de reprodução da vida social e de suas condições materiais entre os setores populares. Ao longo do texto, pudemos verificar alguns elementos do complexo processo de reorganização de identidades e conquista de novos espaços de experimentação social, econômica, política e cultural que, independente dos graus de profundidade e elaboração alcançados, abrem outras perspectivas para aqueles que até então viam-se privados de todo horizonte, de toda possibilidade de imaginar, de sonhar ou de aspirar a um futuro melhor.

Diferenças internas: um percurso pelas disparidades nos projetos políticos e nos modos de construção

Um dos assuntos mais controvertidos e que gerou fortes discussões dentro do movimento piqueteiro em seus inícios foi o dos subsídios estatais. Esta questão deu origem a profundas disputas entre algumas agrupações que optaram por aceitá-los – a grande maioria – e outras, como o MTD de La Matanza, que se negaram a entrar numa lógica que definem como “clientelística”. Estavam em jogo, em torno deste debate, temas como a preservação do caráter autônomo dos movimentos, a ambivalência de suas relações com o aparelho estatal – de enfrentamento e ao mesmo tempo de dependência –, os riscos de domesticação das organizações piqueteiras ou as possibilidades de que tais subsídios se tornassem mecanismos de cooptação de seus dirigentes.

Os subsídios ou benefícios assistenciais oferecidos pelo Estado constituem, para muitas agrupações piqueteiras, a principal fonte de financiamento para a organização, seus militantes e seguidores. Segundo distintos cálculos jornalísticos, o número total de auxílios rondaria os 2 milhões. Destes, apenas uns 200.000 – ou 10% – estariam sob a administração do movimento piqueteiro (o restante está em mãos de municípios e de caciques a cargo de redes mais ou menos formais ligadas à estrutura do Partido Justicialista). Estes subsídios, chamados “*Planes Jefes y Jefas del Hogar*” e anteriormente denominados “*Planes Trabajar*”, consistem na entrega mensal de vales no valor de 150 pesos (uns 50 dólares estadunidenses) a todo homem e mulher cabeça de família desempregado com filhos menores dependentes que não conte com nenhum outro tipo de renda. A entrega destes planos – que não cobrem sequer a parte mínima de uma cesta básica – exige, como contrapartida, a realização de algum trabalho comunitário durante quatro horas diárias. Na prática, porém, nem o caráter universal é tal (o que explica as constantes brigas entre piqueteiros, cabos eleitorais e governos nacional e provinciais pela “baixa” dos

subsídios ou pelos conflitos derivados do recadastramento de beneficiários) nem a contraprestação em trabalho é sempre realizada. A falta de universalidade, ademais dos choques que suscita entre piqueteiros e autoridades governamentais, abre e alimenta uma grande margem de discricionariedade e clientelismo para prefeitos e cabos eleitorais na hora de outorgarem os subsídios a seus seguidores e confeccionar as listas de beneficiários.

No livro organizado por um dos referentes do MTD de La Matanza citado anteriormente (Flores, 2002), aparecem com clareza os riscos que supõe para os piqueteiros a decisão de receber os subsídios estatais. Ali se diz que aquilo que se reivindica como auxílios “arrancados” do governo, na verdade constitui uma via que encontrou o regime político para reciclar seus cabos eleitorais nos bairros e cooptar os melhores ativistas, ou seja que implica aceitar passivamente a política do inimigo enquanto se acredita estar levando adiante uma política contrária à desenhada pelos centros de poder. Se além disto o sucesso político se mede em função de quantos auxílios se conseguem, o Estado passa a ser quem determina o grau de legitimidade e de representatividade dos dirigentes e das diferentes organizações. “Permitir que o Estado legitime a representatividade dos dirigentes é deixar ao inimigo (se entendemos o Estado como um instrumento de dominação de uma classe contra outra) a capacidade de escolher aqueles que mais servem a seus interesses” (Flores, 2002:39).

O mesmo organizador do livro citado, Toty Flores (2003), numa conversação que mantivemos no verão de 2003, durante a realização do Fórum Social Mundial, reafirmava estas posições, ao nos contar que depois das “*puebladas*” de Cutral-Có e Jujuy, lá por 1996, o governo nacional começou a implementar os auxílios assistenciais e que no MTD de La Matanza resolveram não aceitá-los. Ao mesmo tempo, reconhecia que não souberam ou não tiveram a criatividade suficiente como para tomar estes subsídios e imaginar sua reconversão em projetos produtivos. De certa forma, isto constitui um *mea culpa* por não terem podido aproveitar estes

recursos, frente ao medo de se converterem em reféns do aparelho estatal. Flores acredita que outros companheiros, de movimentos ou organizações afins, como os MTD Aníbal Verón, “encontraram o jeito de lidar com os subsídios e puderam transformá-los em empreendimentos produtivos”. De fato, vários MTD têm conseguido bastante êxito na transformação dos subsídios em ferramentas de luta e organização, em pilares a partir dos quais construir o movimento, preservando sua autonomia. De qualquer maneira, Flores considera que os subsídios estatais continuam entranhando o risco de alimentar ou reproduzir a cultura da sobrevivência, cultura que obstaculiza enormemente a busca de trabalho genuíno e a recuperação da identidade da classe trabalhadora. Como bem apontam Svampa e Pereyra (2003), o MTD de La Matanza, do bairro La Juanita, foi o único movimento que conseguiu manter sempre a mesma linha. Claro que isto, sem dúvidas, contribuiu, e muito, para o permanente isolamento a que se viram condenados seus militantes desde que adotaram a decisão de não aceitarem os subsídios estatais, o que também lhes impediu crescer (atualmente continuam sendo apenas uns 50 os que integram a agrupação contra os milhares que congregam outras de alcance geográfico mais amplo).

Houve outras agrupações que também, num primeiro momento, foram muito críticas frente aos subsídios e se negavam a aceitá-los. Partiam do mesmo ponto de vista reivindicado pelo MTD de La Matanza. Entretanto, com o passar do tempo, foram mudando de posição. Casos como o do *Polo Obrero* são ilustrativos desta reorientação frente ao dilema que se lhes colocava entre aceitar o dinheiro do Estado e correr o risco de se tornarem dependentes de suas estruturas ou apelar para outras formas de construção que não tivessem nenhum tipo de relação nem contato com o aparelho estatal. O *Polo Obrero* resolveu abandonar sua rejeição frontal aos auxílios e hoje está entre as agrupações que administram maior número de subsídios estatais.

Outros grupos já desde um primeiro momento resolveram reivindicar os subsídios, por considerá-los ferramentas que facilitariam o processo de construção política e de luta. Conscientes dos riscos de cooptação clientelística e de desarticulação do processo de mobilização social que isto implicava, buscaram transformar os subsídios num recurso precioso para botar a andar diferentes projetos produtivos que, pouco a pouco, fossem cobrando vida própria e garantissem aos movimentos maiores margens de autonomia frente à instância estatal. É o caso dos *MTD Aníbal Verón*. Em uma entrevista a integrantes dos *MTD de Solano, Lanús e Almirante Brown* publicada no sítio *Rebelión* (2002), eles sustentavam que “[...] a discussão fundamental passava pelos “*Planes Trabajar*”: se a questão girava em torno de aceitar uma esmola ou a coisa era pegá-los para depois lutar por mais. [...] Sobre isto fundamentava-se a idéia de trabalho, dignidade e mudança social: Peguemos isto, que é uma merda, mas a partir disto temos o pretexto para fazer outras coisas, e a partir daí começaremos a organizar”. Tempo mais tarde, nessas mesmas agrupações, a tendência consistia em dar por superada a etapa de reivindicação de subsídios, centrando a luta em exigir apoio financeiro para o desenvolvimento dos projetos produtivos. Integrantes dos *MTD de Allén e Cipoletti* (província de Río Negro), por exemplo, numa conversa recente, argüiam que “[a] idéia não é construir a partir dos auxílios, mas gerar a base material da autonomia com nossos próprios projetos” (La Vaca, 2004).

Uma forma que encontraram muitas agrupações para neutralizar os riscos resultantes da aceitação dos subsídios, foi travar uma enérgica batalha no campo da ressignificação semântica dos mesmos. Os auxílios já não eram “concedidos ou outorgados” pelo governo, mas “arrancados” pelos trabalhadores desempregados através da luta, constituindo assim direitos conquistados e não favores concedidos pelos que detêm o controle do aparelho estatal. Exemplo disto são as declarações de um integrante do *MTD de Solano* (Jara, 2003), quem, quando o entrevistamos, se referindo aos subsídios, dizia que “a dignidade está em arrancá-los na luta. Quando tu tiras isto do Estado, estás recuperando o que o Estado nos roubou”. Esta

afirmação coincide com outras incluídas no documento fundacional do *Movimiento Teresa Rodríguez* (2001) – hoje dividido em *MTR* e *MTR 12 de abril* –, onde se insiste permanentemente no critério de que nada é dado ou concedido, tudo é produto da luta, até os mais mínimos direitos se “arrancam àqueles que nos tiranizam”. Em outro trecho deste documento se reitera que “lutamos contra o regime para lhe arrancar o que nos tirou, ou seja, as condições mínimas para levar uma vida digna”.

Claro que, apesar de todos os esforços políticos e discursivos realizados, muitas agrupações não têm conseguido escapar a uma forte relação de dependência do aparelho estatal e dos subsídios que este distribui, condição *sine qua non* para seguir existindo. Assim mesmo, há muitas que tampouco puderam evitar a reprodução no seu interior de lógicas clientelísticas próprias das piores tradições políticas argentinas. Em alguns casos, os movimentos piqueteiros repetem em suas formas de construção, de organização e de relação com suas bases as pautas que caracterizaram o peronismo desde suas origens. Inclusive, nos últimos tempos, vem-se consolidando um conjunto de agrupações que, a partir das muito boas relações tecidas com o governo nacional de Néstor Kirchner, buscam ocupar o espaço deixado parcialmente vacante pela estrutura peronista, sobretudo no conurbano bonaerense, colocando-se como representantes ou porta-vozes das massas populares mais marginalizadas ou excluídas do mercado de trabalho e de consumo. No desempenho deste papel, destacam-se agrupações de peso dentro do piqueteirismo, como a *Frente por el Trabajo y la Vivienda* – à que nos referiremos logo a seguir com maior detalhe –, e outras menos significativas, como o *MTD Eva Perón* ou a *Frente Transversal Nacional y Popular*. Estas são algumas das agrupações que, de modo mais direto, retomam as relações de clientela com os setores populares afetados pela hecatombe social produzida pelas políticas econômicas neoliberais, as que trouxeram atrelada a corrosão e até a ruptura das tradicionais relações políticas entre setores populares e a rede de cabos eleitorais do *Partido Justicialista*.

Agora bem, é importante apontar que o debate sobre os subsídios e a forma em que são utilizados é um dos elementos a levar em consideração quando se procura entender os diferentes projetos políticos que se perfilam e defendem no seio do movimento piqueteiro, mas a heterogeneidade alcança muitos outros pontos relevantes. Neste sentido, algumas das principais diferenças que encontramos entre os distintos setores que conformam o movimento piqueteiro repousam nas diversas origens, trajetórias e formas de constituição das agrupações, nas diversas modalidades de organização, construção e intervenção pública que estas adotam, nos projetos políticos que encarnam, na interpretação ou leitura que fazem da realidade argentina, na posição que assumem frente ao Estado, no modo de relacionamento que estabelecem com as instâncias governamentais, na estratégia que adotam frente à instância eleitoral e nos métodos de ação que costumam privilegiar na sua luta.

Como mencionamos anteriormente, todas as agrupações piqueteiras assumem uma organização de tipo territorial por bairros, com delegados e subdelegados dos diferentes centros. Não obstante esta coincidência, os modos de ação de tais representantes, a frequência de realização das assembléias, o poder que estas têm, os mecanismos de revogatória dos mandatos conferidos por elas a seus representantes ou delegados, a intensidade na rotação dos responsáveis pelas diferentes áreas ou tarefas que requer o funcionamento do movimento e o tipo de relacionamento que estabelecem com outras unidades territoriais e com instâncias de coordenação mais gerais diferem amplamente de uma agrupação para outra.

Em virtude da miríade de organizações que compõem o movimento piqueteiro e dos permanentes processos de ruptura e reagrupamento que experimentam, somente assinalaremos aqui a história e os posicionamentos políticos de algumas das agrupações mais destacadas no espaço público nacional. Com isto não pretendemos cobrir a totalidade do universo piqueteiro, máxime quando, através do tempo, o movimento foi enfrentando um acelerado processo de

fragmentação. Na província de Buenos Aires, por exemplo, nos doze meses transcorridos entre março de 2003 e março de 2004, os grupos que atuavam no seu território passaram de 14 a 62. Estes dados, que surgem de um informe elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Humano e Trabalho bonaerense, mostram com eloquência a tendência à divisão e à acentuação dos fenômenos de ruptura dentro do movimento, o que dificulta sobremaneira a cobertura do conjunto do universo em questão.

Além disto, lembremos, o que mais nos interessa do mundo piqueteiro, a efeitos do nosso trabalho e a efeitos de responder aos nossos interrogantes, são seus posicionamentos frente ao regime político e a suas instituições e o tipo de relação ou de diálogo que estabelecem com o ideário democrático. Nos interessa também, e de maneira fundamental, poder analisá-lo como um emergente, como um produto da crise econômica, política e social que vem minando as bases e conteúdos da democracia realmente existente na Argentina, exemplo extremo de um fenômeno que se repete em boa parte dos países do continente. Portanto, escapa aos nossos objetivos uma análise mais exaustiva ou detalhada da história, matizes e diferenciações internas deste grande “movimento de movimentos” – para usar mais uma vez a feliz expressão do MTD de Solano e do Coletivo Situações (2002) incluída no seu livro “*La hipótesis 891: más allá de los piquetes*”. Mas podemos, todavia, fazer uma rápida descrição de algumas agrupações, para depois tentarmos uma sistematização que facilite a comparação, sobretudo para aqueles que não estão familiarizados com esta confusão de siglas e nomes. Esta sistematização será colocada num quadro síntese, ao final da próxima seção.

Breve resenha histórica das diferentes agrupações

Para começar, podemos mencionar uma das agrupações mais antigas do movimento piqueteiro: a *Federación de Tierra y Vivienda* (FTV). Esta agrupação

nasceu no calor da luta pela legalização da propriedade das terras ocupadas por famílias humildes em bairros periféricos do município de La Matanza em 1983 e sob a liderança de Luis D'Elía – principal referente da agrupação – e de Juan Carlos Alderete – quem posteriormente passou a integrar a *Corriente Clasista y Combativa* (CCC). Este grupo mobilizou-se num processo de vários anos para resistir todo intento de despejo, até que finalmente conseguiu a definitiva regularização predial. Vários anos mais tarde, em 1996, foi fundada a Comissão de Desempregados desse distrito e se realizaram *panelões populares* em frente à prefeitura municipal, o que permitiu somar novos simpatizantes. Desde então, este movimento de inspiração social cristã tem ganhado uma importante presença na zona, estendendo o leque de demandas e de setores albergados na sua estrutura (lutadores pela terra, desempregados, organizações rurais, povos originários, associações de vizinhos, organizações de locatários, entre tantos outros). Começaram a definir-se como FTV recém em julho de 1998, num congresso que contou com a presença de aproximadamente 2000 delegados de todo o país.

Outro grupo importante dentro do universo piqueteiro, que costuma atuar de maneira conjunta com a FTV em distintas ações e planos de luta, é a já mencionada *Corriente Clasista y Combativa* (CCC). Esta agrupação mantém vínculos orgânicos com o *Partido Comunista Revolucionario* (PCR), também conhecido como *Partido del Trabajo y del Pueblo* (PTP), de inspiração maoísta. É uma das primeiras organizações sindicais que apostou estrategicamente em ganhar adeptos entre os desempregados, já no ano de 1997 e que, desde então, vem somando dezenas de milhares de militantes e seguidores. Esta corrente político-sindical abriga três ramos dentro de sua estrutura: empregados, desempregados e aposentados. Um dos métodos que a caracterizam é a utilização de um sistema de pontuação para a distribuição de novos auxílios, sendo merecedores da adjudicação as pessoas que registrarem maiores índices de comparecimento nas passeatas ou nos cortes de estrada.

Ambas (a FTV e a CCC) confluíram durante muito tempo numa série de iniciativas, coincidindo na metodologia de não produzir cortes de estradas totais – deixam sempre vias alternativas para o trânsito automotor –, buscando assim evitar o que eles definem como uma luta de pobres contra pobres. Isto condiz com uma atitude mais dialoguista e negociadora com as autoridades nacionais. No caso específico de D’Elía, este máximo dirigente nacional da FTV hoje se declara um entusiasta kirchnerista, e de fato tornou-se um dos principais representantes do Presidente dentro do universo piqueteiro. Estas atitudes provocam furiosos ataques e sérias acusações de boa parte do restante das agrupações, ataques baseados também no fato de que tanto a FTV quanto a CCC costumam participar em espaços institucionais como os Conselhos Consultivos a cargo da administração dos subsídios sociais no âmbito dos diferentes municípios. Também são objeto de crítica por parte dos demais núcleos piqueteiros as estratégias frentistas que as duas agrupações impulsionam, através das quais buscam somar outros setores sociais em sua disputa política (pequenas e médias empresas, dirigentes da Federação Universitária Argentina, representantes da Federação Agrária, organizações de direitos humanos, alguns setores religiosos, funcionários públicos e docentes, mais alguns partidos de centro-esquerda).

A estes grupos de orientação moderada opõem-se outros mais radicalizados com os quais houve algumas tentativas de conformação de um campo unificado que logo acabaram num divórcio definitivo. Um dos ensaios de união produziu-se com a realização da Assembléia Nacional promovida pela *Federación de Tierra y Vivienda* (FTV) e pela *Corriente Clasista y Combativa* (CCC) que se desenvolveu em La Matanza em julho de 2001. Depois desta tentativa, não muito bem sucedida, houve novas reuniões de alcance nacional, as quais, longe de selarem a unidade, acabaram por consolidar a divisão que já se perfilava entre os blocos mais “duros” e os setores “brandos”, quer dizer, entre os mais orientados a uma política de enfrentamento com as autoridades nacionais e os mais propensos ao diálogo.

Esta divisão entre “duros” e “brandos” aprofundou-se ainda mais depois do congresso que realizou a *Confederación de Trabajadores Argentinos* (CTA) na cidade de Mar del Plata, em dezembro de 2002. Esta reunião contou com uma massiva mobilização de trabalhadores em atividade e trabalhadores desempregados, assim como com uma forte presença de delegados dos mais diversos pontos do país. Foi neste marco que se acentuou o racha, ao designar a CTA como seu representante ou “braço” territorial à FTV. Isto aprofundou o afastamento entre os setores de esquerda e aqueles setores enquadrados na *entente* FTV-CCC, o que rapidamente foi aproveitado pelo governo de Eduardo Duhalde, quem, mediante recursos simbólicos e materiais, fomentou esta divisão e introduziu uma cunha no movimento popular. Ficou assim cristalizada a divisão, constituindo-se por um lado o Bloco Piqueteiro Nacional, que agrupa aquelas correntes do movimento identificadas com os partidos da esquerda tradicional e aqueles núcleos independentes que também se reconhecem como pertencentes a este espaço do arco ideológico (com posturas trotskistas, guevaristas e nacional-populares) e, pelo outro, o setor liderado pela FTV e a CCC que, como dizemos, mantiveram sua estratégia de mobilização conjunta e uma atitude mais aberta à negociação com as diferentes instâncias governamentais.

Cinco são as agrupações que conformam o Bloco Piqueteiro Nacional, criado em janeiro de 2002: o *Polo Obrero*, o MTR 12 de abril (*Movimiento Teresa Rodríguez 12 de abril*), o MTL (*Movimiento Territorial de Liberación*), a CUBa (*Coordinadora de Unidad Barrial*) e a *Unión de Trabajadores en Lucha – Unión de Trabajadores Desocupados y Ocupados* (UTL – UTDO). Ademais destas, outras agrupações mantêm relações fluidas com as integrantes do Bloco, mesmo não fazendo parte dele. Entre elas se destacam o *Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados* (MIJD) e a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* (CTD Aníbal Verón), os que junto com o Bloco conformam a Assembléia Nacional de Trabalhadores (ANT), espaço comum onde costumam definir ações conjuntas.

Das forças que integram o Bloco Piqueteiro, a que mais militantes reúne e mais peso político tem é o *Polo Obrero*, cujo principal expoente nacional é Néstor Pitrola, quem provem do sindicalismo gráfico. Esta agrupação é a expressão piqueteira do *Partido Obrero*, partido de inspiração trotskista que encontra suas raízes num desprendimento do grupo *Praxis* ideado por Silvio Frondizi. O *Polo Obrero* foi criado recém em dezembro de 2000, já que até essa data o *Partido Obrero* manifestava uma acentuada rejeição pelos subsídios governamentais e formulava sérias dúvidas acerca da viabilidade de um movimento social centrado nos desempregados. Só depois de um congresso partidário resolveu mudar sua orientação tática e se envolver na construção de uma agrupação neste terreno, chegando a contar com núcleos significativos em diversos pontos do conurbano bonaerense e presença em quase todas as províncias do país. Além da sua forte atuação no Gran Buenos Aires, cabe destacar também a importante inserção com que conta na *Villa de Flores* (na cidade de Buenos Aires) e na província de Salta. Assim como os demais integrantes do Bloco Piqueteiro Nacional, considera que a Argentina, depois dos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, entrou numa situação definida como “revolucionária”.

Outro integrante do Bloco Piqueteiro Nacional é o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR), fundado no sul do conurbano bonaerense no ano de 1997 e cujos primeiros núcleos foram gestados em Florencio Varela (Gran Buenos Aires) e na cidade de Mar del Plata, um ano antes, com o nome de *Movimientos de Trabajadores Desocupados*. Graças à realização de algumas ações de alto impacto – como a ocupação do Ministério de Trabalho da província de Buenos Aires, a ocupação das instalações de uma filial do banco oficial dessa província ou o corte simultâneo e repentino de todos os acessos à Capital Federal – o MTR começou a se fazer mais conhecido na esfera pública. Seus integrantes se caracterizam por usar lenços azul-celeste e se autodefinem como herdeiros da Revolução de Maio de 1810; combinam, em sua plataforma e seus discursos, invocações nacionalistas com

outras de inspiração guevarista e adotam o vanguardismo nas suas práticas políticas. São independentes de todo partido e se apresentam como um movimento político e social; atualmente contam com núcleos importantes em várias localidades do Gran Buenos Aires e também nas cidades de Mar del Plata e La Plata e nas províncias de Córdoba e Chaco. Um de seus principais integrantes foi Roberto Martino⁴⁵, antigo militante do PRT nos 70, expulso do MTR por diferenças políticas e metodológicas. Isto levou a que hoje haja duas agrupações que reivindicam o mesmo nome, a majoritária é a que continua integrando o Bloco Piqueteiro, sob a liderança de Antonio Bitto, que para se diferenciar do grupo que ficou com Martino passou a se chamar MTR 12 de abril.

Também faz parte do Bloco Piqueteiro o *Movimiento Territorial de Liberación* (MTL), expressão piqueteira do *Partido Comunista*. Esta agrupação foi fundada formalmente em fevereiro de 2001. Sua tardia constituição deve-se, também neste caso, à desconfiança que os partidos da esquerda tradicional tinham a respeito do futuro da mobilização popular articulada a partir dos trabalhadores desempregados, mas sua trajetória, como MTL, é produto de uma cisão sofrida pela *Federación de Trabajo y Vivienda* (FTV), à que tinha ingressado em 1998. Já muito antes desta data, um grupo de militantes vinha realizando um trabalho territorial importante, sobretudo no município de Lomas de Zamora, e mantinha laços com o *Partido Comunista*. Atualmente o MTL conta com uma importante presença nas províncias de Buenos Aires, Chaco, Santa Fe, Entre Ríos e Corrientes.

A CUBa (*Coordinadora de Unidad Barrial*) é outra das agrupações que constitui o Bloco e que conta com certa expressividade na cena pública nacional. É a representante no mundo piqueteiro do *Partido Revolucionario de la Liberación*, partido que se define como marxista leninista e que é fruto de uma cisão do *Partido de la Liberación*, produzida em 1994. Seu principal dirigente nacional é Oscar Kuperman. Em julho de 2004, estimavam contar com pouco mais de 4500

⁴⁵ Uma boa entrevista com este líder do movimento piqueteiro pode ser consultada em Vales (2003b).

militantes. Nos últimos tempos vêm discutindo um processo de unificação com o *Movimiento Teresa Rodríguez 12 de Abril*. Administram restaurantes populares, hortas, fábricas de velas, fábricas de produtos químicos e pretendem inaugurar uma escola de ofícios.

Houve outras agrupações que integraram em algum momento o Bloco Piqueteiro, mas devido a enfrentamentos internos ou a diferenças políticas e estratégicas com as organizações majoritárias, acabaram saindo ou sendo expulsas do mesmo. Cabe mencionar, entre estas, o *Movimiento Sin Trabajo Teresa Vive* (MST-TV) ligado ao *Movimiento Socialista de los Trabajadores* (partido trotskista) e fundada em 2001. Também podemos citar aqui a *Federación de Trabajadores Combativos* (FTC), nascida em dezembro de 2001, que responde basicamente ao *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido também de orientação trotskista que chegou a ter uma destacada atuação no sistema político argentino nos 80 mas que, após numerosos rachas internos, perdeu boa parte de seu peso político. A FTC está vinculada também a outros partidos menores como o PRS (*Partido de la Revolución Socialista*) e a FOS (*Frente Obrero Socialista*). Esta agrupação enfrenta atualmente uma severa crise interna (dividiu-se em duas facções, FTC Nacional e FTC Mesa Nacional) e, fiel ao espírito de seita que caracteriza a muitos núcleos trotskistas argentinos, mantém acirradas disputas quase esotéricas com o Bloco Piqueteiro Nacional e especialmente com o *Polo Obrero*. Estas disputas centram-se na interpretação acerca do papel que cabe aos trabalhadores empregados e desempregados na luta política e social. Segundo a FTC, só os primeiros podem-se constituir como a “verdadeira classe revolucionaria”⁴⁶; esta leitura a leva a ser uma das agrupações que mais se opõe aos micro-empresendimentos, por considerá-los meros paliativos. Sua luta fundamental está centrada na reincorporação dos desempregados nas grandes empresas e companhias privatizadas, em conseguir

⁴⁶ Um exemplo destas disputas pode ser encontrado na transcrição de uma prolongada batalha verbal travada pelos distintos grupos no canal alternativo de informação Indymedia (MAS *et al.* 2004).

aquilo que entre os piqueteiros se define como “trabalho genuíno” e em selar a unidade de classe entre todos os trabalhadores.

Fora do Bloco Piqueteiro, porém compartilhando espaços comuns, mencionávamos o *Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados* (MIJD). Esta agrupação responde à liderança de Raúl Castells e Nina Peloso. Foi fundada em 1993 com o nome de *Movimiento Independiente de Jubilados e Pensionados* (MIJP) e, como tal, integrou-se à *Corriente Clasista y Combativa* (CCC) em 1996. Depois de uma ruptura, em 2001, os seguidores de Castells e Peloso conformaram uma agrupação independente, com o nome que ostenta atualmente. Foi o primeiro grupo que se lançou a pedir alimentos frente às portas dos grandes supermercados, o que lhe custou a Castells mais de uma detenção, processado e condenado pelo delito de extorsão. Nos últimos tempos a agrupação ganhou notoriedade novamente, a partir da realização de uma série de protestos com clara apelação midiática, como um piquete frente ao Ministério de Trabalho da Nação com ocupação parcial do prédio por vários dias e, mais recentemente, a ocupação de nove locais da rede McDonald's. Ambas ações permitiram a seu principal dirigente ocupar grande espaço nos meios de comunicação e protagonizar numerosas polêmicas com as autoridades governamentais, reafirmando o caráter excessivamente personalista desta agrupação. Esta visibilidade viu-se aumentada após a ocupação de um Cassino na província do Chaco, que derivou numa prolongada detenção de Castells, sendo liberado depois de manter uma midiática greve de fome.

A *Coordinadora de Trabajadores Desocupados* Aníbal Verón (CTD Aníbal Verón), por seu lado, costuma coordenar ações no marco da Assembléia Nacional de Trabajadores (ANT) junto ao Bloco Piqueteiro Nacional, inclusive chegou a fazer parte dele até que, depois do massacre do 26 de junho de 2002 na Ponte Pueyrredón na qual caíram assassinados os jovens piqueteiros Darío Santillán e

Maximiliano Kosteki⁴⁷, desvinculou-se do mesmo. Esta agrupação mantém estreitos laços com a agremiação política *Quebracho* (de orientação nacionalista revolucionária) e conta com núcleos em vários pontos do país, destacando-se pela sua importância numérica na cidade de La Plata. A CTD chegou a ser uma espécie de guarda-chuvas sob o qual reuniam-se os diferentes *Movimientos de Trabajadores Desocupados* (MTD). Entretanto, depois do massacre e a ruptura citadas, os MTD têm se independizado completamente da CTD Aníbal Verón. Um dos principais dirigentes da CTD no plano nacional é Nicolás Lista.

Ademais das descritas, devemos mencionar também algumas outras agrupações que contam com uma forte influência em diferentes bairros e vilas populares. É o caso, por exemplo, da agrupação *Barrios de Pie*, que assim como aconteceu com MTL, constituiu-se a partir de um desprendimento da *Federación de Tierra y Vivienda* (FTV) em junho de 2002. *Barrios de Pie* mantém fortes vínculos com o partido *Patria Libre* e com seu braço juvenil, “*Venceremos*”. Coincidindo com a CTD, *Barrios de Pie* responde a uma concepção nacionalista revolucionária, embora adote métodos mais moderados em sua intervenção política. A moderação de seu acionar a levou inclusive a reorientar sua relação com o governo nacional, a ponto que depois da assunção de Néstor Kirchner à Presidência da República, passou a realizar uma série de atos de apoio ao rumo adotado pelas autoridades nacionais em matéria de política exterior e em temas ligados à defesa dos direitos humanos. Além de sua inserção no conurbano bonaerense e em diversos pontos do

⁴⁷ Nos referimos aqui à verdadeira caçada humana executada pela Polícia da Província de Buenos Aires em conjunto com a Polícia Federal, forças da Prefeitura Naval e da *Gendarmería* em 26 de junho de 2002 na ponte que une a Capital Federal com a cidade de Avellaneda e em suas imediações. O acionar das forças de segurança incluiu detenções ilegais, invasão de um local partidário do arco parlamentar, ingresso ao hospital do bairro para capturar manifestantes e a atuação provocadora de serviços de inteligência infiltrados entre os piqueteiros mobilizados. Nessa jornada, a brutal repressão – que lembrou os anos mais obscuros da ditadura militar – deixou um saldo de 2 mortos (Kosteki e Santillán), 90 feridos e 160 detidos, o que marcou um claro endurecimento da política do governo nacional frente aos movimentos sociais. O governo de Eduardo Duhalde buscou com isto transmitir à sociedade uma imagem de “autoridade”. Mas o resultado foi contrário ao esperado, já que como consequência do generalizado repúdio social aos fuzilamentos, o presidente provisional viu-se obrigado a antecipar em 6 meses e meio a convocatória das eleições e a transferência do poder.

interior do país, esta agrupação tem uma presença importante em vilas da Capital Federal. Entre seus dirigentes nacionais destaca-se o cordobês Jorge Ceballos, de longa militância nos movimentos insurrecionais dos 70.

Com atuação restrita a uma única província mas com um papel fundamental no desenvolvimento do movimento piqueteiro, encontramos a *Unión de Trabajadores Desocupados* (UTD) de Salta, que conta com uns 1800 integrantes. Este movimento foi um dos atores chave nas *puebladas* de 1997 na localidade de Mosconi e nas assembléias multitudinárias realizadas naquelas jornadas que marcaram a história do piqueteirismo argentino. Assemelha-se bastante aos MTD – aos quais nos referiremos de modo mais detalhado na próxima seção – em suas pautas de organização interna e princípios reguladores: autonomia, horizontalidade, democracia direta na tomada de decisões e forte rejeição por todo tipo de relação orgânica com partidos políticos ou sindicatos. Uma das particularidades que caracteriza à UTD é que é a única agrupação que teve êxito na sua luta por postos de trabalho em empresas privadas. Apelando ao bloqueio das grandes companhias petrolíferas que tomaram o controle da área depois da privatização de YPF, os integrantes da UTD conseguiram 1500 postos de trabalho em tais empresas, auxílios para os desempregados financiados pelas petrolíferas e a entrega de ferramentas e materiais para seus micro-empresendimentos. Precisamente também esta agrupação destaca-se pelo alto desenvolvimento alcançado nos seus projetos comunitários (hortas coletivas, pequenas olarias, restaurantes populares) e pela sua atuação na construção de obras públicas no município. Por tudo isto, a UTD converteu-se num agente sócio-político central, a ponto de ter influenciado na destituição do diretor do hospital da região e na expulsão da direção da filial local do sindicato da construção.

Por último, podemos nos referir brevemente a algumas outras agrupações, fruto de fracionamentos e rupturas das agrupações já descritas. É o caso do Movimento Popular 29 de maio, criado em 2001 como desprendimento das

agrupações *Teresa Rodríguez* e *Aníbal Verón*, que por sua vez dividiu-se em três novos grupos: a *Tendencia Clasista 29 de Mayo* (ligada ao *Partido de la Liberación*, de orientação marxista-leninista), o *Movimiento 29 de Mayo* e o *Movimiento Popular 29 de Mayo*. Este último formou-se em dezembro de 2003 e ganhou certa notoriedade ao fazer manifestações frente a um hipermercado e levantando as barreiras do pedágio na estrada Buenos Aires – Mar del Plata. Outro grupo que conquistou visibilidade nos meios de comunicação nos últimos tempos foi a FRUTADEyO (*Frente Único de Trabajadores Desocupados y Ocupados*), que liderou a ocupação do Ministério de Trabalho da Nação, retendo dentro do prédio o titular da pasta durante várias horas em outubro de 2003. Esta agrupação nasceu como continuidade da *Comisión de Mujeres Trabajadoras*, fundada em La Matanza em 1996, e chegou a atuar como braço territorial do *Partido Obrero* até que este constituiu sua própria agrupação. Hoje conta com seguidores em várias localidades do oeste e sul do conurbano bonaerense. Outras agrupações que atuam no universo piqueteiro são: a FITOD (*Frente Independente de Trabajadores Ocupados y Desocupados*); o *Movimiento de Unidad Popular* (MUP), núcleo libertário com base em La Plata e Quilmes; o *Movimiento de Unidad Popular 20 de diciembre* (MUP 20), cisão do MUP; o *MTD Resistir y Vencer*, ao qual já nos referimos quando citamos o diálogo mantido com um dos seus integrantes e a *Frente Barrial “19 de diciembre”*⁴⁸.

Um resumo do que foi dito até aqui é apresentado no quadro a seguir:

⁴⁸ Mais informações sobre estas agrupações menores podem ser encontradas nos jornais *La Nación* (21.12.2002 e 24.10.2003), *Clarín* (02.11.2003), *Página/12* (27.06.2002 e 19.09.2003), em Vales (2003a) e Vales (2003e).

Quadro 8: Filiação política e orientação ideológica das agrupações piqueteiras

Agrupação	Partido político ou central sindical relacionados	Orientação ideológica	Fundação
Federación de Tierra y Vivienda (FTV)	CTA	Social-cristã	07/1998
Corriente Classista y Combativa (CCC)	CCC	Maoísta	1997
Polo Obrero (PO)	Partido Obrero	Trotskista	12/2002
Movimiento Teresa Rodríguez 12 de abril (MTR 12 de abril)	Independente	Guevarista e nacionalista	1997
Movimiento Territorial de Liberación (MTL)	Partido Comunista	Comunista	02/2001
Coordinadora de Unidad Barrial (CUBa)	Partido Rev. da Liberación (PRL)	Marxista-leninista	
UTL	Independente		
UTDO	Independente		
Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD)	Independente	Populista revolucionário	2001
Coordinadora de Trabajadores Desocupados (CTD) Aníbal Verón	Quebracho	Nacionalista revolucionário	
Movimiento Sin Trabajo “Teresa Vive” (MST-TV)	Mov.Socialista de los Trabajadores (MST)	Trotskista	2001
Movimiento “Barrios de Pie”	Patria Libre	Nacionalista revolucionário	06/2002
Frente de Trabajadores Combativos (FTC) Nacional	Movimiento al Socialismo (MAS)	Trotskista	12/2001
Frente de Trabajadores Combativos (FTC) Mesa Nacional	PRS e FOS	Trotskista	12/2001
Movimiento de Unidad Popular (MUP)	Independente	Anarquista	
Movimiento de Unidad Popular “20 de Diciembre” (MUP 20)	Independente		
Tendencia Clasista “29 de Mayo” (TC 29)	Partido de la Liberación (PL)	Marxista-leninista	2001
Movimiento “29 de Mayo”			2001
Movimiento Popular “29 de Mayo”			2001
FUTRADEyO	Independente	Trotskista	
FITOD			
MTR	Independente	Guevarista nacionalista	
MTD “Resistir y Vencer”	Quebracho	Nacionalista revolucionário	
Frente Barrial “19 de Diciembre”			
Unión de Trabajadores Desocupados (UTD)	Independente	Sindicalista autônomo	
MTD Aníbal Verón	Independente	Autonomista	

Fonte: Elaboração própria a partir de informações colhidas nos jornais *Clarín*, *La Nación*, *Página/12* e em Burdman (2002).

Apesar de extensa, a lista apresentada ao longo desta seção não esgota a vasta e complexa realidade do mundo piqueteiro. É importante levar em consideração que a complexidade desse mundo nos deve alertar sobre possíveis generalizações que façam acreditar que todas as agrupações oferecem um mesmo potencial democratizador, sem ver que o que aparece no plano discursivo nem sempre se verifica nas práticas políticas concretas. Por isto não temos como não coincidir com Atilio Boron (2003b), quando adverte contra o erro que cometeriam muitos analistas e intelectuais os quais, em seu afã voluntarista, atribuem aos movimentos de trabalhadores desempregados uma capacidade de transformação social que, na prática, não é tão forte nem tão estendida quanto alguns supõem. Cabe ao analista comprometido manter uma distância crítica, evitando assim cair na atitude que Boron define como populista epistemológica. Cabe por sua vez, coincidindo com Adrián Gurza Lavalle (2003), não exagerar nas expectativas colocadas nos novos movimentos nem na idealização de sua capacidade democratizadora. Feitas estas ressalvas, continuamos defendendo a idéia de que observar o desenvolvimento de um movimento destas características, um dos movimentos mais dinâmicos do continente latino-americano nestes últimos anos, abre outros horizontes para se entender melhor a natureza, características e perspectivas das instituições políticas democráticas e do ideário que estas dizem encarnar.

De fato, a partir de assunção de Néstor Kirchner à presidência, os movimentos piqueteiros entraram numa etapa de paulatino declínio, porém sem deixar de constituir um ator sócio-político de peso no cenário nacional, sobretudo num contexto partidário em que a oposição não consegue se consolidar como tal. Alguns fatores que têm contribuído para o declínio do fenômeno piqueteiro, em termos de credibilidade pública, força política, adesão entre os mais pobres e capacidade de mobilização, são: o desgaste natural após um acionar muito intenso, as disputas internas, o relativo sucesso do governo Kirchner na satisfação de algumas demandas sociais mais urgentes, a repressão seletiva e a cooptação de

importantes líderes destes movimentos por parte do governo nacional e dos governos provinciais.

Experiências autonomistas: novas formas de conceber a política e
a organização dos setores populares

Agora queremos nos deter numa parte do universo que ainda não exploramos, mas que é de sumo interesse para o nosso trabalho e que, mesmo com o risco de simplificar bastante, poderíamos definir como “espaço autonomista”. Os que protagonizam ou personificam este espaço são os *Movimientos de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* (MTD Aníbal Verón), os quais nos interessam particularmente, dado que reúnem uma série de características que os distinguem bastante das demais agrupações já mencionadas e que nos permitem retornar, depois do percurso que fizemos pelo emaranhado mundo de siglas e nomes que compõem o mundo piqueteiro, ao tema central do nosso trabalho.

Os MTD têm um certo diálogo com o Bloco Piqueteiro Nacional e realizam algumas mobilizações conjuntas com este, mas são muito ciosos de sua autonomia, motivo pelo qual preferem se manter à margem de qualquer tipo de articulação mais sólida e permanente, sustentando uma decidida crítica a toda sorte de vínculo entre organizações de trabalhadores desempregados e agremiações político-partidárias. Como já disséramos anteriormente, numa época os MTD chegaram a estar protegidos por um guarda-chuvas comum, a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón*, que reunia onze movimentos de características mais ou menos semelhantes. Entretanto, por diferenças políticas e metodológicas internas, em 2002 os movimentos romperam com esta estrutura e hoje caminham de forma separada: por um lado a CTD e por outro os MTD dos distintos bairros de maneira independente e com uma posição reforçadamente autônoma.

No caderno denominado “*Trabajo, dignidad y cambio social*” (AULE *et al.*, 2002), elaborado por um coletivo formado por diversos grupos que integram ou compartilham atividades com os MTD, são apresentados de forma sintética os princípios que os inspiram e são exibidos alguns momentos marcantes de sua história. Ali é mencionado, por exemplo, que no desenvolvimento dos MTD primam as bandeiras de horizontalidade, autonomia, participação e democracia direta, assim como a consigna “Trabalho, Dignidade e Mudança Social”. Destaca-se, também, o fato de que os MTD surgiram e se desenvolveram a partir de práticas e concepções que constituem uma ruptura radical com as formas tradicionais da política argentina. Poderíamos dizer que isto os leva a se situarem no centro de um conjunto de ricas e novas experiências no exercício da autonomia política e social, colocando-os também num lugar privilegiado no que diz respeito às novas formas de entender e praticar a democracia.

O primeiro MTD em se organizar, em levar adiante um corte de estrada e em conquistar os subsídios “*Trabajar*”, no ano de 1997, foi o de San Francisco Solano (no município de Quilmes), que aproveitou e revitalizou os laços sociais criados na experiência das comunidades eclesiais de base da região, pelos anos 80, e o trabalho coletivo desenvolvido nelas. O MTD de Solano apareceu publicamente com a ocupação de uma paróquia, liderada pelo padre que estava a cargo dela – ocupação que durou vários anos. Posteriormente constituíram-se outras agrupações semelhantes em Florencio Varela, em La Plata e em Lanús e mais tarde também em Almirante Brown e em outros pontos do território bonaerense (MTD de Esteban Echeverría, MTD de José C. Paz, MTD Guernica, MTD Berisso), e em outros lugares do país como no bairro de Lugano (Capital Federal) e os MTD da província de Río Negro “*Darío Santillán*” (em Cipoletti) e “*23 de Julio*” (na localidade de Allen).

É importante lembrar que os MTD surgiram de maneira independente em cada região, o qual lhes confere uma certa quota de heterogeneidade no que diz

respeito às suas formas organizativas e aos modos de construção política, conforme as características, as identidades e particularidades de cada bairro ou localidade. Em geral se diferenciam em várias das questões operativas, mas compartilham pressupostos comuns resumidos nas bandeiras e nas consignas resenhadas. Entre os elementos compartilhados, destaca-se o fato de que este constitui o único setor do movimento piqueteiro que aposta com força à construção sistemática de oficinas e empreendimentos produtivos, o que no futuro, esperam, poderá levá-los a não depender mais dos subsídios do governo para sobreviver. São os que estão mais orientados para o desenvolvimento do trabalho territorial e local, e são os mais reticentes a pensar e atuar em planos políticos de maior escala. Como ressalta uma integrante de um dos MTD (Vales, 2002b), há uma diferença básica entre os outros movimentos e os nossos “[esta] diferença é política, para nós, o prioritário é a prática, nossa consolidação interna. Mas há outras organizações que atuam para gerar fatos políticos, fatos midiáticos”.

Das agrupações que conformam o mundo piqueteiro, os MTD foram as que mais êxito tiveram em converter os subsídios numa ferramenta organizativa e numa base para, a partir daí, construir o movimento. Mas seus militantes insistem em que aspiram a não terem mais que depender dos recursos estatais para sobreviver. “A aposta precisamente é essa: ir nos desenvolvendo de forma tal que não dependamos do Estado para continuar nos mantendo, e que se o Estado resolver nos cortar estes subsídios, possamos ter minimamente a capacidade de nos sustentar no tempo com redes de produção e consumo, com uma comercialização popular que nos permita ter a padaria e distintos produtos básicos que se vão produzindo num bairro (...) Hoje para nós são temas em estudo a possibilidade de desenvolvimentos produtivos alternativos, redes de auto-consumo solidário, e estamos aprofundando nas experiências do MST no Brasil, através de companheiros que conhecem de perto os critérios de produção e consumo dos Sem Terra” (AULE, 2002).

Intimamente ligada à valorização das práticas quotidianas, aparece, no seio destes grupos, a idéia de que a mudança social, a construção de uma nova sociedade e a concreção dos anelos emancipatórios se produzem no dia a dia e não num futuro distante e como consequência de uma ruptura revolucionária. Um militante destes movimentos aponta: “Nos criamos com duas falácias muito grandes, uma a que metia a religião: quando morreres irás viver bem. E outra: quando fizermos a revolução seremos todos felizes. Não devemos esperar a revolução para sermos felizes, para começar a construir um homem novo. O homem novo começa a se construir hoje” (AULE *et al.*, 2002). Esta declaração nos faz lembrar uma afirmação de Sakhela Buhlungu (2003), quem ao estudar o processo de democratização sul-africano advertia justamente sobre os perigos que entranha uma concepção que centre todas suas expectativas no momento de ruptura revolucionária, sem perceber o significado dos momentos embrionários de emancipação social que se vão gerando durante o devir da luta. Os piqueteiros dos MTD têm sabido dar o merecido valor a suas práticas quotidianas e à pequena grande revolução que se realiza nas experiências do dia a dia e na própria cabeça daqueles que as protagonizam. Têm sabido apreciar a democracia participativa não como objeto a alcançar num futuro distante mas como forma de conduzir a luta, como prática concreta que tem lugar e é exercida quotidianamente no interior dos próprios movimentos.

Outra característica que se repete com bastante frequência nos MTD é seu formato organizativo. Com maior ou menor grau de profundidade ou de concreção prática, eles se articulam a partir de princípios de horizontalidade e democracia direta, princípios que se materializam nas assembléias. Muitos integrantes dos MTD assinalam que as assembléias constituem “nosso máximo dirigente”. Em uma entrevista concedida a María Esther Gilio (2002), militantes do MTD de Solano afirmavam que “Todo se decide em assembléia e nada fora da assembléia. Quando falamos em horizontalidade queremos dizer que ninguém está acima de ninguém. Não reconhecemos dirigentes. E a prática tem nos demonstrado que se pode construir sem dirigentes. Outra característica de nossa metodologia é a falta de

temário nas assembleias. Entre nós nenhuma assembleia abre um temário prévio. A assembleia abre e ali se decide o temário. ‘Companheiros, de que querem falar hoje?’ Aí começam os informes conforme as áreas (saúde, segurança, imprensa). E depois se decide o que faremos com a informação obtida. Todos os delegados são removíveis. O que chamamos de mesa geral, que está formada pelos delegados de bairro, não é resolutória, é executora. Executa o mandato da assembleia. No que diz respeito aos delegados dos bairros, são rotativos”.

Declarações de outros militantes do movimento reforçam esta posição. Na conversação reproduzida num artigo de Hernán López Echagüe (2002b), Pablo, um piqueteiro também pertencente ao MTD de Solano, assinalava: “Temos como características a horizontalidade, a autonomia e a democracia direta. Horizontalidade, porque no MTD não existem postos hierárquicos, não há presidentes, nem secretários gerais, etc. Sim coordenadores de tarefas. No MTD todos temos os mesmos direitos e obrigações, ninguém está acima de ninguém. Autonomia, porque somos uma organização que não responde aos interesses de nenhum partido político, grupo religioso, central sindical ou outro tipo de organização. Democracia direta, porque as decisões do movimento são tomadas em Assembleias nos bairros, onde todos podem levar suas propostas, dar a sua opinião e cada participante do movimento tem um voto. Ali são escolhidos ou removidos os delegados e coordenadores de tarefas, se constroem os critérios do MTD e são decididos os planos de luta”. A estas opiniões somava-se Darío Santillán, uma das vítimas do massacre da Ponte Pueyrredón em junho de 2002. Concretamente, ele destacava: “A consigna do MTD é Trabalho, Dignidade e Mudança Social. Porque acreditamos que poderemos reverter esta realidade, não com uma mudança de governo, mas com uma mudança de sistema, de sociedade, onde não haja nenhum ser humano acima de outro, onde não existam nem ricos nem pobres, onde a terra, o trabalho, a saúde, a justiça e a educação estejam nas mãos do povo e realmente possamos decidir o nosso futuro”.

Exemplo também desta política radicalmente horizontal é a metodologia que têm escolhido para se relacionar com os meios de comunicação e com as instâncias governamentais. Cada bairro conta com um telefone celular, e como não têm dirigentes, o aparelho vai passando de mão em mão e é atendido por diferentes integrantes do movimento em cada ligação. Como aparece relatado em outro artigo da jornalista Laura Vales (2002a), “é um milagre que o atenda duas vezes a mesma pessoa. E se ocorre que um tinha começado a falar de um tema com alguém e no dia seguinte busca completar a informação, uma nova voz no telefone lhe dirá: ‘Fulanito não está, mas eu também sou do MTD. Fale comigo’”. Nas conversações com o governo acontece o mesmo, nunca designam representantes e às reuniões se apresentam de forma grupal, sem interlocutores predefinidos. Pudemos comprovar isto de maneira direta quando dialogamos com alguns de seus integrantes durante a realização do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nesses diálogos apareceram com força vários dos conceitos resenhados e ficaram de manifesto as práticas e atitudes descritas.

O militante do *Movimiento de Trabajadores Desocupados de Solano* (Jara, 2003) com quem conversamos diz que nos MTD há diferentes correntes, diferentes tendências, diferentes posições, mas, acima de tudo, há um profundo respeito pelo que se pensa em cada movimento e pelo trabalho que se realiza em cada bairro. Poderíamos dizer que isto reafirma as idéias-força de autonomia e horizontalidade que caracterizam estas agrupações na sua luta contra a degradação das condições materiais de existência dos setores populares. Nosso interlocutor enfatiza, refletindo as posições do grupo a que pertence, que “as coisas só mudam com formas de organização horizontal. As linhas de mando reproduzem a desigualdade. É uma contradição ideológica querer uma mudança social mantendo uma estrutura vertical”. Tais declarações traduzem com clareza a marca radicalmente democrática que atravessa a atuação destas agrupações no terreno prático concreto, marca que as diferencia de muitas outras organizações piqueteiras que, apesar de proclamarem uma democracia participativa no plano discursivo, muitas vezes acabam

reproduzindo, na prática, estruturas hierárquicas, verticalistas e até em certo sentido autoritárias, herdadas da história e tradições dos partidos políticos da esquerda argentina⁴⁹.

Nas assembleias semanais os integrantes destes movimentos discutem os empreendimentos e projetos coletivos e participam ativamente no debate sobre os passos a seguir na dinâmica de luta mais geral. Nestes processos de reflexão coletiva, seus protagonistas pretendem gerar pequenos embriões de uma sociedade futura, livre e igualitária, nós organizativos de uma sociedade paralela, onde se combate não pela reinclusão mas pelo fim da exploração e se trava uma luta constante por um novo tipo de produção, que não reproduza as relações capitalistas.

Contrastando também nesta questão com muitos outros grupos piqueteiros, os integrantes dos MTD não aspiram voltar a ser contratados nas fábricas, já que consideram que isto suporia participar novamente de relações de exploração. Eles, contrariamente, pretendem construir projetos produtivos auto-sustentáveis e autogeridos, guiados por outras lógicas, lógicas comunitárias, antagônicas à lógica mercantil e coisificadora que rege o capital. Os piqueteiros que aderem a estas agrupações lutam por deixar para trás as relações entre funcionário e patrão, buscam coordenar e acordar permanentemente tarefas, ritmos, horários, níveis e formas de produção num plano de igualdade entre todos os companheiros. Neste sentido, outro piqueteiro, integrante de um MTD declarava: “Nós queremos gerar novas relações sociais. Nos grupos de trabalho não há um que dê as ordens no trabalho, ou que controle o ponto quando chegas e te aplica uma sanção ou te diz ‘corre, varre, limpa’. Temos que aprender a trabalhar de forma solidária, sem tentar ludibriar o

⁴⁹ Os partidos de esquerda fornecem aos movimentos sociais métodos, modelos de organização, ativistas e líderes. Entretanto, junto com estes recursos, também costumam introduzir as hierarquias dentro dos movimentos, acentuando as disputas internas e as diferenças com as demais agrupações, o que altera de modo significativo sua vida cotidiana. Em muitos casos fomentam uma verdadeira divisão entre vanguardas esclarecidas e massas populares, às quais só cabe acatar as diretivas dos líderes, bloqueando qualquer capacidade de iniciativa política autônoma. Tudo isto gera em algumas agrupações uma distância grande demais entre a democracia participativa que apregoam no discurso e as práticas políticas concretas.

teu companheiro, porque não estás sacaneando o patrão; não é que se consegues escapas antes, ou se podes mentir traz um atestado picareta para justificar que não irás a trabalhar” (MTD de Solano, 2002).

Posturas como estas denotam um avançado grau de reflexão sobre as relações de dominação e exploração capitalistas que moldam regimes sócio-políticos como o argentino e incidem de modo direto sobre o formato que assume a democracia realmente existente no país. Ellen Meiksins Wood (2003) assinala que uma democratização radical exige saber reconhecer a cunha que o capitalismo inseriu entre o econômico e o político, assim como entender de que maneira questões essencialmente políticas, como a disposição do poder de controlar a produção, a apropriação e a distribuição do trabalho e dos recursos sociais foram retiradas da arena política e transferidas para outras esferas. Os piqueteiros dos MTD demonstram uma aguda percepção destes assuntos, o que os impulsiona a abrir um caminho capaz de reunificar as lutas políticas e econômicas numa mesma estratégia de ação. Tanto na caracterização que realizam do regime político vigente, quanto nos seus posicionamentos referentes ao âmbito da produção e ao mundo do trabalho, os piqueteiros que militam nos MTD expressam um ponto de vista diferente daquele de outras agrupações que participam neste universo.

Esta situação diferenciada aparece nas declarações de uma militante do MTD de Lanús (2004), à qual nos referimos quando tratamos do lugar da mulher nos movimentos piqueteiros. Conforme seu relato, no processo de construção ficou definido que o trabalho deve estar organizado em base às próprias idéias dos integrantes da agrupação, eliminando chefes e patrões e gerando atividades livres e compartilhadas onde prime a autonomia. Para que isto seja possível, outorgam à formação política um papel importantíssimo, com oficinas e espaços de reflexão nos quais contam com a ajuda de docentes universitários que colaboram nos processos de educação popular e debate coletivo e também contam com a participação de

algumas instituições universitárias⁵⁰. Em palavras desta militante: “A formação política é fundamental para os nossos movimentos porque nós acreditamos na participação e na democracia de base. Não é possível ou, de qualquer forma, é uma falsa democracia se os companheiros que na maioria dos casos não têm participação política prévia, não podem participar por falta de informação ou de formação, por isso esta é fundamental. Nós defendemos a idéia de autonomia. Nós decidimos tudo o que fazemos. E dizemos, portanto, que para todos tomarmos essas decisões de modo democrático e participativo é muito importante a formação integral, a capacidade de análise de todos nós. [...] Geramos instâncias de formação para que cada vez mais companheiros tenham elementos e vontade de discutir e debater. Acreditamos que quanto mais formos os companheiros conscientes e organizados, mais próximos estaremos da mudança social [...]”.

Os protagonistas destes movimentos consideram que estão construindo lentamente novas relações de sociabilidade e recuperando valores culturais que tinham ido se perdendo em sociedades como a argentina, valores que foram seriamente desvalorizados num contexto de forte hegemonia da ideologia neoliberal. Neste sentido, estimam que um dos inimigos mais duros na batalha que travam está dentro de cada um. Nos MTD advertem que a luta mais difícil é contra o individualismo. Laura Vales (2002a) conta, numa de suas tantas matérias escritas sobre o tema, que, nas conversações que manteve, os militantes não duvidavam em colocar o individualismo como uma das maiores dificuldades que enfrentam. Este tema também apareceu em várias das entrevistas que realizamos, não só com o pessoal dos MTD, mas também com militantes de outras agrupações. Até houve quem atribuísse a enorme fragmentação do campo piqueteiro ao mesmo fator: “os militantes de hoje também somos o emergente desta cultura individualista. Nos custa muito superá-la”, reconhecia um representante do MTD “*Resistir y Vencer*” (2003). Os piqueteiros aspiram a re-humanizar as relações intra-comunitárias, para

⁵⁰ A Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo desempenha um papel muito destacado nos processos de formação política dos militantes de varias agrupações piqueteiras, principalmente daquelas sem vínculos com partidos políticos ou outras instâncias orgânicas políticas ou sindicais.

o qual se colocam como tarefa prioritária a superação da tendência a que cada um veja primeiro as próprias necessidades, antes que as da coletividade. Buscam gerar espaços de sociabilidade realmente alternativos nos interstícios que deixa abertos o capitalismo.

E aqui resulta pertinente incorporar algumas considerações acerca do livro de John Holloway (2002) mencionado anteriormente. O investigador irlandês conquistou um número não desprezível de seguidores entre os movimentos piqueteiros “autonomistas”. Sua consigna “Mudar o mundo sem tomar o poder” converteu-se em bandeira para muitas agrupações. Mesmo com o risco de incorrer em excessiva simplificação, poderíamos destacar, numa breve síntese, os eixos centrais da concepção de Holloway, sobretudo aqueles com os que mais se identificam os piqueteiros do MTD de Solano e de outros movimentos afins que se reconhecem em suas análises.

John Holloway (2002 e Holloway *et al.*, 2002) sustenta que deveria ficar para trás a época em que revolução era sinônimo de assalto ao poder estatal, sinônimo da tomada do “Palácio de Inverno”. Dado que, na sua opinião, todas as tentativas de mudar as sociedades através da tomada do aparelho estatal fracassaram – tanto nas suas versões reformistas quanto revolucionárias –, acredita que deveríamos reformular a mudança social radical, desvinculando a teoria revolucionária da conquista do poder do Estado; uma autêntica revolução, atualmente, teria um significado bastante diferente. Revolução, para ele, seria um processo de transformação quotidiana, de transformação das condições de vida da população envolvida, em termos não só materiais mas também no que se refere à geração de autoconfiança, dignidade e participação. Revolução significaria a gestação de formas alternativas do fazer social no dia a dia, um processo que passa pela construção de um antipoder, pela dissolução das relações de poder e não pela sua conquista. O objetivo da luta deixaria de ser o de ganhar o Estado como posição vantajosa a partir da qual produzir a mudança social. Neste sentido, Holloway situa-

se contra as concepções “objetivistas” do poder e busca nas experiências do MST do Brasil, dos piqueteiros argentinos e, principalmente, do zapatismo mexicano, exemplos de construção de formas de sociabilidade alternativas no presente, dentro do marco das sociedades capitalistas, porém radicalmente opostas aos princípios que regulam sua existência.

Na linha analítica e argumentativa esboçada pelo intelectual irlandês, corresponderia aos movimentos revolucionários recuperar a capacidade do fazer livre, reivindicando para isto relações sociais não baseadas no capital nem no poder estatal. Corresponderia aos novos revolucionários o pensar outras formas de vida, novas modalidades de organizar o fazer humano que em seu processo de luta transformem a cotidianeidade da existência, modalidades que permitam a criação de espaços autônomos regidos pelo princípio do prazer, opondo resistência às concepções homogeneizantes de tempo e espaço próprias do sistema capitalista. É por isto que considera que os partidos não são a resposta adequada, pois são formas organizativas orientadas para o Estado, para a tomada do poder estatal, o que os leva a reproduzir a lógica hierárquica que rompe o fluxo social do fazer, desestruturando os vínculos entre os fazedores, dividindo, separando entre líderes e massas, gerando relações que repetem a verticalidade. Neste processo de luta constante, cotidiana, o central, para Holloway, é a criação de novos âmbitos a partir de um permanente perguntar, de um permanente explorar outros caminhos, assumindo que as respostas não existem *a priori*, mas que se constroem na *praxis* social, na confiança que os sujeitos sociais ganham no próprio poder-fazer, o que por sua vez permite abrir outras brechas nas sociedades capitalistas, novas e mais profundas fissuras pelas que se insiram cada vez mais experiências de sociabilidade alternativa.

Neste autor encontramos uma ênfase muito marcada na necessidade de que as lutas sociais deixem de assumir uma forma de expressão estatal. Ele parte da premissa de que se internar nos canais estatais implica a coisificação e

fragmentação da luta, implica cair no erro de tomar o Estado como um instrumento que pode ser colocado a serviço da transformação social, desconhecendo o grau de integração que este tem na rede de relações sociais capitalistas. Os que apontam ao controle do aparelho estatal pressupõem, erroneamente segundo Holloway, que a relação deste com o capital e os capitalistas é externa, quando na realidade o Estado não pode ser autonomizado ou isolado de seu contexto social. Isto, segundo Holloway, constituiria uma concepção absolutamente equivocada pois fetichiza o Estado, o abstrai da rede de relações de poder na qual está imerso. Ele entende que a existência do Estado é a própria antítese da autodeterminação, a antítese da emancipação humana e da auto-afirmação. Quando a luta se subordina à tomada do poder, esta perde boa parte de sua riqueza e leva à derrota, leva à perpetuação das relações de poder que inicialmente se buscava eliminar. “Uma vez que se adota a lógica do poder, a luta contra o poder já está perdida” (2002:36). O objetivo da revolução deve ser o de “[...] dissolver as relações de poder, criar uma sociedade baseada no reconhecimento mútuo da dignidade das pessoas. O que tem falhado é a idéia de que a revolução significa tomar o poder para abolir o poder. O que agora devemos procurar é a idéia muito mais exigente de uma superação direta das relações de poder. A única maneira na que hoje se pode imaginar a revolução é como a dissolução do poder, não como sua conquista” (2002:41).

Nestas expressões podemos identificar muitos elementos nucleares do discurso de várias agrupações piqueteiras. Pudemos apreciar, nos diálogos que mantivemos com integrantes de diferentes movimentos e agrupações e nos diversos materiais incluídos e examinados nas páginas que compõem este capítulo, uma série de coincidências importantes com a concepção de Holloway. Estas coincidências se manifestam não apenas nos posicionamentos que muitos piqueteiros independentes sustentam acerca da necessidade de realizar a revolução no cotidiano dos setores populares, deixando de aguardar o “dia mágico da transformação redentora” que viria com a conquista do aparelho estatal, mas também na ênfase que os integrantes das correntes autonomistas dentro do piqueteirismo conferem à construção de novas

relações de sociabilidade, opostas à lógica do capital e opostas, também, a todo tipo de relação com o aparelho estatal e com a esfera política institucional; relações que dariam lugar a novos espaços autônomos de resistência, gerando embriões que prefigurariam outra sociedade ou criando pequenas amostras de como poderíamos imaginar a sociedade futura.

Tanto em Holloway quanto nos seus seguidores dentro do universo piqueteiro argentino encontramos uma idéia democrática absolutamente desvinculada da esfera estatal. É neste ponto que se tornam iniludíveis alguns questionamentos a estas concepções: É possível a construção de uma democracia radical por fora da instância estatal, de costas para a instância condensadora do poder político e condensadora das relações constitutivas da própria sociedade? Como esquecer a instância estatal se esta se faz presente quotidianamente nos mais diversos espaços e territórios da sociedade, inclusive nos bairros populares mais pobres, nem que seja a partir de seu rosto mais cruel, mais obscuro, a partir de seu lado repressivo e disciplinador do conjunto social? Como pretender construir sociedades paralelas realmente auto-sustentáveis num meio econômico e social que continua sendo decididamente capitalista? Como evitar o risco muito concreto de incorrer em novas relações de exploração ou auto-exploração do trabalho individual e familiar, frente ao imperativo de ter que interagir com as forças que operam no âmbito mercantil?

Se tomarmos em toda sua extensão a constatação de Holloway acerca de que o Estado não pode ser autonomizado ou isolado do seu contexto social, não caberia sustentar que tampouco o contexto social pode ser cindido da instância estatal em que as relações sociais são cristalizadas, encaçadas ou institucionalizadas? Sendo conseqüentes com as razões e argumentos aportados pelo nosso autor, haveria que sustentar que resulta impossível a transformação da esfera social sem uma correlativa transformação do âmbito estatal. Não existe um modo de dissolver as relações de poder se, previamente, não se conquistam posições estatais que

permitam a defesa das liberdades e direitos alcançados pelas massas populares no transcurso dos longos e complexos processos de luta contra os setores dominantes.

E aqui é importante trazer a colação os assinalamentos de renomados intelectuais que, dentro do campo da esquerda, têm saído a contestar as teses de Holloway. Entre eles, um dos que mais se envolveu na polêmica, enriquecendo significativamente o debate, é Atilio Boron. Em um intercâmbio de idéias travado com John Holloway, na ocasião da apresentação do livro deste último em Buenos Aires, Boron (Holloway *et al.*, 2002) dizia que não há como deixar de lado as reflexões sobre o Estado e as estratégias que permitam sua conquista, pois isto implicaria deixar às classes dominantes o campo livre para atuar. Deixar o campo livre para atuar significa não entender que o Estado fragmenta abaixo e unifica acima, desorganiza os setores populares e unifica os setores dominantes, o que, por sua vez, impede incorporar a questão organizativa. Esta omissão pode no final resultar realmente suicida para o movimento popular.

De acordo com outra intervenção de Boron (2002b) sobre o tema, num texto em que formula uma crítica às elucubrações de Holloway e de Antonio Negri & Michael Hardt (2002), não existem argumentos teóricos nem razões políticas que justifiquem um tratamento do poder em abstrato. Se é verdade que ninguém deveria dissentir do nobre anelo de erradicar as relações de poder, o problema é outro. Boron nos adverte contra o perigo de adotar propostas com um evidente caráter quimérico ou quixotesco, consistentes em colocar objetivos grandiosos sem levar a cabo a necessária análise das mediações histórico-sociais que os tornem possíveis. As nobres intenções e esperanças que movem Holloway e seguidores podem desembocar na inação política, na incapacidade de fazer frente às forças que não apenas se opõem à dissolução das relações de poder mas que se encarregam quotidianamente de sua perpetuação e fortalecimento. As receitas antipolíticas, agregaríamos, podem derivar numa preocupante paralisia ou num caminho sem

saída frente ao acionar do poder estatal, no seu permanente avanço contra as demandas e reivindicações populares.

Em uma direção por momentos semelhante à de Boron se expressa Armando Bartra (2003), quem compartilhando várias das preocupações que afligem Holloway, esboça contudo atinadas críticas e observações. Concretamente Bartra sustenta: “Me parece não apenas válido, mas também muito pertinente questionar a idéia de que ‘tomando o poder’ a emancipação chegará como por um passe de mágica e de cima para baixo, como me parece necessário desembaraçarmo-nos do estatismo ao que se converteu o marxismo durante o século passado. Mas uma coisa é questionar conceitos e outra qualificar processos históricos multidimensionais e complexos” (p.2). Bartra sublinha a inevitabilidade de incursionar no território estatal, toda vez que é ali onde se materializam as correlações de força que se estabelecem entre os diferentes atores sociais. Admitir a fetichização intrínseca do mundo estatal e político não deve significar sosláiá-lo, segundo Bartra, mas assumir estas instâncias criticamente. Mesmo a negatividade mais radical não tem como escapar dos territórios rarefeitos porém imprescindíveis do Estado, dos aparelhos, das leis, dos partidos. Há que se assumir, pois, o risco da institucionalidade sem fetichizar a tomada do poder. É imperativo tomar o poder, mas evitando que o poder tome a nós⁵¹.

Estes autores marcam então as dificuldades e obstáculos que se apresentam aos que aderem às teses autonomistas. O salutar resgate da transformação que cabe incentivar no fazer social e cotidiano dos bairros populares, sem esperar a conquista de um prêmio pós-datado que adviria depois do triunfo de uma revolução socialista, não deve nos fazer esquecer a instância política, a esfera estatal. Mais do que antipolítica e antipoder, se torna iniludível uma radical mutação da política, a

⁵¹ Podem ser encontrados outros interessantes artigos que alimentaram o debate em torno da obra de Holloway no sítio de *Herramienta: Revista de debate e crítica marxista* (www.herramienta.com.ar).

construção de outra política e de âmbitos de contra-poder, entendidos como processos contínuos e não como a conquista de um estado final de emancipação.

Poderíamos considerar que, em casos como o dos piqueteiros autonomistas, se perfila um interessante projeto de construção democrática por fora da instância estatal – ou até contra o próprio Estado, na linha do que sugere Miguel Abensour (1998) em seu instigante ensaio “A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano”. Mas ao mesmo tempo nos perguntamos, como fizemos em parágrafos anteriores, se pode ser viável politicamente um projeto que busca a construção democrática não apenas em oposição ao aparelho estatal mas também querendo escapar de toda relação com este. Concordamos com Abensour (1998) quando sustenta que a noção de “Estado democrático” deve ser submetida a uma profunda crítica, assim como quando sugere que deve ser questionada a identidade que em termos conceituais costuma-se estabelecer entre democracia e Estado moderno. Parecem-nos realmente dignos de atenção os movimentos sociais que se constituem por fora da esfera político-institucional oficial e muitas vezes em oposição a ela, na medida em que geram outras formas de pensar a democracia e novos conceitos do político que transbordam o marco do estatal e da política institucional. Entretanto, estimamos que resulta sumamente problemática a opção de construir por fora do institucional quando dita opção se fecha sobre si mesma, não permitindo sua tradução ou cristalização em organizações e instâncias políticas mais permanentes e universalizáveis que possibilitem a convergência ou confluência de outros setores sociais que lutam pela transformação. À contestação da política realmente existente, da política dos partidos e instituições da democracia representativa, deve suceder um segundo momento, o da construção de uma nova política, que de alguma maneira busque refundar os eixos em torno dos quais se estabelece a relação Estado-sociedade. Sem este segundo momento, sem uma refundação da política, o que se produz é uma pura e resignada negatividade antipolítica, sem maiores conseqüências práticas no terreno dos que ambicionam mudar efetivamente a realidade.

O papel dos movimentos sociais na revitalização da democracia

Vários dos conceitos vertidos neste capítulo nos levam a lembrar as análises teóricas de autores enquadrados na escola participacionista da democracia, sobre os que já alguma coisa tínhamos mencionado anteriormente. Nos lembram que é possível conceber a democracia de formas diferentes das adotadas pela corrente elitista-competitiva, corrente cujas definições – como vimos no primeiro capítulo de nosso trabalho – estão por trás das leituras e interpretações levadas a cabo por transitólogos e consolidólogos na América Latina dos últimos lustros. Os participacionistas nos alertam sobre a necessidade de levar em consideração que existem outras formas de imaginar a democracia, formas alternativas que, em que pese serem menos difundidas, aportam idéias fundamentais quando se trata de estudar as possíveis maneiras de enriquecer seu significado.

Como ressaltamos em outro lugar (Vitulo, 1999), resulta de extrema importância redescobrir aqueles autores que, nos anos 60 do século passado, se negavam a aceitar que a democracia fosse tão somente um método de seleção de líderes por parte de um conjunto de cidadãos desinformados, desinteressados, alienados e apáticos. Consideramos oportuno, antes de concluir este capítulo, destacar a impugnação que nomes da estatura de Crawford Macpherson, Carole Pateman, Peter Bachrach ou, mais recentemente, David Held, realizam ao modelo de democracia baseado na teoria das elites. Assim mesmo estimamos importante trazer ao nosso debate a crítica contundente que eles efetuam à perspectiva atemorizada do mundo do político e o questionamento que realizam às concepções da democracia que assimilam esta a um mero procedimento, carente de todo sustento histórico e embasamento social.

As declarações, opiniões e citações textuais dos militantes piqueteiros são bem eloqüentes ao exteriorizarem o profundo grau de insatisfação que encontramos

em amplos setores de sociedades como a Argentina frente ao triste e absolutamente insuficiente desempenho das instituições políticas vigentes. Estas expressões constituem sólidos indícios, como assinalamos mais de uma vez neste trabalho, da impugnação que amplos setores da cidadania efetuam ao se referirem à democracia representativa em seu formato atual. Contudo, ao mesmo tempo, são indícios de uma profunda aspiração a um tipo de regime político mais aberto, mais incluyente, mais participativo, mais humano, em suma, mais democrático. Isto nos leva novamente a reafirmar que o que está em crise na Argentina – e estimamos que a asseveração pode ser aplicada também a muitos outros países da região – não é a democracia como idéia ou ideal, mas a tradução político institucional concreta que dela vem se construindo ao longo dos últimos anos.

Neste sentido, nos parece útil reproduzir aqui pequenos trechos de uma análise elaborada por Tarso Genro (2002:16) a respeito da realidade das democracias contemporâneas. O intelectual e político brasileiro sustenta que “é verdade que o regime democrático está em crise, pela forma histórica concreta que a idéia democrática adquiriu, mas a sentença ‘a democracia está em crise’ não é nada verdadeira quando ela pretende se referir à crise da idéia democrática: não há crise na vontade de liberdade política dos modernos nem na pretensão de igualdade”. Em outro tramo, Genro (2002:17) insiste nesta questão, quando parafraseando expressões de Gramsci referidas à crise da idéia de progresso – a que seria não uma crise da idéia em si mas dos portadores desta idéia –, nos adverte que o problema analítico que enfrentamos hoje é que “a crise da democracia liberal, em seu regime histórico atual, passa a ser confundida com a crise da idéia democrática como ideologia moderna que buscou a ‘desteologização’ e a ‘desnaturalização’ das relações humanas e sociais”.

Estas citações reforçam as nossas considerações acerca da imperiosa necessidade de separar o que é a crise de um regime político do que é a crise de um ideário ou conjunto de aspirações e sonhos aos que tal regime, em teoria, deveria

responder. O fato de que o regime democrático argentino, junto com boa parte dos regimes democráticos latino-americanos realmente existentes, não tenha podido dar expressão e satisfação às demandas, às necessidades, às ilusões, aos anelos e projetos de crescentes setores da sociedade, não implica que o ideário democrático tenha perdido vigência ou adesões. No material analisado, vemos como a democracia continua na boca dos protagonistas de um dos movimentos sociais mais dinâmicos e novos do continente, como é o movimento piqueteiro.

Ao romper os limites do institucionalizado, do socialmente reconhecido, este movimento de movimentos de algum modo insufla vida a um regime democrático por momentos desfalecente. Nos atreveríamos a sustentar que movimentos sociais como os dos piqueteiros, mesmo com suas contradições e ambigüidades, ao superarem a definição limitada de democracia hoje dominante, buscam construir e inventar democracia, lutam por materializar a utopia democrática nas relações políticas e sociais travadas em cada um dos espaços nos que atuam, por democratizar as instituições políticas e dotá-las de novos sentidos e conteúdos, mais amplos, mais profundos, mais vinculados às vivências e preocupações quotidianas das grandes massas populares hoje excluídas do consumo e da própria condição de cidadania.

Coincidimos com Marilena Chauí (1990) quando assinala que os movimentos sociais podem constituir o coração das práticas democráticas. Resulta válido, ao analisar o movimento piqueteiro, realizar essa mesma afirmação: eles configuram um elemento fundamental das práticas democráticas na Argentina contemporânea, práticas que opõem à heteronomia social da institucionalidade política tradicional a idéia de autonomia, fundada na mais ampla participação popular. É importante salientar que tal participação pode promover o alargamento das fronteiras do regime democrático, permitindo também uma repolitização dos espaços sociais em que desenvolvem sua vida os setores subalternos e alentar,

outrossim, o resgate, o aprofundamento e a busca de uma efetiva concretização do ideário democrático.

Entretanto, e apesar de tudo o que já foi assinalado, os movimentos sociais não constituíram uma peça destacada nas investigações clássicas sobre as transições democráticas. Retomando um dos tópicos fundamentais apontados na introdução e no primeiro capítulo deste estudo, cabe concordar com Álvarez & Dagnino (1995) quando indicam que este tema não gerou interesse entre aqueles acadêmicos que se dedicaram à observação dos processos de democratização no continente latino-americano. Este foi um assunto em geral ignorado ou minimizado pelos principais analistas da transição. Declarações como as de Samuel Valenzuela (1992:82), quem num dos seus textos afirma que “Nada é mais destrutivo para a democracia do que as confrontações freqüentes nas ruas, no parlamento, na administração do Estado e em outros âmbitos [...]”, dado que, segundo ele, poderiam levar à desordem e à violência generalizada, são mostras do viés elitista sobre o que vimos alertando de maneira reiterada ao longo do nosso trabalho. Estas expressões, muito bem lembradas por Álvarez & Dagnino, são por demais representativas da linha de interpretação que atravessa os estudos transitológicos na América Latina e do tipo de concepção democrática que está por trás deles: uma concepção democrática extremamente pobre, limitada, despolitizada, vazia de conteúdos de caráter econômico e social, temerosa dos conflitos, contradições e antagonismos.

Mais uma vez podemos dizer que estes modos de entender a democracia, ao negarem o conflito inerente a sua própria natureza e sem o qual esta perderia sua razão de ser, contribuíram, no campo intelectual, para os pobres resultados alcançados pelas instituições do regime democrático ao longo dos últimos lustros. Concepções exageradamente tímidas, exageradamente conservadoras e limitadas ajudaram a legitimar uma atuação governamental em geral também tímida e conservadora, dando um aval acadêmico a políticas governamentais que, em boa medida, são responsáveis pelos baixos índices de aprovação que ostentam hoje em

dia, em nossos países, as instituições da democracia representativa, cuja recuperação exigiu tanta luta e tanto sacrifício aos setores populares e que, apesar disto, tantas frustrações e desencantos têm gerado nesses mesmos setores que lutaram pela sua reconquista.

É necessária uma reorientação substantiva nos modos de abordar o fenômeno democrático. Esta abertura a novos enfoques deve incluir, iniludivelmente, o ponto de vista dos setores populares e o papel que os movimentos sociais desempenharam e desempenham no longo, complexo e ziguezagueante processo de construção de uma democracia menos formal e mais inclusiva, mais permeável aos interesses e aspirações das grandes majorias. Tanto para o caso argentino, quanto para os demais países do continente latino-americano, resulta fundamental um trabalho analítico que, ao estudar a democracia, incorpore as mobilizações populares e as organizações que dali nascem. Estimamos que ao contemplar, tal como fizemos neste capítulo, as dimensões freqüentemente “esquecidas” pelas correntes hegemônicas dentro da ciência política contemporânea, se alcança uma compreensão mais completa e adequada dos regimes políticos que vêm sendo delineados na região e se entendem melhor suas marchas e contra-marchas, suas fortalezas e debilidades, suas conquistas e deficiências, suas contradições e suas perspectivas.

A inclusão do ponto de vista dos setores populares no estudo e caracterização dos processos de mudança de regime e afiançamento (ou crise) dos novos arcabouços institucionais implica optar por outra maneira de entender a democracia, com evidentes conseqüências teórico-metodológicas, epistemológicas e, por que não, também importantes conseqüências políticas. Podemos citar aqui mais uma vez Edward P. Thompson, quem a partir da historiografia marxista lutou por resgatar a ação dos setores populares, habitualmente relegados a um papel secundário nas análises sócio-políticas. Também podemos mencionar Meiksins Wood (2003), quem aderindo à perspectiva do historiador britânico, outorga um lugar central às

camadas populares e classes subalternas no processo político, tentando iluminar na sua obra o papel das pessoas comuns na formação da história e na construção da política democrática. Consideramos que a recuperação da “história que vem de baixo”, a revalorização da experiência de luta, de ação e resistência dos setores excluídos do jogo institucional e o resgate das marcas que tais setores deixam na paisagem política permitem ampliar o campo de visão e enriquecer significativamente o potencial heurístico da investigação politológica.

Por último, acreditamos também que a incorporação na análise sócio-política dos movimentos sociais que nascem nos países periféricos e do papel que – mesmo com todas suas contradições e ambigüidades – desempenham nos processos de luta por uma democracia mais ampla, mais profunda, mais comprometida e mais próxima à realidade dos setores populares, possibilitará um olhar menos etnocêntrico do fenômeno democrático. Na mesma linha do que assinalam Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2003) e os demais autores que participaram do projeto de investigação que deu origem ao livro “Democratizar a democracia” (Santos, 2003), consideramos que os países da periferia, que não pertencem ao mundo desenvolvido e que não contam com uma forte tradição de instituições democráticas, podem aportar novos elementos e experiências que enriqueçam e revitalizem a teoria democrática contemporânea, muito ligada como sabemos ao modelo euro-estadunidense e à idéia de representação. Alguém poderia argumentar que sequer nos países centrais a democracia se desenvolveu plenamente, pelo que pouco poderiam esperar os países periféricos em termos de maior aprofundamento e radicalização democrática; mas caberia responder que este “atraso relativo” e a profunda crise em que se encontram submersos países como os latino-americanos não necessariamente devem ser interpretados como obstáculos impossíveis de transpor mas, pelo contrário, como força motora que estimule a invenção ou reinvenção de formas e instituições democráticas alternativas, mais ousadas e avançadas, capazes de recuperar a indispensável e tão esquecida identidade entre o conceito de democracia e a idéia e o exercício concreto do auto-

governo popular. A realidade que enfrentam nossos países demonstra que se torna iniludível entender a luta de classes como constitutiva da vida democrática. Tal realidade reafirma, também, a necessidade de relacionar a democracia com os processos de transformação social, com o espírito desafiante que marca os protestos populares, com a idéia de um regime dinâmico que aspira à não dominação e que se opõe, portanto, ao enfoque desmobilizador e paralisante defendido pelos teóricos das correntes hegemônicas desde os inícios das transições democráticas até hoje.

CAPÍTULO 4

NOVOS COMPORTAMENTOS DO ELEITORADO ARGENTINO

Transcorridas duas décadas desde a primeira eleição presidencial na Argentina pós-ditatorial, em 1983, torna-se oportuno avançar no estudo da evolução (ou involução) de seu sistema político institucional. Em um contexto de transformações radicais no âmbito econômico e de dramática crise social, acreditamos conveniente estudar qual tem sido o comportamento eleitoral da cidadania nas últimas convocatórias para escolher governos e representantes nos corpos legislativos e qual é o formato que vem assumindo o mapa político partidário no país. Como buscaremos demonstrar nestas páginas, estimamos que o agravamento da fragmentação partidária, as freqüentes mutações nas preferências dos votantes entre uma eleição e a seguinte e o aumento nas taxas de absentismo e de votos em branco e nulos constituem sinais de um mal-estar cada vez mais acentuado frente ao deficiente funcionamento das instituições da democracia representativa, o que pode pôr em dúvida sua legitimidade ou suas bases sociais de apoio.

Consideramos que a atomização da oferta partidária, a queda nos níveis de comparecimento nos comícios, a personalização das opções eleitorais, a errática variação nas preferências dos votantes e o vertiginoso aumento de comportamentos eleitorais “não convencionais” são inequívocas manifestações, no plano político institucional, da severa desestruturação e fragmentação social. Atitudes e comportamentos destas características constituem sintomas da rejeição pela política partidária que as grandes massas experimentam de modo cada vez mais estendido na Argentina e em tantos outros países do continente, fenômeno já mencionado no segundo capítulo de nossa investigação. Ao contrário do que sustentam certos acadêmicos e editorialistas ou colunistas de jornais importantes da região, segundo os quais a alta variação no comportamento do eleitor seria expressão de uma maior

autonomia, independência e capacidade de reflexão, procuraremos demonstrar que tais fenômenos refletem a profunda decepção que amplos setores da população sentem frente aos pobres resultados que oferecem as democracias realmente existentes nas esferas política, econômica e social.

Habitualmente costuma-se assinalar a existência de um sistema partidário sólido, consolidado e com fortes raízes sociais como um elemento de fundamental importância para o bom funcionamento das instituições políticas da democracia representativa. Deste enfoque, os partidos deveriam ser protagonistas da arena política e essenciais não apenas como veículos de acesso aos cargos públicos mas também como indispensáveis canalizadores das demandas e aspirações da cidadania, formadores e clarificadores da opinião, configuradores dos horizontes coletivos e agentes de socialização política e portanto sua fragmentação e enfraquecimento não podem senão afetar profundamente as possibilidades e perspectivas de uma democracia que tantas lutas e sacrifícios exigiu para a sua recuperação.

Se a democracia para ser tal exige, como acreditamos, a mais estendida e decidida participação das grandes massas populares nos assuntos públicos, o crescente absentismo e a expansão do ‘votobranquismo’ aumentam a preocupação com relação a sua legitimidade, qualidade e densidade social. Coincidindo com autores do peso de Peter Bachrach (1973), o professor canadense Crawford Macpherson (1978) e Carole Pateman (1992), cabe assinalar que a democracia não pode se limitar a um mero procedimento, não pode ser concebida como um simples mecanismo de constituição e organização do poder político. A democracia implica uma real e constante intervenção das grandes majorias no manejo da coisa pública, que dê vida e energia social a suas instituições, o que inclui, como uma das atividades básicas, o comparecimento consciente, responsável e informado às

eleições onde haverão de ser escolhidos os representantes, entendendo estas como um dos atos emblemáticos da condição cidadã⁵².

Do que acabamos de assinalar desprende-se uma discrepância frontal com os argumentos esgrimidos pelos defensores de um modelo democrático mais limitado, um modelo de democracia circunscrito à mera concorrência das elites dirigentes pelo apoio popular nas urnas. Aqui aparece, mais uma vez, a contradição – já apontada no primeiro capítulo deste trabalho – entre duas concepções, entre duas formas antitéticas de entender a política, entre duas formas de abordar o fenômeno democrático e duas formas de avaliar o desempenho das suas instituições. Assim, por um lado, está o modelo que tem se tornado hegemônico na teoria democrática das últimas décadas, aquele que a partir de uma abordagem pretensamente “realista” e “descritiva” aplaude o desinteresse e a apatia populares em matérias ligadas à discussão dos grandes assuntos públicos e, por outro, o modelo contra-hegemônico, que aspira a uma ativa, ampla e irrestrita participação popular nos assuntos de governo. Diríamos que assistimos a um enfrentamento entre uma concepção “governocêntrica” e limitada da política democrática e uma concepção que busca ver a democracia “a partir de baixo”, que busca se situar no lugar dos governados, dos representados, daqueles que também devem ser considerados como protagonistas da atividade política.

Opera neste plano uma antítese entre os que consideram que seria não só inevitável mas desejável a divisão do trabalho político entre elites e massas⁵³ e os

⁵² A consideração da dimensão eleitoral da democracia e sua evolução temporal condizem com os postulados de Parry & Moyser (1994:44), que assinalam que toda avaliação sobre a extensão ou profundidade da democracia terá que incluir o grau de participação política popular nos processos eleitorais, o que não haverá de configurar, logicamente, uma expressão suficiente da qualidade e legitimidade da democracia, mas sim uma condição prévia e necessária. E encontra eco, também, num dos textos clássicos de Robert Dahl (1971) sobre a *poliarquia*, onde a participação, medida como o grau de extensão do direito que têm as pessoas de fazer parte dos processos de designação de seus representantes, aparece como indicador básico para a avaliação de um sistema político.

⁵³ Entre os tantos autores que têm produzido uma literatura apologética da apatia e da baixa participação política popular, cabe destacar os nomes de Almond e Verba (1963), que vêem com bons olhos a divisão do trabalho político entre grupos de cidadãos atentos ao que acontece na esfera pública e outros que se limitam à satisfação de seus interesses particulares. Esta mesma linha é

defensores de um modelo diferente, que advogam por uma participação permanente do conjunto da sociedade na discussão das principais políticas de governo. Esta contradição deixa em lados opostos aos que consideram a estabilidade do regime político, a harmonia e a paz social como valores supremos, e aqueles que não temem o conflito, já que concebem este como constitutivo de um processo democrático mais profundo e transformador; situa num campo aos que defendem a divisão do mundo político entre uma pequena minoria ativa e politizada e uma maioria à qual só corresponderia votar periodicamente para referendar as decisões tomadas em outra parte⁵⁴, e no outro aos que aspiram a que as maiorias populares possam, com sua militância e participação, ir conquistando mais e melhores posições, maiores espaços de autonomia e auto-desenvolvimento e conseguindo cada vez maiores quotas de poder político e social.

Estas duas formas de entender e de interpretar a questão democrática estão, como também já foi assinalado em páginas anteriores, por trás das mais diversas análises políticas que vêm se realizando em torno dos processos de transição e consolidação (ou de enfraquecimento) dos regimes políticos da América Latina. Estas visões divergentes levam a avaliar de forma também divergente os resultados alcançados pelas democracias latino-americanas, os triunfos e fracassos operados ao longo destes lustros, as conquistas e decepções em matéria econômica, política e

compartilhada por Robert Lane (1959), que em sua *Political Life* batia palmas para o fato de que existam papéis políticos diversos para pessoas politicamente ativas e pessoas indiferentes, visto que, segundo ele, o equilíbrio entre ambas poderia trazer resultados benéficos para o conjunto do sistema político.

⁵⁴ Na realidade, sequer existe, na corrente dominante, uma preocupação pelos níveis de participação eleitoral. Concordando com William Barnes (1997), podemos dizer que em geral os níveis de participação eleitoral não têm sido objeto de comentários ou análises que buscassem avaliar o progresso dos processos democratizadores no mundo por parte do *main stream* da ciência política. Apesar de declararem enfaticamente que a existência de eleições limpas e livres deve ser parte essencial de toda e qualquer definição de democracia, os autores enquadrados na escola elitista-competitiva raramente assumem os graus de comparecimento e absentismo como indicadores dos avanços e retrocessos nos processos de democratização. Os níveis muito baixos de comparecimento às urnas não têm chamado a atenção daqueles especialistas. Entretanto, mais uma vez concordando com Barnes, cabe afirmar – e esta constitui uma das premissas das que partimos ao projetar nossa investigação – que não é possível falar de uma democracia razoavelmente desenvolvida e minimamente saudável quando operam níveis crescentes de abstenção eleitoral, sobretudo se esta se concentra nos setores mais empobrecidos da população. Não há uma autêntica democracia sem uma estendida cidadania de massas.

social e os modos em que os diferentes setores da população têm sentido, têm experimentado, têm desfrutado ou – na maior parte das vezes – têm sofrido os resultados alcançados pela democracia representativa nos países do continente.

Partindo destas considerações, o objetivo central que orientará este capítulo consiste em observar a trajetória dos níveis e tipos de participação político-eleitoral operados nas províncias argentinas ao longo dos últimos anos. Pondo ênfase nas eleições mais recentes, tentar-se-á mostrar em que medida estes processos de fragmentação, votobranquismo ou impugnação do sufrágio e abstenção crescentes são reflexo da indiferença, rejeição e desconfiança da cidadania frente aos partidos políticos e às eleições. Em outras palavras, tentar-se-á observar de que maneira o agravamento da exclusão social que produzem as políticas econômicas reinantes e a piora das condições de vida de grandes setores sociais nestes países erodem a própria credibilidade e legitimidade das instituições da democracia representativa. Junto a isto, procuraremos analisar também as mudanças na configuração e aplicação das normas e dispositivos institucionais ligados ao âmbito eleitoral, entendendo que essas mudanças podem constituir valiosos indícios que exteriorizam o agravamento dos fenômenos sócio-políticos mencionados.

Para desenvolver cada um dos temas propostos, resulta oportuno fazer, previamente, uma rápida revisão crítica de alguns trabalhos já clássicos e de outros mais recentes que versam sobre as possíveis interpretações e explicações do comportamento e das práticas eleitorais em distintas realidades nacionais.

Explicações sobre a participação e a abstenção eleitoral

As principais tentativas de explicar as mudanças no comportamento eleitoral e os tipos de orientação político-partidária nas sociedades contemporâneas oferecem uma ampla gama de opções que vai de enfoques de tipo sociológico e sócio-

psicológico até outros mais especificamente políticos, assim como explicações de corte culturalista e outras que definiríamos como de caráter institucionalista. Isto mostra, entre outras coisas, que não existem mono-causalidades nem interpretações únicas; não há modelos que permitam ler de maneira unívoca as diferenças significativas nas modalidades e nos níveis de participação eleitoral observadas nas análises comparativas de distintas sociedades ou de diferentes momentos históricos. Não há abordagens que permitam entender, sempre e em qualquer circunstância, o caráter deste que, para muitos, é o maior símbolo e instrumento da realização democrática, nem enfoques excludentes que nos levem a compreender por que algumas pessoas votam e outras se abstêm de ir às urnas ou por que certos indivíduos votam por uma determinada agremiação partidária e não por outra. Para chegar a uma cabal compreensão da natureza do voto, das mudanças cada vez mais freqüentes nas preferências dos votantes e do fenômeno do crescimento da não participação eleitoral ou do voto “negativo” em sociedades como a argentina, devemos recorrer portanto a distintos enfoques explicativos, os que em certos casos, longe de serem antitéticos, podem se reforçar mutuamente e brindar férteis espaços para a complementação ou convergência.

Entre as tentativas de explicação teórica mais freqüentes estão as de caráter sociológico, segundo as quais as orientações eleitorais dependeriam basicamente do pertencimento dos indivíduos a um espaço ou geografia social e de sua identidade coletiva. A partir deste enfoque, têm sido realizados diversos estudos tratando de estabelecer correlações entre o tipo de comportamento eleitoral e certas características referidas ao status ou categoria sócio-ocupacional dos indivíduos, à renda que percebem, ao gênero, ao nível educativo alcançado ou ao capital cultural acumulado, entre outros rasgos sociais relevantes. De alguma maneira, os indivíduos pensariam politicamente em função de como são socialmente. As características sócio-culturais dos indivíduos explicariam suas preferências e opções políticas. Desta perspectiva, o determinante na formação da decisão individual do voto seriam os fatores estruturais, os condicionamentos de longo prazo.

Investigadores como Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson, Hazle Gaudet e William McPhee, da Universidade de Columbia, foram especialmente importantes no desenvolvimento desta linha interpretativa. Graças aos enormes progressos na utilização da técnica de pesquisas de opinião, eles conduziram uma série de investigações nas décadas de 1940, 1950 e 1960 que colocavam o foco nas determinações sociais do voto e na influência da localização social sobre o desenvolvimento das opiniões políticas individuais. Um dos primeiros trabalhos da chamada “Escola de Colúmbia” foi realizado a partir de uma pesquisa de opinião levada a cabo no condado de Erie, em Ohio, Estados Unidos, em 1940, durante os meses prévios à eleição presidencial daquele ano. Com o processamento e análise de sete pesquisas de opinião mensais sucessivas feitas sobre uma amostra fixa de 600 indivíduos dessa localidade, se buscava observar e destacar as relações ou correlações estatísticas existentes entre as orientações ou tipos de voto e a idade, o status social, o lugar de residência, a filiação religiosa, o pertencimento étnico e o enquadramento sindical dos entrevistados. Neste sentido, também resultava fundamental o exame das tradições políticas familiares e o grau de homogeneidade ou de heterogeneidade dos grupos primários nos que haviam sido socializados os indivíduos estudados. Os resultados deste trabalho foram publicados no famoso *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind In a Presidential Campaign* (Lazarsfeld *et al.*, 1944).

Outro estudo importante desenvolvido naqueles anos foi o da comunidade de Elmira, no estado de Nova York. Ali a equipe de investigadores de Colúmbia entrevistou uma amostra de 1.000 indivíduos com o objetivo de tentar desvelar os principais fatores determinantes do comportamento eleitoral e da distribuição das atitudes políticas na eleição presidencial estadunidense de 1948 (Berelson *et al.*, 1954). Os investigadores de Colúmbia mais uma vez chegaram à conclusão de que as instituições sociais, a religião, o status sócio-econômico, o pertencimento a certas associações, a origem étnica, o tipo de comportamento em eleições prévias e as

simpatias ou lealdades partidárias são as que determinam, em boa medida, a decisão de ir ou não votar e, em caso de fazê-lo, por qual das agrupações partidárias que disputam a eleição. Para Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, McPhee e sua equipe de colaboradores, a combinação destas variáveis tem um peso e uma influência cruciais na formação da decisão do voto – tanto na disjuntiva entre votar ou não votar quanto na direção conferida ao sufrágio – e, portanto, seriam fundamentais também para o analista que pretende antecipar um determinado resultado eleitoral ou que, *a posteriori*, busca interpretá-lo. Deste ângulo, fatores ligados ao desenvolvimento das campanhas eleitorais ou à influência dos meios de comunicação são considerados elementos de caráter marginal ou secundário, tendo no máximo o papel de ativadores ou cristalizadores de predisposições políticas já existentes.

O voto é visto então como o fruto ou resultado de um conjunto de circunstâncias sociais que determinam a formação do indivíduo. Como bem sintetizam Mayer & Perrineau (1992), para esta escola o voto é um comportamento principalmente regado por normas coletivas geradas pelos diversos grupos aos quais os indivíduos pertencem. Ao compartilharem as condições de trabalho e de existência, os indivíduos desenvolvem aspirações e valores comuns; as pessoas costumam votar como sua família, como seus vizinhos, como seus colegas de trabalho, dando lugar a um processo de homogeneização dos grupos sociais. Isto é o que permite, a partir do conhecimento dos grupos aos que os indivíduos pertencem, prever como haverão de se comportar no âmbito eleitoral e, em caso de que compareçam às urnas, qual haverá de ser seu voto. Os investigadores de Columbia entendem que há uma tendência à estabilidade no comportamento eleitoral dos indivíduos, uma ausência de mudanças repentinas entre uma eleição e a seguinte, constatação que se desprende do próprio enfoque escolhido, que privilegia os fatores estruturais de longo prazo nos processos de formação da decisão individual do voto.

Na ciência política francesa, um dos autores mais prolíficos neste campo é Alain Lancelot (1968, 1989). Nos seus trabalhos, de claras raízes durkheimianas, a abstenção eleitoral aparece como expressão de falta de integração social numa realidade nacional concreta. As categorias não plenamente incorporadas à sociedade, os roles sociais subordinados, participariam em menor grau no âmbito eleitoral. O “não voto” denotaria, desta perspectiva, uma insuficiente integração à sociedade por parte de setores com dificuldades de trabalho, uma menor educação, menores recursos econômicos e culturais, um menor sentimento de capacidade ou competência para se conduzirem no mundo político e a interiorização de uma situação de inferioridade e indignidade social. À exclusão do espaço social corresponderia uma exclusão do espaço público, segundo a qual os “sem direitos” ficariam relegados, também, à condição de “sem voz”. Deste enfoque busca-se demonstrar uma cadeia de causalidade entre inserção social, civismo e participação eleitoral. Para Lancelot, a participação política explica-se pelo grau de integração social à coletividade. Os indivíduos desenvolveriam sistemas diferenciados de representação de seu lugar na sociedade e de sua legitimidade para intervir nos assuntos públicos. As diferenças nos índices de participação dependeriam das capacidades e dos recursos com que contam os diversos grupos sociais para se expressarem politicamente. A posição social entranharia intensidades diversas nos sentimentos de competência social e política e na convicção de ter, como diria Bourdieu (1991), direito à palavra, o que por sua vez levaria a gerar diferentes níveis e tipos de participação eleitoral.

Esta classe de explicações sócio-demográficas apresenta alguns matizes. Gaxie (1989), por exemplo, considera que as opções político-eleitorais não derivam em forma direta da posição social, mas estão mediadas por elementos ideológicos ou simbólicos que podem ter um grande peso no processo de tradução das localizações e auto-identificações sociais em preferências políticas. Segundo este autor, não é possível estabelecer uma relação automática entre localização social e participação política. Existem elementos próprios da lógica política que contribuem

para a desigual distribuição das competências entre os diferentes setores da população e que, pelo fato de intervirem nos processos de decisão do voto, também devem ser levados em consideração. O voto censitário oculto, como o denomina Gaxie (1978), não deriva apenas das desigualdades sociais, mas é construído e reproduzido dentro do campo político a partir de elementos específicos e propriedades estruturais deste campo, traçando uma divisão entre os que sabem e os que não sabem, entre os que se sentem com direito e os que não se sentem com direito a participar ativamente do jogo político, entre os especialistas ou profissionais da política e os agentes profanos, os despossuídos de recursos culturais e cognitivos que têm um interesse pela política meramente episódico, espasmódico, intermitente, chegando em certos casos à mais profunda indiferença.

Esta relativização dos fatores sociais ou estruturais mais duros, esta incorporação de elementos mais diretamente ligados a variáveis políticas, nos aproxima do segundo modelo explicativo do voto: o modelo desenvolvido e difundido pelos pesquisadores enquadrados na “Escola de Michigan”, conhecido também como paradigma psico-social. Para esta escola, o comportamento político dos indivíduos encontraria suas raízes fundamentalmente na identificação partidária, nos sentimentos de adesão a uma determinada agremiação e nas predisposições psicológicas relacionadas com a esfera política forjadas nos processos de curto, mediano e longo prazo. A identificação partidária teria lugar em etapas muito precoces da biografia de cada indivíduo, geralmente no seio da família, guiando ele depois ao longo de toda sua vida adulta. Em uma medida importante, seu comportamento político futuro seria modelado pelo grau de proximidade que tenha estabelecido com um determinado partido, pela intensidade com que se relacione e identifique com este, fatores que o ajudariam a decidir se deve se abster ou se deve ir votar e, neste caso, a que agrupação deve dar seu voto. Uma das hipóteses mais fortes defendidas por esta escola é a que postula – de modo quase que tautológico – que aqueles indivíduos que têm criado laços mais intensos com algum partido

político têm uma tendência a participar mais nos processos eleitorais que aqueles que não sentem afinidade com nenhum dos partidos políticos existentes.

Os primeiros trabalhos que deram origem a esta perspectiva foram levados adiante por um grupo de investigadores do *Institute for Social Research* da Universidade de Michigan, na década de 1950, a partir de pesquisas de opinião com amplas amostras de caráter nacional. Entre estes investigadores, um dos mais destacados foi Angus Campbell, quem conduziu uma série de estudos sobre o comportamento dos cidadãos norte-americanos na eleição presidencial de 1952, publicados em *The Voter Decides* (Campbell *et al.*, 1954), livro que marcou as análises de comportamento eleitoral por muito tempo nos Estados Unidos e no restante do mundo. Com esta obra e outras que a sucederam, como a ainda mais influente *The American Voter* (Campbell *et al.*, 1960), os defensores do paradigma psico-social buscaram contestar alguns dos principais postulados da Escola de Colúmbia. O central para Campbell e seguidores era se deter na observação das atitudes políticas dos indivíduos, relacionadas com a identificação partidária, a atitude frente aos temas do debate eleitoral e os sentimentos e reações frente aos candidatos e à oferta eleitoral específica de cada compulsão. Desta ótica, a psicologia individual e as percepções políticas pesariam mais na determinação do comportamento eleitoral do que o pertencimento grupal e as características sócio-culturais.

Para autores como Campbell, Gurin ou Millar, os partidos políticos atuavam como filtros que permitiriam aos indivíduos apreender de maneira simplificada a complexa realidade política, possibilitando-lhes determinar com maior velocidade com que fatos, com que atitudes, com que figuras do mundo político deveriam estar de acordo e com quais não, diminuindo assim sensivelmente os custos de busca e processamento da informação. A identificação partidária operaria como uma organizadora das atitudes e orientações políticas, o que se combinaria com outros elementos de curto prazo, ligados à conjuntura, ao contexto particular de cada

eleição, aos temas em debate, ao perfil e personalidade dos candidatos envolvidos na disputa e aos demais fatores próprios de cada momento político específico. Este modelo busca assim inter-relacionar elementos de longo alcance com outros mais imediatos, que têm um peso importante na formação da decisão política de cada eleitor individual e nos eventuais deslocamentos que possam se produzir nas preferências majoritárias entre uma eleição e a seguinte, o que evidentemente implica uma crítica ao determinismo sociológico de Lazarsfeld e seguidores e uma negativa a considerar as variáveis referentes à origem social do eleitor como elementos que definem o voto.

Saindo da “Escola de Michigan”, mas ainda dentro de uma perspectiva mais politicista, podemos incluir aqui tanto as explicações que se centram na forma de reação do cidadão frente à oferta eleitoral, como aquelas que privilegiam a observação do peso dos partidos políticos, os grupos ou associações profissionais e dos meios de comunicação nos processos de mobilização eleitoral. Outra vez podemos mencionar a Gaxie (1989), quem outorga grande importância à situação do “mercado político” ou da oferta eleitoral em cada conjuntura concreta: o comportamento eleitoral variaria conforme o momento político, o voto se desenvolveria dentro dos limites que impõe cada conjuntura política específica, a probabilidade de comparecer para emitir o voto dependeria do grau em que os eleitores se sentissem afetados pela eleição em questão, segundo a intensidade de seus interesses ou preferências e o que há em jogo no pleito eleitoral, todo o qual influenciaria, em grande medida, em gerar ou não a necessidade de participar do ritual eleitoral.

Em certos casos, quando se registra um baixo comparecimento se deveria à ausência de uma verdadeira concorrência, seja porque não há diferenças significativas entre os candidatos (apresentam apenas pequenas nuances), ou porque se dá uma situação de monopólio local, com um partido que tem o triunfo assegurado. Pelo contrário, quando a concorrência é mais aberta e clara, quando a

polarização é maior, a participação tende a aumentar, o qual influencia também na orientação político-ideológica do voto (Gaxie, 1989; Mayer e Perrineau, 1992). O fator explicativo mais relevante estaria dado então, basicamente, pela importância política que os cidadãos lhe confirmam à contenda eleitoral. Subileau (1997) assinala que, ao ser uma opção política deliberada, a abstenção teria um caráter seletivo ou estratégico e uma modalidade flutuante. Mas talvez possa se pensar este fenômeno de outro ângulo, e sustentar que quanto mais competitiva for uma eleição e mais houver em jogo, maior pode chegar a ser o interesse das próprias máquinas partidárias por mobilizar o eleitorado, originando, mesmo nos casos latino-americanos, alguns picos ascendentes nos níveis de votação dentro de uma tendência geral declinante.

No que diz respeito especificamente ao abstencionismo, existem autores como Thomas (1997), Subileau (1989, 1997) ou o próprio Gaxie (1989) que atacam a universalidade das interpretações sociológicas e psicológicas tradicionais. Eles alegam que em certas sociedades o absentismo eleitoral muitas vezes teria um caráter intermitente. A intermitência da abstenção estaria configurada por pessoas que de forma consciente decidem comparecer em algumas oportunidades às urnas e não irem em outras. Ao serem opções deliberadas e não permanentes, não poderiam ser entendidas como sinônimo de exclusão ou marginalização social, já que em casos como estes a participação política assumiria características de relativa autonomia frente à situação social e à participação num sentido mais amplo. Isto implica um questionamento às correlações entre exclusão social, anomia, sentimento de incompetência política e abstenção eleitoral estabelecidas pelas interpretações sociológicas tradicionais, pois muitos dos que não votam não o fariam, segundo estes autores, não por estarem sofrendo uma situação de apatia ou anomia, mas tomariam essa decisão de maneira consciente, optando em certas circunstâncias por não exercer o direito a expressar sua opinião nas urnas (ou, podemos agregar, preferindo expressar outro tipo de opinião, “não convencional”, segundo o que discutiremos mais adiante).

Além disso, os autores citados estimam que em muitos casos o voto pode ser visto como um ato que denota a identificação com uma coletividade, um reflexo da visão de mundo que tem o grupo do qual faz parte o indivíduo ou uma forma de manifestar um sentimento de pertencimento. De tal sorte que poderiam ser invertidos os termos e passar a considerar o comportamento político não já como variável dependente, mas como variável explicativa de integração ao espaço público democrático. Neste caso o comportamento eleitoral é visto como um tipo de participação que permite aos indivíduos se assimilarem socialmente. O voto é interpretado, assim, como uma ferramenta ou fator de legitimação frente aos outros, sobretudo como uma ferramenta utilizada por aqueles indivíduos ameaçados por desclassamento ou efetiva marginalização, por aqueles indivíduos que contam com um escasso capital material, cultural e social. O voto, desta perspectiva, é interpretado como uma forma de reivindicar a qualidade de cidadão, como um modo de reafirmar uma identidade ou, como bem assinala Gaxie (1978), pode representar uma forma de expressar a conformidade com o conjunto de normas que regem a sociedade. Um exemplo concreto desta função do ato eleitoral seria aquele que oferece Thomas (1997) quando aborda a situação das pessoas de idade, as que fariam uso do direito ao voto como uma maneira de demonstrar (e demonstrar a si mesmos) que ainda pertencem à comunidade política nacional. Claro que nem sempre o potencial simbólico de integração que encerra um voto é suficiente para cobrir as enormes carências em termos de educação, cultura ou insuficiente realização de direitos sociais, econômicos e políticos. Outros atos, outras formas de participação política podem se tornar necessárias para os que resistem à definitiva exclusão ou marginalização social. É neste contexto que ganham terreno na Argentina – e de um modo geral em boa parte da América Latina –, as novas modalidades de participação política e as novas formas de expressão social discutidas no capítulo precedente.

Mas voltando às explicações que a literatura oferece sobre os diferentes tipos de comportamento eleitoral, estão também aquelas que assinalam um paralelo entre

o aumento do absentismo e a perda de legitimidade do sistema político como um todo. Nesta linha se inscrevem as interpretações que vêem a abstenção e a inconstância nas opções partidárias realizadas pelo eleitor como fenômenos sumamente preocupantes, que poriam em risco o próprio funcionamento das instituições democráticas (Subileau, 1997), configurando uma postura claramente antitética com a de vários dos pensadores enrolados na escola *elitista* da democracia tais como Lester Milbrath, Gabriel Almond e Sidney Verba, Harry Eckstein ou Giovanni Sartori, para os quais – como foi dito em outros lugares deste trabalho – uma participação moderada e um comportamento eleitoral flutuante constituiriam sintomas de boa saúde e auspiciosos sinais para o futuro dos regimes democráticos.

Este paralelo entre abstencionismo, volatilidade e deslegitimação política dispara interrogantes que giram em torno do valor que pode ter um voto para aquelas pessoas que se encontram em situações de plena marginalização, em situações de exclusão social extrema. Tais indivíduos, em que medida podem sentir que exercem algum poder efetivo de controle dos representantes ou chegam a contar com algum peso nos processos de tomada de decisões? Nestes casos a abstenção pode refletir simultaneamente a crise da democracia representativa, a crise das instituições de mediação, uma rejeição mais geral a todo o sistema político, um cansaço com os procedimentos, uma forte decepção com as promessas recebidas ou com a falta de verdadeiras opções políticas num contexto de acelerada indiferenciação.

No caso argentino, como veremos com maior detalhamento nas próximas páginas, o que se observa é uma combinação de um absentismo estrutural ou de caráter permanente que tende a se consolidar e aumentar, coexistindo com um absentismo de caráter tático ou conjuntural ou de tipo mais político. Encontramos assim diferentes classes de abstenção: por um lado está aquela que é produto de fatores sociais e, por outro, a que tende a ser fruto de situações políticas concretas, que em algumas circunstâncias específicas – cada vez mais freqüentes, certamente –

estimulariam uma rejeição global ao sistema político partidário e à instância eleitoral, por não perceber esta como ferramenta capaz de impulsionar processos de mudança e de transformação social. No passado eleitoral argentino, abstenção podia ser sinônimo de falta de integração social, hoje não tem só este significado: em muitos casos a abstenção é reflexo de uma atitude de “vingança” contra o conjunto dos dirigentes políticos, de vingança contra o que nos últimos anos vem se rotulando como a “classe política”. E isto encontra conexão também com processos muitas vezes inéditos de ressignificação do ato eleitoral, como o que acontece com os enormes contingentes de cidadãos que optam por emitir um sufrágio em branco ou anular o voto, conferindo-lhe assim outros sentidos diferentes dos previstos na normativa legal.

Mas não podemos terminar esta seção sem antes mencionar outros dois tipos de enfoque que ocupam um lugar importante na literatura especializada. Nos referimos às explicações centradas no modelo de ator racional – também conhecidas como modelo econômico do voto – e àquelas que põem sua atenção nas questões político-institucionais, no arcabouço institucional que surge das normas e da legislação eleitoral e político-partidária de cada país.

A primeira destas duas explicações mencionadas assimila o voto a uma decisão ou transação de natureza econômica, tomada em termos de custos e benefícios calculados racionalmente pelo eleitor de forma individual. Para certos autores que se enquadram nesta linha interpretativa, como é o caso de Anthony Downs (1999), o voto pode ser tomado como um investimento, à espera de benefícios futuros. Para outros, também defensores do modelo econômico do voto, pode implicar um ato de consumo simbólico. A avaliação do eleitor no momento de escolher o candidato ou partido que maximize seus benefícios individuais pode se produzir a partir de uma análise retrospectiva do desempenho de partidos e candidatos no passado, ou pode estar baseada num exame prospectivo, em que o eleitor busca antecipar as políticas que os diferentes candidatos e partidos levariam

a cabo em caso de resultarem eleitos. Os pressupostos básicos desta escola são os do individualismo metodológico.

Além de Downs, quem dedicou especial atenção ao desenvolvimento de modelos espaciais de competência política e que sentou boa parte dos pilares do novo paradigma explicativo do comportamento eleitoral com sua *An Economic Theory of Democracy*, de 1957, podemos mencionar a Riker (1962), Buchanan e Tullock (1962), Kramer (1971) e Brams (1978) como alguns dos autores que têm dedicado importantes esforços ao desenvolvimento desta linha de interpretação, aplicável tanto ao comportamento dos eleitores quanto às atitudes, orientações e decisões de candidatos e partidos, os que atuariam como verdadeiras empresas políticas que buscam maximizar os votos a seu favor. Todos estes autores têm destacado o peso que a racionalidade individual tem nas opções que se exercem ao votar. Entre os elementos que os eleitores levariam em consideração no momento de decidir sua atitude frente à convocatória eleitoral estão os benefícios que esperam obter por parte de cada uma das agremiações políticas envolvidas na disputa em caso de que consigam alcançar o poder, frente aos custos de ter que se inscrever – nos casos em que o registro eleitoral não seja automático e permanente – e ter que se transladar ao lugar de votação. Em tais cálculos intervém também o número de cidadãos que cada indivíduo supõe que comparecerá no dia da eleição e de quão fechada seja a disputa. Estes dois últimos elementos exerceriam uma influência significativa sobre a decisão de participar ou não do pleito eleitoral. Assim, para estes modelos de eleição racional ou *rational choice*, a opção por votar ou não votar dependerá basicamente dos benefícios que o eleitor espera obter com esse ato.

Entre as críticas mais contundentes que tal perspectiva vem recebendo, se encontra a que assinala a irreabilidade de incluir todos os eleitores num único modelo de comportamento político, o do *homo economicus*. Os críticos mencionam, ademais, os sérios inconvenientes que traz atrelado o fato de se tentar analisar um processo eleitoral a partir de uma única espécie de racionalidade, para uma única

classe de ator, operando num único tipo de mercado político. Como bem diz Lehingue (2001), posturas como estas, de total indiferença frente às diferenças, de marcado etnocentrismo e de universalização de categorias de pensamento que em muitos casos só têm em comum com outras realidades históricas ou espaciais a designação genérica e ilusória do nome, não contribuem para um cabal entendimento do comportamento dos eleitores e de sua orientação frente a cada pleito concreto.

Por último, no que se refere à outra perspectiva recém citada, a perspectiva institucionalista, o comportamento eleitoral se estruturaria e variaria em função do tipo de eleição, do tipo de escrutínio e segundo a quantidade, o tamanho e a distribuição das circunscrições, segundo os campos e espaços territoriais da competição política. Sob este enfoque, nem a posição social, nem as bases grupais, nem as orientações psicológicas dos indivíduos constituiriam fatores primordiais e determinantes dos níveis de abstenção e dos diferentes modos que assume o comportamento político eleitoral da cidadania. O que mais pesaria como elemento definidor da atitude dos cidadãos em condições de votar seria a natureza de cada eleição e o contexto institucional em que se desenvolve. Subileau (1997) descreve a existência de numerosos indícios que demonstram, por exemplo, que o nível de comparecimento é sempre mais alto em eleições presidenciais do que em eleições intermediárias destinadas a designar outras autoridades. Isto porque, como indicam Mayer e Perrineau (1992), o caráter personalizado e decisivo da eleição presidencial induz muitos eleitores a sufragar, os quais não se tomariam o trabalho de ir às mesas de votação se a eleição fosse para designar representantes perante os órgãos legislativos. O mesmo tende a se verificar quando se comparam as eleições nacionais com outras de caráter local, regional ou supranacional, que em geral suscitariam menor interesse na cidadania. Isto tem sido longamente comprovado em vários países europeus, onde as eleições nacionais costumam atrair mais cidadãos do que as eleições municipais e do que as disputas para escolher deputados perante o parlamento supranacional.

Outro dos assinalamentos do enfoque institucionalista é aquele que indica que a abstenção aumenta paralelamente ao crescimento no número de escrutínios. Mayer e Perrineau (1992), ao igual que outros autores, indicam que quando maior é a frequência de consultas eleitorais, menor é a vontade cidadã de participar nas instâncias de votação. Assim mesmo, vários autores destacam as diferenças nos índices de comparecimento derivadas da fórmula eleitoral utilizada: as fórmulas que seguem o princípio de representação proporcional motivariam, pelo fato de deixarem menos sufrágios sem representação e assim desperdiçarem menos votos, um maior índice de comparecimento às urnas. O mesmo aconteceria com os sistemas de dois turnos para a eleição de cargos executivos, nos quais o segundo turno tende a mobilizar mais a cidadania, devido ao caráter decisivo e definitivo que reveste seu resultado. Nestes casos, o que se busca destacar é o papel do contexto institucional como fonte de motivação instrumental para os diferentes atores políticos que conformam os diversos cenários do jogo eleitoral.

Também são citados o caráter automático ou voluntário do registro eleitoral, o caráter optativo ou obrigatório do voto e outros incentivos ou desincentivos legais ou administrativos que podem levar a que mais ou menos pessoas se dirijam às mesas de votação no dia da eleição. Entre estes últimos, muitos citam o exemplo de países como a Itália, onde são adotadas uma série de medidas que facilitam e estimulam a presença massiva de eleitores nas mesas de votação: estas permanecem abertas por dois dias consecutivos – decretados como feriados especiais –, há descontos importantes nos meios de transporte e são oferecidas passagens gratuitas para os que devam se transladar a seus distritos de origem para votar. Tais fatores – junto à existência da obrigatoriedade do sufrágio – ajudariam a explicar os índices de comparecimento superiores aos 90% que exhibe a democracia desse país ao longo das últimas décadas.

A modalidade de registro nas listas eleitorais é um dado não menor. É um fator que incide especialmente nos índices de comparecimento entre os cidadãos em idade de votar. Bingham Powell (1980), num estudo em que analisa os processos eleitorais de trinta democracias, assinala que se os cidadãos devem assumir a responsabilidade de se registrar para poder votar, o sufrágio se torna mais oneroso, pois implica um duplo esforço: se registrar primeiro, e depois votar, o que motiva menores índices de comparecimento às urnas. É o que acontece nos Estados Unidos, por exemplo, país onde cabe aos próprios cidadãos se inscreverem num registro eleitoral que é confeccionado em ocasião de cada ato eleitoral. Estimativas mencionadas por Dalton (1996) indicam que, se o registro fosse automático e permanente, nesse país a participação eleitoral subiria dez pontos percentuais. É o que acontece também no caso do Chile, onde o registro é voluntário e o voto é obrigatório para os que se encontrem inscritos. Esta combinação logicamente incide de modo negativo sobre os índices de comparecimento eleitoral, dado que estimula sobretudo os mais jovens a não se inscreverem, já que uma vez incluídos nos registros, passam a ter a obrigação de votar em todos os atos eleitorais.

Mencionávamos também o caráter voluntário ou obrigatório do voto como um elemento central que explica as enormes diferenças que encontramos ao confrontar diferentes regimes democráticos. Em seu estudo comparativo, Bingham Powell (1980) demonstrou algo que em princípio resulta bastante óbvio: nos países nos quais o ato de votar é obrigatório, a participação é mais elevada do que nos países onde votar é facultativo. O que não parece tão óbvio é explicar por que diminuem as taxas de comparecimento em países onde o voto continua sendo obrigatório e a legislação prevê sanções para os não cumpridores. O paradigma institucionalista não explica os processos de queda nos índices de participação eleitoral em países como a Argentina, o Brasil, o Chile ou a Bolívia, onde o voto tem mantido seu caráter obrigatório. O enfoque institucionalista por si só resulta claramente insuficiente quando tentamos explicar os fenômenos sócio-políticos mais recentes de generalizada rejeição da instância eleitoral e aumento da abstenção

por parte de amplos e cada vez mais numerosos setores da população dos nossos países. Isto nos demonstra, mais uma vez, a necessidade de enfoques combinados, que dêem conta da complexidade do fenômeno em todas suas dimensões e nos permitam apreender a pluralidade de significados sociais e mensagens que encerra o sufrágio em cada sistema político concreto. Evidentemente as questões institucionais não podem ser consagradas como a fonte de toda explicação, outros fatores também devem ser analisados e combinados com elas; e entre estes fatores, insistimos, os de caráter sócio-político revestem um valor fundamental para a análise de sistemas políticos como o argentino.

Explicações para o voto em branco e o voto nulo

Déloye e Ihl (1991), num excelente trabalho sobre o voto branco e o voto nulo, constatam que são muito pouco freqüentes as análises e investigações sobre este tema nas diferentes correntes até aqui mencionadas. Na literatura especializada, resulta muito difícil encontrar estudos específicos que abordem e analisem estes tipos de comportamento eleitoral. Como bem assinala Brechon (2001), os votos em branco e os votos nulos não recebem grande atenção por parte dos especialistas da ciência política. Podemos agregar que as escassas menções sobre o voto em branco e o voto nulo em investigações mais gerais costumam estar acompanhadas de uma atitude de menosprezo, pois são considerados comportamentos desviados e marginais ou fruto de erros produzidos no ato de emitir o voto ou no processo de contabilização dos sufrágios, não resultando, portanto, dignos de maior interesse. Este menosprezo, este constante desdém, surpreende duplamente porque não apenas se manifesta no campo jurídico e político partidário⁵⁵, mas também dentro do

⁵⁵ A título de exemplo, cabe mencionar que a Suécia é o único país europeu onde os votos em branco são levados em consideração na hora de distribuir as cadeiras legislativas entre os diferentes partidos que disputam uma eleição (Bréchon, 2001; Lafond, 2002). Na América Latina, só o Uruguai outorga peso político ao voto em branco, ao estabelecer que estes devem ser contabilizados na hora de determinar se a chapa presidencial que obtém o primeiro lugar na eleição poderá ser consagrada como vencedora no primeiro turno, ou se deverá disputar um segundo turno com a segunda chapa mais votada. Em geral, os votos em branco e nulos não apenas não são

âmbito da própria ciência política e da sociologia eleitoral. Nos atrevemos a dizer que a explicação para tamanha omissão residiria, mais uma vez, no fato de que os pressupostos elitistas da teoria democrática hegemônica no campo acadêmico bloqueiam a possibilidade de incorporar comportamentos que desafiem, impugnem ou questionem o quadro institucional estabelecido. Comportamentos que não resultem de uma iniciativa das elites dirigentes, que não se vejam contemplados, reconhecidos ou valorizados na arquitetura político institucional, não são levados em consideração pelas análises e enfoques que aderem à linha acadêmica dominante, e isto, como já foi dito em nosso trabalho, leva a um empobrecimento na capacidade de compreender de maneira mais acabada a complexidade dos regimes políticos do continente.

O que aconteceu em eleições como as que tiveram lugar na Argentina em outubro de 2001 para renovação parcial de legisladores nacionais, nas que a soma de votos em branco e nulos superou, em vários distritos, o caudal de apoio conseguido pelas diferentes listas de candidatos, reclama atenção para a imperiosa necessidade de recuperar o sentido e a intencionalidade destes votos. O que aconteceu naqueles comícios nos obriga a repensar o marco interpretativo normalmente utilizado ao serem investigados os diferentes modos de comportamento eleitoral, para passar a incluir na análise, de maneira mais destacada, a opção exercida pelos setores da cidadania que resolvem expressar sua opinião de uma forma que escapa à lógica de um vínculo político fundado em decisões individuais prioritariamente destinadas a conformar os corpos de representantes. Resultados como o daquele pleito, onde a opção pela “saída” alcança tal grau de massividade – usando aqui um conceito de Albert Hirschman (1991) que retomaremos mais adiante –, impulsionam a nos interrogarmos acerca da multiplicidade de sentidos que pode encerrar um voto e a observar de que maneiras o procedimento eleitoral pode ser instrumentalizado e ressignificado, de que

contabilizados, mas também costumam ser ignorados nas estatísticas dos órgãos eleitorais oficiais (os resultados difundidos por tais entidades amiúde são calculados exclusivamente sobre o universo de votos “válidos”). O mesmo acontece com os números referentes à abstenção eleitoral.

maneiras pode ser reorientado para transmitir outras mensagens, consagrando usos diferentes, não previstos na lógica “oficial”, e deslocando a função que institucionalmente lhe fora atribuída. O que nos leva a concordar com Parodi (2001), Zulfikarpasic (2001) e Lafond (2002) quando assinalam que se torna cada vez mais necessário levar em consideração não só a dimensão eleitoral do voto, mas também sua dimensão expressiva ou simbólica, a múltipla carga de significados que pode trazer atrelado cada sufrágio.

Como uma das possíveis hipóteses explicativas deste tipo de comportamento eleitoral, é possível sustentar, na linha do que manifestam Déloye e Ihl (1991), que ao anularem o voto – ou ao votarem em branco – quiçá muitos eleitores estejam lutando por conquistar um espaço de autonomia sócio-política e aspirando a se reencontrarem com o coletivo social do qual fazem parte. Reencontro que operaria de modo independente dos partidos políticos e até de maneira antagônica às agremiações partidárias oficialmente reconhecidas. O voto, exercido desta forma, assumiria o caráter de uma ferramenta de expressão política anti-representativa e irrepresentável. O voto nulo constituiria uma modalidade de expressão carregada de uma crítica contundente à chamada “classe política” e ao funcionamento das instituições representativas, sem por isto assumir necessariamente uma direção antidemocrática. Ainda mais, poderíamos dizer que quando a anulação do voto alcança um caráter massivo, a cidadania pode conseguir – contra tudo o que seria esperável a partir de uma leitura tradicional da dinâmica eleitoral – a repotencialização do valor do sufrágio e o redimensionamento do peso que este tem no cenário político, conferindo assim maior visibilidade a sua opinião. Casos como o da Argentina em 2001 mostram como, votando a “ninguém”, os eleitores acreditaram exercer maior influência política, ou pelo menos um impacto político momentâneo mais forte, que se tivessem se inclinado por uma das alternativas que compunham a oferta eleitoral convencional.

Vale ressaltar ademais que em circunstâncias nas que o voto nulo alcança elevadas proporções estamos outra vez frente à manifestação de um fenômeno já

mencionado em outros lugares deste trabalho e que não está demais recordar: uma tendência anti-institucionalizante ou desinstitucionalizadora que atravessa a estrutura política e social de vários países latino-americanos, tendência que compreende um acelerado processo de desmobilização no plano institucional e, paralelamente, um processo de acentuada mobilização nos novos e diversos âmbitos extra-institucionais gerados nos últimos anos. Assim, ao anular o sufrágio, uma porção nada desprezível da cidadania argentina se inclina por questionar os grupos dirigentes e, ao mesmo tempo, objetar os próprios mecanismos de seleção de autoridades, desafiando por sua vez os padrões de “representação política” e de “normalidade” instituída.

Na Bolívia, para citar outro caso, os chamamentos dos movimentos indígenas e camponeses a não entrar no jogo eleitoral proposto pelo governo nacional constituíram, em julho de 2004, uma tentativa de separar o momento eleitoral do instituído, de escapar das opções previstas pelo “poder” ou pela “classe política”, conquistando outros significados sócio-políticos mais fortes, que transcendam o âmbito da política institucionalizada e rotineira, que marquem o processo de radical contestação e desafio à ordem vigente que ditos movimentos protagonizam. As convocatórias a não participar ou a anular o sufrágio, massivamente acatadas, buscam esvaziar de sentido o ato oficial. E apontam também, em certa medida, a questionar a concepção individualista e liberal que encerra o voto e a aproveitar estrategicamente a oportunidade para, se reapropriando deste ato, enviar outras mensagens ao restante da cidadania e aos poderes institucionalmente estabelecidos.

Apoiando-nos outra vez no expressado por Déloye e Ihl (1991), vale assinalar que a riqueza que encerram os votos nulos poderia ser descoberta a partir de estudos de etnografia eleitoral. Em muitos casos, como destacam estes autores, os votos nulos podem chegar a dizer bastante mais sobre os modos de produção da opinião do que os votos considerados “normais”. Estudando as cédulas eleitorais

invalidadas – ou os papéis e demais elementos que tenham sido colocados em lugar destas – poderia ser captada a mensagem desses votos que rompem com a uniformidade, com a despersonalização burocrática, com a serialização – como dizia Sartre – que impõem a cada indivíduo o ato de escolher e a prática do sufrágio universal numa sociedade de massas.

De fato, os autores recém citados, buscando levar à prática este enfoque, realizaram um estudo qualitativo do voto nulo, a partir do qual construíram uma interessante tipologia que lhes permitiu determinar e ordenar as formas de apreender a política que tinham os votantes franceses nas últimas décadas do século XIX. Esta tipologia lhes possibilitou entender melhor e de um modo mais amplo as razões e significados do comportamento eleitoral das diferentes classes de votantes, levando-os à conclusão de que a cédula anulada pode oferecer uma fonte documental inestimável para a análise política, não enviesada por meios tradicionais de investigação como a entrevista ou a pesquisa de opinião. A cédula anulada, para Déloye e Ihl, seria uma fonte valiosa porque refletiria a intencionalidade expressada no próprio ato de votação, e não a argumentação, justificação ou reconstrução racionalizada *ex post* pelo votante, em que se perdem boa parte das variáveis específicas que operaram no momento de emitir o sufrágio.

Podemos considerar que quando na análise dos processos eleitorais reservamos um particular espaço ao estudo da abstenção, do voto em branco e do voto nulo, a interpretação cobra vãos mais altos, dando conta da multiplicidade de significados que reúne o ato eleitoral, dos diferentes modos de apropriação e reapropriação de que é passível e das diversas formas de enunciação e de transmissão de mensagens que o cidadão trata de exercer na cabine de votação. E ganha um vão mais alto porque passamos a prestar uma atenção mais cuidadosa a comportamentos que rompem com a prática normalizada, estandarizada, anônima e livre de paixões implícita na obrigação imposta ao eleitor quando, das instituições, lhe dizem que tem que optar por uma das cédulas eleitorais oficializadas, pela

cédula de um dos partidos ou alianças eleitorais habilitados para disputar o apoio popular. Ao outorgar maior interesse ao voto em branco e ao voto nulo, geramos – como bem sustenta Lafond (2002) – a possibilidade de interpretar uma relação bidirecional, na qual o eleitor busca se comunicar com os candidatos e partidos que disputam a eleição, se negando a ser um simples receptor de mensagens produzidas em outro âmbito e a ter que adotar um comportamento meramente reativo frente a uma demanda pontual gerada pelo sistema político estabelecido.

Em termos individuais, o fato de apelar ao uso do voto nulo pode disparar, em alguns casos, um processo de personalização da opinião e uma reafirmação identitária e valorativa na mente do eleitor lhe abrindo a possibilidade de pôr em movimento seu engenho e originalidade para tentar “desnormativizar”, “desuniformar”, “desmassificar” ou “individualizar” sua opção resignando o potencial de eleição em favor de um aumento na capacidade de expressividade que pode oferecer o sufrágio. Ao mesmo tempo, em termos mais gerais, quando o voto nulo ganha um alto grau de massividade se erige numa forma privilegiada de expressar o protesto, se converte num exercício de criatividade coletiva e de resignificação popular do ato de votar, tornando-se um verdadeiro fato político gerado por fora das elites estabelecidas. Se prestarmos atenção às mensagens mais freqüentemente introduzidas nos envelopes de votação, comprovaremos como em certas circunstâncias se desata uma espécie de concorrência entre os eleitores para ver quem consegue expressar com maior contundência e originalidade sua rejeição pela classe política e exteriorizar sua insatisfação perante o modo em que vêm funcionando as instituições da democracia representativa e perante os pobres resultados que têm alcançado ao longo destas duas décadas. Observaremos isto mais detidamente quando analisarmos algumas disputas eleitorais especialmente importantes que têm se desenvolvido na Argentina dos últimos anos.

Claro que não devemos exagerar a criatividade e autonomia do eleitor na hora de expressar sua desconfiança e hostilidade frente aos candidatos e partidos

políticos que disputam a eleição: em casos como o das eleições argentinas de 2001, os meios de comunicação tiveram um papel fundamental na propagação e consagração social do fenômeno. Ao difundirem pesquisas de opinião que antecipavam comportamentos eleitorais atípicos em escalas inéditas na história nacional e alentar, ao mesmo tempo, tais comportamentos, os meios contribuíram decisivamente a outorgar-lhes reconhecimento social e ajudaram a consolidar as elevadas proporções de voto em branco e voto nulo finalmente alcançadas. Eles colaboraram para instalar uma expectativa na cidadania que consistia já não mais em ver que partido ganharia a eleição, mas em prognosticar que percentual do eleitorado deixaria de votar ou exerceria o “voto bronca”, o voto de rejeição ao que os próprios meios definiam como “a elevação do custo da política”.

Vamos a analisar, então, a partir de agora, duas oportunidades em que os comportamentos eleitorais “não convencionais” encontraram sua máxima expressão na política argentina: o pleito eleitoral levado a cabo em outubro de 2001 para a renovação parcial da Câmara de Deputados da Nação, já mencionado, em que o voto “negativo” alcançou valores extraordinariamente elevados, nunca antes vistos na história eleitoral do país, e os processos eleitorais levados a cabo em 2003, nos quais as marcas distintivas foram a fragmentação ou dispersão eleitoral (no caso da eleição presidencial do mês de abril) e o recorde de absentismo (nas eleições para legisladores nacionais e para autoridades provinciais e locais realizadas ao longo daquele ano).

As eleições legislativas de 2001: explosão do “voto bronca”

Os votos em branco e nulos – ambos batizados nos meios de comunicação como “voto bronca” – aumentaram dramaticamente nas eleições para legisladores nacionais de outubro de 2001, tanto quando os comparamos com os números da eleição anterior como quando observamos a média histórica. Enquanto que em

1999, para a categoria de deputados nacionais, a soma destes tipos de sufrágio tinha sido de 1.315.844 votos, equivalente a 6,6% do total de votos emitidos ou a 5,4% do eleitorado habilitado para votar, dois anos mais tarde, em outubro de 2001, estes valores quase se quadruplicaram, chegando a 4.508.883 votos em branco e nulos, 24,0% do total de sufrágios ou 18,1% dos cidadãos incluídos nos registros eleitorais. Considerando estes separadamente, o voto em branco quase tinha se duplicado (de 5,7% em 1999 passou a 10,8% em 2001), enquanto que o voto nulo tinha aumentado de maneira extraordinária, subindo de 1,0% em 1999 a 13,2% em 2001 (quadros 9 e 10)⁵⁶. Esses 4 milhões e meio de votos em branco e nulos apenas foram superados pelo *Justicialismo*, as demais listas partidárias ficaram todas atrás deles.

Também houve um sensível aumento da abstenção. Em 1999 não compareceram às urnas 4.288.441 cidadãos, 17,8% dos registrados. Dois anos mais tarde, nas eleições legislativas de 14 de outubro de 2001, os que não cumpriram com seu dever cívico somaram 6.104.870, vale dizer, 24,5% do eleitorado habilitado para votar, o que constituiu o índice de absentismo mais alto desde a restauração das instituições democráticas, em 1983⁵⁷. Se somarmos votos em branco, nulos e abstenção, veremos que 42,6% do eleitorado inscrito nos registros (ou 41,6% se tomarmos o cômputo correspondente a senadores nacionais) lhe

⁵⁶ Na Argentina, o voto em branco para a eleição de legisladores nacionais situou-se numa média de 1,5% nos anos 80 e subiu para 3,8% nos 90, muito longe dos 10,8% verificados em outubro de 2001. Com os votos nulos o contraste também é por demais eloqüente: 0,5% nos 80 e 0,8% nos 90 contra 13,2% nas eleições legislativas de 2001.

⁵⁷ As taxas de participação eleitoral na Argentina exibiram valores importantes durante grande parte do século XX, alcançando, em 1958, a marca histórica de 90,7% do eleitorado inscrito. Na etapa inaugurada em 1983, com o processo de redemocratização, a média de participação eleitoral para as eleições presidenciais de 1983, 1989, 1995 e 1999 foi de 83,2% (Direção Nacional Eleitoral). Para as eleições legislativas não simultâneas com as presidenciais, os índices de comparecimento foram sempre inferiores (como é esperável, de acordo com as análises teóricas vistas em páginas anteriores – Mayer e Perrineau, 1992; Subileau, 1997, etc.), estando mesmo assim muito distantes dos valores alcançados em 2001. Concretamente nas duas eleições destinadas a escolher deputados nacionais não simultâneas com as eleições presidenciais realizadas nos 80, a média de participação foi de 84,0%, nas três disputas levadas adiante nos 90 a média de participação situou-se em 80,4%, com uma tendência já declinante.

deram as costas a todas as listas apresentadas pelos diferentes partidos e alianças eleitorais que disputavam o voto cidadão nessa eleição (quadro 10).

Quadro 9: Eleições para legisladores nacionais – 14 de outubro de 2001
Votos em branco e nulos como proporção do total de votos emitidos

	Em branco (%)	Nulos (%)
Senadores	9,2	13,4
Diputados	10,8	13,2

Fonte: Dirección Nacional Electoral – Ministério do Interior - Argentina

Quadro 10: Eleições para legisladores nacionais – 14 de outubro de 2001
Votos em branco, votos nulos e abstenção como proporção do eleitorado habilitado para sufragar

	Em Branco (%) (1)	Nulos (%) (2)	Abstenção (%) (3)	(1) + (2) + (3) (%)
Senadores	6,9	10,1	24,6	41,6
Diputados	8,1	10,0	24,6	42,6

Fonte: Dirección Nacional Electoral – Ministério do Interior - Argentina

Estes comportamentos responderam a uma profunda indignação frente à traição ao mandato outorgado em 1999 e a burla às expectativas depositadas por aqueles que nesse ano votaram por uma mudança e quiseram terminar com a década menemista escolhendo a “*Alianza por el Trabajo, la Justicia y la Educación*”, formada pela *Unión Cívica Radical* e a *FREPASO*. Diferentemente do que aconteceu em processos eleitorais anteriores, nos quais se a cidadania sentia-se decepcionada com o elenco governante tendia a votar pelos partidos de oposição, nesta oportunidade não houve nenhuma agremiação que fosse capaz de canalizar massivamente o descontentamento, produzindo-se assim um “voto castigo” contra o conjunto da classe política, não limitado à coalizão governante e que constituiu um

prelúdio do “*¡Qué se vayan todos!*” gritado nas ruas e praças das principais cidades argentinas dois meses mais tarde⁵⁸.

Nas circunstâncias que são objeto da nossa análise, a cidadania não percebeu o poder legislativo como um âmbito que pudesse impulsionar a mudança nos rumos governamentais. Como bem aponta Nicolás Cherny (2003), o processo de personalização da política e o desprestígio dos corpos deliberativos levaram a que amplos setores vissem tais órgãos como obstáculos, e não como âmbitos que pudessem aportar uma solução para os graves problemas do país – o que nos faz lembrar um ponto assinalado por Mayer e Perrineau (1992), já mencionado nas primeiras páginas deste capítulo. Isto, ademais de constituir outro sintoma da crise que sofrem as instituições democráticas, contribui para explicar por que uma porção importante do eleitorado “escolheu não escolher” e optou por dar outra função a seu voto.

A opção por não votar a nenhuma das listas oferecidas pelos partidos políticos não é nova, já houve na Argentina circunstâncias em que o comumente chamado “voto negativo” alcançou níveis muito elevados. Devemos lembrar, por exemplo, a histórica eleição presidencial de 1963 quando, ante a proscricção do peronismo, um de cada cinco votantes emitiu um sufrágio em branco⁵⁹. Cumpre citar também o que acontecia na última década do século XIX e primeiros anos do

⁵⁸ Poderíamos interpretar esta massiva rejeição aos partidos políticos argentinos à luz da classificação ideada por Albert Hirschman (1991) e afirmar que a “saída” teria sido, para muitos, a última opção que restava, depois de várias tentativas e mudanças de partido naquilo que entenderam como uma busca inútil em prol de uma alternativa melhor. A partir da conceitualização deste autor (ver especialmente o capítulo 2 de “Saída, voz e lealdade”), o que aconteceu nas eleições argentinas de 2001 poderia ser visto como o fim de um sistema em que a concorrência entre agrupações cada vez mais semelhantes tinha funcionado até então como mecanismo dispersivo e neutralizador do protesto popular.

⁵⁹ Nesta oportunidade, o candidato triunfador, Arturo Illia, da *Unión Cívica Radical del Pueblo* (UCRP) chegou à Presidência da República com escassos 25,1% de apoio eleitoral, em segundo lugar situaram-se os votos em branco, que somaram 19,1% dos votos emitidos na eleição (Direção de Informação Parlamentária, Câmara dos Deputados da Nação, 1993). Isto repete o que tinha acontecido seis anos antes, em 1957, quando frente à convocatória para escolher convencionais constituintes realizada pelo governo militar que derrubou Juan Domingo Perón, os votos em branco somaram 24,3%, obtendo o primeiro lugar da eleição.

século XX, quando a *Unión Cívica Radical*, frente às convocatórias oficiais, chamava à “abstenção revolucionária” como modo de pressionar as oligarquias que detinham o controle dos poderes estatais para que abrissem o sistema político e implementassem uma nova legislação que oferecesse garantias de processos eleitorais limpos e livres.

Contudo, o inovador do caso que estamos analisando reside no fato de que, a diferença do que acontecia naquelas oportunidades, em 2001 não havia nenhuma força política proscrita, não havia partidos que tivessem vedada a possibilidade de apresentar candidaturas e que por isto chamassem a votar em branco ou à abstenção. Em outubro de 2001 não houve agremiação política relevante que convocasse a votar em branco, a anular o sufrágio ou que exortasse a não comparecer às mesas de votação e, mesmo assim, uma proporção muito alta do eleitorado não foi votar e houve um percentual extraordinariamente elevado da cidadania que optou por votar em branco ou anular o sufrágio em lugar de outorgar seu voto a uma das propostas políticas que concorriam na eleição. Nesta oportunidade, para uma porção considerável dos argentinos, a instância eleitoral operou como instrumento para exteriorizar a raiva e o protesto, em lugar de servir para escolher os integrantes dos órgãos legislativos. Isto nos faz lembrar que na análise dos processos eleitorais devemos prestar atenção, como dizemos páginas atrás, não apenas à dimensão eletiva do sufrágio, mas também a sua dimensão simbólica e a suas funções de expressão e de denúncia.

Nestes comícios legislativos ficou evidente o cansaço coletivo ante a persistente recessão econômica, o vertiginoso aumento do desemprego e os reiterados escândalos de corrupção nas altas esferas governamentais. Este mal-estar profundamente estendido traduziu-se num castigo generalizado, numa reação que não fez distinções entre as diferentes agremiações partidárias. Para uma proporção importante do eleitorado, todos os partidos políticos e seus líderes, independente de suas bandeiras e ideologias, eram responsáveis pelo agravamento da crise e pela

falta de respostas superadoras e conseqüentemente deviam ser punidos nas urnas mediante uma “saída” em massa do eleitorado. Cabe advertir, entretanto, que em princípio tal repúdio massivo contra políticos e agremiações partidárias não implicou um voto contra o regime democrático. O que houve foi um voto contra o modo em que funcionam as instituições democrático-representativas no país, um voto contra os mecanismos tradicionais de mediação e de representação política, um voto que, como bem aponta Juan Carlos Torre (2003), expressou o desencontro entre a vitalidade das expectativas democráticas cidadãs e o comportamento efetivo das agrupações partidárias.

Em que pese ser verdade que houve uma campanha orquestrada por grupos econômicos importantes e por grandes meios de comunicação que estimularam este tipo de reação cidadã com a velada intenção de socavar o consenso social em torno do regime democrático, isto não significa que o grosso dos eleitores que optaram por emitir um “voto bronca” – ou que deixaram de votar – aderissem a todos os pressupostos nos que se apoiaram seus promotores. Poderíamos dizer que a impressionante quantidade de votos em branco e nulos, ademais de evidenciar novos mecanismos de produção do sufrágio, refletia uma nova dinâmica no comportamento da cidadania, que combinava, em doses diversas, resignação, descrédito, desconfiança, protesto e, em alguns casos, resistência ativa frente ao quadro sócio-político imperante. Estes votos refletiam, sobretudo, a enorme decepção do eleitorado com os partidos tradicionais, com seus candidatos e com suas propostas, embora, insistimos, não chegavam necessariamente a pôr em questão o ideário democrático que, segundo o que se desprende das diferentes pesquisas de opinião que vimos no capítulo 2 –, continuava concitando altos níveis de adesão na Argentina, mesmo depois do colapso econômico e social e da inédita crise político-institucional deflagrada no final daquele ano.

Não cabem dúvidas de que as operações políticas e midiáticas dos grandes agentes econômicos contribuíram para desprestigiar a classe política – foi

precisamente na mídia onde começou a ser usada a expressão “classe política” – e a deteriorar ainda mais os vínculos de representação. Mas tais operações foram desenhadas a partir de dados muito concretos da realidade; não foram produto de análises imaginárias. Na cidadania havia um alto grau de receptividade para uma campanha como a do “voto bronca”, que assim que foi lançada em alguns veículos de comunicação de massas, ganhou ampla divulgação nas ruas e na Internet, passando rapidamente a ser apoiada por setores importantes da sociedade.

É um fato que os políticos dos partidos tradicionais argentinos têm se mostrado absolutamente incapazes de lidar com a terrível crise econômica que assolou o país depois do fracasso do modelo neoliberal que eles mesmos ajudaram a instalar. É evidente, também, que os políticos dos partidos até então majoritários não tiveram a sensibilidade suficiente para perceber os terríveis padecimentos que estavam sofrendo setores cada vez mais numerosos da população. Tudo isto foi decisivo para esta rejeição pela política partidária expressada por milhões de argentinos nas urnas e para a ruptura do contrato de representação política. Mas o “voto bronca” não era a única resposta possível. O protesto poderia ter sido canalizado em favor de novos partidos ou ter-se traduzido, por exemplo, num aumento ainda mais expressivo do voto por alguma das opções apresentadas pela esquerda. Foi assim que os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental, ao consagrarem socialmente o voto em branco e principalmente a anulação do sufrágio como os “únicos” métodos viáveis para expressar o protesto e a indignação popular contra os partidos tradicionais e seus dirigentes políticos.

Poderia se dizer que ante a crise dos partidos da “ordem”, os meios de comunicação e os interesses mais concentrados do capital se empenharam para que, dado que os argentinos não iriam votar naqueles que deviam ser os candidatos naturais do “poder”, se inclinaram pela deserção ou pela greve eleitoral. Nessa linha se inscrevem também as campanhas alentando a eliminação do voto obrigatório da normativa jurídica nacional o que, lembremos, exigiria uma nova reforma da Carta

Fundamental, dado que o caráter obrigatório do sufrágio alcançou, com a reforma de 1994, status constitucional.⁶⁰

Foi assim também que se instalou uma explicação absolutamente parcial e insuficiente do colapso econômico e social do país, centrando suas causas – como discutimos no capítulo 2 – na corrupção dos governantes, nos privilégios, no alto custo da política, quando não na falácia de que os principais problemas argentinos derivavam do excesso de gasto público. Meios de comunicação como o matutino *La Nación* foram especialmente insistentes nesta leitura distorcida da realidade argentina e dos fatores que seriam responsáveis pela falência da economia nacional. Numerosos foram os editoriais e notas especiais dedicadas a este tema pelo tradicional jornal da família Mitre. Muitas notas alimentaram a tendência à “antipolítica” e ajudaram a criar um clima favorável para a demonização do conjunto dos dirigentes partidários, buscando substituí-los por um corpo de especialistas escolhidos a partir de critérios técnicos. Por trás da campanha para reduzir “o alto custo político” o que há é muito mais do que um ataque à “corporação” dos profissionais da política. Na realidade o que oculta esse discurso é uma feroz investida contra os princípios básicos e constitutivos da democracia em

⁶⁰ Um dos que naquela época defendeu abertamente o fim do voto obrigatório foi Carlos Menem. Já em 1998 Menem tinha vislumbrado a possibilidade de promover uma nova reforma da Carta Magna que, com a desculpa de eliminar a obrigatoriedade do sufrágio e restabelecer o sistema de eleição indireta para o Executivo, lhe permitisse abrir uma brecha pela qual fazer passar a habilitação da “re-reeleição” presidencial. Menem voltou a insistir com este tema em ocasião dos resultados de outubro de 2001 e posteriormente o transformou num dos seus cavalos de batalha na campanha para a disputa eleitoral pela Presidência da República em abril de 2003. Outro dirigente político que declarou publicamente seu apoio à eliminação do voto obrigatório foi Ramón Mestre, quem fora Ministro do Interior no governo de Fernando De la Rúa na época em que se desenvolveu o processo eleitoral que estamos analisando nestas páginas. Mestre considerava que a extraordinária quantidade de votos nulos e em branco e a significativa proporção de eleitores que se absteve de ir às mesas de votação deveriam levar a questionar a necessidade de continuar com o sistema do voto obrigatório no país. Esta foi a reação oficial do governo da Aliança perante os resultados das eleições de 14 de outubro, dando crédito a opiniões como as do então governador de Santa Fe, Carlos Reutemann (PJ) e o senador por aquela província, Horacio Usandizaga (UCR), os que por essas horas também sustentavam que seria positivo para o sistema político argentino abolir o caráter obrigatório do sufrágio.

aras de um avanço ainda maior da lógica mercantil na regulação das relações sociais⁶¹.

É por isto que as campanhas “antipolíticas” revestem uma gravidade muito maior que a reconhecida por Torre no artigo antes citado. Segundo este autor, em 2001 produziu-se uma crítica aos partidos que rapidamente adquiriu características de cruzada moral, com todos os excessos e simplificações que isto implica, abrindo as comportas para o negócio das denúncias de corrupção montado pelos grandes meios de comunicação e para a reativação de uma retórica anti-partido de velhas raízes no país. Coincidimos com Torre quando descreve o fenômeno e indica que todos estes fatores desembocaram numa sorte de “exorcismo coletivo que atribuiu a causa dos problemas econômicos e sociais à responsabilidade de políticos venais e incompetentes e silenciou a gravitação do poder de veto dos grupos de interesse, das restrições econômicas internacionais, da complexidade dos dilemas de governo”. Contudo, dissentimos na relação de causalidade que ele estabelece, a que entranha o risco de naturalizar determinados fenômenos políticos, sociais e econômicos. Discordamos porque não aparecem na sua análise os agentes e interesses que promoveram tais campanhas, as quais de modo algum surgiram de uma iniciativa exclusiva da mídia nem consistiram apenas em esconder o poder de veto dos grupos de interesse, nem nas restrições internacionais em matéria econômica e nem mesmo na complexidade dos dilemas de governo, como candidamente parece acreditar o nosso autor. Defendemos, contrariamente, a hipótese de que houve uma intencionalidade política clara e concreta por parte de grandes conglomerados

⁶¹ O exemplo mais extremo do que estamos dizendo é um documento redigido por Rudiger Dornbusch e Ricardo Caballero, do *Massachusetts Institute of Technology*. Em março de 2002, estes economistas, assessores e defensores dos interesses de grandes bancos internacionais, apresentaram publicamente uma proposta cujo título era “Argentina: um plano de resgate que funcione”, segundo a qual os argentinos deviam admitir a falência econômica, política e social em que se encontravam e entregar parte de sua soberania nacional para mãos estrangeiras em tudo aquilo que diz respeito ao controle e supervisão do gasto fiscal, à emissão monetária e à administração tributária. Sem qualquer pudor, seus autores defendiam a idéia de que o abandono da instância democrática e a transferência do poder de decisão a um grupo de especialistas financeiros do exterior constituíam a única via com a que a Argentina contaria para poder subsistir como nação. Para consultar o documento completo ver: www.revistalinea.com.ar/notas/marzo2002/dornbush.htm

financeiros com uma capacidade política muito maior do que um simples “poder de veto” no lançamento de uma campanha com estas características, que lhes permitisse obter vantagens econômicas ainda maiores a partir do encurralamento da política e da própria democracia.

Isto nos leva a compreender melhor por que nas análises mais conservadoras da crise – sem incluir obviamente Torre nesta categoria –, os elementos de caráter econômico vinculados às políticas neoliberais, às privatizações, aos processos de brutal concentração de ingressos, aos mecanismos de transferência da riqueza social acumulada e à estrangeirização da economia são persistentemente ignorados. Insistimos em que houve, no caso das eleições de outubro de 2001, uma tentativa concreta por parte dos que se beneficiaram com este modelo econômico de deslegitimar a política como instância na que se processam os conflitos e se constroem e negociam publicamente soluções coletivas para os diferentes problemas que afligem uma sociedade. Este fenômeno repetiu-se em muitos países da região, onde os políticos se transformam em alvo móvel da ira popular, nos grandes bodes expiatórios dos problemas nacionais, deixando nas sombras os principais responsáveis pelos processos de profunda degradação que vêm sofrendo as sociedades latino-americanas nos últimos anos.

Não obstante, não devemos interpretar de modo errôneo o fenômeno que estamos abordando nestas páginas nem absolutizar o peso da grande mídia nem dos grandes conglomerados capitalistas na formação da opinião cidadã. Cabe também fazer justiça à atitude dos milhões de argentinos que, por eles próprios, buscaram no voto em branco, no voto nulo e na deserção eleitoral uma ferramenta que servisse para denunciar as patologias de um sistema político cada vez mais fechado em si mesmo ou crescentemente colonizado pelas forças do mercado – conforme a leitura de cada eleitor – e cada vez mais afastado do mundo social ou da vida quotidiana da população. Como assinalamos mais atrás, vale lembrar que o voto em branco e, ainda em maior medida, o voto nulo, podem operar como ferramentas que sirvam

para expressar outras vozes. Numerosos argentinos apelaram ao uso do voto nulo buscando romper com a lógica convencional do sistema eleitoral e emitir outras mensagens que não podem transmitir através dos dispositivos institucionais incluídos na normativa legal e constitucional do país.

Os meios de comunicação tiveram uma quota de responsabilidade importante na difusão do fenômeno, mas este assinalamento não deve ocultar o valor que teve a iniciativa de muitos cidadãos em seu aberto desafio às autoridades constituídas e às regras de jogo estabelecidas. Um desafio que, mais uma vez, seria um prenúncio do que aconteceria apenas dois meses mais tarde, quando na noite de 19 de dezembro dezenas de milhares de indignados cidadãos saíram espontaneamente às ruas com panelas nas mãos cantando “*¡¡Qué boludos, qué boludos, al estado de sitio se lo meten en el culo!!*”, como reação frente à mensagem presidencial transmitida por rede nacional de rádio e televisão em que Fernando De la Rúa anunciava a declaração do estado de sítio em todo o território nacional para tentar conter a crescente conflitividade social e os saques que por essas horas se multiplicavam em diversos pontos do país.

Esta consigna, clamada por tantas gargantas ao unísono, é mais uma expressão da tendência desinstitucionalizante que atravessa a sociedades como a argentina, conseqüência direta da destruição do tecido social causada pelas políticas econômicas neoliberais. O fato inédito de responder ao estado de sítio anunciado solenemente pelo Presidente da Nação com um “*o enfiam no seu cu*” é uma clara evidência de até que ponto se aprofunda a dessacralização dos poderes constituídos e de como cresce o descrédito em que caíram as instituições representativas e a própria investidura presidencial⁶². Ao mesmo tempo, uma consigna como esta,

⁶² Um tema muito discutido publicamente naqueles dias foi o da ridicularização a que se via submetido o então Presidente Fernando De la Rúa em programas televisivos de alta audiência. O caso mais lembrado é o do programa de Tinelli, onde De la Rúa passou a ser objeto de burlas e chacotas constantes, cada vez mais pesadas. Isto contribuiu, sem dúvidas, para acentuar ainda mais a pouca estima pública com a que contava o dirigente da UCR nos meses prévios a sua queda e também ajudou a deteriorar a imagem geral da classe política argentina.

expressada por multidões e de maneira espontânea nos principais espaços públicos, serviu como marco unificador das encolerizadas massas populares e de amplos setores médios, ao reuni-los na tentativa de construir uma nova subjetividade, uma subjetividade centrada no protagonismo das ruas frente àquilo que interpretavam como a expropriação da vontade popular pelos “políticos profissionais” e pelas forças do mercado.

Mas retornemos à dimensão eleitoral, que é a que ocupa nossa atenção neste capítulo. Cabe destacar que o fenômeno do “voto bronca” alcançou seus maiores índices na província de Santa Fe, na Capital Federal, em Tierra del Fuego, em Chubut, na província de Buenos Aires e na província de Neuquén. Em Santa Fe a soma de votos em branco e nulos chegou a 41,8% do total de votos emitidos (32,4% dos eleitores incluídos no registro eleitoral), na Capital Federal constituíram 29,2% do total de votos (21,3% do eleitorado) e na província de Buenos Aires chegaram a 25,9% dos votos emitidos (19,9% dos registrados). Nas províncias patagônicas recém citadas a proporção de voto em branco e nulo foi a seguinte: Tierra del Fuego 28,3%, Chubut 26,1% e Neuquén 24,7%, o que medido sobre o total do registro de eleitores habilitados em cada distrito representou 20,3%, 19,6% e 19,2% respectivamente. Os seis distritos mencionados superaram, na eleição de deputados nacionais, a média nacional, que foi de 24% dos votantes ou 18,1% dos registrados, e as províncias de Santa Fe e de Buenos Aires junto à Capital Federal reuniram mais de dois terços dos votos em branco e nulos emitidos em todo o país.

Na província de Santa Fe, campeã do “voto bronca”, houve departamentos, como o de Castellanos, onde o voto em branco chegou quase à metade dos sufrágios emitidos. Este é um bom exemplo de por que não se deve exagerar o peso que tiveram os grandes meios de comunicação e as campanhas difundidas pela Internet no extraordinário crescimento do voto nulo e do voto em branco nas eleições de 2001 ao compará-las com as demais eleições que tiveram lugar na Argentina desde 1983. Mesmo quando seja verdade que estes comportamentos alcançaram altos

graus de massividade nos grandes centros urbanos do país, os números registrados nas pequenas e medias localidades santafesinas demonstram que o “voto bronca” não é um fenômeno simplesmente midiático, mas responde a raízes muito mais profundas e estendidas no conjunto da sociedade. Em Rosário, cidade que reúne 40% do registro eleitoral da província, verificaram-se altíssimos índices de “voto bronca” – 43,0% dos votos emitidos para deputados e 43,6% no caso da eleição de senadores – mas nas demais localidades da província, independentemente de seu tamanho, também houve elevadíssimos percentuais de voto em branco e de voto nulo.

No total provincial santafesino, os envelopes vazios e os votos anulados somaram 712.902 (41,8% dos votos emitidos ou 32,4% do registro), duplicando a quantidade de adesões que conseguiu o Partido Justicialista para sua lista de deputados nacionais, que com 343.461 sufrágios resultou a agrupação mais votada da província. Claro que neste caso não devemos desconsiderar o fato de que o distrito já contava com uma arraigada tradição de voto em branco. Ao longo de sua história Santa Fe caracterizou-se por apresentar percentuais de voto em branco mais elevados que a média nacional. Seguindo esta tendência, Santa Fe apareceu em todos os pleitos desenvolvidos desde a restauração das instituições democráticas como a província com os maiores índices de envelopes vazios depositados nas urnas⁶³. Esta tradição explica o primeiro lugar ocupado pela província no ranking nacional, porém não explica os extraordinários valores alcançados nesta ocasião, quando apenas 45,1% dos cidadãos inscritos nos registros da província deram seu voto a alguma das listas partidárias que disputavam a eleição. Assim, pois, outros fatores também devem ser considerados, como por exemplo os efeitos que teve a “lei de lemas” ou “sistema de duplo voto simultâneo e cumulativo”, aplicada desde 1991 para escolher autoridades na província, e a influência exercida por este sistema

⁶³ Em 1997, por exemplo, algo mais de 380.000 santafesinos optaram por este tipo de sufrágio, o que representou 22,8% do total de votos emitidos, contrastando com a proporção de voto em branco para o conjunto do país, que nesse ano situou-se em 5,2%. Isto tinha constituído um recorde, o maior valor de voto em branco alcançado por um distrito eleitoral em todo o país desde 1983.

no processo de deslegitimação das regras eleitorais, dos partidos e dos dirigentes políticos⁶⁴.

No caso santafesino, quarto distrito em quantidade de eleitores de todo o país, vemos então uma combinação de variados elementos que contribuíram para que a província alcançasse números tão altos no exercício do voto em branco e do voto nulo. Há elementos de caráter histórico vinculados às especificidades locais, outros ligados à conjuntura política pela que atravessava o país nesses meses, também elementos que obedecem a fatores sócio-econômicos de mais longo prazo, assim como outros diretamente relacionados com o formato das regras institucionais que ordenam as instâncias de seleção de candidatos para o desempenho das funções de governo e de representação popular. Todas estas causas devem ser levadas em consideração ao buscar uma explicação para o complexo fenômeno que estamos analisando.

Na Capital Federal, a soma de votos em branco e nulos superou, na categoria de deputados nacionais, o meio milhão de adesões (551.380 sufrágios). Estes votos duplicaram as adesões conseguidas pela lista “trionfadora”, a lista da Aliança UCR-FREPASO (260.475 votos), ocupando assim o primeiro lugar na preferência dos portenhos que numa proporção de 29,2%, equivalente a 21,3% dos eleitores inscritos no registro do distrito, votaram em branco ou anularam seu voto. Diferentemente do que aconteceu em Santa Fe, neste caso entre os que optaram por emitir um “voto bronca” o que predominou não foi o voto em branco mas o voto nulo. Foram computados dentro desta última categoria 462.040 votos, contra 89.340 votos em branco. Entre os fatores que podem explicar a diferença entre santafesinos e portenhos na hora de expressarem o protesto contra a classe política estão a já mencionada tradição de voto em branco existente entre os primeiros e a insistência com a qual muitos comunicadores e internautas portenhos buscaram convencer seus concidadãos de que o melhor comportamento para quem queria protestar era anular

⁶⁴ Podem ser encontrados mais detalhes sobre a aplicação da “lei de lemas” e dos seus efeitos nas notas 86 e 87 do presente capítulo (páginas 302 e 303).

o voto, já que o voto em branco – segundo uma interpretação equivocada, que nada tem a ver com o que prevê a legislação eleitoral – beneficiaria os partidos políticos na distribuição de recursos financeiros, dado que se repartiriam de modo proporcional entre as agrupações que disputaram a eleição na hora de determinar os recursos que corresponderiam a cada um deles.

Foi assim que na Capital da República, segundo distrito em quantidade de eleitores de todo o país, deu-se o maior crescimento relativo deste tipo de comportamento eleitoral. Os votos nulos, que em 1999 para a categoria de deputados nacionais tinham se situado em 1,5% dos sufrágios emitidos, em outubro de 2001 chegaram a extraordinários 24,5%, o que configura um exorbitante aumento de 1500% com relação à eleição anterior. No caso dos votos em branco houve também um crescimento, embora sensivelmente menor: em 1999 para a categoria de deputados nacionais chegaram a 3,1% do total de sufrágios emitidos, dois anos mais tarde ascenderam a 4,7% dos votantes. Estes percentuais contrastam fortemente não apenas com a eleição anterior, mas também com a média histórica registrada no distrito. Nas nove eleições para deputados nacionais celebradas entre 1983 e 1999, a média de voto em branco tinha sido de 1,9%, com um máximo de 3,1% nas eleições de 1997 e 1999. Situação semelhante se dá ao comparar a média histórica de votos nulos com o acontecido no 14 de outubro de 2001: entre 1983 e 1999 a média tinha sido de 0,8%, em 2001, como assinalamos, os votos nulos chegaram a 24,5% dos sufrágios emitidos.

No que diz respeito aos votos destinados a escolher senadores nacionais houve no caso da Capital Federal, como de fato na maioria dos distritos do país, uma proporção algo menor de votos em branco e votos nulos, embora isto não tenha implicado uma modificação substancial nos baixos índices de apoio conquistados pelas listas “triunfadoras”. O candidato que encabeçava a lista da Aliança governante, o radical Rodolfo Terragno, mesmo tendo entrado na disputa com um discurso fortemente crítico dos rumos seguidos pela administração de Fernando De

la Rúa, obteve tão somente 11,3% dos cidadãos registrados (15,4% dos votantes). E o senador correspondente à segunda lista em quantidade de sufrágios, a *Frente por un Nuevo País*, foi eleito por escassos 8,8% dos cidadãos habilitados para votar (12,0% dos votos emitidos).

Na província de Buenos Aires, para a eleição de deputados nacionais, os votos em branco e nulos alcançaram, em conjunto, um total de 1.850.573 sufrágios, o que equivale a 25,9% dos votos emitidos ou 19,9% dos cidadãos registrados. Isto os colocou no segundo lugar nas preferências dos bonaerenses, atrás do *Partido Justicialista* e com um caudal de votos muito superior ao total de votos conquistados pela Aliança entre a *Unión Cívica Radical* e o que restava da *FREPASO* (15,3% dos votos emitidos, 8,8% dos eleitores habilitados para sufragar). Na eleição para senadores, os votos em branco e nulos somaram 1.644.996, um pouco menos que para a categoria de deputados, o que não impediu que conservassem um cômodo segundo lugar atrás do *Partido Justicialista*, que postulava Eduardo Duhalde como candidato, e duplicassem os votos conquistados pela Aliança governista (829.549), que levava como cabeça de lista nada mais e nada menos que ao ex-Presidente Raúl Alfonsín. No distrito bonaerense produziu-se então uma multiplicação por três dos votos nulos e em branco: na categoria de deputados nacionais passaram de 6,2% para 19,9% do eleitorado. Caso somarmos a isto o percentual de eleitores que não compareceram às urnas, chegaremos à conclusão de que 42,9% dos cidadãos inscritos rejeitaram a oferta partidária (ou 40,6% no caso da eleição de senadores).

Resumindo o fenômeno que estamos analisando, podemos assinalar que na Capital Federal e nas províncias de Santa Fe, Tierra del Fuego e Río Negro o “voto bronca” superou a todas as forças partidárias, situando-se assim em primeiro lugar na preferência dos cidadãos que foram às urnas. Nas províncias de Buenos Aires, Neuquén e Chubut a conjunção de brancos e nulos alcançou o segundo lugar. Por sua parte em Córdoba, Entre Ríos, San Juan, Jujuy e Misiones, os votos em branco e

nulos somados ficaram num cômodo terceiro lugar. No restante das províncias, mesmo que com percentuais menores, a proporção de cidadãos que resolveu emitir um sufrágio nulo ou em branco também foi notável. As únicas províncias nas quais a soma de ambos tipos de sufrágio não alcançou os dois dígitos foram Corrientes, Chaco, Santiago del Estero, Catamarca e San Luis. Em termos nacionais, houve quase dois milhões e meio de argentinos que anularam seu voto e algo mais de dois milhões que votaram em branco, valores por demais eloqüentes se levarmos em consideração que para essas eleições do dia 14 de outubro de 2001 o registro eleitoral contemplava uns 25 milhões de cidadãos habilitados para votar.

Resulta interessante ressaltar as características dos âmbitos sócio-espaciais onde se registraram as maiores proporções de votos em branco e de votos nulos. Em geral, houve tendência a um maior percentual deste tipo de voto nos distritos mais desenvolvidos do país. Isto marca uma associação inversa à que se esperaria a partir da leitura das análises clássicas da sociologia eleitoral e da ciência política resenhados nas primeiras páginas deste capítulo. Contra o que poderia se supor a partir dessas linhas interpretativas, nas diferentes eleições levadas a cabo na Argentina desde 1983 e, de modo ainda mais acentuado, nas eleições de outubro de 2001, os maiores percentuais de voto em branco e voto nulo provieram de unidades geográficas com amplo acesso a variadas fontes de informação e múltiplas oportunidades de relações sociais mais diversificadas, e não dos distritos com menos possibilidades econômicas e menor grau de desenvolvimento e integração social.

Estas mesmas considerações aplicam-se quando observamos, dentro de certos distritos ou dentro de alguns centros urbanos, em que bairros ou circunscrições houve um maior percentual de comportamento de rejeição à oferta apresentada pelos partidos políticos habilitados para disputar a eleição. No caso da Capital Federal, por exemplo, apesar de que o voto nulo esteve bastante estendido em toda a geografia da cidade, os maiores índices se deram em circunscrições como

Pilar e Socorro, onde há um predomínio de lares com alto poder aquisitivo, maior nível de escolaridade e maior acesso às fontes de informação política⁶⁵. Isto tudo nos leva a afirmar que, tanto o voto em branco quanto o voto nulo, sob as circunstâncias resenhadas, não respondem às explicações tradicionais centradas em fatores como marginalidade ou exclusão social. Em casos como o que estamos analisando, os fatores de tipo político mais geral – logicamente relacionados com a dramática crise sócio-econômica que se desatou no país – têm um peso significativamente maior na determinação desta classe de resultado eleitoral.

E no que diz respeito à abstenção eleitoral, podemos coincidir com Yan Basset (2003), quem afirma que em 2001 produziu-se uma igualação do comportamento abstencionista, um processo de homogeneização territorial do absentismo. Da mesma forma do que aconteceu com os votos nulos e em branco, este tipo de comportamento eleitoral tampouco pode ser explicado a partir dos modelos tradicionais. Se para eleições anteriores encontramos uma certa correlação entre absentismo e baixos níveis de integração e desenvolvimento social (ver Vitullo, 2002), no pleito que estamos analisando tal associação vê-se diluída. Ao se produzir uma propagação do não comparecimento às urnas pelo conjunto da estrutura social, esta deixou de ser sinônimo de falta de integração, o que exige, também neste caso, internar-se em outra classe de explicações e linhas de interpretação.

Outra questão importante, que não podemos ignorar, gira em torno de descobrir qual é a procedência partidária originária dos votos que se dirigiram

⁶⁵ Conforme uma investigação realizada pelo *Centro de Estudios Nueva Mayoría* (2001), os maiores índices de voto em branco e voto nulo se deram em bairros como Pilar e Socorro, ali tais sufrágios somaram 29,2% dos votos emitidos. Em bairros nos que predominam os setores médios, como Flores e San Carlos Norte, este índice situou-se numa média de 27,1%. Já em circunscrições nas que os lares de baixa renda são maioria, como Villa Lugano e Cristo Obrero, a proporção de votos em branco e nulos alcançou uma média de 23,9%. Cabe salientar, entretanto, que independentemente das diferenças, tanto os bairros com predomínio de famílias com alta renda, como os que têm predomínio de famílias com renda média ou baixa apresentam índices de voto em branco e nulos muito significativos e muito afastados dos valores históricos verificados no distrito portenho nas 10 eleições para escolher representantes levadas a cabo desde 1983.

massivamente a essa rejeição. Em um artigo escrito poucos meses depois da eleição, Escolar, Calvo, Calcagno e Minvielle (2002) buscaram compreender a dinâmica política, territorial e partidária da crise argentina, tentando assim identificar a origem do voto de outubro de 2001. Ao calcularem as matrizes de transferência eleitoral que dessem conta da origem partidária e do destino que tiveram os diferentes votos entre as eleições legislativas de 1999 e 2001, os autores chegaram à conclusão de que os votobranquistas e os que anularam o sufrágio eram predominantemente ex-votantes da Aliança UCR-FREPASO. Este fato também foi destacado por Juan Carlos Torre (2003), para quem a crise teve uma envergadura diferente nas distintas famílias políticas do país, com um impacto relativamente mais limitado no caso do peronismo.

Ao comparar os resultados de 2001 com os números correspondentes às eleições de 1999 e 1997, comprovamos a magnitude das perdas sofridas pela Aliança UCR-FREPASO. Em termos absolutos, entre 1997 e 2001 a coalizão experimentou uma queda de algo mais de 4 milhões e meio de votos, pois dos 7.854.830 sufrágios conquistados em 1997 caiu para 3.290.536. Se compararmos esta última cifra com a obtida em 1999, de 8.091.473, a diferença é ainda maior e implica uma perda de 4.800.937 votos, praticamente 60% de seu caudal eleitoral.⁶⁶

Mas não apenas a Aliança perdeu votos. Mesmo com baixas menos pronunciadas, o *Justicialismo* também viu reduzido o caudal eleitoral conquistado em comícios anteriores. Dos 6.267.973 votos que tinha conseguido em 1997 e os 6.053.567 votos obtidos em 1999, passou para 5.181.114 em outubro de 2001: uma perda de quase 900.000 votos na comparação 2001/1999 e de mais de 1 milhão de sufrágios na relação 2001/1997. Um distrito onde o *Justicialismo* sofreu uma das quedas mais importantes foi o da província de Buenos Aires: ali este partido assistiu a uma redução de um quarto de seu caudal eleitoral entre 2001 e a eleição levada a

⁶⁶ Em todos os casos, somamos ao total nacional de votos da Aliança os sufrágios obtidos pela *Unión Cívica Radical* ou a *FREPASO* naqueles distritos em que se apresentaram de forma separada.

cabo dois anos antes. Em Santa Fe a queda também foi expressiva: em 2001 o Justicialismo perdeu mais de um terço dos votos que tinha reunido na província no pleito de 1999. E aqui cabe assinalar que tanto no caso da Aliança quanto no caso do PJ estamos falando de um eleitorado dinâmico que, de 23.199.814 cidadãos registrados para votar em 1997, passou para 24.907.838 quatro anos mais tarde, o que agrava ainda mais a importância das baixas sofridas por ambas forças políticas, já que nestes dois parágrafos trabalhamos com quantidades absolutas.

Isto último nos leva a relativizar a hipótese defendida por Torre (2003), segundo a qual a dinâmica da competição na política eleitoral argentina entre 1983 e 1999 se explica fundamentalmente pelo comportamento do pólo não peronista e, mais especificamente dentro deste, pelos setores de centro-direita e centro-esquerda. Para Torre, o epicentro da crise da representação partidária desatada na Argentina em 2001 estaria situado nessa parte do arco partidário, ficando o peronismo parcialmente a salvo da onda de protestos que varreu a Aliança e o cavallismo, elemento que diferenciaria o caso argentino de outros países latino-americanos como o venezuelano ou o peruano, nos quais colapsou o conjunto do sistema partidário. Deixamos sentadas nossas dúvidas com relação a este ponto.

Diríamos, nos beneficiando do conhecimento de uma série de fatos ocorridos com posterioridade à publicação do artigo de Torre, que ainda está por ser visto qual será o estado em que ficará o peronismo e como este haverá de resolver sua feroz interna partidária. Como observaremos com maiores detalhes na próxima seção, o peronismo apresentou na eleição presidencial três candidaturas simultâneas, com um grau de fracionamento e faccionalismo nunca antes visto na sua história. Isto nos alerta a respeito da gravidade da crise, a que bateu também de cheio na estrutura do *Partido Justicialista*. Os rearranjos posteriores ao triunfo e à assunção presidencial de Néstor Kirchner não têm extinguido os fortes conflitos internos que vive esta agrupação. As idas e voltas do atual presidente em prol da construção de uma estrutura política própria, alheia ao aparato justicialista, e às profundas

mutações discursivas a que se viu submetida boa parte do peronismo depois da reconversão neoliberal sofrida pelo partido nos 90 com Menem na presidência, deixam em evidência a intensidade do vendaval que afetou, e muito, também o peronismo.

De qualquer maneira, sem dúvidas a agrupação mais castigada na eleição de 2001 foi *Acción por la República*, o partido criado ao redor da liderança de Domingo Cavallo. Em outubro de 2001, este partido perdeu 83% do apoio eleitoral que tinha obtido no interior do país dois anos antes (de 1.046.633 caiu para 174.240 votos). No caso da Capital Federal, distrito em que esta agremiação tinha feito uma muito boa eleição em 1999, o cavallismo apresentou-se aliado ao *Justicialismo*, somando exíguos 156.303 votos. Tal resultado contrasta fortemente com os 348.303 que esta força tinha conquistado sem alianças dois anos antes e com os 180.304 que o PJ tinha obtido nessa oportunidade. A sangria reproduziu-se também no principal distrito eleitoral do país, a província de Buenos Aires: ali, dos 511.465 sufrágios conseguidos em 1999 para sua lista de deputados, quando o ex-ministro ainda representava uma esperança de progresso econômico para setores importantes da cidadania, *Acción por la República* caiu para escassos 93.329 votos. Em outubro de 2001 boa parte do eleitorado – incluídos seus ex-votantes – soube identificar nele um dos principais responsáveis pela dramática crise econômica e social que enfrentava o país. Mais uma vez este resultado eleitoral serviu como antecipo do que aconteceria apenas dois meses mais tarde, quando em 19 e 20 de dezembro uma sociedade indignada clamou primeiro pela saída do ministro e homem forte do governo de Fernando De la Rúa e, horas depois, exigiu a golpes de panela a renúncia do próprio Presidente da Nação.

De qualquer modo, independentemente da magnitude do impacto sofrido por cada agremiação partidária, está claro que o predomínio de votos em branco e votos nulos deixou descoberta a incapacidade das diferentes agrupações políticas para canalizar e tirar o melhor proveito político do generalizado desencanto e protesto

contra a Aliança governante. Nenhuma agrupação conseguiu conquistar realmente o papel de “tribuno dos setores descontentes”, lembrando aqui o conceito usado engenhosamente anos atrás por Georges Lavau (1981) quando buscou interpretar a função desenvolvida pelo Partido Comunista no sistema político francês. E isto numa disputa que constituía um momento importante na história institucional do país, dado que era a primeira vez em que mediante uma eleição direta o conjunto da cidadania haveria de decidir quem a representaria no Senado da República⁶⁷.

Contudo, também é verdade que o protesto não se traduziu só em votos em branco, votos nulos e abstenção. Apesar de ter sido esta a tendência majoritária entre os ex-votantes dos partidos tradicionais, houve uma parcela não desprezível que em lugar de anular o voto ou depositar um envelope vazio na urna optou por alguma das listas partidárias apresentadas pela esquerda. Em um fato inédito na história da democracia argentina recente, os partidos de esquerda conseguiram três deputados nacionais, triplicando os apoios conquistados dois anos antes, nos comícios de 1999. Se não conseguiram uma representação política maior no parlamento nacional isto se deveu, entre os fatores mais imediatos, basicamente a dois motivos: por um lado à fragmentação com a que foram às urnas, repetindo o persistente sectarismo que caracterizou desde sempre a estas forças e à incapacidade de articular alianças mais amplas entre os partidos deste campo; por outro, ao fato de concentrar seus votos nos maiores distritos do país, os quais se vêm sub-representados por um sistema eleitoral que favorece as províncias com menor população⁶⁸. Caso não tivesse sido por estes dois fatores, a esquerda, que somada

⁶⁷ Um dos pontos mais importantes da reforma constitucional de 1994 consistiu na modificação do sistema eleitoral aplicável para a seleção dos senadores da Nação, que a partir de então passou a ser direto, deixando para trás o sistema indireto estabelecido na constituição de 1853, segundo o qual os senadores nacionais eram escolhidos pela legislatura de cada província. Entretanto, a mesma reforma contemplou uma cláusula transitória que, para garantir a integralidade dos mandatos dos senadores eleitos pelo antigo sistema, dispunha que o novo método de seleção só entraria em vigor a partir da eleição geral de 2001. Isto agregou um elemento que tornou esta eleição ainda mais especial, pois não só era a primeira em que a população de todo o país decidiria de modo direto quem haveria de representá-la no Senado da República, mas que ademais seria a única vez em que a totalidade dos 72 senadores que compõem a câmara seriam escolhidos num mesmo ano eleitoral.

⁶⁸ O decreto-lei 22.847, de 12 de julho de 1983, sancionado pelo último governo militar, estabeleceu que, independentemente de qual fosse o tamanho de seu eleitorado ou população,

alcançou 8,3% do total de votos emitidos (ou 10,6% dos votos válidos), poderia ter chegado a 13 cadeiras na Câmara Baixa do Congresso Nacional. Mas mesmo assim teria continuado muito longe de fazer um pleno aproveitamento das oportunidades abertas pela devastadora crise desatada no país e pela conseqüente orfandade política à que foram deixados milhões e milhões de ex-votantes dos partidos tradicionais. Claro que aqui, mais uma vez, devemos lembrar o papel desempenhado por certos grupos econômicos e boa parte dos grandes meios de comunicação ao bloquearem as possibilidades de um crescimento maior destas forças.

Entre as agrupações desta orientação que mais votos conseguiram está *Autodeterminación y Libertad*, liderada por Luis Zamora, quem retornou à Câmara dos Deputados da Nação depois de 8 anos de concluído seu mandato como deputado pelo *Movimiento al Socialismo*, entre 1989 e 1993. A extraordinária quantidade de votos conquistada por Zamora derivou principalmente do fato de ter renunciado à aposentadoria especial e de ter trabalhado todos esses anos como vendedor domiciliar de livros, o que lhe proporcionou uma imagem de político honesto e crível, valores altamente apreciados pela população nas circunstâncias que estamos descrevendo e que deixavam num plano secundário elementos programáticos e ideológicos. O problema destes votos é que, reiterando uma característica da história política argentina recente, se dirigiram a uma figura individual, que não contava com uma estrutura partidária por trás.

Outras agrupações que também conseguiram canalizar parcialmente e de maneira positiva a raiva e o protesto da cidadania foram o *Partido Humanista*, a *Izquierda Unida*, o *Partido Socialista Auténtico* e as diferentes agrupações de cunho trotskista. No caso da Capital Federal, por exemplo, se somarmos os diferentes partidos da esquerda, observaremos que no seu conjunto superaram amplamente em

nenhuma província poderia ter menos de 5 deputados nacionais. Tal medida agravou a desproporcionalidade que já existia no sistema eleitoral argentino em favor das províncias com menor número de habitantes, prejudicando os distritos mais populosos do país.

quantidade de votos à Aliança governista, à ARI e ao *Polo Social*. A esquerda, somando as 6 propostas que apresentou na eleição, chegou a 361.481 votos, 100.000 votos a mais do que a Aliança (260.475), 200.000 votos a mais do que a ARI (162.246) e um caudal oito vezes maior que o conquistado pelo *Polo Social* (37.798). Porém, devido à fragmentação já mencionada, esta leitura não teve nenhum peso nas análises políticas daquele momento. Não foi assim como descreveram o cenário político os meios de comunicação nem foi isto o que percebeu o eleitorado mais amplo. As notícias da jornada eleitoral foram, por um lado, o extraordinário crescimento do voto nulo e do votobranquismo e, por outro, a fragmentação sofrida pelo conjunto do sistema partidário, restando pouco espaço para a análise das conquistas da esquerda, num país em que esta, depois do surgimento do peronismo, nunca conseguiu constituir-se como uma verdadeira opção de poder com adesão de massas.

Recém citamos a ARI e o *Polo Social*. Estas duas agrupações, que surgiram no calor da crise e buscaram reagrupar o eleitorado de centro-esquerda – carente de um referente partidário claro depois da renúncia de Carlos “Chacho” Álvarez à Vice-presidência da República e do posterior colapso da *FREPASO* –, na prática ficaram bastante longe das expectativas que muitos tinham depositado nelas. A *Alternativa para una República de Iguales* (ARI), criada pela ex-integrante da Unión Cívica Radical Elisa Carrió, e o *Polo Social*, liderado pelo padre Farinello que aspirava a representar os setores mais pobres da população abandonados a sua própria sorte pelo *Justicialismo*, somaram algo menos de 1.900.000 votos, muito atrás da massa de adesões reunida pelo “voto bronca”.

O partido fundado por Carrió repetiu boa parte dos erros cometidos pela *FREPASO* e antes que ela, nos 80, pelo *Partido Intransigente*. Tanto no que diz respeito ao excessivo personalismo da agrupação, que impede uma consolidação organizacional e uma maior propagação territorial, como à falta de uma definição político-ideológica mais clara e consistente, a ARI incorreu nos mesmos desacertos

estratégicos nos quais tinham incorrido estas outras agrupações que no seu momento nasceram para representar o eleitorado de centro-esquerda.

Resulta interessante interrogarmo-nos aqui, já que falamos da ARI, sobre os problemas que esses partidos anteriormente surgidos para representar à centro-esquerda não puderam resolver. E descobrimos que na verdade se trata de características que afligem ao conjunto da política argentina dos últimos anos e que afetam a quase todas as organizações partidárias, não sendo patrimônio exclusivo das opções de centro-esquerda. Fenômenos semelhantes também se dão entre os partidos situados à direita do espectro ideológico: basta lembrar o que aconteceu com a *Unión del Centro Democrático* (U.Ce.Dé.), que depois de uma meteórica carreira nos anos 80, nos 90 viu-se fagocitada pelo menemismo a raiz da decisão tomada pelos seus líderes mais proeminentes de participarem no governo nacional. Vale também citar o caso da *Acción por la República*, que deve a fugacidade de sua passagem pelo sistema partidário argentino não apenas a sua associação com o governo do radical Fernando De la Rúa, gestão da qual não conseguiu descolar-se, mas ademais ao fato de ser uma agrupação extremamente personalista, a ponto de que quando Cavallo caiu em desgraça, seu partido diluiu-se junto com a imagem do ex-ministro. Do mesmo modo podemos mencionar o *MODIN*, partido de raízes nacionalistas com traços proto-fascistas liderado pelo ex-coronel *carapintada* Aldo Rico, quem depois de uma boa estréia na arena eleitoral a princípios dos 90, também foi absorvido por um dos grandes partidos nacionais, o peronismo, especificamente o da província de Buenos Aires.

Enumeramos estes casos pois todos eles deixam à luz a profundidade da crise argentina, a que tende a gerar uma recorrente desinstitucionalização. Se há um fenômeno que caracteriza à Argentina contemporânea é justamente este: a impossibilidade de cristalizar em estruturas mais permanentes os ricos e variados processos de mobilização política e social desenvolvidos ao longo dos últimos anos. A sociedade argentina, de maneira crescente, tende a se identificar com líderes individuais, aos quais lhes estende um aval – por certo cada vez menos generoso em

tempo e alcance – e quando esta relação de tipo carismático entra em crise, sai à busca de seu novo Messias. Não há assim, neste contexto, elementos que contribuam para o arraigamento de novas experiências partidárias, a sua continuidade no tempo e a sua consolidação. Como vimos no capítulo anterior, esta tendência se repete nos mais diversos âmbitos. No caso dos piqueteiros observarmos como qualquer tentativa de institucionalização dos grupos que nascem dentro deste universo leva a um imediato efeito desmobilizador nas bases, reticentes e desconfiadas, como boa parte da Argentina atual, ante qualquer processo que persiga a rotinização, organização e construção de uma estrutura de maior escala que facilite a continuidade de uma ação coletiva surgida de maneira inicialmente espontânea no seio da sociedade. O mesmo acontece – ou aconteceu, já que hoje são um pálido reflexo do que foram no momento de auge – com as assembléias de vizinhos ou assembléias de bairros, que buscaram traduzir em termos políticos a gigantesca mobilização popular de 19 e 20 de dezembro de 2001 em Buenos Aires e outras grandes cidades do país mas que em geral sucumbiram diante das tentativas de articulação e organização mais estruturada de sua atuação⁶⁹.

Mas depois destas considerações, voltemos aos votos nulos, que como vimos foram os triunfadores nos comícios de outubro de 2001. Mencionávamos antes a sugestão de Déloye e Ihl (1991) sobre a possibilidade de trabalhar com as cédulas anuladas, com os papéis e demais objetos depositados nos envelopes pelos eleitores que decidiram impugnar seu voto⁷⁰. Infelizmente não existem, para o caso argentino, arquivos oficiais onde se conservem estes elementos, o que impossibilita uma investigação mais exaustiva sobre este ponto. Isto nos obriga a tratar de buscar em fontes secundárias alguns indícios qualitativos acerca dos significados que os

⁶⁹ Sobre as Assembléias de Bairros ou Assembléias de Vizinhos, tema que não abordaremos neste trabalho, podem ser consultados entre outros Bielsa *et al.* (2002); Cafassi (2002) e Di Marco *et al.* (2003). Nesses textos há boas análises sobre esta importante experiência sócio-política desenvolvida principalmente na cidade de Buenos Aires e, com menor intensidade, em outros centros urbanos do país nos meses que seguiram à queda de De la Rúa.

⁷⁰ Agradeço a perspicaz observação de Michel Offerlé, quem numa conversação que mantive com ele em abril de 2004, alertou-me para a necessidade de prestar atenção à dimensão “qualitativa” do voto nulo e para as interessantes perspectivas interpretativas que se abrem com essa análise.

cidadãos que assim atuaram lhe atribuíram a estes votos, algumas evidências que mostrem a carga expressiva contida nos envelopes depositados nas urnas por aqueles que não aceitaram a oferta de candidatos apresentada pelos diferentes partidos políticos e alianças eleitorais reconhecidas e que, em lugar disto, optaram por emitir um voto nulo.

Entre estas fontes secundárias, contamos com os comentários e descrições que apareceram na imprensa escrita nos dias posteriores ao pleito do dia 14 de outubro de 2001 – com os óbvios reparos e precauções que a utilização de tais artigos jornalísticos deve nos suscitar – e contamos também com algumas páginas de Internet criadas semanas antes da contenda, as quais subministravam detalhados conselhos de como proceder para anular o voto e um rico leque de “candidaturas alternativas” para aqueles que não se sentiam satisfeitos com os postulantes oficializados perante as autoridades eleitorais. Alguns destes atípicos “candidatos” apareciam em cédulas como estas:

SENADOR NACIONAL

VOTE **LISTA 10**



EL DIEGO
De la gente

Lista 906

SENADOR NACIONAL



MAFALDA

LA VERDAD
AL CONGRESO



REPUBLICA ARGENTINA

Lista 906

SENADOR NACIONAL

PROSTITUTAS

LOS HIJOS YA
FRACASARON




REPUBLICA ARGENTINA

Lista 906

SENADOR NACIONAL

**KOHAN
PORELORTI**



REPUBLICA ARGENTINA

Lista 906

SENADOR NACIONAL



No tiene manos
A lo mejor no roba



REPUBLICA ARGENTINA

Lista 906

ELECCIONES NACIONALES **906**

NINGUN PARTIDO

CANDIDATOS A SEGUIR AFANANDO
UNA VEZ MAS EN NOMBRE DEL PUEBLO

**NO VOTO
A NADIE
VOTO
IMPUGNADO**


- 1- DEJEN DE ROBAR
- 2- PAREN DE CACIARLOS
- 3- LADRONES A LACARCEL
- 4- NOMAS IMPUNIDAD
- 5- BASIA D. POLITICOS
- 6- INJUSTICIA SOCIAL
- 7- NOLES CREEMOS
- 8- NOMOS CONVENCEN
- 9- NOVOTO MAS
- 10- DEJEN D. MENTIRINDO

SUPLENTES:
OTRA MANGA DE ATRINANTES Y LADRONES QUE QUIEREN SEGUIR
ROBANDO EN NOMBRE DE LA DEMOCRACIA Y EL PUEBLO

SENADOR NACIONAL

???????

NO TENGO
OPCION




REPUBLICA ARGENTINA

Lista 906

SENADOR NACIONAL

José de
SAN MARTIN

2. Juan Bautista Alberdi
3. Domingo Faustino Sarmiento
4. Manuel Belgrano
5. Nicolás Avellaneda
6. Hipólito Yrigoyen
7. Carlos Pellegrini



REPUBLICA ARGENTINA

Lista 906

SENADOR NACIONAL

**ISLAS
MALVINAS**

FUERON, SON Y
SERAN ARGENTINAS



REPUBLICA ARGENTINA

Lista 906

Tais “candidaturas alternativas” eram de uma variedade realmente notável e circularam com profusão via correio eletrônico nos dias prévios à eleição. Entre os “postulantes” encontramos vários próceres da pátria, como San Martín, Belgrano, Alberdi, Sarmiento, ou figuras que marcaram a história dos grandes movimentos populares na Argentina, como Hipólito Yrigoyen, Juan Domingo Perón ou Eva Perón. Também nos encontramos com imagens e fotos de esportistas, artistas e até populares personagens de histórias em quadrinhos. Um dos “candidatos” mais votados dentro desta “oferta eleitoral paralela” foi justamente Clemente (ver a cédula situada no centro do gráfico), uma personagem muito conhecida e querida pelos argentinos que aparece na contracapa do matutino *Clarín*. Também se encontraram objetos e frases por demais reveladoras do estado de ânimo que predominava em amplos setores da cidadania.

A estendida decisão de “escolher” Clemente, esta simpática personagem cuja principal “virtude” é a de não ter mãos, o que para seus promotores e votantes constituiria uma garantia de que não poderia roubar⁷¹, nos fala de um complexo processo que apresenta várias dimensões. Em primeiro lugar, com tal decisão se tornam manifestos uma forte tendência à dessacralização do ato eleitoral e um claro desafio à gravidade e à solenidade com as que historicamente se associava o momento de escolher representantes. Diferentemente do que acontece em outros países latino-americanos como o Brasil, por exemplo, em que no dia da eleição costuma-se fazer uma intensa campanha “corpo a corpo” ou “boca de urna” nas imediações dos centros de votação, onde ademais os votantes mais politizados costumam exibir sua opção de forma aberta nas mesas eleitorais – vestindo camisetas, portando bandeiras, adesivos, etc. – e em que certos setores sociais registram antecedentes de ter votado massivamente por “candidatos” tais como um rinoceronte do zoológico municipal como vereador de São Paulo ou por um macaco

⁷¹ Os promotores de sua “candidatura” enviavam insistentemente mensagens eletrônicas nas que diziam “Não vote em ladrões, vote em Clemente, não tem mãos e talvez não roube” e outras mensagens análogas.

como prefeito de Rio de Janeiro⁷², na Argentina este sempre foi um dia de grande observância da veda eleitoral, de grande respeito pelo que significava o ato cívico e de muita circunspeção, compostura e comedimento entre os partidos, os candidatos e eleitores⁷³.

A impugnação do voto resultante da opção por uma personagem de quadrinhos como o melhor “representante” vem modificar em parte estas pautas de comportamento tradicionais e o modo em que a cidadania se relaciona com as instituições. Dizemos “em parte” porque o interessante, em casos como o da eleição argentina de 2001, é que apesar da forte inclinação a dessacralizar a instância eleitoral e da enorme dose de indignação que albergavam amplos setores da cidadania na época em que se desenvolveu a votação, não houve registro de um desafio ao ato eleitoral por parte dos votantes que fosse além de colocar Clemente, outros “candidatos alternativos” ou outros objetos dentro do envelope em lugar de alguma das cédulas oficializadas. Na Argentina não houve episódios de queima de urnas ou de outros atos que implicassem uma resistência ativa organizada e de caráter coletivo ao processo eleitoral, como de fato vem acontecendo em outros

⁷² Em 1959 um elevado percentual do eleitorado da cidade de São Paulo, desconforme com o desempenho dos políticos da época, votou massivamente por “Cacareco”, famoso rinoceronte do zoológico municipal. O “candidato” obteve quase 100.000 votos, decuplicando praticamente em quantidade de sufrágios o segundo colocado, que conseguiu apenas ultrapassar os 10.000 votos. Três décadas mais tarde, em 1988, desta vez no Rio de Janeiro, uma porção considerável do eleitorado optou por confiar seu voto para prefeito municipal a “Tião”, um chimpanzé assim batizado em homenagem a São Sebastião, patrono da cidade, também muito conhecido pela população, grande atração do zoológico da cidade. Neste caso, o “candidato” obteve o segundo lugar, com expressivos 9,5%, graças ao decisivo apoio publicitário da então revista humorística “Casseta e Planeta”, ficando assim apenas atrás de Marcello Alencar, que obteve 31,6% dos votos emitidos. Sabemos, porém, que com a instauração do voto eletrônico, desapareceram no Brasil estas possibilidades de expressão e “liberdade criativa” por parte do eleitorado.

⁷³ Analisando a história política francesa, Élisabeth Dupoirier (2001) destaca a analogia que muitos autores têm estabelecido entre o voto e os rituais religiosos no que se refere a sua função simbólica de manipulação do sagrado. O voto, deste ângulo, assim como o que acontece com a liturgia religiosa, permitiria modificar, sem aboli-la, a distância entre os indivíduos e os poderes estabelecidos, ao oferecer as condições precisas que possibilitam a incursão do cidadão profano na esfera sagrada dos governantes. É justamente esta dimensão mítica do voto que se vê questionada na Argentina contemporânea, assim como a respeitabilidade de sua “classe política”, que também se vê desafiada em atos como os “*escraches*”, modalidade de censura e assinalamento público já referida no segundo capítulo desta tese.

países da região onde também as instituições representativas enfrentam um sério e crescente questionamento, como no caso da Bolívia, por exemplo⁷⁴.

O fato de optar por candidatos como Clemente, San Martín, Jesus, Maradona ou Bin Laden exterioriza vários fenômenos: tanto a intenção de ridicularizar de um modo geral a todos os políticos, como a de ressaltar – e por sua vez alimentar – o processo de degradação dos homens públicos, assim como a intenção de banalizar e colocar em dúvida a utilidade dos procedimentos de seleção de governantes. Uma conduta desta natureza denota também uma forte sensação de impotência, por considerar que não é possível – através da eleição de algum dos candidatos oficializados – modificar a situação de aguda crise econômica e social vivida pelo país, crise que como sabemos haveria de alcançar pouco tempo mais tarde seus momentos mais dramáticos, gerando uma situação de decomposição política e institucional de proporções nunca vividas na sua história.

E cabe destacar que a raiva, o protesto, a impotência e indignação populares nem sempre se expressaram com tanto senso do humor, dado que houve aqueles que apelaram para o uso de insultos escritos num papel qualquer ou nas próprias cédulas oficializadas, ao lado ou abaixo do nome de algum candidato, “lembrando” suas mães e demais familiares, assim como numerosos casos nos que os votantes introduziram cédulas cortadas em pedaços, rodelas de salame, preservativos, papel

⁷⁴ O até recentemente presidente boliviano Carlos Mesa, quem assumiu para completar o mandato do renunciante Gonzalo Sánchez de Lozada, buscou superar sua falta de legitimidade de origem mediante a convocatória de um referendo popular para que a cidadania pudesse expressar sua opinião acerca da política energética do país e qual devia ser o destino de seus abundantes recursos minerais. Tal referendo teve lugar em julho de 2004 e gerou uma forte onda de desobediência civil, estimulada por sindicatos, camponeses e movimentos indígenas, os que vieram com desconfiança as motivações de Mesa e o tipo de redação dada às perguntas, a ponto que rebatizaram a consulta popular como “*tramperendum*”. Mesmo o voto sendo obrigatório, dos 5,1 milhões de eleitores habilitados para votar, apenas compareceram às urnas algo mais de 2,650 milhões de bolivianos. 640.000 cidadãos manifestaram sua rejeição à consulta e à manipulação do governo – que não incluiu uma pergunta específica sobre a nacionalização dos recursos minerais – não se registrando, e outros 2 milhões, mesmo estando inscritos, não compareceram para votar. Houve também uma significativa quantidade de votos em branco e votos nulos, os que em alguma das cinco perguntas chegaram a superar os 750.000. Mais informações podem ser obtidas em: www.econoticiasbolivia.com

higiênico, propagandas de hotéis, entre tantos outros objetos insólitos. Em algumas cédulas de confecção artesanal podia ser lida a seguinte frase “Eu voto pelas putas porque já votei pelos filhos e me ferraram”. Em outras, distribuídas por um popular comunicador, aparecia a chapa “*Kohan - Por el Ortis*”, cujo jogo de palavras combinava a alusão pornográfica com o sobrenome de um destacado político menemista, envolvido em numerosos casos de corrupção.

Em quanto aos que optaram por expressar sua admiração por algum dos grandes nomes da história nacional, podemos inferir que a eleição de próceres pátrios implica uma comparação com os dirigentes políticos do presente, querendo deixar em evidência que atualmente não existe nenhum candidato que possa estar à altura daqueles “grandes homens”. Pode estar implicando também um desejo de que apareça algum salvador da pátria, idealizando as características pessoais daquelas figuras históricas. Pode ser lido também nesse comportamento um desejo de alcançar a unidade nacional, de recuperar a identidade nacional a partir destes nomes e uma tendência que põe por cima do procedimento eleitoral e por cima das instituições democrático-representativas a exaltação dos “pais da pátria”. Claro que há grandes matizes por trás destas opções, que têm a ver com a figura escolhida e os valores habitualmente associados a ela. Não é o mesmo escolher San Martín ou Belgrano, tampouco dá no mesmo uma opção por Sarmiento ou Yrigoyen, ou por Yrigoyen ou Perón. Aqui entram no jogo variáveis que têm a ver com a socialização familiar e escolar do indivíduo, com sua escala de valores e com sua orientação ideológica mais geral.

Mas não em todos os casos as motivações que levaram a votar por uma figura histórica foram tão elevadas. Em um trabalho desenvolvido por um grupo de estudantes universitários (Maseberg *et al.*, 2001) onde são reproduzidas declarações de pessoas que anularam o sufrágio, encontramos alguns elementos interessantes. Ali aparecem por exemplo os argumentos oferecidos por um cidadão que, ao ser entrevistado, disse que impugnou seu voto porque “se votava em qualquer uma das

listas possíveis estava dando dinheiro de presente a esse partido, então as opções que tinha eram ou votar por um ladrão ou votar por um prócer que como está morto já não pode nos roubar, por isso optei por dar um voto a San Martín”. Na mesma linha, nesse trabalho aparece a declaração de um entrevistado que justificou sua decisão de anular o sufrágio alegando que “nenhum dos candidatos me convencia, e não quis desperdiçar meu voto em alguém que depois ia me defraudar”. Em outras expressões percebe-se com clareza o sentimento anti-partidário predominante em setores importantes do eleitorado, assim houve quem argumentou que “todos os políticos são corruptos e não há nenhum em quem possa se confiar; não raciocinam por seus sentimentos mas cumprem pactos partidários”.

Também houve entrevistados que disseram que os políticos não têm credibilidade porque “já têm nos demonstrado o suficiente que são capazes de nos tomarem por otários (*boludos*) e ninguém faz nada, nos roubam, nos deixam sem trabalho, nos prometem e não cumprem...” ou que o governo não presta atenção aos problemas das pessoas, “então a gente vai e expressa o nojo e a raiva que tem, mesmo que seja com um papel higiênico no envelope dentro das urnas” (Maseberg *et al.*, 2001). Há assim uma forte inclinação, por parte de setores importantes da população, a considerar que os políticos não cumprem com sua palavra, que realizam grandes promessas em época de campanha e que uma vez que acedem a posições no aparelho estatal se esquecem dos seus eleitores, que não escutam as reivindicações e necessidades da cidadania, que são corruptos e aumentam seu patrimônio pessoal e familiar enquanto as grandes massas populares passam as maiores penúrias. Todos estes sentimentos explodiram na sociedade, que pensou ver nas eleições legislativas uma boa oportunidade para expressar sua angústia, seu descontentamento e sua raiva.

Vale reiterar que infelizmente não contamos com dados quantitativos desagregados que nos permitam estabelecer que apóio eleitoral obteve cada um destes “candidatos”, a não ser o fato de saber que Clemente foi o mais ou um dos

mais votados. Não temos dados que nos permitam estabelecer um ranking que habilite a construção de uma tipologia mais consistente, com o peso específico conseguido por cada um dos grandes “triunfadores” dos comícios. Tampouco contamos com material que nos permita ver que outras mensagens, que outros “candidatos”, que outros objetos, foram encontrados nos envelopes uma vez abertas as urnas. Portanto, devemos nos contentar simplesmente com esta descrição mais ou menos impressionista, descrição que não chega a constituir uma base suficiente para a realização de uma verdadeira etnografia eleitoral. Contudo, acreditamos que o dito até aqui é suficientemente ilustrativo do que sucedeu naquela eleição onde primou a desconformidade frente ao conjunto de alternativas políticas disponíveis e ilustrativo, também, do tipo de relação que uma porção importante do eleitorado estabeleceu com as instâncias de seleção de representantes. De alguma maneira, isto vem complementar, então, de outro enfoque, a análise quantitativa levada a cabo páginas mais atrás.

As eleições de 2003: entre a fragmentação e a abstenção

No ano de 2003, assistimos na Argentina a dois tipos de processos eleitorais: aquele destinado a escolher Presidente e Vice-presidente da República, que teve lugar no mês de abril, e os comícios para escolher legisladores nacionais e autoridades provinciais, que se desenvolveram de maneira desdobrada e escalonada ao longo de todo o ano em boa parte das províncias do país. Com suas diferenças e particularidades, estes processos expressam, mais uma vez, os graves problemas de legitimidade que enfrenta o sistema partidário argentino e o sério questionamento a que se vêem submetidos os mecanismos de representação política. Nos dedicaremos primeiro a analisar a eleição presidencial para, depois, realizar um exame das eleições desenvolvidas nas províncias, as que em geral têm merecido menos atenção entre os investigadores destes temas e menos espaço nos grandes meios de comunicação, mesmo quando revestem suma importância na hora de estudar o

estado de ânimo cidadão frente às instituições representativas e o funcionamento da democracia.

Análise do pleito presidencial

Nas eleições de abril de 2003 houve uma diminuição importante no caudal de “voto bronca”. De fato, na maioria dos distritos o voto em branco e nulo voltaram a seus valores históricos, prévios aos índices registrados em 2001, dado que somados não alcançaram 3% a nível nacional (só 1% dos votos emitidos foram em branco e 1,7% nulos). Também houve um certo recuo na taxa de abstenção ao compará-la com o que aconteceu nas eleições de outubro de 2001. Este recuo, entretanto, não foi suficiente para voltar aos 82,1% de comparecimento registrados nos comícios presidenciais de 1999, quando triunfou a chapa integrada pelo radical Fernando De la Rúa e o *frepasista* Carlos “Chacho” Álvarez. Os 77,6% de comparecimento registrados em 2003 ficaram também bastante longe dos 85,4% de eleitores que compareceram para votar em 30 de outubro de 1983, nas eleições inaugurais da restaurada democracia argentina.

Mas o que realmente marcou os comícios que estamos analisando foi outro fenômeno, tão inédito na história eleitoral argentina como o que tinha acontecido em outubro de 2001: em abril de 2003 produziu-se uma extraordinária fragmentação partidária que afetou o conjunto do sistema político e que explodiu, também, no interior das agremiações nacionais outrora majoritárias. Nestes comícios de abril de 2003, chamados a normalizar a institucionalidade da República, depois de 16 meses de interinato de Eduardo Duhalde na Presidência, foram cinco as candidaturas que estavam em condições de passar para o segundo turno. Em nenhuma das pesquisas de opinião levadas a cabo nas semanas prévias à eleição havia uma definição clara a respeito de quais seriam realmente as que conquistariam um lugar no *ballottage*, o que denota o baixo nível de expectativas que a cidadania tinha com relação às

possibilidades de que algum dos candidatos pudesse levar adiante as mudanças profundas que reclamava o país. A esta fragmentação se soma o fato de que três destas candidaturas pertenciam ao *Partido Justicialista* e duas provinham de rupturas e desprendimentos da *Unión Cívica Radical*.

Nesta oportunidade predominou o voto útil. Podemos considerar que a sociedade analisou o que aconteceu nas eleições de renovação legislativa realizadas dois anos antes e chegou à conclusão de que o voto em branco e o voto nulo não eram demasiado eficazes para produzir uma mudança nos rumos do país. O “voto bronca” podia servir para transmitir uma mensagem de repúdio ao conjunto da “classe política”, conseguindo assim certo impacto momentâneo, mas não tinha efeitos de maior fôlego na conformação dos elencos governamentais e na composição dos corpos de representantes, pois os que acabavam assumindo eram aqueles aos quais se tinha querido castigar⁷⁵. Diríamos que os cidadãos que em 2001 decidiram votar em branco ou anular o sufrágio, esta vez se inclinaram por emitir um “voto positivo”, optando por algum dos candidatos que estavam disputando a Presidência da República. Justamente o fato de ser uma eleição presidencial levou a muitos a não querer ficar à margem de uma decisão que, mesmo sem muitas expectativas de mudança, marcaria o que aconteceria no país nos anos seguintes e a tentar influenciar de alguma maneira na definição de quais seriam os candidatos que haveriam de disputar o segundo turno. A presença de Menem como concorrente também incentivou a uma expressiva proporção do

⁷⁵ No pleito de 2001, a significativa redução no caudal eleitoral das principais agremiações políticas argentinas já assinalada não se traduziu numa diminuição semelhante na quantidade das cadeiras legislativas que coube a cada uma. No caso do *Justicialismo*, por exemplo, o grande paradoxo derivou do fato de que, apesar da perda de votos sofrida, este partido conseguiu aumentar sua representação no Congresso Nacional. Isto é resultado direto da não capitalização por parte de outras agrupações dos votos perdidos pelos principais partidos nacionais, convertidos maiormente em votos em branco e em votos nulos, os que não são levados em consideração na hora de distribuir os cargos em disputa. Foi assim que o PJ, não obstante ter sido um dos partidos castigados nas urnas, manteve a maioria na Câmara de Senadores e aumentou sua representação na Câmara Baixa, passando a controlar graças a isto sua primeira minoria. Havendo conseguido apenas 27,6% dos votos emitidos, o peronismo conquistou 51,2% das 127 cadeiras que estavam em jogo na eleição para a renovação parcial dessa câmara e 55% das cadeiras no Senado, com menos de 30% dos sufrágios cidadãos para esta categoria: uma extraordinária sobre-representação que quase o levou a duplicar em cadeiras legislativas o caudal efetivamente conquistado nas urnas.

eleitorado a votar por aquele que poderia ter maiores possibilidades de derrotá-lo. O voto em branco e o voto nulo foram interpretados, nestas particulares circunstâncias, como tipos de sufrágio que poderiam favorecer o *riojano* e facilitar seu retorno, o que, insistimos, dissuadiu muitos de repetir um comportamento que em 2001 tinha alcançado massivos níveis de adesão.

Tudo indicava que nesta oportunidade se aplicaria por fim o mecanismo de dois turnos incluído na Constituição Nacional a partir de sua reforma, em 1994. Anteriormente, nas duas eleições presidenciais já realizadas com as novas regras do jogo, não tinha havido segundo turno: em 1995 a chapa Menem-Ruckauf obteve 49,9% dos votos válidos, se consagrando triunfadora diretamente no primeiro turno; em 1999 De la Rúa e Álvarez também resultaram vencedores sem necessidade de disputar o *ballotage*, já que conseguiram 48,5% dos votos válidos⁷⁶. Em virtude da fragmentação das opções partidárias, em 2003 haveria de se estrear o novo sistema eleitoral num cenário político que por primeira vez, desde 1983, não se apresentava polarizado. E isto se daria em circunstâncias muito especiais, dado que eram altas as chances de que os que concorressem fossem candidatos do mesmo partido. E efetivamente foi isto o que aconteceu: dois peronistas conseguiram passar ao *ballottage*, Menem e Kirchner, havendo obtido 24,4% dos votos válidos (4.740.907) o primeiro e 22,2% (4.312.517) o segundo. Só que, como bem sabemos, quatro dias antes da realização do segundo turno Menem, depois de muitas idas e vindas e numa atitude de absoluta burla às regras do jogo estabelecidas, renunciou a sua candidatura, o que converteu Kirchner em vencedor da eleição⁷⁷.

⁷⁶ A particular versão argentina do sistema de dois turnos indica que só se realizará o *ballottage* se nenhuma das chapas presidenciais conseguir mais de 45% dos votos validamente emitidos ou mais de 40% dos votos validamente emitidos com uma diferença de pelo menos 10 pontos sobre a chapa presidencial que lhe seguir em votos.

⁷⁷ Por aplicação do artigo 155 do Código Eleitoral Nacional – de discutível constitucionalidade –, vista a renúncia da chapa Menem-Romero a disputar o segundo turno, ficou proclamada a chapa Kirchner-Scioli como triunfadora. Este artigo prevê que “Em caso de renúncia dos dois candidatos de qualquer uma das duas chapas mais votadas no primeiro turno, proclamar-se-á eleita a outra”.

Menem renunciou frente aos resultados de diferentes pesquisas de opinião que anunciavam que no segundo turno seria derrotado por uma enorme diferença – falava-se de um resultado de 70% a 30% ou até de 75% a 25%. As divisões no comando de campanha do menemismo eram cada vez mais profundas e se acelerava o êxodo de cabos eleitorais e dirigentes locais, os que estavam migrando às *tendas* do adversário. Também eram cada vez mais intensas as pressões de políticos que, tendo-o acompanhado no primeiro turno, não queriam ser derrotados no segundo, já que isto podia trazer conseqüências negativas para suas próprias campanhas nas eleições provinciais e municipais que ocorreriam nos meses seguintes. Tudo isto trouxe atrelado um enfraquecimento do presidente finalmente eleito, justamente num momento político em que a sociedade argentina precisava uma liderança forte que a ajudasse a superar a profunda crise na que se encontrava submersa. De fato, Kirchner consagrou-se presidente com o menor índice de apoio eleitoral de toda a história do país, naquilo que configura mais um capítulo no longo e conturbado processo de decadência político-institucional argentina.

Somaram-se, portanto, vários fatos inéditos que contribuíram para a nada freqüente fragmentação partidária e a conseqüente atomização do eleitorado. Nunca antes o peronismo, em seus 58 anos de história, tinha-se apresentado dividido face a uma eleição presidencial⁷⁸. Nunca antes, em sua centenária trajetória, a *Unión Cívica Radical* tinha deixado de ocupar um lugar entre os que tinham condições de chegar à Presidência da República. Nunca antes representantes de duas novas organizações partidárias – uma de centro-esquerda (ARI), outra de cunho conservador (*Recrear para el Crecimiento*, de López Murphy) – tinham chegado a disputar de maneira simultânea e com tanta força uma eleição presidencial. A fragmentação chegou a tal ponto que os resultados desta eleição mostraram 5

⁷⁸ Até então só existiam antecedentes provinciais de um fato destas características. Neste sentido, cabe lembrar o que ocorreu em vários distritos nos anos 60, quando o peronismo estava proscrito e tentava se apresentar com novas siglas, muitas vezes dividido. Também vale lembrar a eleição para governador da província de Buenos Aires de 1987, quando um grupo de peronistas liderados por Antonio Cafiero rompeu com os que nesse momento tinham o controle do *Partido Justicialista*, apresentando candidaturas por fora da estrutura formal do partido e obtendo o triunfo na disputa para o cargo de governador.

candidatos – aqueles aos quais as diferentes pesquisas de opinião atribuíam possibilidades de passar ao segundo turno – com mais de 10% dos votos mas sem que nenhum deles superasse 25%. Atrás de Menem e de Kirchner ficaram nos cálculos finais Ricardo López Murphy, com 16,4%, Adolfo Rodríguez Saá, com 14,1% e, praticamente empatando com este, Elisa Carrió, com 14,0% dos votos validamente emitidos.

Foi a primeira disputa presidencial que não se definiu por uma maioria clara. Das 17 eleições presidenciais celebradas ao longo do século XX, em 16 houve ganhadores nítidos que, ou bem conseguiram maioria própria no colégio eleitoral, quando a eleição era indireta, ou, nos casos em que a eleição era por sistema direto, não precisaram ir ao segundo turno. Houve uma única exceção, em 1963, quando como foi dito anteriormente o radical Arturo Illia triunfou com escassos 25,1% do voto popular num contexto em que a principal força política do país tinha vedada a possibilidade de concorrer na disputa eleitoral.

A dispersão do eleitorado também se expressou em termos geográficos, já que foram muito diferentes os pesos relativos dos apoios conquistados por cada candidatura conforme a província ou a região. Menem obteve o primeiro lugar na metade dos 24 distritos eleitorais do país, ocupou o segundo lugar em nove e ficou relegado à terceira ou quarta posição em três províncias. No que se refere a Kirchner, ocupou o primeiro lugar na terceira parte dos distritos, saiu segundo em sete deles, terceiro em cinco e nos quatro restantes ocupou o quarto ou quinto lugar. López Murphy conseguiu a primeira posição num único distrito, a Capital Federal, obteve o segundo em quatro províncias, em nove saiu terceiro e nas dez restantes ficou relegado à quarta ou quinta posição. Rodríguez Saá apareceu primeiro nas três províncias *cuyanas* (San Luis, San Juan e Mendoza), obteve o segundo lugar num distrito, o terceiro em outros dois e nas outras dezoito províncias ficou em quarto, quinto ou sexto lugar. Elisa Carrió, por sua parte, não conseguiu sair primeira em nenhum distrito eleitoral do país, embora pôde conquistar o segundo lugar em Santa

Fe e na Capital Federal, saiu terceira em sete províncias e nas restantes ocupou a quarta, quinta ou sexta posição.

Esta variação no lugar ocupado por cada um dos cinco principais candidatos nos resultados finais do pleito deixa em evidência a dispersão geográfica do voto da qual falávamos. Menem, por exemplo, como era de se esperar, conseguiu seu maior índice de apoios na sua província natal, La Rioja, onde obteve 81,9% do total de votos válidos. Ao mesmo tempo, o pior resultado para Menem foi na província de San Luis, com 2,3%, lugar onde também Kirchner registrou seus piores índices e quem obteve a acachapante maioria dos votos foi Rodríguez Saá, com 87,4% de adesão. Este, por sua vez, obteve o menor percentual de apoio em Santa Cruz (2,0%), província que governou Néstor Kirchner por três mandatos consecutivos antes de chegar à presidência da República e onde este último alcançou 78,7% dos votos válidos. Foi também em Santa Cruz onde López Murphy obteve seu menor índice de apoio, só 3,9%, enquanto que na Capital Federal o ex-radical conseguiu seu melhor resultado, com 25,8% de adesão. Elisa Carrió, como mencionávamos, conquistou os maiores percentuais em Santa Fe, província na qual por poucos votos não obteve o primeiro lugar, ficando com 25,2% dos sufrágios validamente emitidos, e na Capital Federal, onde somou 19,9% dos votos. O pior índice para Carrió deu-se na província de La Rioja, onde obteve escasso 1,7% de apoio eleitoral.

Nada dizemos até agora da *Unión Cívica Radical*, uma das grandes castigadas nesta eleição. O partido fundado por Alem e Yrigoyen sofreu a pior derrota de toda sua história. No total nacional ficou relegada ao sexto lugar, com insignificantes 2,3% dos votos válidos; longe, muito longe das épocas de glória do radicalismo, como em 1983, por exemplo, quando conseguiu bater, por primeira vez, o peronismo em eleições livres, com esmagadores 51,7% dos votos válidos em favor de Raúl Alfonsín. A humilhante sexta posição ocupada nas presidenciais de 2003 registrou-se em 16 dos 24 distritos eleitorais do país. Só num conseguiu bom

resultado, a província do Chaco, na qual obteve razoáveis 19,6%. Em outras duas províncias ficou em quinto lugar e houve outras cinco nas que teve que se contentar com o sétimo, oitavo, nono ou até décimo lugar. Foi o caso de províncias como a de Buenos Aires, onde o centenário partido colheu esqualido 1,1% dos votos válidos, ficando na oitava posição, atrás não apenas dos cinco candidatos principais, mas também da *Izquierda Unida* e do candidato do *Partido Socialista*, Alfredo Bravo. Algo mais contundente ainda ocorreu na Capital Federal, tradicionalmente um dos grandes bastiões radicais, na qual o partido ficou num longínquo nono lugar, com 0,8% dos votos válidos.

Não há expressão mais cabal da profundidade da crise que vive o sistema partidário argentino que o virtual desaparecimento da *Unión Cívica Radical* como ator de peso no cenário eleitoral nacional⁷⁹ e a fratura do peronismo, ao extremo de ter apresentado três candidaturas diferentes na eleição presidencial⁸⁰, fratura que se repete em muitas realidades provinciais. De alguma maneira, com as óbvias mediações existentes em processos tão complexos, as modificações do sistema de representação política e a falência do tradicional bipartidarismo acompanham as brutais transformações que têm ocorrido na paisagem econômica e social do país ao longo das últimas três décadas e particularmente nos anos 90. A profunda crise que afeta às diferentes agremiações políticas e a dissolução das tradições políticas às que pertenciam os dois grandes partidos argentinos constituem um indubitável reflexo dos processos de aguda fragmentação e desagregação que padece a sociedade argentina.

E aqui vale agregar outra dimensão pouco sublinhada em nossa análise. Nos referimos aos processos de permanentes mudanças nas regras do jogo, à constante mutação do calendário eleitoral e à escandalosa manipulação dos diferentes elementos que regulam a designação das autoridades da República em função dos

⁷⁹ Mesmo tendo perdido espaço na política nacional, a UCR conserva seu poder territorial em algumas províncias e em várias cidades do interior.

⁸⁰ *Frente por la Lealtad* (Carlos Menem), *Frente para la Victoria* (Néstor Kirchner) e *Movimiento Nacional y Popular* (Adolfo Rodríguez Saá).

interesses particulares de cada uma das frações em que se dividiu a classe política argentina. Tais processos podem ser interpretados, também, como uma clara expressão da magnitude alcançada pela crise. É importante lembrar que as regras do jogo que deviam regular a competência pela presidência do país foram objeto de várias mudanças ao longo de 2002 e primeiros meses de 2003, o que agregou uma quota a mais de incerteza à já por si turbulenta etapa que se abriu na história argentina com a renúncia de Fernando De la Rúa à Presidência da República.

As marchas e contramarchas, a guerra de rumores, as confirmações e desmentidas, as permanentes idas e vindas ao fixar as regras que haveriam de pautar, primeiro, a nomeação dos candidatos e, posteriormente, a eleição do novo presidente do país, são o melhor exemplo do que vimos dizendo. A falta de transparência e as constantes dúvidas no que tange ao cumprimento do calendário eleitoral foram alimentadas pelos diferentes atores envolvidos na disputa e fundamentalmente pelos distintos setores em que se dividiu o peronismo, setores que giravam em torno da encarniçada briga estabelecida entre Carlos Menem e Eduardo Duhalde pelo controle do aparato partidário e, em definitivo, pelo controle do poder político do país. Nesta disputa se decidia qual destas personagens seria vencedora, se Menem, que tinha exercido a presidência já por duas vezes e queria retornar à primeira magistratura da República, ou Duhalde, que vinha presidindo o país de maneira interina desde os primeiros dias de 2002 e pretendia tornar-se o grande eleitor que garantisse o triunfo de um candidato que respondesse a seu comando e, por sua vez, fechasse as portas a um eventual retorno de Menem à presidência.

Mas foram tantos os capítulos deste enredo político, com fortes condimentos de judicialização, operações midiáticas, ameaças, extorsões, pactos e promessas não cumpridas, que consideramos melhor colocar numa cronologia os episódios mais importantes. Somente assim pode se tornar mais compreensível uma trama que caso não seja vista com certo grau de detalhamento, poderia parecer fruto de uma febril imaginação. A partir do seguimento de dois dos principais jornais do país (*La*

Nación e *Clarín*), temos reconstruído os fatos que marcaram estes meses de indefinição política e de grande incerteza institucional, nos que nem a cidadania nem os principais dirigentes envolvidos diretamente nos sucessos sabiam, a ciência certa, se as eleições seriam realmente levadas a cabo, quando se realizariam, quais seriam as normas que regulariam a disputa e quem seriam finalmente os concorrentes.

Principais acontecimentos no processo pré-eleitoral de 2003

24/12/2001 – Designação de Rodríguez Saá como Presidente interino

O governador da província de San Luis, Adolfo Rodríguez Saá é designado pela Assembléia Legislativa (Senado e Câmara dos Deputados reunidos) para governar por 90 dias, até a posse do novo presidente que haveria de terminar o mandato de De la Rúa, a ser escolhido pela cidadania em eleições gerais, em 3 de março de 2002.

30/12/2001 – Renúncia de Rodríguez Saá à Presidência

Após massivos protestos populares e uma forte disputa interna no PJ, Adolfo Rodríguez Saá renuncia à Presidência da República. A primeira magistratura fica novamente vacante.

01/01/2002 – Designação de Duhalde para completar o mandato de De la Rúa

O senador Eduardo Duhalde é designado pela Assembléia Legislativa para completar o mandato de Fernando De la Rúa até 10/12/2003, com o apoio do PJ, da UCR e da FREPASO por 262 votos a favor, 21 contrários e 18 abstenções. Assume em 02/01/2002 se comprometendo a não se postular como candidato nas futuras eleições presidenciais.

27/05/2002 – Pedido de governadores peronistas para antecipar as eleições

Em uma reunião de cúpula dos governadores do PJ estes solicitam ao governo a antecipação das eleições como condição para lhe conceder apoio político. As internas seriam feitas em dezembro e as eleições gerais passariam de setembro para março de 2003. Para que esta antecipação fosse legal devia ser modificada a lei de acefalia.

17/06/2002 – Declarações de Duhalde confirmando as eleições para setembro

Duhalde reitera, em coletiva de imprensa, que não serão antecipadas as eleições fixadas para setembro de 2003. Ele também prevê as internas abertas e simultâneas para março ou abril daquele ano.

19/06/2002 – Sanção da lei de internas abertas e simultâneas

A Câmara dos Deputados sanciona por 152 votos a favor e 34 contrários a lei 25.611, que estabelece a obrigatoriedade para partidos e alianças de realizar o processo de internas abertas e simultâneas para a escolha de candidatos a presidente e vice-presidente, senadores e deputados nacionais. Esta norma neutraliza as possibilidades de aplicar a lei de lemas para resolver a disputa interna do *Partido Justicialista*, como vinha sendo cogitado por setores desse partido e do governo nacional.

02/07/2002 – Anúncio de antecipação das eleições para março

Em uma mensagem em rede nacional, o Presidente Duhalde anuncia a antecipação das eleições gerais para o mês de março de 2003. De acordo com o novo cronograma, as eleições internas seriam realizadas em 24/11/2002, as eleições gerais em 30/03/2003 e um eventual segundo turno teria lugar em 27/04/2003. A assunção do novo presidente seria em 25/05/2003.

06/08/2002 – Decretos de convocatória a eleições gerais e internas

Publicam-se no Diário Oficial os decretos 1399/02, 1401/02, 1398/02 e 1397/02 mediante os quais se convoca a eleições internas, eleições gerais para presidente e vice-presidente da República e eventual segundo turno de acordo com o cronograma já citado. Neles consta a renúncia antecipada de Duhalde ao cargo de presidente a partir de 25/05/2003. As províncias ficam em liberdade de ação para fixar seus próprios calendários referentes à celebração de internas e eleições gerais destinadas à designação de autoridades locais e legisladores nacionais.

28/08/2002 – Mudança de data para a realização das eleições internas abertas

Mediante o decreto 1578/02, o governo nacional modifica as disposições incluídas nos decretos 1397/02 e 1398/02, fixando o dia 15/12/2002 como nova data para a realização das eleições internas abertas e simultâneas para todos os partidos e alianças eleitorais que pretendam apresentar candidaturas presidenciais.

09/10/2002 – Suspensão judicial das internas

A juíza federal com competência eleitoral da Capital Federal declara a inconstitucionalidade das eleições internas abertas e simultâneas dispostas pela lei 25.611, previstas para 15/12/2002, por serem contrárias ao que dispõe o artigo 38 da Constituição Nacional, quando outorga liberdade aos partidos políticos para se organizarem e postularem candidatos a cargos eletivos. Ao mesmo tempo se confirmam as eleições gerais para 30/03/2003 e o eventual segundo turno para 27/04/2003.

15/10/2002 – Ratificação das internas do PJ para 15/12/2002

Mesmo sem lei de internas abertas e simultâneas, o Conselho Nacional do PJ resolve manter a convocatória a prévias de seu partido para 15/12/2002.

16/10/2002 – Convocatória a eleições internas na UCR para 15/12/2002

O Comitê Nacional da *Unión Cívica Radical* convoca a realização de eleições internas para a mesma data que o *Justicialismo*.

16/10/2002 – Apelação da sentença judicial contrária às internas abertas

Em uma tentativa por restabelecer a lei de internas abertas e simultâneas, o governo de Duhalde apela perante a Câmara Eleitoral contra decisão da juíza de primeira instância.

16/10/2002 – Mudança de data para as internas do PJ

Um Congresso do PJ transfere as internas do partido para 19/01/2003.

16/10/2004 – Proposta de um senador para implementar um sistema de lei de lemas

O senador nacional pelo *justicialismo* Jorge Capitanich apresenta um projeto de lei que combina a lei de lemas com o sistema de dois turnos para a disputa presidencial, como forma de evitar a realização de eleições internas. Fortes questionamentos da oposição fundados na sua duvidosa constitucionalidade.

13/11/2002 – Proposta de um senador para realizar as eleições em maio

O senador nacional pelo justicialismo Ramón Puerta propõe mudar a data das internas, transferindo-as para março de 2003 e realizar as eleições gerais em 06/05/2003 com um eventual segundo turno em 20/05/2003. A posse do novo presidente seria mantida para a data já fixada (25/05/2003).

15/11/2002 – Reabilitação judicial das eleições internas

A Câmara Nacional Eleitoral reabilita a realização de eleições internas abertas e simultâneas para 15/12/2002, ordenando ao Poder Executivo que “adote todas as medidas necessárias para tornar efetivo o mecanismo de seleção de candidatos previsto para 15 de dezembro pela lei de eleições internas abertas e pelos decretos regulamentares”.

18/11/2002 – Acordo para a suspensão de internas abertas e modificação do calendário eleitoral

O Presidente Duhalde chega a um acordo com a maioria dos governadores e com os titulares dos blocos legislativos para fixar o dia 27/04/2003 como data para as eleições presidenciais e o dia 18/05/2003 para a realização de um eventual segundo turno. Impulsionam também a anulação, para esta eleição, do sistema de internas abertas e simultâneas, e propõem o tratamento parlamentar do projeto de lei que inclui a renúncia de Duhalde a partir de 25/05/2003.

19/11/2002 – Decreto com novas datas e suspensão das internas abertas

O Presidente Duhalde assina o decreto 2356/02 que estabelece o novo calendário eleitoral e a suspensão das internas abertas e declara a necessidade de sua imediata convalidação pelo Poder Legislativo.

21/11/2002 – Aprovação pelo Senado do novo cronograma eleitoral e das novas regras do jogo

O Senado aprova por ampla maioria e com forte oposição dos legisladores menemistas o pacote de iniciativas destinadas a dar certeza ao calendário eleitoral e à normalização institucional do país. Entre elas, a resolução que aceita a renúncia antecipada de Duhalde, com data de 25 de maio de 2003. Envia à Câmara dos Deputados o projeto de lei que ratifica o novo calendário eleitoral e que suspende por uma única vez a aplicação da lei de eleições internas abertas e simultâneas.

28/11/2002 – Aprovação pela Câmara dos Deputados do novo cronograma eleitoral e das novas regras do jogo

A Câmara dos Deputados aceita, depois de vários dias de negociações, a renúncia antecipada para maio do Presidente Duhalde e converte em lei o cronograma eleitoral que estabelece como data das eleições gerais o dia 27/04/2003. Paralelamente, o Senado aprova um projeto que modifica a lei de acefalia, para que o presidente finalmente escolhido em abril possa assumir, de forma interina, em 25 de maio, e completar assim os seis meses faltantes do mandato de Duhalde. O pacote eleitoral aprovado inclui, ademais, a suspensão por uma única vez, da lei de eleições internas obrigatórias, abertas e simultâneas.

15/12/2002 – Eleições internas na UCR marcadas por denúncias de fraude

Realizam-se as eleições internas para escolher a chapa presidencial que apresentará a UCR nas eleições gerais; estão marcadas por denúncias cruzadas de fraude e escândalos. O ganhador só é definido dois meses depois, em 17/02/2003, mediando a

intervenção da justiça e a realização de eleições internas complementares em três províncias.

26/12/2002 – Ratificação das internas no PJ

Em uma reunião do Conselho Nacional do partido, dominado por seguidores de Carlos Menem, são confirmadas as eleições internas em 23/02/2003 para a escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente que postulará o peronismo.

27/12/2002 – Exortações de Duhalde para a suspensão das internas do PJ

O Presidente Duhalde sela um acordo com oito governadores em que exorta a suspender as internas do *Justicialismo* e a habilitar a possibilidade de que cada pré-candidato possa concorrer diretamente à eleição geral com sua própria estrutura, naquilo que passa a ser conhecido como “sistema de neolemas”, onde não opera uma soma de votos das diferentes candidaturas apresentadas por um mesmo partido como acontecia com o sistema de lei de lemas convencional.

29/12/2002 – Pedido do menemismo à justiça para que garanta a realização de internas no PJ

O menemismo pede à justiça federal uma medida que obrigue a celebrar as eleições internas do PJ em 23 de fevereiro de 2003, segundo o disposto pelo Conselho Nacional Justicialista.

03/01/2003 – Acordo no PJ impulsionando a lei de lemas

Buscando superar a divisão interna, a Mesa Executiva do Congresso Nacional do partido resolve impulsionar a aprovação da lei de lemas para as eleições presidenciais, a ser aplicada por uma única vez. Sua aprovação exigiria uma maioria especial no Congresso Nacional, difícil de reunir. Muitos consideram este sistema inconstitucional.

04/01/2003 – Proposta de um senador para realizar um plebiscito que defina a data em que Duhalde deve deixar o poder

O senador nacional pelo justicialismo Luis Barrionuevo anuncia que dará entrada no Congresso a um projeto para convocar um plebiscito a fim de que a cidadania defina se o Presidente Duhalde deve deixar o cargo em 25 de maio ou cumprir o mandato constitucional até 10 de dezembro desse ano. A idéia não é bem recebida dentro do peronismo nem nas fileiras do próprio duhaldismo.

05/01/2003 – A lei de lemas é descartada pelo Governo

O Governo descarta a possibilidade de redigir um decreto que habilite o Congresso a tratar em sessões extraordinárias um projeto de lei de lemas. De tal forma condena ao fracasso o acordo alcançado no peronismo para impulsionar uma reforma de emergência no sistema eleitoral.

06/01/2003 – Dúvidas em torno do calendário eleitoral

A disputa não resolvida do PJ e os questionamentos judiciais incrementam as dúvidas a respeito do cumprimento do calendário eleitoral e da realização de eleições gerais em abril. O fracasso do último acordo no peronismo, que sepultou a idéia de impulsionar uma lei de lemas, potencializa a convicção dos principais candidatos presidenciais de que as eleições só serão realizadas em outubro. O fato de que o Poder Executivo não tenha promulgado nem publicado no Diário Oficial a recente reforma da lei de acefalia, que permitiria a um presidente eleito tomar posse em lugar de Duhalde quando este fizesse efetiva sua renúncia soma maior incerteza. Uma eventual postergação das

eleições obrigaria a Assembléia Legislativa a designar outro presidente interino até dezembro de 2003. Deputados que respondem ao duhaldismo opinam que o presidente poderia ser candidato se renunciasse em maio e se a eleição geral fosse realizada só no mês de outubro.

07/01/2003 – Garantias de eleições em abril

Duhalde garante numa coletiva de imprensa que as eleições se realizarão em 27/04/03, como prevê a normativa sancionada pelo Congresso Nacional.

08/01/2003 – Publicação da nova lei de acefalia

Ao publicar no Diário Oficial a reforma da lei de acefalia, o Governo cumpre com o último passo formal para que o presidente escolhido nas eleições gerais convocados para 27 de abril possa assumir em 25 de maio. Esta reforma habilita aos que resultarem eleitos como presidente e vice-presidente a assumir antecipadamente os cargos para completar o período do mandatário renunciante e estipula que tal período não será computado a efeitos da proibição constitucional de reeleição. Portanto o presidente finalmente eleito terá um mandato de quatro anos e seis meses e meio, e nas eleições de 2007 poderá se apresentar à reeleição.

14/01/2003 – Intimação judicial ao PJ para que realize as internas

A Justiça intima o PJ a realizar as internas em tempo para cumprir com os prazos que impõe o Código Eleitoral Nacional e poder definir quem será o candidato presidencial pelo partido.

21/01/2003 – Denúncia ante a OEA do processo eleitoral

O menemismo pede à Organização de Estados Americanos (OEA) que envie uma missão que supervisione o processo de eleição do novo presidente da República.

21/01/2003 – Medida cautelar em favor da realização de internas no PJ

Carlos Menem solicita uma medida cautelar para que a Justiça ordene a realização das eleições internas do justicialismo previstas para 23 de fevereiro e proíba a instrumentação de um sistema de “neolemas”.

24/01/2003 – Habilitação do sistema de “neolemas” no PJ

O Congresso do *Partido Justicialista* aprova a habilitação dos três postulantes do partido (Néstor Kirchner, Carlos Menem e Adolfo Rodríguez Saá) como candidatos do PJ para as eleições gerais de 27 de abril. Sem somar votos entre si, o sistema de “neolemas” permite que os três postulantes levem em suas cédulas os símbolos partidários, conforme a idéia acertada entre representantes das diferentes correntes do partido. Isto traz como consequência a suspensão das eleições internas de 23 de fevereiro.

31/01/2003 – Solicitação de ação declarativa que garanta a realização das eleições nas datas previstas

O presidente Duhalde comparece nos Tribunais e solicita à juíza federal com competência eleitoral da Capital Federal que declare que as eleições gerais serão realizadas em 27 de abril. O presidente apresenta uma ação declarativa de certeza, buscando eliminar as dúvidas que existem em torno da realização do pleito.

10/02/2003 – Habilitação judicial das três candidaturas do peronismo

A juíza federal com competência eleitoral da Capital Federal habilita Kirchner, Menem

e Rodríguez Saá para concorrer nas eleições presidenciais por meio de “alianças eleitorais”, convalidando assim a suspensão das internas do *Partido Justicialista* (PJ) “atento à impossibilidade material de levar a cabo as mesmas levando em consideração o cronograma eleitoral vigente para a eleição nacional”. Ao mesmo tempo, deixa em poder do partido a decisão de como será o uso de emblemas, símbolos e nomes.

21/02/2003 – Proibição de uso de símbolos partidários do PJ

A juíza federal com competência eleitoral da Capital Federal emite sentença contrariando os desejos de Menem de concorrer nas eleições presidenciais com o nome de *Frente Peronista* e nega a este candidato a possibilidade de utilizar de forma exclusiva os símbolos peronistas. Entretanto, nos considerandos da sentença, a magistrada deixa sentada uma posição que vá além da rejeição às pretensões do menemismo: desliza sua opinião contrária a que todos os candidatos peronistas utilizem, simultaneamente, a iconografia justicialista.

Vemos, nesta complexa e extensa cronologia, mais uma evidência que dá conta da intensidade da crise política sofrida pela Argentina. Coincidindo com a análise do constitucionalista José Miguel Onaindia (2003), cabe ressaltar as sucessivas violações ao texto constitucional que tiveram lugar no desenvolvimento dos acontecimentos relatados. Assim houve, por exemplo, uma modificação na duração do mandato presidencial, prevista no artigo 90 da Constituição Nacional, por uma norma de hierarquia inferior. Produziu-se também uma deturpação do sistema de dois turnos, ao permitir que concorressem na eleição general três candidatos pertencentes ao mesmo partido, com o agravante de que foram justamente dois destes os que passaram para o segundo turno. E como se fosse pouco, frente à suspensão do *ballotage* previsto para 18 de maio, a chapa finalmente consagrada como triunfadora obteve – como já assinalamos – uma percentagem de votos muito inferior ao que exige a Carta Magna nos artigos 97 e 98 para sua proclamação.

Análise das eleições provinciais

Mencionávamos anteriormente que, ademais do processo para a eleição do novo presidente da República, em 2003 houve um prolongado ciclo eleitoral destinado a selecionar autoridades provinciais e municipais, assim como legisladores nacionais e provinciais em todos os distritos do país. Entre 27 de abril e 23 de novembro, realizaram-se 32 pleitos eleitorais⁸¹ que se desenvolveram em 15 jornadas diferentes. Isto deu uma tônica muito especial a todo o processo, dada a diversidade de datas e de momentos políticos em que se levaram a cabo os pleitos para designação de autoridades e representantes. Porém, antes de passar a esta questão, resulta importante destacar um fato que, a semelhança do que ocorreu com o “voto bronca” em 2001 ou com a extrema fragmentação nas eleições presidenciais de abril de 2003, resultou a marca distintiva de todo o processo que estamos analisando: o recorde histórico de abstenção eleitoral que, em mais de uma província, se aproximou de insólitos 50%.

Esta é a forma em que, na oportunidade sob análise, se manifestaram a crise do sistema partidário e a corrosão dos laços de representação. Os inéditos níveis de absentismo eleitoral constituíram novas manifestações – também inéditas – da crise que se instalou na política argentina nos últimos anos. Os votos em branco voltaram a apresentar valores muito elevados, não assim os votos nulos, que ficaram bastante longe do nível alcançado por este tipo de comportamento em outubro de 2001. Mas realmente o traço distintivo destas eleições esteve centrado na não participação, no não comparecimento às urnas, no desconhecimento do dever cívico de ir até as mesas de votação (novamente uma clara opção pela “saída”, utilizando a categorização ideada por Hirschman). E isto num contexto, lembremos, no qual o voto não deixou de ser obrigatório. Não houve nenhuma alteração na legislação eleitoral que eliminasse esta carga pública cidadã. As multas e demais penalidades

⁸¹ Se deixarmos fora do cálculo o segundo turno, foram 30 os processos eleitorais realizados. Na Capital Federal e em Tierra del Fuego o eleitorado retornou às urnas para escolher dentre os dois candidatos mais votados qual haveria de assumir o governo de cada um destes dois distritos.

previstas na lei continuavam e continuam plenamente vigentes. Não obstante, uma percentagem importante da cidadania ignorou a obrigação legal, tornando-a na prática cada vez mais formal e menos real. Nos últimos anos, os que deixaram de votar em geral não foram sancionados. Foi-se difundindo entre diferentes setores da população que o fato de não cumprir com a obrigação legal de ir votar não traz atrelada nenhuma consequência concreta para o infrator⁸². Poderíamos dizer que esta é outra evidência a mais da tendência desinstitucionalizante que atravessa o conjunto da sociedade argentina em seus mais diversos âmbitos e esferas: as normas e instituições jurídicas e políticas não só perdem legitimidade popular, mas também boa parte da sua efetividade.

Contrariamente ao que foi dito nas análises publicadas nos grandes meios de comunicação, segundo as quais em 2003 teria operado um importante retrocesso nos índices de rejeição cidadã aos mecanismos de representação e às candidaturas oferecidas pelos diferentes partidos e alianças, nossa leitura indica que na verdade houve uma persistência no repúdio à instancia eleitoral e aos candidatos oferecidos pelas diversas agrupações partidárias. Os índices de absentismo, que em 2001, como dizemos, configuraram um recorde na história eleitoral argentina, foram novamente superados pelas percentagens de abstenção registrados nas eleições provinciais realizadas ao longo de todo 2003. Em termos agregados, o absentismo, que nas eleições de outubro de 2001 tinha chegado a 26,3%, no dilatado calendário eleitoral de 2003 alcançou outra vez o valor mais alto desde a restauração

⁸² O Código Nacional Eleitoral, no seu artigo 125, estabelece sanções monetárias para os que não compareçam a votar sem uma justificativa válida. A multa fixada por um juiz deve ser paga mediante um selo fiscal que é aderido ao documento nacional de identidade. O não pagamento da multa traz atrelada a impossibilidade de realizar trâmites perante organismos públicos pelo prazo de um ano. Quem não compareceu para votar tem 60 dias para justificar sua ausência frente aos tribunais. Entre os que podem ver justificado o não comparecimento às urnas estão as pessoas doentes ou impossibilitadas por força maior e os cidadãos que no dia da eleição se encontram a mais de 500 km do seu endereço eleitoral. Em outras épocas, quem não votava sofria uma série de transtornos quando devia realizar trâmites administrativos. Em outros países da região, como Brasil, por exemplo, as sanções se fazem efetivas, e em muitos casos o cidadão que não cumpre com seu dever cívico nem justifica oportunamente sua ausência, torna-se um verdadeiro “morto civil”, sobretudo quem trabalha na administração pública ou quem pretende fazer um concurso para entrar nela.

democrática. Assim, para os pleitos destinados a escolher deputados nacionais, praticamente a terceira parte, 32,6% dos cidadãos habilitados para votar, não foi às urnas. De um corpo eleitoral composto por quase 26 milhões de cidadãos, algo mais de 8,4 milhões não se apresentaram para votar.

Na eleição de deputados nacionais, os maiores índices de abstenção eleitoral verificaram-se nas províncias de Corrientes (40,6%), Córdoba (41,2%), Catamarca (44,0%) e Tucumán (49,7%). Nesta última província, na que os indicadores sociais mostram os alcances da hecatombe social produzida na Argentina principalmente nos anos 90 e primeiros anos do novo milênio (64% dos seus habitantes abaixo da linha de pobreza e metade das crianças menores de 6 anos com quadros de desnutrição, segundo dados oficiais daquele ano) os números foram alarmantes: em departamentos como Famaillá, Monteros e Aguilares o comparecimento não chegou sequer à metade dos votos, já que foram votar menos de 48% dos inscritos. Boa parte dos abstencionistas tinha votado pelo peronismo nas disputas anteriores. Nas eleições para a designação de autoridades provinciais (governador, vice-governador e deputados provinciais), por exemplo, levadas a cabo em 29 de junho de 2003, o PJ obteve 263.572 votos, com os que conseguiu conquistar o governo da província. Contudo, quatro meses mais tarde, nas eleições para representantes ante o Congresso Nacional, o justicialismo viu reduzido seu caudal eleitoral a menos de 100.000 sufrágios, enquanto que nenhum dos outros partidos que estava disputando a eleição experimentou uma ascensão significativa nas adesões recebidas, o que leva a inferir que boa parte dos votos perdidos pelo peronismo passaram a engrossar as cifras já altas de absentismo eleitoral.

Outro tanto ocorreu na província de Córdoba, onde a participação média nas eleições realizadas desde a restauração das instituições democráticas situava-se em 82,1%. Em 2001, a taxa de comparecimento descendeu a 72,8%, caindo novamente em outubro de 2003 quando, nas eleições para legisladores nacionais, foi de apenas 58,8%. Nessa oportunidade, quase um milhão de cordobeses deixou de votar.

Particularmente cabe prestar atenção a cidades como Cruz del Eje, quarto município da província em quantidade de habitantes e não casualmente lugar onde os cortes de estrada tiveram especial incidência. Ali o absentismo bateu todas os recordes: só votaram 46,5% dos cidadãos registrados⁸³.

No que se refere aos votos em branco para a categoria de deputados nacionais, estes chegaram a um nível ainda mais elevado que o registrado em outubro de 2001, dado que alcançaram 15,0% dos sufrágios emitidos, equivalentes a 10,8% dos cidadãos habilitados para votar. Recordemos que em 2001 ditos votos somaram 10,8% do total de sufrágios emitidos no país ou 8,1% dos registrados. Já, por outro lado, produziu-se uma diminuição significativa na proporção de votos nulos, voltando aos níveis históricos: nos diferentes pleitos levados a cabo em 2003 – sempre falando das eleições para deputados nacionais – somaram 1,3% dos sufrágios emitidos, 1,0% dos registrados (em 2001 tinham alcançado 13,2% dos votos emitidos ou 10,0% dos registrados).

Na província de Buenos Aires, não só a abstenção foi o fato marcante da disputa eleitoral – 32,0% dos registrados, ou seja 2.885.502 pessoas habilitadas para votar não o fizeram –, mas também o “voto bronca” apresentou valores mais importantes que os registrados em 2001. Nas eleições para governador, os votos em branco somaram mais de um milhão (14,5% dos sufrágios emitidos), superando à *Frente Acción Federalista por Buenos Aires*, de Luis Patti, que com 733.262

⁸³ Dados de eleições provinciais realizadas nos primeiros meses de 2005, que escapam ao alcance de nosso trabalho, exibem uma tendência ao agravamento deste fenômeno. Em Catamarca, por exemplo, registrou-se 56% de absentismo na eleição para escolher deputados provinciais levada a cabo no mês de março (lembramos que dois anos antes, nesta província, a abstenção tinha sido de 44%). Em Santiago del Estero, província em que se realizou uma eleição para escolher novo governador – depois de um ano de intervenção federal – não se apresentaram para votar 34,2% dos habilitados. Neste caso a proporção de abstencionistas foi menor que na eleição anterior, porém ainda assim significativamente elevada. Vemos, portanto, que mesmo com a relegitimação de certas instituições políticas nacionais, produto da alta popularidade que ostenta o presidente Néstor Kirchner, persiste a forte corrente de rejeição à instancia eleitoral por parte de amplos setores da população, conforme o que foi discutido no capítulo 2 desta tese.

sufrágios resultou a segunda força política mais votada naquele distrito⁸⁴. Agregando a esses votos em branco a abstenção registrada na província, observamos que 39,7% dos eleitores bonaerenses não escolheram nenhum postulante. Na votação para deputados nacionais, os sufrágios “negativos” foram ainda mais numerosos. Para tal categoria os votos em branco chegaram a 17,2% e os nulos a 1,3%. Neste caso também ficaram em segundo lugar, só atrás do PJ, que obteve 33,2% dos votos emitidos e muito acima da segunda lista colocada, a da *Frente Popular Bonaerense*, de Aldo Rico, que obteve 8,6% dos sufrágios emitidos.

Na província de Santa Fe, mesmo quando os percentuais de voto em branco e voto nulo não alcançaram os níveis de 2001, mostraram de todos modos proporções muito elevadas, somando, para a eleição de deputados nacionais, 23,6% dos votos emitidos (18% do registro eleitoral). A abstenção chegou a 24,3% nessa eleição. No caso do voto para governador os números foram menores, embora igualmente resultaram bastante importantes: 15,1% dos votos emitidos foram em branco e 1,2% nulos (somados, 12,4% do registro). E nos votos para escolher senadores nacionais, houve 17,4% em branco e 1,2% nulos (somados, 14,2% do eleitorado habilitado a votar).

Chama a atenção o que aconteceu, também, em províncias menos importantes politicamente, com um peso relativo muito menor no conjunto do eleitorado nacional, como o caso de Santa Cruz, por exemplo, onde o “voto bronca” não tinha alcançado valores significativos em outubro de 2001. Nesta província, berço do atual Presidente, Néstor Kirchner, o voto em branco obteve em 2003, para a categoria de deputados nacionais, o segundo lugar, com 22,1% dos votos

⁸⁴ Esta agrupação surgiu como veículo para a candidatura do ex-delegado Luis Patti ao governo da província nas eleições de 2003. Patti teve uma nefasta trajetória como torturador na época da ditadura militar e, já na democracia, converteu-se num dos destacados defensores da mão dura, continuando com as torturas aos detentos nas delegacias bonaerenses. Apesar destes antecedentes, em 1995 se converteu no prefeito mais votado na história do município de Escobar como candidato do PJ, com 73% dos votos válidos, resultado que lhe permitiu se projetar às esferas políticas provincial e nacional. Mais informações sobre os crimes cometidos por Patti podem ser consultados no relatório produzido pelo *Centro de Estudios Legales y Sociales*, “Patti: Manual del buen torturador” (www.cels.org.ar/Site_cels/trabajo/ y_documentacion/docum_pdf/patti. pdf).

emitidos. Isto soma-se aos 43.326 eleitores, dos 130.272 habilitados para votar (35,65%), que não compareceram às urnas. Todos valores inéditos na história da província.

Em um balanço resumido do que ocorreu com o voto em branco nas eleições levadas a cabo ao longo de todo 2003 e sua comparação com o que sucedeu em 2001, devemos assinalar que houve uma diminuição em Tucumán (lugar que, como dizemos, caracterizou-se nesta oportunidade por exibir altíssimos índices de absentismo), Santiago del Estero, Capital Federal, Catamarca, Misiones, San Juan, Tierra del Fuego, Mendoza, Salta, Córdoba, Jujuy e Santa Fe. Já os distritos nos quais o votobranquismo aumentou, contribuindo para a elevação do total nacional, foram Corrientes, San Luis, Formosa, Entre Ríos, Chaco, Santa Cruz, Río Negro, La Pampa, Chubut, Neuquén, La Rioja e Buenos Aires. Especialmente esta última província foi responsável pela elevação do total nacional, dado o grande peso relativo do distrito no conjunto do eleitorado do país.

Todos estes indícios vêm reforçar nossa hipótese: há um persistente processo de deteriorização dos laços de representação política, uma crise das formas tradicionais de mediação. Estes fatos constituem manifestações inequívocas, incontestáveis, da estendida rejeição social à oferta eleitoral existente, da magnitude alcançada pela crise do sistema de representação, do desprestígio em que tem caído o sistema partidário, do grau de ceticismo ou incredulidade que predomina no eleitorado e das dificuldades encontradas pelo sistema político e pelas instituições da democracia representativa para recompor sua legitimidade.

O processo eleitoral levado a cabo nas diferentes províncias argentinas em 2003 caracterizou-se, ademais, por uma ostensível manipulação das regras do jogo, tanto no que se refere ao sistema eleitoral e aos mecanismos de seleção de candidaturas como à fixação das datas em que seria realizada a contagem em cada um dos distritos do país. Vamos dedicar alguns parágrafos a estas questões que se

somam ao que já foi dito acerca das regras e do calendário para a eleição presidencial. Elas constituem outros exemplos do fenômeno de desinstitucionalização que vem sofrendo a política argentina e expressam, também, as conseqüências concretas da crise sócio-política desatada no país no que diz respeito ao formato que assume a democracia representativa.

Neste sentido, é importante lembrar alguns antecedentes. Assim cabe destacar, por exemplo, que entre 1983 e 2003 houve 32 reformas constitucionais nas províncias argentinas, numa onda que parece não se deter, já que segundo se desprende de uma recente investigação publicada no diário *La Nación* (Galak, 2004), onze distritos pretendem realizar novas alterações em suas leis fundamentais nos próximos meses. A maioria das reformas levadas a cabo nos anos 80 e 90 teve como principal objetivo habilitar a possibilidade de reeleição dos governadores. Ao passo que em 1983 nenhuma província admitia que seu primeiro mandatário pudesse permanecer mais de quatro anos seguidos no cargo, duas décadas mais tarde 19 dos 24 distritos do país incluíam expressamente esta possibilidade em suas cartas constitucionais⁸⁵ e algumas inclusive passaram a permitir a reeleição indefinida do executivo provincial, como acontece em Santa Cruz, San Luis, La Rioja, Salta e Formosa. Em todos os casos, estas reformas apontaram para a satisfação das necessidades, interesses e ambições do partido governante, gerando um alto impacto na dinâmica da concorrência partidária e nos alinhamentos e realinhamentos das diferentes forças políticas que se apresentavam em cada contenda eleitoral.

Nestas duas décadas houve, também, uma quantidade muito elevada de reformas eleitorais. Até 2003, de acordo com cálculos de Calvo e Micozzi (2003), foram 38 as modificações dos sistemas eleitorais provinciais, o que acentuou a já extraordinária diversidade de formatos institucionais existentes no país. Mais uma

⁸⁵ As únicas províncias que atualmente não autorizam a reeleição consecutiva do seu governador são as de Entre Ríos, Santa Fe, Mendoza, Tucumán e Corrientes. Entretanto, nas quatro primeiras existem projetos de reforma constitucional que buscam incorporar este instituto.

vez, tais reformas estiveram motivadas por interesses de grupos e partidos que buscavam garantir sua continuidade à frente dos executivos provinciais e que pretendiam facilitar a formação de maiorias próprias nos legislativos desses distritos. No caso das regras que ordenam a eleição de governador e vice, houve uma inclinação a adotar o sistema de lei de lemas ou de duplo voto simultâneo e cumulativo⁸⁶. Tal mecanismo foi incluído, nos últimos vinte anos, na legislação eleitoral de Santa Fe, La Rioja, Formosa, Tucumán, Jujuy, Misiones, Chubut, Santiago del Estero, Río Negro, Salta, Santa Cruz e San Luis.

Como dizemos páginas mais atrás, ao abordar o caso santafesino, a adoção do mecanismo de lei de lemas configura uma evidência direta da crise do sistema de representação política no país e agrava ainda mais a má imagem de partidos e dirigentes, menoscabando a representatividade dos eleitos. Muitas das províncias mencionadas, entretanto, derogaram ou estão atualmente tramitando a derrogação deste mecanismo, que permaneceria tão somente em Formosa e La Rioja para o âmbito provincial e Misiones para a ordem municipal. Tal derrogação é uma resposta salutar e renovadora e representa pelo menos uma forma de reagir contra a crise e seus sintomas, já que se por um lado este sistema pode contribuir, em alguns casos, para resolver transitoriamente os conflitos intra-partidários, no longo prazo termina por alimentar o desprestígio de partidos e dirigentes, apagando a identidade dos primeiros e diluindo o perfil político-ideológico dos segundos. Máxime quando

⁸⁶ Este sistema eleitoral determina a realização simultânea da seleção interna dos candidatos de cada partido ou frente eleitoral junto à eleição geral, assim como estabelece também a acumulação de votos em favor da lista ou chapa mais votada dentro de cada um dos partidos ou frentes que disputam a eleição. Existem só dois países que têm aplicado tão peculiar mecanismo no plano nacional: Honduras e Uruguai. No primeiro caso, tal sistema foi utilizado unicamente na eleição presidencial de 1985, quando o Partido Liberal, então no governo, propiciou uma reforma eleitoral que lhe permitisse resolver sua grave crise interna, possibilitando que cada partido pudesse apresentar mais de um postulante e ordenando que a eleição interna se realizasse junto com a eleição geral. O candidato situacionista alcançou individualmente 27% dos votos, muito longe dos 42% conquistados pelo candidato do Partido Nacional. Entretanto, graças à soma dos votos obtidos pelos outros candidatos liberais, foi declarado vencedor da disputa eleitoral. No caso do Uruguai, este sistema regulou os processos eleitorais ao longo de 86 anos, sendo abolido em 1996, depois de uma reforma constitucional.

quem resulta consagrado governador não é aquele que mais votos recebeu nas urnas, como de fato aconteceu três vezes na província de Santa Fe⁸⁷.

Mas paralelamente à “lei de lemas”, que como dizemos vem perdendo espaço auspiciosamente no âmbito das províncias, tem-se tornado cada vez mais freqüente na Argentina a aplicação de uma espécie de “lei de lemas invertida” para a eleição do executivo nacional e alguns executivos provinciais, assunto sobre o qual a legislação eleitoral guarda silêncio. Nos referimos ao sistema de duplo voto simultâneo e cumulativo que opera não em favor das listas eleitorais (partidos ou alianças) mas em favor dos candidatos individuais a cargos executivos. Nestes casos, cabe ao eleitor optar ao mesmo tempo por um candidato a presidente (ou governador, em certas províncias) e por um dos partidos ou alianças que apóiam tal candidatura, acumulando-se os votos recebidos por todas estas na cabeça do candidato. Este mecanismo também deixa em evidência a crise que enfrentam as agremiações políticas, retro-alimentando por sua vez a decomposição do universo partidário argentino e gerando estímulos para o desdobramento de estratégias personalistas. De certa maneira, um sistema eleitoral como este incentiva o crescimento do candidato individual como ponto de referência da eleição, em detrimento da organização partidária à que pertence. Ganham peso os atributos pessoais do candidato, ficando num plano secundário as idéias, políticas, clivagens ideológicas e linhas programáticas dos partidos. Mesmo com candidatos não muito carismáticos, o que prima na hora de escolher é a confiabilidade pessoal que mereça

⁸⁷ Nesta província resultou eleito em 1991 um candidato que obteve individualmente o segundo lugar em quantidade de votos: Carlos Reutemann ganhou o governo provincial graças à acumulação de votos provenientes dos demais *sublemas* justicialistas, o mesmo aconteceu em 1995 e 2003 com Jorge Obeid. Em 1991 o prejudicado foi o candidato da *Unión Cívica Radical*, Horacio Usandizaga, quem teve 200.000 votos a mais do que o “triunfador”, em 1995 novamente foi Usandizaga quem se viu relegado, sendo que tinha conquistado o primeiro lugar em quantidade de votos populares (a polêmica gerada foi tal que houve uma demora de 37 dias na divulgação do resultado oficial). Em 2003 o socialista Hermes Binner foi quem viu bloqueado seu acesso ao executivo provincial como consequência deste sistema eleitoral, apesar de que tinha quase duplicado a quantidade de adesões que conseguiu o candidato finalmente proclamado governador (600.249 votos contra 345.744). Uma das principais promessas de campanha do atual governador santafesino, Jorge Obeid, eleito graças à lei de lemas, foi a derrogação deste sistema. A reforma eleitoral que possibilitará sua eliminação se encontra tramitando na legislatura da província.

o postulante ao cargo em disputa e não a proposta política que defende e o partido político que integra. Isto sem mencionar a confusão em que se vêem os eleitores quando, ao entrarem na cabine de votação, descobrem uma pluralidade de cédulas que ostentam igual candidatura, o que afeta a necessária transparência que requer o processo democrático e dificulta a prestação de contas por parte dos governantes.

Este particular mecanismo utilizou-se na segunda eleição presidencial depois da recuperação democrática, em 1989, quando tanto o candidato radical, Eduardo C. Angeloz, quanto o candidato justicialista, Carlos Menem, incluíram seu nome em mais de uma cédula. O primeiro deles integrou duas chapas presidenciais: a de seu próprio partido e a da *Confederación Federalista Independiente* (CFI). Isto lhe possibilitou acumular 37,1% dos votos positivos, sendo 32,4% da UCR e 4,7% provenientes da *Confederación Federalista Independiente*, quantidade de todos modos insuficiente para alcançar o candidato justicialista, que foi eleito com 48,9% dos votos. Este, como dizemos, também usou o recurso de acumulação ao se apresentar nas cédulas da Fre.Ju.Po. (aliança encabeçada pelo *Partido Justicialista*) e o *Partido Blanco de los Jubilados*, que agregou uma proporção de 1,9% dos votos positivos ao binômio presidencial integrado pelo triunfador.

Em 1995, Menem graças a este sistema e buscando garantir sua reeleição, somou o apoio eleitoral de uma grande quantidade de pequenos partidos nacionais e distritais. Ao todo onze listas diferentes levaram em suas cédulas a chapa Carlos S. Menem – Carlos F. Ruckauf. Entre tais listas, ademais daquela do *Partido Justicialista*, partido de origem dos candidatos, merece ser mencionada a da *Unión del Centro Democrático* (U.Ce.Dé.), que aportou quase 457.000 sufrágios ao caudal conseguido pelo binômio presidencial, o que representou 5,3% desse caudal ou 2,6% do total de votos válidos emitidos. Também pode ser citado o caso da *Frente de Recuperación Ética* que, apresentando na Capital Federal uma nominata de candidatos a deputados nacionais de extração justicialista por fora do seu partido, contribuiu com mais de 100.000 à candidatura de Menem (1,2% de tais votos). O

restante das listas, em que pese individualmente terem alcançado uma influência bastante marginal no resultado, somadas chegaram a 1,8% dos votos positivos validamente emitidos, quantidade nada desprezível se pensarmos que existia o risco, para os finalmente vencedores, de ter que enfrentar um segundo turno, conforme as novas regras eleitorais estabelecidas a partir da reforma constitucional de 1994.

Quatro anos mais tarde, em 1999, Eduardo Duhalde e seu companheiro de chapa, Ramón ‘Palito’ Ortega, também foram apoiados por uma pluralidade de listas: três nacionais (o *Partido Justicialista*, a U.Ce.Dé. e a *Frente de Integración Federal*) e um importante número de listas distritais. Pode-se perceber a importância destes arranjos por meio da leitura de alguns dos resultados: o *Partido Justicialista* conseguiu por si 6.016.471 votos, 32,2% dos votos positivos emitidos, a U.Ce.Dé agregou 555.405 sufrágios ou 3,0%, e o conjunto das demais listas que postulavam o binômio Duhalde – Ortega, aportou outros 2,8%. Por seu lado, Fernando De la Rúa e Carlos ‘Chacho’ Álvarez, conseguiram da mesma maneira, na eleição de 1999, apoios múltiplos que os ajudaram a consolidar seu triunfo. Destacaram-se pelo caudal de votos aportados o *Partido Demócrata Progresista* de Santa Fe, que conseguiu 295.479 votos para a chapa aliancista (correspondentes a 17,6% dos votos positivos da província ou 1,6% dos votos positivos emitidos em termos nacionais) e o *Pacto Autonomista Liberal-PDP* de Corrientes, que somou aos candidatos da Aliança 80.706 votos (o que equivale a 18,7% dos votos positivos emitidos no distrito ou 0,4% do total de sufrágios positivos de todo o país). Aportes importantes, se pensarmos que contabilizando exclusivamente os votos próprios, os candidatos aliancistas apenas teriam evitado, por uma apertada margem, o segundo turno⁸⁸.

⁸⁸ Neste último pleito, a acumulação de votos se estendeu também ao plano da eleição de autoridades provinciais, sendo dois casos notórios o de Mendoza e o da província de Buenos Aires. No primeiro, o candidato a governador do *Partido Justicialista* acertou com o partido *Acción por la República*, que sustentava o binômio presidencial Domingo F. Cavallo – José A. Mera Figueroa, figurar também nas suas cédulas. A chapa justicialista conseguiu somar assim 228.449 votos (28,6%), dos quais 171.584 (21,5%) correspondiam ao próprio partido e 56.865 (7,1%) foram aportados por *Acción por la República*. Apesar disto, o candidato que finalmente resultou vencedor foi Roberto Iglesias, do partido radical. Onde sim esta lógica de acumulação rendeu seus frutos foi

Este mecanismo põe de manifesto um processo de enfraquecimento e flexibilização organizacional em que os pólos aglutinadores de votos deixam de ser os partidos e passam a ser os candidatos. Os partidos perdem peso político, enquanto marcos identificatórios, suas fronteiras se apagam, seus limites tornam-se cada vez mais lábeis. Surgem, assim, agrupações fabricadas para a ocasião e se articulam alianças e frentes cada vez mais efêmeros, com a exclusiva finalidade de concorrer numa eleição. Tudo isto nos remete, por um lado, a um contexto institucional sumamente desfavorável para a afirmação de opções políticas claras e ideologicamente consistentes, e por outro, a uma expressão da fragilidade e escassa densidade social que apresentam as instituições da democracia realmente existente na Argentina contemporânea. Isto nos leva a pensar que os elementos institucionais não devem ser vistos só como causa, como variável independente – conforme a interpretação dominante na ciência política –, mas também como consequência ou expressão de certos fenômenos sócio-políticos. No caso concreto que estamos analisando, estas anomalias no desenvolvimento institucional constituem sintomas ou manifestações evidentes da profunda corrosão a que se vê submetido o contrato de representação cidadã, da séria crise pela qual atravessa a relação política entre governantes e governados e da fragilidade do próprio tecido democrático.

O outro tema que mencionamos tem a ver com a realização das contendas destinadas a designar autoridades e representantes nas esferas nacional, provincial e municipal em datas diferentes. Chama muito a atenção, nestes casos, a alta discricionariedade com a que são escolhidas as datas em que haverão de levar-se a cabo as eleições, assim como a arbitrariedade que opera na decisão de fazê-las de

na província de Buenos Aires, distrito no qual o candidato justicialista pôde alcançar o governo, mediante a soma dos votos da *U.Ce.Dé.* e de *Acción por la República*. Neste caso podemos comprovar como os votos conseguidos por *Acción por la República* e a *U.Ce.Dé.* foram decisivos na hora de determinar o ganhador: o *Partido Justicialista* com seus votos próprios tinha ficado quatro pontos percentuais atrás da chapa da Aliança. Não podemos inferir disto que, sem listas auxiliares, Ruckauf não teria chegado ao governo provincial, mas resta a dúvida de saber o que teriam escolhido os votantes desses partidos se estes, em lugar de apoiar o binômio justicialista, tivessem concorrido com candidatos próprios (para mais detalhes sobre este tema consultar Vitullo, 2001).

maneira conjunta ou separada das eleições para outros cargos, tudo o que contradiz alguns pressupostos básicos dos processos eleitorais democráticos, como a regularidade e previsibilidade do calendário⁸⁹. O estudo deste ponto não era habitual na literatura especializada, mas o que vem acontecendo na Argentina, cada vez com maior frequência, despertou o interesse de alguns investigadores, que passaram a destacar a importância que isto pode ter para o correto funcionamento das instituições democráticas e para a credibilidade dos partidos e dirigentes políticos. Em um artigo recente, Oliveros e Scherlis (2004) oferecem informações que refletem com grande detalhe o fenômeno e mostram as proporções que assumiu nas eleições de 2003.

No artigo mencionado, estes autores mostram como vem se agravando a fragmentação do ato eleitoral ao longo das duas décadas transcorridas desde as eleições de 1983. Nos processos levados a cabo em 1983, 1985, 1987 e 1989, a eleição de autoridades e representantes para as diferentes esferas de governo deu-se de forma simultânea e unificada: as eleições para todos os cargos tiveram lugar na mesma data. Foi em 1991 quando se produziu, por primeira vez desde a restauração das instituições democráticas, uma separação na data do pleito para a escolha dos representantes ao Congresso Nacional⁹⁰. Isto em virtude de interesses circunstanciais do governo de Carlos Menem, quem com o escalonamento das eleições buscou diminuir o peso do que seria um resultado desfavorável para o *Justicialismo* em algumas províncias e na Capital Federal. Foi assim que houve quatro datas diferentes para a eleição de deputados nacionais naquele ano (duas províncias votaram em 11 de agosto, doze em 8 de setembro, oito em 27 de outubro e nas duas províncias restantes a eleição realizou-se no dia 1º de dezembro).

⁸⁹ Sobre as características que deveria reunir a organização dos processos eleitorais num regime democrático pode-se consultar Reynié (2001).

⁹⁰ A lei 23.229 estabelecia a realização, numa única data, das eleições para renovação parcial da Câmara dos Deputados da Nação e convidava as províncias a levarem adiante as eleições provinciais e municipais também no mesmo dia. Tal norma foi derogada em 1991, pela lei 23.952. Recentemente, por iniciativa do Presidente Kirchner, o Congresso Nacional aprovou uma nova lei que restabeleceu o regime vigente antes de 1991.

Nas contendas seguintes, as de 1993, 1995 e 1997, a eleição de legisladores nacionais voltou a ser efetuada de maneira conjunta em todos os distritos do país. Mas mesmo com as eleições nacionais unificadas, em 1995 um terço dos distritos resolveu desdobrar as eleições provinciais das nacionais, realizando as primeiras em datas diferentes. Já em 1999 este fenômeno se intensificou, dado que só seis províncias (Buenos Aires, Chubut, Entre Ríos, Jujuy, La Pampa e Mendoza) efetuaram as eleições para autoridades e legisladores provinciais no mesmo dia em que foi escolhida a chapa presidencial e os deputados nacionais. As outras 18 convocaram a eleições em datas diferentes daquela fixada pelo governo nacional. Aqui a explicação radica no fato de que muitos governadores justicialistas quiseram escapar da onda opositora que no dia 24 de outubro consagrou Fernando De la Rúa como novo presidente da República e evitar o efeito dominó que repercutiria nos resultados provinciais se as eleições se realizassem de maneira simultânea. Mais uma vez nesta oportunidade primaram a conveniência e interesses conjunturais dos partidos ou grupos que controlavam as instancias de governo no âmbito provincial.

Dois anos mais tarde, em 2001, as eleições para escolher deputados e senadores nacionais foram realizadas numa mesma data em todo o país. Mas em 2003 voltou a se produzir o desdobramento dos pleitos, alcançando esta vez níveis inéditos de fragmentação no que diz respeito à organização do calendário eleitoral. No marco de uma situação político-institucional turbulenta e cambiante, inaugurada com a renúncia de Fernando De la Rúa à Presidência da República e ainda não plenamente normalizada, boa parte das províncias resolveu levar adiante os processos para a eleição de autoridades locais depois da eleição presidencial. Ao mesmo tempo, a maioria dos distritos optou por efetuar as eleições para legisladores nacionais também em datas diferentes da escolhida para as presidenciais. Houve províncias onde o eleitorado foi convocado a comparecer às urnas três vezes no mesmo ano⁹¹.

⁹¹ Entre outros fatores, isto se deveu a uma estratégia do presidente interino, Eduardo Duhalde, quem com o desdobramento quis evitar que a divisão que apresentava o *justicialismo* no plano nacional se cristalizasse, também, no âmbito provincial. Muitos caudilhos provinciais concordaram

De fato, em 2003 só as províncias de La Rioja, Santiago del Estero e San Luis efetuaram eleições simultâneas com a eleição presidencial. No primeiro caso, em 27 de abril foram realizadas de maneira conjunta com a eleição para o executivo nacional as eleições de autoridades e legisladores provinciais e de legisladores nacionais. Em Santiago del Estero, junto com as presidenciais só tiveram lugar as eleições para legisladores nacionais. Em San Luis, a única eleição realizada junto com a eleição presidencial foi a de governador da província. Nos 21 distritos restantes, em 27 de abril de 2003 levou-se a cabo exclusivamente a eleição presidencial. Os processos para selecionar quem haveria de ocupar os demais cargos foram realizados em datas diferentes, em eleições muitas vezes também desdobradas entre si. Foi assim que o prolongado calendário eleitoral teve início em 15 de setembro de 2002 e se estendeu até 23 de novembro de 2003.

Tudo isso somou maiores quotas de incerteza e imprevisibilidade e aumentou a falta de transparência e a indefinição político-institucional. Os governos provinciais ganharam mais peso político, fazendo uso da discricionariedade que lhes permite a legislação eleitoral. O calendário tornou-se um elemento a mais de disputa política, uma variável a mais sujeita a manipulação por parte do elenco governante, visto que como dizemos a opção por uma ou outra data, assim como o fato de escolher uma eleição conjunta ou desdobrada pode ajudar a ganhar ou a perder uma eleição. É evidente que a falta de regras claras e estáveis dificulta a capacidade de controle que os governados podem exercer sobre os governantes, e gera um clima de confusão com relação a que se vota em cada oportunidade. Todos estes elementos em nada ajudam a recuperar a confiança da cidadania em seus representantes.

com os planos desenhados por Duhalde, já que não queriam arriscar o apoio a um candidato presidencial num cenário nacional tão incerto e esperavam que o partido, depois de 27 de abril, conseguisse se reunificar. Foi assim que a dispersão do calendário alcançou níveis inusitados, somando 23 processos eleitorais ao longo desse ano ou 63 atos eleitorais para renovação de cargos nas esferas nacional, provincial e municipal.

Outro caso concreto que ilustra cabalmente o que estamos dizendo é o da província de Mendoza, em 1999. Ali o partido governante optou por unificar as eleições para governador com a eleição presidencial para minimizar as possibilidades de triunfo do *Partido Demócrata*, partido provincial com forte grau de adesão entre os mendocinos. Ao optar por realizar a eleição de forma conjunta, o que se buscava era desestimular o voto por um partido local e induzir a cidadania a escolher entre um dos dois grandes partidos nacionais, o PJ ou a UCR. O candidato democrata, Carlos Batler, travou uma dura batalha para evitar a unificação eleitoral e conseqüente nacionalização do pleito, chegando a interpor uma ação judicial na Suprema Corte que não prosperou⁹². Mais uma vez, através deste caso, vemos como a fixação do calendário pode servir como poderosa ferramenta em mãos dos governadores para aumentar as chances de vitória eleitoral de uma determinada candidatura ou partido. E a fixação do calendário, assim como a decisão com relação a desdobrar ou não as eleições influencia também sobre as chances que têm os legisladores nacionais de serem eleitos em suas províncias, o que acentua o poder dos governadores provinciais e o caráter federal do formato institucional argentino, estimulando também a fragmentação dos partidos nacionais, que na prática operam, de modo crescente, como confederações de partidos locais mais do que como partidos com estrutura nacional⁹³.

⁹² Para uma análise detalhada deste caso, consultar Pousadela (2003).

⁹³ O elevado número de partidos legalmente reconhecidos para atuar no âmbito eleitoral configura outro indicador que reflete o fenômeno da fragmentação do sistema político argentino. Neste país, diferentemente do que acontece em outros países da América Latina onde só existem partidos nacionais – como por exemplo no Brasil –, a legislação permite a constituição de partidos com caráter nacional, provincial e municipal habilitados para se apresentarem nas eleições nestes três planos respectivamente. Ademais disto, a legislação distingue dentro dos nacionais dois tipos de partidos: por um lado, os chamados “de distrito”, que só podem se apresentar a eleições nacionais para as categorias de deputados e senadores e só nas províncias nas quais têm obtido o reconhecimento legal e, por outro, os habilitados para apresentar candidaturas em qualquer lugar da República, em virtude de terem conseguido reconhecimento em pelo menos cinco distritos do país. Podemos ver como o número de partidos habilitados para atuar na ordem nacional tem crescido de maneira notável em todos estes anos. Em 1983, eram 15 os partidos reconhecidos pela justiça eleitoral; 20 anos mais tarde, a quantidade de agremiações político-partidárias com reconhecimento legal ascendia a 41. No que se refere ao âmbito distrital, atualmente existem na Argentina 696 partidos que podem atuar na ordem federal e postular candidatos para ocupar cargos no Congresso Nacional (números de fevereiro de 2004, informados pela Câmara Nacional Eleitoral).

Em investigações como a de Oliveros e Scherlis (2004), já citada, a ênfase está posta nas conseqüências e os efeitos do desenho institucional sobre o funcionamento do sistema político, nas estruturas de incentivos ou desincentivos que estas geram para a competição política. Já aqui nos interessa assumir as variações na estrutura institucional como manifestação ou expressão da intensidade alcançada pela crise do regime político. Ao ser esta uma variável bidirecional, cabe tanto se perguntar qual é o efeito que produzem as instituições e regras instrumentais que ordenam a conformação dos poderes públicos sobre a competição política como, em sentido contrário, observar em que medida a ruptura dos laços de representação repercute e se expressa nas normas e regras institucionais, as quais, nas tentativas dos dirigentes políticos em manter as posições conquistadas, passam a adquirir traços de maior instabilidade.

A democracia frente aos novos usos da instância eleitoral

Depois do expressado neste capítulo, podemos concluir que a crise de democracias realmente existentes como a argentina encontra seus reflexos numa abstenção eleitoral crescente, em processos de enfraquecimento e perda de adesões por parte das alternativas políticas tradicionais, numa mutação constante das preferências dos votantes e em consideráveis alterações nos padrões “convencionais” de participação política e social. É possível sustentar que amplos setores da população percebem as instituições de representação como espaços formais, cada vez mais vazios, que terminam operando como mecanismos de expropriação da vontade popular. Para muitos, as instituições políticas são sentidas como uma esfera cada vez mais afastada de suas vidas quotidianas, o que acentua o ceticismo, o descontentamento e a desconformidade reinantes. No caso da democracia representativa argentina, nos encontramos com um regime político que piora em termos de extensão e qualidade e cujas instituições sofrem um

significativo processo de deslegitimação, produto das repetidas frustrações que, por causa das promessas não cumpridas – desde o governo de Raúl Alfonsín (“com a democracia se come, com a democracia se cura, com a democracia se educa”), passando pelo de Carlos Menem (“revolução produtiva”, “salariaço”) e culminando no de Fernando De la Rúa (“fim da corrupção”, “revolução ética”) –, experimentou a sociedade.

Os partidos outrora majoritários têm perdido sua capacidade de operar como agentes de transmissão das demandas populares, têm perdido seu papel de formadores de opinião e articuladores de novos horizontes coletivos. Ao verem minadas suas bases sociais, enfrentam cada vez maiores dificuldades para captar a adesão cidadã e vêem se apagar as fronteiras ideológicas e programáticas que os separavam no passado. Sem lugar a dúvidas, um quadro como este acende preocupantes sinais de alarme no que se refere ao futuro das instituições representativas por estas latitudes. Entretanto, ao mesmo tempo, podemos considerar que abre possibilidades de novos processos de experimentação política e social, novas formas de apreender o ideário democrático e novas modalidades de relação entre a redinamizada mobilização social e o âmbito institucional.

Dizemos que se abrem novas possibilidades para a sociedade argentina porque, apesar do colapso do sistema partidário, novas práticas sócio-políticas infundem esperanças na revitalização e regeneração do tecido democrático. O fato de que importantes setores do eleitorado tenham rejeitado a oferta apresentada pelos partidos e utilizado a eleição como um instrumento para manifestar seu repúdio à classe política pode ser interpretado como uma nova forma de expressão popular que busca inaugurar outros caminhos para a recuperação do ideário democrático. A incorporação do ato eleitoral, agora menos solene, ao amplo repertório de lutas e modalidades de protesto “não convencionais” levadas adiante pelo povo argentino nos últimos anos ilustra os diferentes usos e significados que os agentes sociais

podem atribuir a este estranho exercício de depositar um envelope de papel dentro de uma urna e por sua vez nos mostra como pode servir para expandir o campo de participação política e social. De alguma maneira, ao se negarem à imposição do voto e refuncionalizá-lo ou redefini-lo, ao desafiarem as instituições e as autoridades constituídas, setores importantes da sociedade argentina buscam conquistar maior autonomia, contribuindo decisivamente para o alargamento dos horizontes democráticos e a superação dos estreitos limites em que se encontram encerradas as democracias realmente existentes no continente latino-americano por estes tempos.

Claro que isto não nos autoriza a uma interpretação ingênua das potencialidades que florescem a partir do espírito contestatário e dos ares de rebeldia que sopram na sociedade argentina. Devemos sempre considerar as enormes dificuldades que surgem quando se tenta traduzir esses movimentos em termos políticos mais perduráveis. Novamente aparece o problema da institucionalização: há capacidade desinstituinte e questionadora da realidade sócio-política existente, falta capacidade reinstituinte, geradora de matrizes político-institucionais que dêem um novo e mais consistente arcabouço à democracia argentina. O momento de grande ruptura no pacto de representação que se produziu em outubro de 2001, quando tiveram lugar as eleições de renovação parlamentar nacional e renovação das legislaturas provinciais analisadas neste capítulo, apresentou um vasto potencial de contestação e desafio ao regime vigente, entretanto faltou sua cristalização em ferramentas políticas de mais longo alcance. Nessa oportunidade o “voto bronca” operou como um poderoso indício do grau de fastio alcançado pela sociedade frente ao deficiente funcionamento das instituições democráticas e a seus pobres resultados. Outro tanto ocorreu dois meses mais tarde, com a explosão popular de dezembro daquele ano, quando enormes contingentes de cidadãos não só saíram às ruas para exigirem a renúncia de Cavallo e de De la Rúa, mas também para reclamar a derrogação do artigo 22 da Constituição Nacional, que estabelece que “o povo não delibera nem governa, senão por meio de seus

representantes e autoridades criadas por esta Constituição”. Em ambos os casos o descontentamento popular ficou em evidência. Tanto o extraordinário volume de votos em branco e de votos nulos de outubro, quanto as gigantescas passeatas, a massiva ocupação de espaços públicos e os golpes de panela de dezembro serviram para passar uma dupla mensagem: de apoio popular à democracia e de aguda crítica ao funcionamento de suas instituições. O que não resulta tão evidente é como tais desafios haverão de se traduzir em instrumentos políticos mais consistentes que possam realmente reformar e aprofundar a democracia argentina.

CONCLUSÃO

Depois do exposto no nosso trabalho, podemos chegar à conclusão de que as categorias e os conceitos centrais das teorias da transição e da consolidação – categorias e conceitos ainda hoje hegemônicos na ciência política do continente – não oferecem um marco adequado para a análise dos processos sócio-políticos que têm lugar atualmente na América Latina. Isto, em certo modo, contribui para explicar os rotundos fracassos em que desemboca esta disciplina quando é chamada a interpretar o baixo índice de aprovação que expressa a cidadania a respeito do funcionamento das democracias realmente existentes e o porquê da pobre imagem que costumam sofrer as suas instituições. E também nos ajuda a entender a nula capacidade que tiveram os analistas e estudiosos dos processos de democratização para anteciparem ou preverem a situação crítica que teriam de enfrentar as democracias latino-americanas nestes últimos anos. Foi em torno desta hipótese que construímos a primeira parte do nosso trabalho e foi a partir dela, também, que orientamos o caminho para a parte empírica da investigação. O que vem ocorrendo nos últimos anos com a democracia argentina foi tomado, neste sentido, como um caso modelo que ilustra muito bem as insuficiências do arsenal com que continua trabalhando a ciência política dominante e a iniludível necessidade de abrir novos espaços e perspectivas, de gerar novos enfoques e novas categorias analíticas.

Uma das questões primordiais que esperamos ter demonstrado é a necessidade de deixar para trás a concepção elitista e institucionalista da democracia. Uma concepção que considera que a única política que merece esta designação tem lugar dentro das instituições estabelecidas e que fora delas não existiria política ou, pelo menos, não poderíamos falar de política legítima. A relutância a abandonar esta concepção leva a que, desde a academia, se contribua para a deslegitimação das esferas extra-institucionais e para a sua desvalorização, quando é justamente nestas esferas que estão surgindo os germes de renovação

política e de recuperação dos sonhos democráticos das grandes maiorias populares. É desses âmbitos que nasce a energia social que, em muitos casos, revitaliza as frágeis democracias latino-americanas. Reafirmando o que já foi assinalado ao longo de nossa investigação, devemos dizer que chegaremos a resultados muito diferentes se observamos a democracia em termos exclusivamente procedimentais e elitistas, ou se a examinamos desde o ponto de vista das grandes massas, ressaltando sua dimensão participativa e trabalhando com uma concepção de legitimidade que transcenda os planos legal e instrumental. Se optarmos por permanecer dentro dos estreitos limites do paradigma hegemônico “governocêntrico”, enfrentaremos grandes dificuldades para compreender as razões que explicam as sucessivas explosões sociais, mesmo contra presidentes que tinham sido eleitos com amplo apoio popular. Só com a incorporação da dimensão substantiva, aquela que nos indica o grau de participação política das massas populares nas mais diversas esferas – inclusive aquelas que estão afastadas do momento eleitoral – poderemos abordar adequadamente os complexos processos sócio-políticos que vivem hoje em dia as democracias da região.

Outro ponto importante, que vale ressaltar na conclusão do nosso trabalho, diz respeito à crescente presença de outra democracia no horizonte político dos povos latino-americanos, uma idéia de democracia que vai muito além do sistema representativo tradicional, da democracia de baixa intensidade que predomina nos nossos países, uma noção que exige garantias mínimas de bem-estar social e econômico para o conjunto da população. E isto é claramente compreensível num continente como o nosso, castigado pela desigualdade e a pobreza extrema, fenômenos que se viram acentuados com a incruenta aplicação das políticas econômicas neoliberais. O desengano com a insuficiente realização dos direitos democráticos básicos, resultante dos processos de profunda degradação social, econômica e política que sofreram os povos da região, ajuda a entender os motivos que levam a atitudes tão críticas frente ao funcionamento do regime democrático e suas instituições e à percepção generalizada dos políticos como muito afastados e

muito pouco receptivos às preocupações e demandas da população, como uma categoria privilegiada que só se representa a si mesma. O que, entretanto, felizmente não se traduz em adesão à possibilidade de um regime de tipo autoritário e a uma interrupção do regime democrático, já que, conforme o que foi discutido nesta tese, pode-se afirmar que a cidadania dos nossos países manifesta um aceitável índice de apoio à idéia democrática, de modo paralelo a uma profunda rejeição pela sua materialização político-institucional atual, pelo formato que assumem os regimes democráticos realmente existentes.

E tudo isto implica discutir, também, como fizemos neste trabalho, a idéia de democracia e os conceitos a ela associada. Implica analisar quais eram as expectativas que as grandes maiorias populares depositavam neste regime nos inícios do processo de restauração das instituições democráticas, observando em que medida este estava vinculado aos ideais de justiça e equidade. Nos impulsiona a analisar quais foram as principais mutações que levaram a que a democracia representativa hoje seja vista como um mero e desprestigiado procedimento, cujo único objetivo parece ser o de selecionar líderes políticos que se alternarão no poder. Nos incentiva a avaliar até que ponto a democracia representativa tem-se convertido em um procedimento sem maiores conteúdos nem motivos que permitam dizer por que as grandes maiorias nacionais deveriam apoiá-la e, chegado o caso, sair em sua defesa. Estas análises nos abrem outras perspectivas para uma melhor compreensão das razões que levam os povos latino-americanos, de modos cada vez mais enérgicos, a exigir uma ressignificação da democracia que permita recuperar os sonhos, anelos e ambições dos primeiros anos da transição. Nos possibilita um entendimento mais cabal das lutas que se vem travando em boa parte dos países latino-americanos por uma resposta urgente às necessidades tantas vezes postergadas, contemplando a aplicação de novos mecanismos institucionais que tornem efetiva a influência popular e aumentem as possibilidades de realização das demandas mais básicas da cidadania.

Um dos pontos mais vulneráveis nos estudos da democracia e dos processos de democratização em continentes como o latino-americano é a abordagem – a nosso entender absolutamente insuficiente – dos movimentos sociais e da relação que estes estabelecem com a democracia. Há grandes lacunas na investigação acerca do que é que questionam e o que aportam os velhos e novos movimentos sociais em prol de um desenvolvimento e uma materialização mais profundos dos princípios constitutivos do ideário democrático. Consideramos que a ciência política pôs e continua pondo uma ênfase exagerada na dimensão institucional da democracia, nas dimensões eleitoral e partidária, e que falta um exame mais rigoroso da ação coletiva protagonizada pelos movimentos alheios ao âmbito político institucional estabelecido e do papel que estes desempenham na expansão das fronteiras da participação popular nos processos de tomada de decisões e na luta por democracias com uma maior densidade social. As correntes majoritárias da ciência política contemporânea – dominadas pela engenharia política e os enfoques institucionalistas ou neoinstitucionalistas – costumam se ocupar tão somente das formas convencionais de participação política, numa visão muito reducionista e conservadora do campo de investigação, deixando de lado importantes modalidades de participação política e social que assumem características contestatárias, desafiadoras da ordem existente. Ao operarem desta maneira, não conseguem perceber os processos de mutação que está experimentando a atuação dos diferentes setores sociais no universo político e como tais mutações incidem, inclusive, sobre a própria estrutura político-institucional já estabelecida.

E aqui o que está em jogo, indubitavelmente, é a própria definição do fenômeno democrático: Democracia como estado ou como processo? Democracia como estabilização ou como mudança social? Democracia como instituições ou como luta? Democracia como sinônimo de ordem ou como sinônimo de transformação? Governabilidade ou participação popular? Defendemos que este deveria se tornar um dos debates centrais da disciplina; um debate que abrisse as portas para uma profunda reflexão coletiva em torno da necessidade de refundar os

pilares sobre os que se assenta a ciência política contemporânea e sua orientação epistemológica, estimulando uma nova matriz teórico-metodológica desde a qual apreender a complexa realidade sócio-política dos nossos países. Acreditamos que isto nos permitiria ganhar, e muito, no que se refere à capacidade de compreensão e análise dos sistemas políticos da região, assim como também propiciaria novos âmbitos de atuação e intervenção pública.

De acordo com tudo o que temos expressado no nosso trabalho, consideramos oportuno enfatizar que nesta redefinição do conceito de democracia, ela deve ser assumida como uma forma social de criação de direitos. Ao entender a democracia como processo, somos obrigados a incorporar o conflito e a luta por questões substantivas como elementos constitutivos, a incorporar as contradições e os diferentes graus de conflitividade que a atravessam, sem os quais se apagaria completamente a própria noção de democracia. Assim podemos entender a democracia do modo em que o fazia Bourdieu, não como um estado afirmativo, mas como um processo histórico de negação, como aquele esforço incessante para tornar as relações sociais menos arbitrárias, as instituições menos injustas, a distribuição de recursos e opções menos desequilibradas e o reconhecimento menos escasso. Tudo isto, claro está, nos deve impulsionar a abandonar a lógica funcionalista que subjaz sob os paradigmas transitológicos e consolidológicos. Nos deve levar, ademais, a superar as concepções democráticas que limitam a participação popular ao mero exercício do sufrágio, que reduzem o espaço público simplesmente ao institucional e que definem a democracia como um jogo de equilíbrios. E também deve nos motivar a denunciar as nocivas conseqüências que traz atrelada a noção de governabilidade na hora de definir e examinar o fenômeno democrático. Lógico que, ao abandonarmos o elitismo dominante, devemos ter cuidado de não reproduzir o institucionalismo das vertentes hegemônicas – como de fato acontece com certos autores participacionistas –, para o qual resulta essencial outorgar um lugar privilegiado em nossas análises ao elemento plebeu, ao caráter desafiador, inorgânico e desorganizado da mobilização popular.

E este cuidado que devemos ter no âmbito acadêmico é precisamente o cuidado que os movimentos sociais têm quando devem se relacionar com a esfera institucional, ou quando devem decidir se encaram a institucionalização do movimento ou do protesto. De acordo com o que analisamos na nossa investigação, a militância social, sobretudo entre as bases, exibe uma clara consciência dos riscos que traz atrelada a institucionalização, ao despotencializar e eventualmente tirar radicalidade à luta, domesticando as principais demandas. Entretanto, ao mesmo tempo, experimenta os problemas que traz atrelada a não institucionalização, já que ao não contar com um desenvolvimento organizativo condizente com seu potencial de mobilização, não consegue avançar na consolidação de certas conquistas, na cristalização de uma nova forma de se relacionar com outros atores sócio-políticos e com o próprio aparelho estatal. E isto reflete um dilema que enfrentam muitos movimentos sociais latino-americanos: caso se institucionalizem, caem na burocratização e perdem simpatizantes, caso não se institucionalizem, não garantem políticas alternativas nem acumulam na construção de contra-poderes populares autônomos que conservem o potencial de rebeldia, contestação e mobilização. Tal dilema constitui mais um sintoma da profunda crise sócio-política que tem lugar em vários países da região: há energia social, há efervescência popular nas ruas, há novas modalidades de protesto e participação e há capacidade de veto, mas a fase instituinte não progride, não prosperam as tentativas de criar novas instâncias de mediação, construção política e articulação.

A observação dos processos de dessacralização e ressignificação do ato eleitoral que estão experimentando a sociedade argentina e várias outras sociedades da América Latina foi também um tema a que dedicamos um importante espaço em nosso trabalho. Vimos como o voto passa a ser utilizado com outros fins, diferentes daqueles previstos na normativa legal, dando lugar a uma reapropriação e ressignificação do momento eleitoral, que deixa de operar como uma instância para a seleção dos governantes e passa a constituir uma instância de produção e

transmissão de outras mensagens não contempladas nem previstas pelo arcabouço jurídico-formal das instituições. Ao prestarmos atenção às modalidades “contestatárias”, “atípicas” ou “disruptivas” que assume o exercício (ou não exercício) do direito ao sufrágio, refletidas nos crescentes índices de abstenção, votos nulos e votos em branco nas compulsas eleitorais desenvolvidas na Argentina nos últimos anos, pudemos comprovar, mais uma vez, o crescente divórcio que existe entre a dinâmica social e a política partidária nos nossos países. E observarmos, ao mesmo tempo, como estes comportamentos eleitorais “não convencionais” podem abrir novas formas de expressão popular, na busca por outros caminhos que levem a recuperar o ideário democrático. De certa forma, ao se negarem à imposição do voto e refuncionalizá-lo, ao desafiarem as instituições e autoridades constituídas, setores importantes de sociedades como a Argentina demonstraram um processo de maior autonomia, alargando os horizontes democráticos e travando uma luta pela superação dos estreitos limites em que hoje se encontram encerrados os regimes políticos do continente.

O surgimento de novos movimentos sociais, as críticas à representação tradicional e a emergência de novas formas de ação política expandem a definição de participação e abrem novos campos de intervenção e de criação de espaços públicos. Diríamos que alargam o campo da participação política, ampliando-a além das fronteiras da esfera estatal. Sem sombra de dúvidas, podemos afirmar que a democracia se fortalece mediante a diversificação das instâncias de mediação e a pluralização dos modos e âmbitos em que os diversos setores que compõem nossas sociedades podem exercer a participação e deliberação. E aqui sustentamos que a participação é um requisito indispensável para a emancipação das classes subordinadas e para sua verdadeira inclusão numa sociedade mais humana, mais justa e, conseqüentemente, mais democrática. O que está em jogo nestes processos de luta é aquilo que Boaventura de Sousa Santos coloca como tarefa central: a reinvenção da democracia e da emancipação social, de um modo que permita aos

indivíduos uma maior dignidade, um maior controle sobre suas próprias vidas e a capacidade de ser artífices do seu próprio futuro.

Estimamos que a ciência política não pode ficar alheia a tudo isto. A uma disciplina renovada cabe indagar de que maneira essas ações e discursos podem revelar novas formas de praticar e de pensar a política, de que maneira podem trazer à luz processos de aprendizado coletivo em torno do fazer político e do estabelecimento de novos vínculos sociais. Esta outra ciência política deve revelar o alcance das ações de protesto e mobilização popular e refletir sobre seus significados, assim como analisar com maior detenimento o papel que desempenham os movimentos sociais e as ações coletivas na revitalização das democracias latino-americanas, na reinvenção dos regimes políticos do continente. Podemos voltar sobre alguns exemplos para dizer que a esta outra ciência política lhe compete estudar em que medida as fábricas recuperadas, os painéis, os piquetes, as assembléias populares, os *escraches*, as manifestações ao grito de “*¡Qué se vayan todos!*” e demais contra-públicos subalternos – para usar uma expressão de Nancy Fraser – conseguem infundir novos significados à política democrática. Corresponde a esta nova ciência política ver quais são as respostas que dão nossas sociedades frente ao esvaziamento das instituições democráticas, em prol da criação de espaços públicos alternativos, à margem, ou até em contra, do próprio aparelho estatal, ver que novas práticas políticas se desenvolvem e como se redefine a atuação política dos diferentes grupos e setores em contextos de profunda crise econômica e social e como incidem na expansão da cidadania.

E tudo isto devido a que tais movimentos assinalam, por um lado, as limitações e carências das democracias realmente existentes, desafiando-as, criticando-as, e, por outro, levam adiante um ruidoso clamor por outra democracia, que responda e dê expressão às demandas e aspirações populares e revincule a política democrática à idéia de justiça social. Posto em outros termos, diríamos que realizam um duplo processo, de caráter dialético: por um lado expressam a crise

sócio-política em que se encontram submersas as democracias realmente existentes, impugnando virulentamente a política estabelecida vista como sinônimo de conciliábulos, de reuniões secretas, de negociações obscuras, de aparatos, de carreiras pessoais e interesses particularistas; por outro, constituem vias alternativas de democratização desde a base e de regeneração do laço social, lutando por recuperar a dimensão pública da atividade política. O que nos leva a concluir que o que está em crise em sociedades como a argentina não é a democracia como idéia ou ideal, mas a tradução político institucional concreta que dela vem se construindo ao longo dos últimos anos.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

AGÜERO, Felipe. Conflicting Assessment of Democratization: Exploring the Fault Lines. In: _____; STARK, Jeffrey (eds). *Fault lines of democracy in Post-Transition Latin America*. Coral Gables (Florida): North-South Center Press, University of Miami, 1998. p. 1-20.

AI CAMP, Roderic (Ed). Democracy through Latin American Lenses: An Appraisal. In: _____. *Citizen Views of Democracy in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 2001. p.3-23.

ALABARCES, Pablo. 2003. Crisis y cultura, o los retornos de lo innombrable. *Argumentos*, v.1, n.2, mayo de 2003 <http://argumentos.fsoc.uba.ar/n02/articulos/crisis_cultura.pdf>

ALBERTI, Giorgio. *Democracy by Default: Economic Crisis, Movimientismo and Social Anomie*. In: World Congress of the International Political Science Association (IPSA), 15. Buenos Aires, 1991. <www.unibo.com.ar/img/pdf/f3alberti.pdf>

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina. Para além da democracia realmente existente: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 19, 1995, Caxambu, Minas Gerais. *Trabajo presentado*. Caxambu, Minas Gerais, 1995.

AULE (Agrupación Unidad para la Lucha Estudiantil). Por los bordes todavía se puede. *Revista El perseguidor*, La Plata, n.5, ene.-feb. 2002.

AULE (Agrupación Unidad para la lucha estudiantil); GALPÓN Sur; LA GRIETA. *Trabajo, dignidad y cambio social*. La Plata, 2002. Entrevista a los MTD de Solano, Lanús y Almirante Brown, realizada en Lanús, 6 de abril de 2002. Fragmentos del cuadernillo publicados en Rebelión. www.rebelion.org/argentina/amasu220902.htm

BACHRACH, Peter. *Crítica de la teoría elitista de la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

BARBETTA, Pablo; LAPEGNA, Pablo. Cuando la protesta toma forma: los cortes de ruta en el norte salteño. In: GIARRACCA, Norma (Org). *La protesta social en la Argentina: transformaciones económicas y crisis social en el interior del país*. Buenos Aires: Alianza, 2001. p. 231-257.

BARNES, William A. *Elections in Incomplete Democracies: The Myth and the Reality of Polarization, and the Puzzle of Voter Turnout in Nicaragua and El Salvador*. LASA, Guadalajara, México, 1997.

BARRIOS de Pie. Porto Alegre, 25 ene. 2003. Entrevista concedida ao autor durante a realização do III Fórum Social Mundial por um militante desta agrupação.

BARROS, Robert. The Left and Democracy: recent debates in Latin America. *Telos*, n. 68., Summer 1986.

BARTRA, Armando. El significado de la revolución según John Holloway: notas de lectura. *Chiapas*, n. 15, 2003. <www.herramienta.com.ar/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=52>

BASSET, Yan. Abstención y voto negativo: de la interpretación sociológica a la lógica política. In: CHERESKY, Isidoro; BLANQUER, Jean-Michel. *De la ilusión reformista al descontento ciudadano: las elecciones en Argentina, 1999-2001*. Rosario: Homo Sapiens, 2003. p. 53-71.

BEETHAM, David. Liberal Democracy and the Limits of Democratization. In: HELD, David (Ed.) *Prospects for Democracy*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

BERACOCHEA, R. *Empresas locales de servicios petroleros (problemática)*. documento de la Cámara de Comercio e Industria de General Enrique Mosconi, Salta. Mimeo, 1998.

BERELSON, Bernard; LAZARFELD, Paul; MC PHEE, William. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Chicago: University of Chicago Press, 1954.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

BERMEO, Nancy. Rethinking Regime Change. Review Article. *Comparative Politics.*, v. 22, n.3, p. 359-377, April 1990.

BIELSA, Rafael *et al.* *Qué son las asambleas populares*. Buenos Aires : Continente, 2002.

BOBBIO, Norberto. *El futuro de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

BORON, Atilio A. Filosofía política y crítica de la sociedad burguesa: el legado teórico de Karl Marx. In: BORON, Atilio A. (Org.). *La Filosofía Política Moderna: de Hobbes a Marx*. Buenos Aires: CLACSO, 2003a. p.289-333.

BORON, Atilio. Los movimientos populares argentinos propugnaron una especie de limbo político en donde no eres ni insurrección ni institución y a la larga te quedas sin nada. *Rebelión*, 02 dic. 2003b. Entrevista concedida a Marcelle Bruce. <www.rebellion.org/argentina/031202boron.htm>

BORON, Atilio A. Hegemonia e resistências sociais na nova ordem mundial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PÓS-NEOLIBERALISMO, 3. Rio de Janeiro: CLACSO – LPP-UERJ, 22 out. 2002a. Cinta de video, 29 min.

BORON, Atilio A. *Imperio & Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO, 2002b.

BORON, Atilio A. Os ‘novos leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs). *Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.7-67.

BORON, Atilio A. Faulty Democracies? A Reflection on the Capitalist ‘Fault Lines’ in Latin America. In: AGÜERO, Felipe; STARK, Jeffrey (Eds.). *Fault Lines of Democracy in Post-Transition Latin America*. Coral Gables, Florida: Nort-South Centre Press at the University of Miami, 1998. p.41-65.

BORON, Atilio A. A Transição para a Democracia na América Latina: problemas e perspectivas. In: _____. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.7-48.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 1991.

BRAMS, Steven. *The Presidential Election Game*. New Haven: Yale University Press, 1978.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Problemas de la teoría política a partir de América Latina. In: BORON, Atilio A. (Org.) *Filosofía Política Contemporánea: controversias sobre civilización, imperio y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 373-384.

BRÉCHON, Pierre. Vote blanc et nul. In : PERRINEAU, Pascal; REYNIÉ, Dominique. *Dictionnaire du vote*. París: Presses Universitaires de France, 2001. p. 108-110.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.

BUHLUNGU, Sakhela. O Reinventar da Democracia Participativa na África do Sul. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 135-170.

BUNCE, Valerie. Quand le Lieu Compte: spécificités des passés autoritaires et réformes économiques dans les transitions à la démocratie.. *Revue Française de Science Politique*, v. 50, n.4-5, p. 633-656, août-octobre 2000. (Les Transitions Démocratiques: regards sur l'état de la 'transitologie').

BUNCE, Valerie. Should Transitologist Be Grounded? *Slavic Review*, v.54, n.1, p. 111-127, Spring 1995.

BURDMAN, Julio. *Origen y evolución de los "piqueteros"*. 18 mar 2002. In: CENTRO de Estudios Nueva Mayoría <www.nuevamayoria.com/invest/sociedad/cso180302.htm>

BURTON, Michael; GUNTHER, Richard.; HIGLEY, John. Introduction: Elite Transformation and Democratic Regimes. In: HIGLEY, John.; GUNTHER, Richard. (Eds). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p.1-37.

CAFASSI, Emilio. *Olla a presión : cacerolazos, piquetes y asambleas, sobre fuego argentino*. Buenos Aires: Libros del Rojas – Universidad de Buenos Aires, 2002.

CÁMARA Nacional Electoral. *Partidos Nacionales y Partidos de Distrito*. [Información impresa y digital]. Feb. 2004 <www.pjn.gov.ar/cne/>

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Phillip; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald (Orgs). *The American Voter*. New York: John Wiley & Sons, 1960.

CAMPBELL, Angus; GURIN, Gerald; MILLER, Warren E. *The Voter Decides*. Evanston, IL: Row, Peterson and Company, 1954.

CASTORIADIS, Cornelius. La Democracia como procedimiento y como régimen. *Iniciativa Socialista*, n.38, Madrid, feb. 1996. Disponible en: <<http://www.inisoc.org/Castor.htm>>

CENTRO de Estudios Nueva Mayoría. *Durante 2003 tuvieron lugar 1.274 cortes de rutas*. 26 ene. 2004b. <www.nuevamayoria.com>.

CENTRO de Estudios Nueva Mayoría. *Leve incremento de los cortes de rutas durante octubre*. 05 nov. 2004a. <www.nuevamayoria.com>.

CENTRO de Estudios Nueva Mayoría. *En Capital el voto negativo fue más relevante en los sectores sociales más altos*. 19 oct. 2001. <<http://nuevamayoria.com/ES/>>

CHAUÍ, Marilena. Democracia é Conflito, não Ordem. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 03 ago. 2003.

CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismo Religioso: la cuestión del poder teológico-político. In: BORON, Atilio (Comp.) *Filosofía Política Contemporánea* : controversias sobre civilización, imperio y ciudadanía. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.117-134.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Cultuar ou Cultivar: cultura, socialismo e democracia. *Teoria e Debate*, n. 8, out./nov./dez. 1989.

CHERNY, Nicolás. La representación frágil: de la polarización al desapego: elecciones y política en la ciudad de Rosario. In: CHERESKY, Isidoro; BLANQUER, Jean-Michel. *De la ilusión reformista al descontento ciudadano: las elecciones en Argentina, 1999-2001*. Rosario: Homo Sapiens, 2003. p. 159-186.

COIGAUD, Jean-Marc. *Legitimidad y política: contribución al estudio del derecho y de la responsabilidad política*. Rosario: Homo Sapiens, 2000.

COLLIER, David (Ed.). *The New Authoritarianism in Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

COLLIER, David; LEVITSKY, Steven. Democracia con adjetivos: innovación conceptual en la investigación comparativa. *Agora*, n.8, p. 99-122, verano de 1998.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel; WATANUKI, Joji. *The Crisis of Democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.

CUBA. *Coordinadora de Unidad Barrial*. Lanús, Arg., 05 abr. 2003. Entrevista concedida ao autor por uma militante desta agrupação durante a realização da IV Assembléia Piqueteira Nacional.

CUEVA, Agustín. *Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica*. Quito: Planeta del Ecuador/Lettraviva, 1988.

DAHL, Robert. *La democracia y sus críticos*. Barcelona: Paidós, 1993.

DAHL, Robert. *Poliarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, Russell. *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. Chatham, NJ: Chatham House, 1996.

DÉLOYE, Yves; IHL, Olivier. Des voix pas comme les autres: votes blancs et nuls aux élections législatives de 1881. *Revue Française de Science Politique*, v.41, n.2, p.141-170, 1991.

DI MARCO, Graciela *et al.* *Movimientos sociales en la Argentina: Asambleas, la politización de la sociedad civil*. Buenos Aires: Universidad de General San Martín, 2003.

DI PALMA, Giuseppe. *To Craft Democracies*. Berkeley, CA: Berkeley University of California Press, 1990.

DIAMOND, Larry; LINZ, Juan; LIPSET, Martin Seymour (Eds.). *Democracy in Developing Countries*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1989. 4 v.

DIRECCIÓN Nacional Electoral. Resultados electorales. [Información impresa y digital]. Varios años. <www.mininterior.gov.ar/elecciones/>

DOBRY, Michel. Les voies incertaines de la transitologie: choix stratégiques, séquences historiques, bifurcations et processus de *path dependence*. *Revue Française de Science Politique*, v. 50, n.4-5, p. 585-614, août-octobre 2000. (Les transitions démocratiques: regards sur l'état de la 'transitologie').

DOMÍNGUEZ, Jorge. *Politics in Latin America and the Caribbean*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.

DORNBUSCH, Rudiger; CABALLERO, Ricardo. *Argentina: un plan de rescate que funcione*. Massachusetts Institute of Technology. 2002. <www.revistalineacom.ar/notas/marzo2002/dornbush.htm>

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, [1957] 1999.

DUPOIRIER, Élisabeth. Vote. In: PERRINEAU, Pascal; REYNIÉ, Dominique. *Dictionnaire du vote*. París: Presses Universitaires de France, 2001. p. 938-942.

ECHAGÜE, Hernán López. *La política está en otra parte: viaje al interior de los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires: Norma, 2002a.

ECHAGÜE, Hernán López. ¿Quién le teme a la Aníbal Verón? Rebelión, 16.07.2002b. <www.rebellion.org/argentina/echague160702.htm>

EL ROSTRO de la dignidad. Produção Grupo Alavío. Buenos Aires, 2002. 1 fita de vídeo – Mini DV (58 min.), son., color.

ESCOLAR, Marcelo; CALVO, Ernesto; CALCAGNO, Natalia; MINVIELLE, Sandra. Últimas imágenes antes del naufragio. *Desarrollo Económico*, v.42, n.166, 2002.

FARINETTI, Marina. ¿Qué queda del “movimiento obrero”? las formas del reclamo laboral en la nueva democracia argentina. *Trabajo y Sociedad: indagaciones sobre el empleo, la cultura y las prácticas políticas en sociedades segmentadas*, Santiago del Estero, Arg., n.1, jul.-sept. 1999.

FEIMANN, José Pablo. Del “pueblo” a “la gente”. *Página/12*, Buenos Aires, 18 nov. 2000. <<http://old.pagina12web.com.ar/2000/00-11/00-11-18/contrata.htm>>

FERES JR., João. 2000. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, v.15, p.97-110, nov. 2000.

FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FLACHER, Bruno. *La participation politique*. Lyon : PNF de Lyon, 2000. <<http://sceco.univ-aix.fr/cerpe/ecjsparticpolit.htm>>.

FLORES, Toty. *De la culpa a la autogestión: un recorrido del Movimiento de Trabajadores Desocupados de La Matanza*. Buenos Aires: MTD de la Matanza, 2002.

FLORES, Toty. *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) de La Matanza*. Porto Alegre, 27 ene. 2003. Entrevista concedida ao autor durante a realização do III Fórum Social Mundial por este militante da agrupação.

FRANQUET, Gustavo. *Coordinadora de Trabajadores Desocupados*. Buenos Aires, 03 abr. 2003. Entrevista concedida ao autor.

GALAK, Oliver. Reformar la Constitución, esa contagiosa tentación provincial: la impulsan once distritos; la mayoría ya hizo cambios en los últimos 20 años. *La Nación*, Buenos Aires, 14 jun. 2004. <www.lanacion.com.ar/archivo/nota.asp?nota_id=610132&origen=acumulado&acumulado_id=&aplicacion_id=12>

GARRETÓN, Manuel Antonio M. Democracia, transición y consolidación: un esquema general. In: _____. *Reconstruir la Política: transición y consolidación democrática en Chile*. Santiago de Chile: Editorial Andante, 1987.

GAXIE, Daniel. *Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique*. París: Editions du Seuil, 1978.

GAXIE, Daniel. Le vote comme disposition et comme transaction. In : _____ (Org.). *Explication du vote: un bilan des études électorales en France*. París: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1989. p.11-34.

GEDDES, Barbara. O que sabemos sobre a democratização depois de 20 anos? *Opinião Pública* (CESOP/Unicamp), v.7, n.2, p. 224-255, nov.2001.

GENRO, Tarso. *Crise da democracia: direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. El Movimiento de Mujeres Agropecuarias en Lucha: las mujeres en la protesta rural en la Argentina. *Realidad Económica*, Buenos Aires, n.150, 1997.

GILIO, María Esther. “El poder se construye”: Jorge Jara y Andrés Fernández, piqueteros del MTD. Página/12, 14 oct. 2002. <www.pagina12web.com.ar/diario/sociedad/3-11456-2002-10-14.html>

GRAFSTEIN. The Failure of Weber’s Concept of Legitimacy. *Journal of Politics*, n.43, p. 456-472, 1981.

GRESKOVITS, Bela. Les analyses concurrentes de la société de marché postcommuniste: retour sur le passé d’une controverse. *Revue Française de Science Politique*, v. 50, n. 4-5, p. 713-745, août-octobre 2000. (Les transitions démocratiques: regards sur l’état de la ‘transitologie’).

GUILHOT, Nicolas.; SCHMITTER, Philippe. De la transition à la consolidation: une lecture rétrospective des democratization studies. *Revue Française de Science Politique*. v. 50, n. 4-5, p. 615-631, août-octobre 2000. (Les transitions démocratiques: regards sur l'état de la 'transitologie')

HAGGARD Stephen; KAUFMAN, Robert. *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

HAMILTON, Alexander.; MADISON, James.; JAY, John. *O Federalista*. São Paulo: Abril Cultural, [1780] 1985.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Imperio*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

HERMET, Guy. Consideraciones metodológicas para el estudio de la democratización autoritaria. In: BARROS BOUIRIÉ, Enrique et al. *Democracia contemporánea: transición y consolidación*. Santiago de Chile: Universidad Católica de Chile, 1990. p. 93-118.

HIGLEY, John.; GUNTHER, Richard. (Eds). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolución hoy*. Buenos Aires: Herramienta, 2002.

HOLLOWAY, John; BORON, Atilio; ZAMORA, Luis. *Debate sobre el libro de Holloway "Cambiar el mundo sin tomar el poder"*. Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras (Universidad de Buenos Aires), 03 oct. 2002.

HUNTINGTON, Samuel. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

HUNTINGTON, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

JARA, Jorge. *El Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Aníbal Verón de Solano*. Porto Alegre, 25 ene. 2003. Entrevista concedida ao autor durante o desenvolvimento do III Fórum Social Mundial.

KARL, Terry. Dilemmas of democratization in Latin America. *Comparative Politics*, 23, 1, p.1-21, Oct. 1990.

KARL, Terry.; SCHMITTER, Philippe. Modes of Transition in Latin America, Southern and Eastern Europe. *International Science Journal*, n. 128, p. 269-284, May 1991.

KLACHKO, Paula. La conflictividad social en la Argentina de los '90: el caso de las localidades petroleras de Cutral C6 y Plaza Huincul (1996-1997). In: LEVY, Bettina (Org). *Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano: lecturas pol3ticas*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.169-221.

KRAMER, Gerald H. Short-Term Fluctuations in U.S. Voting Behaviour, 1896-1964. *American Political Science Review*, n.65, p.131-143, 1971.

KRAUZE, Enrique. *Por una democracia sin adjetivos*. M3xico: Joaqu3n Moriz/Planeta, 1986.

LA VACA. *El d3a despu3s de los subsidios: dilemas y novedades en los MTD*. 01 jun. 2004. <www.lavaca.org/actualidad/actualidad690.shtml>

LAFOND, Eric. *Le vote blanc et le droit 3lectoral*. <www.frajf.org/article.php3?id_article=867>. Mayo de 2002.

LANCELOT, Alain. La mobilisation 3lectorale: Introduction. In: GAXIE, Daniel (Org). *Explication du vote: un bilan des 3tudes 3lectorales en France*. Par3s: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1989. p.77-84

LANCELOT, Alain. *L'Abstentionnisme 3lectoral en France*. Par3s: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1968.

LANE, Robert. *Political Life*. New Cork: Free Press of Glencoe, 1959.

LAS MANOS de Filippi. Los m3todos piqueteros. Int3rprete Hern3n Cabra de Vega. In: _____. *Hasta las manos*. 2002. <www.rock.com.ar/letras/9/9602.shtml>

LAVALLE, Adri3n Gurza. Sem pena nem gl3ria: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, n.66, p. 91-109, julho de 2003

LAVAU, George. *À quoi sert le parti communiste fran3ais?* Par3s: Fayard, 1981.

LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazle. *The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind In a Presidential Campaign*. New York: Columbia University Press, 1944.

LEHINGUE, Patrick. Sociologie critique. In: PERRINEAU, Pascal; REYNIÉ, Dominique. *Dictionnaire du vote*. París: Presses Universitaires de France, 2001. p. 856-861.

LEVI, Lucio. Legitimidad. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Diccionario de Política*. México: Siglo Veintiuno, 1997.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *The Breakdown of Democratic Regimes: crisis, breakdown and reequilibration: an introduction*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1978.

LIPSET, Seymour. *Political Man: the social bases of politics* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MACPHERSON, Crawford B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÁIZ, Ramón. ¿Más allá de la democracia representativa? In: JORNADAS DE SOCIOLOGÍA POLÍTICA, 2., Madrid, 2003. [Paper]. Madrid, 2003.

MARAVALL, José M.; SANTAMARIA, Julián. El cambio político en España y las perspectivas de la democracia. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Eds.). *Transições do regime autoritário: Europa Meridional*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. *A ciência do direito: conceito, objeto, método*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

MAS (Movimiento al Socialismo); PO (Partido Obrero); PTS (Partido de los Trabajadores por el Socialismo). Debate sobre el movimiento de trabajadores desocupados. *Indymedia*, 26 feb. 2004. <www.argentina.indymedia.org/news/2004/02/177604.php>

MASEBERG, Karen; PÉREZ, María Rosa; RAYES, Damián. “De votos nulos”: crisis de representatividad y voto bronca. Comodoro Rivadavia, Arg., 2001. Trabajo presentado na disciplina “Modos de la Comunicación Social” (Curso de Comunicação Social) - Universidad Nacional de la Patagonia “San Juan Bosco”. <www.nombrefalso.com.ar/materias/modos/ensayos/maseberg_perez_rayes.html>

MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal. *Les Comportements politiques*. Paris: Armand Colin, 1992.

MERQUIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

MILBRATH, Lester. *Political Participation: how and why people get involved in politics?* Chicago: Morton Grodzins, 1965.

MOMMSEN, Wolfgang J. *Max Weber und die deutsche Politik 1890-1920*. Tübingen, 1959.

MONEDERO, Juan Carlos. Legitimidad. In: REYES, Román (Org). *Diccionario Crítico de Ciencias Sociales*. Madrid: Universidad Complutense, 2004. <www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario>

MORENO, Alejandro. Democracy and Mass Belief Systems in Latin America. In: AI CAMP, Roderic (Ed). *Citizen Views of Democracy in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 2001. p.27-50.

MORLINO, Leonardo. Democratic Establishments: a dimensional analysis. In: BALOYRA, Enrique (Ed.). *Comparing New Democracies: transition and consolidation in Mediterranean Europe and Southern Cone*. Boulder, CO: Westview Press, 1987. p.53-78.

MOVIMIENTO Teresa Rodríguez/MTR. *Libro Celeste*. Buenos Aires, 2001.

MTD “Resistir y Vencer”. Lanús, Arg., 5 abr. 2003. Entrevista concedida ao autor durante o desenvolvimento da IV Assembléia Piqueteira Nacional por um militante desta agrupação.

MTD Aníbal Verón de Lanús. *Trabajo, dignidad y cambio social: reportaje a Florencia*. Lanús, Arg., 19 ene. 2004. <www.rebellion.org/argentina/040119florencia.htm>

MTD de Solano. *Revista Hacha y Tiza*, n.2, La Plata, Centro de Estudios Populares (CEP), 2002. Entrevista com militantes do movimento.

MTD de Solano; COLECTIVO Situaciones. *Hipótesis 891: más allá de los piquetes*. Buenos Aires: De mano en mano, 2002.

MTL. *Movimiento Territorial de Liberación*. Porto Alegre, 26 ene. 2003. Entrevista concedida ao autor durante a realização do III Fórum Social Mundial por um militante desta agrupação.

MUNCK, Gerardo; LEFF, Carol. Modos de transição em perspectiva comparada. *Lua Nova*, n. 40/41, p. 69-95, 1997.

NEUMAN, Marcelo. Proyecto de capacitación y consultoría de la Universidad Nacional de General Sarmiento a PYMES proveedoras de Repsol-YPF: la formación de ex trabajadores estatales para ser empresarios. *Boletín Informativo Techint*, Buenos Aires, n. 305, ene.-mar. 2001, p.33-52.

NOHLEN, Dieter. Introducción: democracia y neocrítica - un ejercicio de evaluación del desarrollo democrático reciente en América Latina. In: _____ (Org). *Democracia y neocrítica en América Latina: en defensa de la transición*. Frankfurt am Main: Verunert; Madrid: Iberoamericana, 1995. p.7-27.

NUN, José. La democracia y la modernización treinta años después. In: DE SIERRA, Gerónimo (Org). *Democracia emergente en América del Sur*. México: UNAM, 1994. p. 35-58.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno. “Casas decentes para o povo”: Movimentos urbanos e emancipação em Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. In Partial Defense of an Evanescent “Paradigm”. *Journal of Democracy*, v.13, n.3, p.6-12, July 2002.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, 1991, p. 25-40.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões acerca de democracias incertas*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988. v. 4.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence (Eds). *Transições do regime autoritário*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988. 4 v.

OLIVEROS, Virginia; SCHERLIS, Gerardo. ¿Elecciones concurrentes o elecciones desdobladas?: la manipulación de los calendarios electorales en la Argentina, 1983-2003. In: CHERESKY, Isidoro ; BLANQUER, Jean-Michel. *¿Qué cambió en la política argentina?: elecciones, instituciones y ciudadanía en perspectiva comparada*. Rosario: Homo Sapiens, 2004. p. 179-211.

ONAINDIA, José Miguel. ¿De repente en el verano? *La Nación*, Buenos Aires, 13 jun. 2003.

OXHORN, Philip; STARR, Pamela K. (Eds). *Markets and Democracy in Latin America: Conflict or Convergence?* Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1999.

PARODI, Jean-Luc. Le triangle référendaire: le scrutin du 24 septembre 2000 est-il un référendum d'un type nouveau ? *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 219-232, fev.-abr. 2001.

PARRY, Geraint; MOYSER, George. More Participation, More Democracy? In: BEETHAM, David (Ed). *Defining and Measuring Democracy*. Londres: Sage, 1994. p. 44-62.

PASSERIN D'ENTREVÈRES, Alexandre. Légalité et légitimité. *Annales de Philosophie Politique*, París, 1967, p.30-41.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [1970], 1992.

PENNOCK, James Roland. *Democratic Political Theory*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

PEREYRA, Sebastián. *¿De las acciones de lucha a los proyectos productivos?: la experiencia de la Unión de Trabajadores Desocupados de General E. Mosconi en la Provincia de Salta*. <www.utexas.edu/cola/lilas/centers/claspo/arg/Pereyra%20%20informe%20final.pdf> Buenos Aires, 2003.

PERRINEAU, Pascal (Org). *Le désenchantement démocratique*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2003.

POLO Obrero. Lanús, Arg., 05 abr. 2003. Entrevista concedida ao autor por militantes cordobesas desta agrupação durante a realização da IV Assembléia Piqueteira Nacional.

POUSADELA, Inés. Escenarios móviles: un estudio sobre la fluctuacion del voto y la variabilidad de la oferta electoral en la Provincia de Mendoza (1999-2001). In: CHERESKY, Isidoro; BLANQUER, Jean-Michel. *De la ilusión reformista al descontento ciudadano: las elecciones en Argentina, 1999-2001*. Rosario: Homo Sapiens, 2003. p. 187-225.

POWELL, Bingham Jr. Voting Turnout in Thirty Democracies: Partisan, Legal, and Socio-Economic Influences. In: ROSE, Richard. *Electoral Participation: A Comparative Analysis*. Londres: Sage, 1980.

POWERS, Nancy. *Grassroots expectations of Democracy and Economy: Argentina in Comparative Perspective*. University of Pittsburgh Press, 2001.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relumé-Dumará, 1994.

REMEDÍ, Claudio. *Fantasmas de la Patagonia*. 1 fita de vídeo, 35mm, color. 84 min. 1996.

REMMER, Karen. New Theoretical Perspectives on Democratization. *Comparative Politics*, v. 28, n. 1, p.103-122, oct.1995.

REQUEJO, Ferran. *Elitist Democracy or Liberal Democracy? Schumpeter Revisited*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, n.42, 1991. (Working Paper).

REYNIÉ, Dominique. Participation électorale. In: PERRINEAU, Pascal; REYNIÉ, Dominique. *Dictionnaire du vote*. París: Presses Universitaires de France, 2001. p. 724-726.

RIKER, William. *The Theory of Political Coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.

RINESI, Eduardo. La ideología de las cacerolas. *El ciudadano y la región*. Rosario, 2001. <<http://archivo-elciudadano.com.ar/31-12-2001/cultura/cacerolas.php>>

RUSTOW, Dankwart A. Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model. *Comparative Politics*, v.2, n.3, p. 337-363, 1970.

SAÍN, Marcelo Fabián. La cáscara vacía: teoría, sociedad y política en la construcción del orden democrático. In: LÓPEZ, Ernesto; MAINWARING, Scott (Comps). *Democracia: discusiones y nuevas aproximaciones*. Bernal (Buenos Aires): Universidad Nacional de Quilmes, 2000. p. 211-264.

SANTA Revuelta. A las calles. Letra: Aníbal Kohan. Música: Carlos de Hoz. In: _____. *A las calles*. 2002a. <www.nodo50.org/pimientanegra/alascalles_santarevuelta.htm>

SANTA Revuelta. Soy piquetero. Letra: Aníbal Kohan. Música: Carlos de Hoz. In: _____. *A las calles*. 2002b. <www.rebelion.org/cultura/santarevuelta160103.htm>

SANTISO, Javier. La démocratie incertaine: la théorie des choix rationnels et la démocratisation en Amérique latine. *Revue Française de Science Politique*, v. 43, n. 6, p. 970-993, .déc.1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Democratizar a*

democracia: os caminho da democracia participativa. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARLO, Beatriz. *Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI. 2001.

SARTORI, Giovanni. *¿Qué es la democracia?* México: Nueva Imagen [1993], 1997.

SARTORI, Giovanni. *Teoría de la democracia*. México: Alianza Editorial Mexicana, 1989. 2v.: v.1 – El debate contemporáneo; v.2 – Los problemas clásicos.

SAWARD, Michael. *Co-optive politics and State Legitimacy*. Brookfield: Dartmouth Publishing, 1992.

SCHEDLER, Andreas. What is Democratic Consolidation? *Journal of Democracy*, v.9, n.2, p.91-107, 1998.

SCHMITTER, Philippe C. Dangers and Dilemmas of Democracy. *Journal of Democracy*, v.5, n.2, p.57-74, April 1994.

SCHMITTER, Philippe C. *La transitología: ciencia o arte de la democratización?* Comunicação apresentada no III Fórum Olof Palme's International Foundation sobre a consolidação democrática na América Latina. Barcelona, 1993.

SCHMITTER, Philippe C.; SANTISO, Javier. Three Temporal Dimensions to the Consolidation of Democracy. *International Political Science Review*. v.19, n.1, p.69-92, 1998.

SCHNEIDER, Ben Ross. Democratic Consolidations: Some Broad Comparisons and Sweeping Arguments. *Latin American Research Review*, v.32, p.215-234, 1997.

SCHUMPETER, Joseph A *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura [1942], 1961.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio. Movimientos sociales, conflicto y cambios políticos en América Latina. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, CLACSO, n. 9, ene. 2003.

SIEYÈS, Emmanuel J. *¿Qué es el Tercer Estado?* México: UNAM, [1789] 1989.

SMITH, Peter H. Crisis and Democracy in Latin America. *World Politics*, v.43, n.4, p. 608-634, July 1991..

SUBILEAU, Françoise. L'abstentionnisme: apolitisme ou stratégie? In : Mayer, Nonna (Org). *Les modèles explicatifs du vote*. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 245-267.

SUBILEAU, Françoise; Toinet, Marie-France. L'abstentionnisme en France et aux Etats-Unis: méthodes et interprétations. In: GAXIE, Daniel (Org). *Explication du vote: un bilan des études électorales en France*. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1989. p.175-198.

SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

THOMAS, Hélène. L'hypercivisme apolitique des exclus. In: MAYER, Nonna (Org). *Les modèles explicatifs du vote*. Paris: L'Harmattan, 1997. p. 269-288.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3 v.

THWAITES REY, Mabel. Sobre la política expulsada y la irrupción plebeya. *Actuel Marx*, ¿Pensamiento único en Filosofía Política? Buenos Aires: K&AI, n.1, 2001.

TORRE, Juan Carlos. Los huérfanos de la política de partidos. *Desarrollo Económico*, v.42, n.168, ene.-mar. 2003.

TRINDADE, Hélió. Presidential Elections and Political Transition in Latin América. *International Social Science Journal*, Paris, UNESCO, n.128. p. 301-314, May 1991.

VALENZUELA, J. Samuel. Democratic Consolidation in Post-Transitional Settings: Notion, Process, and Facilitating Conditions. In: MAINWARING, Scott; O'DONNELL, Guillermo; VALENZUELA, J. Samuel (Eds). *Democratic Consolidation: the New South American Democracies in Comparative Perspective*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1992.

VALES, Laura. *Proyectos con 100.000 trabajadores propios: un panorama de los crecientes emprendimientos de las organizaciones de desocupados*. *Página/12*, Buenos Aires, 02 fev. 2004. <www.pagina12web.com.ar/buscar/ver.php?idnota=31024&idsec=1&fecha=2004-02-02>.

VALES, Laura. Un mapa piquetero: internas, posiciones y divergencias en un movimiento múltiple. *Página/12*, 09 feb. 2003a <www.pagina12web.com.ar/buscador/ver.php?idnota=16430&idsec=1&fecha=2003-02-09>

VALES, Laura. *La rebelión viene con granja*: los emprendimientos del Teresa Rodríguez, uno de los grupos piqueteros. *Página/12*, 17 feb. 2003b. <www.pagina12web.com.ar/diario/elpais/1-16686-2003-02-17.html>

VALES, Laura. “Nos decían que éramos cinco pendejos”: la experiencia piquetera vista desde los sectores más jóvenes. *Página/12*, Buenos Aires, 10 mar. 2003c. <www.pagina12web.com.ar/buscador/ver.php?idnota=17448&idsec=1&fecha=2003-03-10>.

VALES, Laura. Una polémica ruta del piquete a la gobernación: seis dirigentes piqueteros opinan sobre el lanzamiento de la candidatura de D´Elía. *Página/12*, Buenos Aires, 17 mar. 2003d. <www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-17681-2003-03-17.html>.

VALES, Laura. La curiosa historia de los piqueteros anarquistas. *Página/12*, 19 ago. 2003e. <www.pagina12web.com.ar/buscador/ver.php?idnota=24293&idsec=1&fecha=2003-08-19>

VALES, Laura. Autogestión: emprendimientos de desocupados del MTD. *Página/12*, 02 jun. 2002a. <www.pagina12web.com.ar/diario/sociedad/3-5820-2002-06-02.html>

VALES, Laura. “No es momento de estar solos en la calle”: la historia y la actualidad de la coordinadora Aníbal Verón [Entrevista a Neka Jara]. *Página/12*, Buenos Aires, 26 ago. 2002b. <www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-9355-2002-08-26.html>.

VALES, Laura. Cuando hablan de política: espacios de formación de piqueteros y desocupados. *Página/12*, 29 dic. 2002c <www.pagina12web.com.ar/buscador/ver.php?idnota=14745&idsec=1&fecha=2002-12-29>

VILAS, Carlos María. *Democracias tambaleantes, pueblos en furia*: ¿del golpe militar al golpe de pueblo? Tampa, FL, 22 mar., 2004. Distinguished Lecture in the Inter-American Studies, University of South Florida, Latin American and Caribbean Studies.

VILAS, Carlos M. De ambulancias, bomberos y policías: La política social del neoliberalismo. *Desarrollo Económico*, v. 36, n. 144, Enero-Marzo de 1998.

VITULLO, Gabriel E. Participación electoral, comportamiento político y desestructuración social en Argentina y Brasil. LEVY, Bettina (Org). *Crisis y*

conflicto en el capitalismo latinoamericano: lecturas políticas. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 223-247.

VITULLO, Gabriel E. ¿Doble voto simultáneo y acumulativo en las elecciones presidenciales argentinas?: reflexiones sobre una nueva práctica política. In: MALLO, Susana; SERNA, Miguel (Orgs). *Seducción y desilusión: la política latinoamericana contemporánea*. Montevideo: Banda Oriental, 2001. p.79-96.

VITULLO, Gabriel E. *Teorías alternativas da democracia: uma análise comparada*. Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS.

VOUGA, Cláudio. South of the border: notas sobre la democracia en la América Ibérica. In: BORON, Atilio. *Filosofía Política Contemporánea: controversias sobre civilización, imperio y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.161-172.

WARAT, Luis Alberto. *Introdução ao Direito*. Porto Alegre: Sergio A. Fabris, 1994. 3 v.

WARREN, Mark E. Democratic Theory and Self-Transformation. *American Political Science Review*, v. 86, n. 1, 1992, p. 8-23.

WARREN, Mark E. What Should We Expect from More Democracy? Radically Democratic Responses to Politics. *Political Theory*, v. 24, n. 2, 1996, p. 241-270.

WEBER, Marianne. *Max Weber: a biography*. Brunswick: Transaction Books, [1926] 1988.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, [1922] 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

YOUNG, Gerardo, GUAGNINI, Lucas; AMATO, Alberto. [Informe especial sobre los piqueteros]. *Clarín*, Buenos Aires, 29 jun. 2002.

ZAKARIA, Fareed. *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad*. New York: W.W. Norton, 2003.

ZAKARIA, Fareed. The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs*, v. 76, n. 6, p.22-43, 1997.

ZULFIKARPASIC, Adélaïde. Le vote blanc: abstention civique ou expression politique? *Revue Française de Science Politique*, v.51, n.1-2, p.247-268, fev.-abr. 2001.